

AÇÃO COORDENADA DE GOVERNO
(1975-1979)

(1)
Brasília, 1975

INSTITUTO DE PLANEJAMENTO ECONÓMICO E SOCIAL
INSTITUTO DE PLANEJAMENTO

AÇÃO COORDENADA DE GOVERNO

(1975-1979)



"Um programa de governo deve ser objetivo e meditado, exigindo análise isenta e profunda da realidade, avaliação judiciosa do muito que já foi feito e do que ainda resta, multiplicadamente, por fazer-se; opção entre alternativas válidas; definição de prioridades; consideração limitativa e alocação dos recursos, técnicos e instrumentos disponíveis. É obra de planejamento, é fruto de estudo acurado, é tarefa coletiva de equipe, que demanda tempo e não dispensa o acesso a informações minuciosas, fidedignas e atualizadas".

Presidente ERNESTO GEISEL

S U M Á R I O

INTRODUÇÃO

Página

PROGRAMAÇÃO SETORIAL

PRIMEIRA PARTE: AÇÃO SETORIAL DO GOVERNO

- 1 - O Programa Geral de Dispêndios e as Grandes Metas Setoriais.... 10

SEGUNDA PARTE: AÇÃO SETORIAL EM ÁREAS PRIORITÁRIAS

- 2 - Valorização dos Recursos Humanos: Educação e Cultura..... 23
- 3 - Valorização dos Recursos Humanos: Saúde 56
- 4 - Expansão e Modernização da Agricultura 82

TERCEIRA PARTE: INDÚSTRIA E SERVIÇOS

- 5 - Desenvolvimento Industrial e dos Serviços 130

QUARTA PARTE: INFRA-ESTRUTURA

- 6 - Energia e Recursos Minerais 185
- 7 - Transportes 215
- 8 - Comunicações 244
- 9 - Saneamento 253
- 10 - Habitação 261

QUINTA PARTE: AÇÃO SETORIAL EM OUTRAS ÁREAS

- 11 - Trabalho 271
- 12 - Previdência Social 279
- 13 - Forças Armadas e Segurança 289
- 14 - Justiça 299
- 15 - Relações Exteriores 306
- 16 - Planejamento, Fazenda e Ação Administrativa 331

PROGRAMAÇÃO REGIONAL

PRIMEIRA PARTE: DESENVOLVIMENTO REGIONAL

1 - <u>A Política de Desenvolvimento Regional</u>	327
2 - <u>Desenvolvimento do Nordeste</u>	334
3 - <u>Desenvolvimento da Amazônia</u>	375
4 - <u>Desenvolvimento de Outras Regiões</u>	408
5 - <u>Programas Especiais de Desenvolvimento Regional</u>	426
6 - <u>Outros Programas de Desenvolvimento Regional</u>	441

SEGUNDA PARTE: DESENVOLVIMENTO URBANO

7 - <u>A Política e a Programação do Desenvolvimento Urbano</u>	447
---	-----

1

INTRODUÇÃO

O presente documento é o desdobramento programático do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), que abrange o período 1975-1979.'

Trata-se de um programa de AÇÃO COORDENADA DE GOVERNO, concebido de acordo com diretrizes formuladas pelo IV Governo da Revolução e orientado pelos princípios de "organicidade, integração e articulação sistemática" que devem presidir todas as atividades do Poder Público. Caracteriza-se, ademais, como instrumento de planejamento flexível e dinâmico, capaz de ajustar-se, no tempo, às modificações impostas pela realidade e pela própria execução dos programas que contempla.

Compõe o conjunto dos instrumentos de programação do Governo Federal. Está, portanto, perfeitamente ajustado aos objetivos e prioridades do II PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO (PND), sendo complementado pelo Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - PBDCT e pelo Plano Nacional de Pós-Graduação, que detalham o II PND nessas duas áreas específicas.

Encontra-se, de outra parte, compatibilizado com o PROGRAMA GERAL DE DISPÊNDIOS-PGD (1975-1977), que engloba todas as aplicações da administração pública federal direta e indireta e dos projetos a cargo da atividade empresarial de caráter governamental, para o próximo triênio. Deverá ser atualizado, anualmente, para o período trienal seguinte, dentro do horizonte de tempo do II PND.

É, finalmente, consistente com o ORÇAMENTO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS (OPI) (1975-1977) e, conseqüentemente, com o ORÇAMENTO ANUAL para 1975 (Leis nº 6 188 e 6 187, de 16.12.1974). O OPI deverá também ser atualizado anualmente, até envolver o quinquênio 1975-1979, e ser submetido à apreciação do Poder Legislativo, conjuntamente com os Orçamentos Anuais.

O documento AÇÃO COORDENADA DE GOVERNO (1975-1979) divide-se em duas grandes unidades.

A primeira delas contém a PROGRAMAÇÃO SETORIAL do Governo Federal para o próximo quinquênio, seguindo ordenação e classificação dos setores compatível com as prioridades setoriais definidas no II PND, com a estrutura da Administração Federal e com a discriminação da despesa, por funções, adotada no PGD, OPI e Orçamento Anual.

A segunda, detalha a PROGRAMAÇÃO REGIONAL, com ênfase nas regiões prioritárias para o desenvolvimento regional e a ocupação produtiva - Nordeste e Amazônia - e na política e programação do desenvolvimento urbano a serem implementadas, nos próximos anos.

São estas, na verdade, perspectivas distintas e complementares da visualização do desenvolvimento, estando internamente compatibilizada a programação regional com a setorial, principalmente naqueles setores da atividade governamental objeto de tratamento regionalizado.

O presente documento é o resultado de trabalho conjunto envolvendo todo o Sistema de Planejamento Federal (Decreto nº 71 353, de 9 de novembro de 1972) e, portanto, todos os organismos do Governo Federal. Como órgão central do sistema, a Secretaria-Geral da Secretaria de Planejamento da Presidência da República e, particularmente, o Instituto de Planejamento Econômico e Social-IPEA, responsabilizaram-se pela coordenação e elaboração final do documento e realizaram a tarefa de compatibilização intersetorial e setorial-regional. Incumbiram-se, também, de propor as definições finais quanto aos aspectos do financiamento dos programas e projetos e quanto à atribuição de prioridades.

2

PROGRAMAÇÃO SETORIAL

1

AÇÃO SETORIAL DO GOVERNO

1

O Programa Geral de Dispêndios e as Grandes Metas Setoriais

● RECURSOS

O Governo Federal, através da Administração Direta e Indireta e da atividade empresarial de caráter governamental, deverá aplicar, durante a vigência do II PND, recursos totais da ordem dos Cr\$ 1 297,5 bilhões de cruzeiros (todas as referências a cruzeiros neste documento correspondem a valores estimados a preços de 1975).

● Desse total, Cr\$ 343,5 bilhões correspondem a recursos ordinários do tesouro, constantes dos Orçamentos Anuais e Plurianuais de Investimentos. Deverão financiar principalmente os dispêndios da administração direta e indireta e os programas por elas executados, originando-se, fundamentalmente dos impostos arrecadados pela União (Imposto sobre Produtos Industrializados e Imposto de Renda, sobretudo).

⊗ A esses recursos somam-se Cr\$ 224,4 bilhões, correspondentes aos recursos vinculados do tesouro, destinados fundamentalmente aos grandes programas de infra-estrutura e, em menor escala, aos de educação, além de Cr\$ 120,9 bilhões de recursos, constantes do OPI e provenientes de outras fontes (diretamente arrecadados pela administração indireta e pelas empresas que integram o OPI, resultantes de financiamentos, convênios, etc.).

⊗ Além desses recursos, no montante global de Cr\$ 688,8 bilhões, correspondentes às receitas a serem programadas nos Orçamentos Plurianuais de Investimentos, recursos da ordem de Cr\$ 608,7 bilhões serão mobilizados pelas empresas governamentais (somente aplicações em projetos, excluindo-se as despesas operacionais) e demais entidades que, como é o caso do INPS, não constam do OPI, integrando, contudo, o PGD.

⊗ Do total de recursos mencionados (Cr\$ 1 297,5 bilhões), excluem-se, ademais, os aplicados pelas instituições oficiais de crédito e que constituem o apoio financeiro oficial às atividades governamentais de responsabilidade dos Estados e Municípios e ao setor privado. Essas instituições de verão elevar suas aplicações, no quinquênio, no montante equivalente a Cr\$ 263,1 bilhões (medidos pela diferença estimada entre os saldos de aplicações em fim de período: 1974 e 1979, respectivamente). Esses recursos, no entanto, não podem ser aditados aos a serem aplicados pelo Governo Federal, uma vez que os bancos oficiais deverão financiar parte dos investimentos governamentais em setores como energia, transportes, comunicações, indústria (siderúrgica, petroquímica etc.), saneamento etc.

⊗ APLICAÇÕES E METAS SETORIAIS

As aplicações desses recursos, para o período 1975-1979 (estimadas com base no PGD, elaborado para 1975-1977), apresentam a seguinte distribuição setorial:

Áreas e Setores	DISPÊNDIOS GLOBAIS (Cr\$ BILHÕES)	PORCENTAGEM SOBRE O TOTAL
ÁREAS PRIORITÁRIAS	<u>156,9</u>	<u>12,1</u>
<u>Educação e Cultura</u>	38,0	2,9
<u>Saúde</u>	83,3	6,4
Agricultura e Abastecimento	35,6	2,8
INDÚSTRIA E SERVIÇOS	<u>137,9</u>	<u>10,6</u>
<u>Produção Industrial</u> (a)	99,7	7,7
Outras	38,2	2,9
INFRA-ESTRUTURA	<u>400,7</u>	<u>30,8</u>
<u>Energia e Recursos Minerais</u> (b)	154,3	11,9
<u>Transportes</u> (c)	145,4	11,2
<u>Comunicações</u> (a)	50,0	3,8
<u>Saneamento</u> (d)	14,1	1,1
<u>Habitacão</u> (d)	36,9	2,8
OUTRAS ÁREAS	<u>418,8</u>	<u>32,3</u>
<u>Trabalho</u>	8,8	0,7
<u>Previdência Social</u>	246,2	18,9
<u>Forças Armadas e Segurança</u>	47,9	3,7
<u>Justiça</u>	2,7	0,2
<u>Relações Exteriores</u>	3,8	0,3
<u>Planejamento, Finanças e Ação Administrativa</u> (e)	103,6	7,9
<u>Poder Legislativo e Judiciário</u>	5,8	0,6
ENCARGOS GERAIS DA UNIÃO	<u>123,2</u>	<u>9,5</u>
PIN	15,5	1,2
PROTERRA	10,4	0,8
FND	39,0	3,0
Outros	58,3	4,5
TRANSFERÊNCIAS AOS ESTADOS E MUNICÍPIOS (f)	<u>60,0</u>	<u>4,7</u>
T O T A L	<u>1.297,51</u>	<u>100,0</u>

FONTE: IPEA

(a) Somente investimentos em projetos.

(b) Exclusive Estados e Municípios.

(c) Inclusive transferências vinculadas a Estados e Municípios.

(d) Inclusive recursos do LRF.

(e) Presidência da República (inclusive Secretaria de Planejamento e Ministério da Fazenda)

(f) Exclusive transferências vinculadas a Transportes.

① Áreas Prioritárias. Deverão ser aplicados Cr\$ 156,9 bilhões nas áreas prioritárias de Educação e Cultura, Saúde e Agricultura e Abastecimento o que corresponde a 12,1% do total de dispêndios previstos para o período.

As principais metas setoriais são as seguintes:

S E T O R E S	1974	PREVISTO PARA 1979	AUMENTO NO PERÍODO (%)
<u>EDUCAÇÃO</u>			
<u>Ensino de Primeiro Grau</u>			
Número de Matrículas (milhões) (a)	18,2	23,0	26
Taxa de Escolarização Real (%)	84	90	-
<u>Ensino de Segundo Grau</u>			
Número de Matrículas (milhões)	1,7	2,5	47
<u>Ensino Superior</u>			
Número de Matrículas (milhões)	1,1	1,7	55
Número de Docentes em Regime de Tempo Integral (milhares)	3,1	5,7	84
Número de Docentes em Regime de 24 horas por Semana (milhares)	6,6	8,7	32
<u>Ensino Supletivo</u>			
Número de Matrículas para Alfabetização no MOBRAL (milhões) (b)	5,1	8,8	72
Número de Matrículas para Educação Integrada no MOBRAL (milhões)	1,2	7,7 (c)	-
Número de Trabalhadores Treinados Profissionalmente (milhares)	187	380	103
<u>SAÚDE</u>			
<u>População Regularmente Atendida pela Assistência Média</u>			
Total (milhões)	8,5	103	21
Porcentagem sobre População Total	8,2	86	-
<u>Segurados pela Previdência Social Urbana</u>			
Total (milhões)	15	20	33
Porcentagem sobre População Economicamente Ativa Urbana	77	83	-
<u>Benefícios Pagos pelo INPS</u>			
(Cr\$ milhões de 1975)	18	40	122

SETORES	1974	PREVISTO PARA 1979	AUMENTO NO PERÍODO (%)
<u>AGRICULTURA E ABASTECIMENTO</u>			
<u>Produção</u>			
Cereais (milho, arroz, trigo e feijão, em milhões de t.)	30	45	50
Oleaginosas (algodão, soja, amendoim e Manana, em milhões de t)	10	16	60
<u>Utilização de Insumos Modernos</u>			
Fertilizantes (milhões de t de nutrientes)	1,6	3,1	94
Defensivos (mil t)	90	200	122
Sementes melhoradas (% sobre o total de sementes de algodão, amendoim, arroz, batata inglesa, feijão, mandioca, milho, soja e trigo)	40	50	25
Tratores em operação (mil unidades)	254	510	101
Rações (milhões t)	5,7	11,0	93
<u>Eletrificação Rural</u>			
Linhas construídas (mil km)	11	114	936
<u>Irrigação Pública e Privada (mil ha)</u>	737	1 100	49
<u>Abastecimento</u>			
Armazenagem (capacidade estática, em milhões de t)	23	28	22
Centrais de Abastecimento (nº de centrais)	12	22	83

(a) O crescimento da população escolarizável (entre 7 e 14 anos) deverá, no período, ser de cerca de 11%.

(b) Acumulado nos períodos 1970-1974 e 1970-1979

(c) Total no período 1975-1979.

④ Indústria e Serviços. As aplicações governamentais em Indústria e Serviços são, em resumo, as seguintes:

DISCRIMINAÇÃO	Cr\$ BILHÕES
<u>Produção Industrial</u>	<u>99,7</u>
Plano Siderúrgico Nacional	77,7
Petroquímica	13,9
Outros ^(a)	8,1
<u>Outras Aplicações ^(b)</u>	<u>38,2</u>

Fonte: IPEA

- (a) Cia. Nacional de Álcalis, Indústria Carboquímica Catarinense, EMBRAER e Cia. Vale do Rio Doce (exclusive a parcela incluída no Plano Siderúrgico Nacional).
- (b) Outras aplicações na indústria e nos serviços (Turismo, Comércio, Seguros, etc.).

Além do esforço direto das atividades empresariais de caráter governamental, o aumento dos recursos dos bancos oficiais para a indústria deverá ser da ordem de Cr\$ 88,2 bilhões e as metas previstas para as indústrias básicas do País, no " " quinquênio, são as que seguem:

S E T O R E S	SITUAÇÃO EM 1974	PREVISTO PARA 1979	AUMENTO NO PERÍODO
INDÚSTRIA DE BENS DE CAPITAL			
<u>Produção Total</u> (mil t)	2 000	3 400	70
<u>Maquinaria Mecânica e Elétrica</u> (mil t)	898	1 603	79
<u>Tratores</u> (unidades)	44	84	91
<u>Construção Naval</u> (mil tpb)	410	1 140	178
<u>Material Ferroviário</u> (mil t)	122	214	75
SIDERURGIA E METALURGIA			
(Capacidade Instalada, em mil t) (d)			
<u>Aço em Lingotes</u>	8 600	22 300	159
<u>Laminados Planos e Perfis Pesados</u>	4 100	13 100	220
<u>Laminados Não-Planos e Aços Espe-</u> <u>ciais</u>	4 400	8 300	80
<u>Alumínio</u>	120	190	58
<u>Cobre</u>	10	60	500
<u>Zinco</u>	33	58	76
QUÍMICA			
(Capacidade Instalada, em mil t) (d)			
<u>Ácido Sulfúrico</u>	986	3 388	244
<u>Soda Caústica e Barrilha</u> (em NA_2O)	273	700	156
<u>Cloro</u>	212	593	179
<u>Fertilizantes</u> (NPK)	585	1 199	105
<u>Resinas Termoplásticas</u>	408	891	118
<u>Fibras Artificiais e Sintéticas</u>	176	253	43
<u>Elastômeros Sintéticos</u>	144	239	66
<u>Detergentes</u> (em DDB)	27	75	178
<u>Eteno</u>	343	718	109
<u>Amônia</u>	268	577	115
BENS INTERMEDIÁRIOS NÃO METÁLICOS			
(Capacidade Instalada em mil t) (d)			
<u>Cimento</u>	17 130	26 190	53
<u>Celulose</u>	1 547	2 860	85
<u>Papel</u>	2 267	2 900	28

(d) Os dados de capacidade instalada de 1979 referem-se apenas a ampliações decorrentes de projetos conhecidos até 31 de junho de 1974.

⊗ Infra Estrutura. Os dispêndios em infra-estrutura deverão corresponder a aproximadamente 31% das aplicações totais (Cr\$ 400,7 bilhões), de vendo apresentar a seguinte distribuição:

D I S C R I M I N A Ç Ã O	Cr\$ BILHÕES
<u>Energia e Recursos Minerais</u>	<u>154,3</u>
Energia Elétrica (e)	73,2
Petróleo	56,6
Mineração	23,5
Recursos Hídricos	1,0
<u>Transportes</u> ^(a)	<u>145,4</u>
Rodoviário (d)	53,0
Ferroviário	28,0
Hidroviário (f)	52,6
Aéreo	7,4
Transportes Especiais	4,4
<u>Comunicações</u>	<u>50,0</u>
Telecomunicações e Radiodifusão	43,2
Comunicações Postais	6,8
<u>Saneamento</u> ^(b)	<u>14,1</u>
<u>Habitação</u> ^(c)	<u>36,9</u>
<u>T O T A L</u>	<u>400,7</u>

Fonte: IPEA

- (a) - Exclusive apoio financeiro ao transporte urbano (Cr\$ 27 bilhões)
- (b) - Inclusive Cr\$ 10,6 bilhões de recursos do ENH
- (c) - BNH
- (d) - Inclusive transferências vinculadas a Estados e Municípios (29,3 bilhões)
- (e) - Exclusive Empresas Estaduais
- (f) - Inclusive financiamentos ao Programa de Construção Naval.

As principais metas no campo da infra-estrutura são:

S E T O R E S	1974	PREVISTO PARA 1979	AUMENTO NO PERÍODO (%)
<u>INFRA-ESTRUTURA</u>			
<u>ENERGIA</u>			
<u>Energia Elétrica</u>			
Potência Instalada (Mil kw)	17,6	28,0	59
Consumo (Bilhões de kw-h)	61	107	75
<u>Petróleo e Recursos Minerais</u>			
Capacidade de Refino (Mil Barris/Dia)	1.020.	1.650	62
Investimentos em Exploração e Desenvolvimento da Produção (em Cr\$ bilhões)	2,2	8,0	264
Investimento Total (Cr\$ bilhões de 1975) (a)	26	56	115
<u>TRANSPORTE</u>			
<u>Rodovias</u>			
Rede Rodoviária Federal Pavimentada (Mil km)	41,2	63,0	53
Rede Rodoviária Federal Implantada e não Pavimentada (Mil km)	33,5	45,8	37
<u>Ferrovias</u>			
Total de Investimentos (Cr\$ bilhões de 1975)	12,5	28,0	124
Total da Frota (mil tpb)	4.205	9.438	124
Total da Frota de Longo Curso (mil tpb)	3.436	8.079	135
Total da Frota de Cabotagem (mil tpb)	612	967	58
<u>Navegação</u>			
Total da Frota de Navegação Interior (mil tpb)	157	392	149
Petroleiros (mil tpb) (b)	1.297	2.280	75
Graneleiros (mil tpb) (b)	783	2.089	167
Mistos (mil tpb) (b)	819	2.546	211

SETORES	1974	PREVISTO PARA 1979	AUMENTO NO PERÍODO (%)
<u>COMUNICAÇÕES</u>			
<u>Sistema Básico de Telecomunicações</u>			
Canalização (milhões canais de Voz x km) Comutação Telefônica (Troncos)	15,9	55,8	.251
<u>Sistema Internacional de Telecomunicações</u>			
Via Satélite (Canais de Voz)	192	444	131
Via Cabo Submarino (Canais de Voz)	160	960	500
<u>Rede Nacional de Telex</u>			
(mil terminais)	11,7	22,0	88
<u>Sistema Telefônico Urbano, Rural e Interurbano</u>			
Telefones (milhões)	2,8	8,1	189
Circuitos Interurbanos Intraestaduais (mil)	26	115	342
<u>SANEAMENTO</u>			
<u>Abastecimento d'Água</u>			
População Urbana Servida (milhões)	39,7	60,3	52
Porcentagem da População Urbana Servida	65	79	-
<u>Serviços de Esgotos</u>			
População Urbana Servida (milhões)	17,7	33,7	90
Porcentagem da População Urbana Servida	29	44	-
<u>HABITAÇÃO</u>			
<u>Financiamento de Unidades Habitacionais pelo Sistema Financeiro de Habitação (FNH)</u>			
No Ano (Mil Unidades)	209	383	83
Acumulado (Milhões de Unidades)	1,2	2,7	125

(a) - Acumulado nos períodos 1970-1974 e 1975-1979.

(b) - Incluídos nos itens anteriores.

⑩ Outras Áreas. Do total de Cr\$ 418,8 bilhões compreendidos sob o título geral de Outras Áreas, Cr\$ 255,0 bilhões destinam-se ao Trabalho e à Previdência Social (exclusive Assistência Médica, incluída na área prioritária Saúde). Os restantes destinam-se às Forças Armadas, à Justiça, às Relações Exteriores, ao Congresso Nacional e a atividade da Administração Superior, do planejamento e das finanças.

⑪ Encargos Gerais da União e Transferências aos Estados e Municípios. Além dos Programas Especiais (PIN, PROTERRA) e dos Fundos de Desenvolvimento-FND, Fundo de Desenvolvimento de Áreas Estratégicas-FDAE, Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-FNDCT etc.), os Encargos Gerais financiarão outros compromissos da União (Inativos e Pensionistas, PASEP, Reserva Monetária etc.), detalhados nos Orçamentos Anuais e Plurianuais. As transferências aos Estados e Municípios, finalmente, contemplam as transferências à conta dos Fundos de Participação dos Estados e Municípios e Fundo Especial, no montante de Cr\$ 60,0 bilhões e os Fundos Vinculados (rodovias, eletrificação etc.), no montante de Cr\$ 48,0 bilhões, também discriminados nos Orçamentos Anuais e Plurianuais.

⑫ ESTRATÉGIA E PROGRAMAÇÃO PRIORITÁRIA

Os Capítulos 2 a 16 deste documento detalham, para o período, 1975-1979, a estratégia, as realizações programadas e a programação prioritária dos diversos setores em que se reparte a atuação do Governo Federal, orientadas pelas diretrizes e prioridades estabelecidas no II PND.

2

AÇÃO SETORIAL EM ÁREAS PRIORITÁRIAS

2

Valorização dos Recursos Humanos: Educação e Cultura

ESTRATÉGIA E OBJETIVOS

A estratégia concebida para a educação e a cultura orienta-se, de um lado, pela busca permanente do humanismo moderno, permitindo ao indivíduo sua plena realização, na multiplicidade de suas dimensões, e, de outro, por sua integração ao processo do desenvolvimento, com vistas à construção de uma sociedade aberta, democrática, pluralista, próspera e justa.

Estabelecidas as inter-relações entre a estratégia educacional e o desenvolvimento, impõe-se a necessidade de conferir à educação maior eficiência operativa, propiciando a qualificação profissional requerida pelas variadas exigências do desenvolvimento tecnológico, bem como a formação científica necessária ao avanço do conhecimento e da técnica.

Sistema educativo orientado por esta concepção deverá contribuir para a elevação da produtividade econômica e a melhoria da distribuição da riqueza, bem como assegurar a prosperidade contínua e equilibrada da sociedade, orientando-se a ação governamental pelos seguintes princípios:

④ Planejamento educativo visualizado dentro da perspectiva global, um todo orgânico onde os diversos graus de ensino se desenvolvam solidariamente e permaneçam interligados por relação de interdependência funcional.

④ Direito à educação permanente e recorrente, estendendo-se além dos limites estritos do ensino formal e comportando desde o de base e a formação profissional adequada até a ampla possibilidade de aperfeiçoamento e enriquecimento cultural.

④ Renovação e inovação constantes do processo educativo, horizontal e verticalmente, através da promoção e assimilação dinâmicas de novas estruturas e métodos, garantidores de sua evolução ordenada e equilibrada.

④ Concepção da escola como entidade aberta e flexível, capaz de aliar o educativo e o escolar, os múltiplos meios de influência e as várias linguagens do processo global de comunicação.

④ Visão da escola como estrutura capaz de aliar o educativo e o cultural, absorvendo e utilizando os novos dados gerados pela evolução cultural, garantindo a permanência dos valores e contribuindo para preservar a identidade e a originalidade da cultura nacional.

REALIZAÇÕES PROGRAMADAS

O Governo Federal desenvolverá um grande esforço de investimentos, treinamento, reforma organizacional e modernização administrativa no campo da educação e cultura, com vistas aos seguintes objetivos:

④ EXPANSÃO DAS OPORTUNIDADES EDUCACIONAIS EM TODOS OS NÍVEIS DE ENSINO

④ No Ensino de Primeiro Grau:

• criação, até 1979, de cerca de 5 milhões de novas vagas no ensino de primeiro grau, de modo a elevar a taxa de escolarização do grupo de 7 a 14 anos a 90%;

① redução das desigualdades regionais e sócio-econômicas na oferta de ensino deste nível, atendendo melhor às zonas rurais e aos Estados de menor capacidade financeira;

② adoção de medidas organizativas e pedagógicas que permitam reduzir as perdas e retardos no fluxo escolar;

③ construção, melhoria e equipamento de unidades escolares, juntamente com a intensificação dos esforços voltados para a utilização mais eficiente do espaço escolar;

④ prestação de assistência técnica e financeira às unidades federadas, especialmente dirigida para o aperfeiçoamento do processo de planejamento dos sistemas e otimização do desempenho dos órgãos responsáveis pelo ensino; e

⑤ desenvolvimento de um programa de apoio ao educando, abrangendo distribuição de materiais e livros didáticos, assistência alimentar e concessão de bolsas de estudo.

④ No Ensino de Segundo Grau:

① elevação do número de matrículas de 1,7 milhões em 1974 para 2,5 milhões em 1979;

② implantação e ampliação de unidades escolares que permitam efetivar métodos de intercomplementaridade entre os estabelecimentos, de modo a assegurar a transformação da atual rede de ensino, voltada para a formação geral e pedagógica, e aumentar a oferta de educação técnica e profissional;

③ concentração de esforços na habilitação, aperfeiçoamento e especialização do pessoal docente, técnico e administrativo, atingindo, no quinquênio, a meta de 68 300 pessoas;

④ assistência técnica e financeira às unidades federadas, especialmente dirigida para o planejamento educacional e implantação da reforma em termos de efetivação da intercomplementaridade entre os diversos estabelecimentos de ensino, independentemente de subordinação administrativa;

● identificação de linhas adequadas de financiamento para a expansão e melhoria do ensino de segundo grau, sistematizando-se o apoio à iniciativa privada quando esta se integrar aos planos e programas dos sistemas estaduais de ensino, visando a manter um equilíbrio da capacidade de oferta de oportunidades de educação neste nível entre as esferas pública e privada;

● transferência gradativa e programada dos estabelecimentos federais de ensino de segundo grau para jurisdição estadual, implementando-se as medidas administrativas necessárias;

● prosseguimento de projetos de apoio ao estudante, envolvendo distribuição de materiais e livros didáticos e concessão de bolsas de estudos.

● No Ensino Superior :

● expansão da oferta de vagas, cujas matrículas deverão elevar-se de 1,1 milhão em 1974 para 1,7 milhão, em 1979, com prioridades para as áreas técnicas, de formação de magistério, das ciências da saúde e das ciências agrárias;

● incentivo e apoio à elevação dos padrões de qualidade nas Universidades Federais em função de suas potencialidades, com ênfase especial na área de pós-graduação, cuja diversificação e capacidade de matrícula deve ser ampliada;

● apoio técnico e financeiro às Universidades privadas cujos programas atendam aos objetivos da política de ensino superior;

● estímulo à diversificação e ampliação da capacidade dos cursos superiores de curta duração;

● prosseguimento de ações de apoio ao estudante, traduzidas no programa do livro texto do ensino superior e na concessão de bolsas para cursos de áreas consideradas prioritárias.

● No Ensino Supletivo:

● expansão das oportunidades educacionais, numa perspectiva de educação permanente, para adolescentes e adultos que não tenham segui-

do o ensino regular, de modo a alcançar-se contínua melhoria do perfil educativo da população em geral e da força de trabalho em particular;

- eliminação gradativa do analfabetismo de adolescentes e adultos, com o esforço concentrado na faixa dos 15 aos 35 anos de idade; apenas no programa do MOBREAL, deverão ser alfabetizadas até 1979 cerca de 8,8 milhões de pessoas, das quais 3,7 milhões no período de 1975-1979;

- execução de programas que visem à educação sanitária;

- preparação de mão-de-obra, tanto na zona urbana, onde o desenvolvimento industrial e comercial gera demanda nos setores secundário e terciário, quanto na zona rural, que apresenta carência acentuada de mão-de-obra qualificada; as metas para o quinquênio prevêem o treinamento de 2 milhões de trabalhadores (38% para o setor primário, 29% para o secundário e 33% para o terciário);

- articulação dos programas de educação continuada, após a alfabetização, com os projetos de implantação de cursos supletivos de primeiro grau, visando especialmente aos recém-alfabetizados, menores de 20 anos de idade;

- dinamização da implantação de cursos supletivos de segundo grau, voltados também para a absorção dos egressos de cursos regulares.

● MELHORIA DOS PROCESSOS EDUCATIVOS

● No Ensino de Primeiro Grau:

- habilitação de professores em exercício nas quatro primeiras séries, na zona urbana, mediante cursos de segundo grau ou equivalentes;

- habilitação de professores leigos, em exercício nas quatro primeiras séries, na zona rural, através de cursos de segundo grau ou equivalentes, atingindo a 100% dos docentes que hajam concluído o primeiro e segundo ciclos (ensino médio) e 50% dos docentes que possuam apenas o curso primário;

① execução de projetos de exame de capacitação de 50% dos docentes nas quatro primeiras séries na zona rural, não atingidos por cursos de habilitação;

② habilitação, aperfeiçoamento e atualização de professores, administradores e especialistas para as escolas de primeiro grau;

③ realização de substancial esforço de pesquisa e experimentação voltadas para o desenvolvimento de novas metodologias de ensino-aprendizagem, adequação dos currículos e melhoria do rendimento do sistema escolar.

④ No Ensino de Segundo Grau:

① intensificação do processo de implantação do ensino de segundo grau, com o caráter de terminalidade e de formação técnico-profissional que lhe é atribuído;

② intensificação de esforços para a transformação de estabelecimentos e cursos já existentes, voltados apenas para a formação geral e pedagógica, de maneira a dotá-los de condições e facilidades para a oferta de cursos profissionalizantes;

③ desenvolvimento de estudos e experiências de novas metodologias, bem como experimentação, análise e atualização de currículos.

⑤ No Ensino Superior:

① desenvolvimento de novas metodologias aplicáveis à realidade do ensino superior e atualização de currículos de graduação, de modo a atender às crescentes necessidades científicas, tecnológicas e culturais do País;

② execução de um amplo programa de capacitação de recursos humanos, mediante cursos de aperfeiçoamento, especialização e de atualização didático-pedagógica, abrangendo um total de 1 700 professores no quin
"Quênio";

③ ampliação de regime de tempo integral e dedicação ex

clusiva no magistério superior em 84%, sem prejuízo do número de professores já atuantes no regime de 24 horas, além do aumento, no período, de 14% do número de monitores;

- dinamização dos programas de apoio ao desenvolvimento de ensino de pós-graduação, de modo a assegurar a formação adequada de docentes, pesquisadores e técnicos de alto nível.

- No Ensino Supletivo:

- estímulo ao desenvolvimento de métodos de avaliação da qualificação profissional, com vistas à implantação de exames supletivos de segundo grau relativos apenas à formação profissional;

- realização de estudos e pesquisas objetivando a adoção de métodos e técnicas de ensino - aprendizagem mais adequados ao ensino supletivo;

- preparação de pessoal docente, técnico e administrativo, visando ao aperfeiçoamento e à expansão de oportunidades no campo da educação não-formal;

- desenvolvimento de experiências de implantação de cursos para formação de professores em exercício no primeiro e segundo graus, de forma a estabelecer diretrizes e especificar ações que conduzam à institucionalização da universidade aberta.

- Na Educação Especial:

- atualização e adaptação de currículos para diferentes categorias de excepcionais, a fim de proporcionar-lhes atendimento educacional, tanto no sistema regular como em instituições especializadas;

- treinamento, aperfeiçoamento e atualização de pessoal docente, visando à expansão e melhoria qualitativa do ensino especial;

- assistência técnica e financeira às instituições particulares de ensino especial, tendo em vista integrar a ação governamental com a iniciativa particular, de modo a garantir melhor atendimento ao excepcional.

⊗ Na Promoção da Pesquisa Científica e Tecnológica, o desenvolvimento da produção científica e tecnológica e das altas formas do saber, pela expansão e melhoria do ensino de pós-graduação, núcleo central da formação de professores, e pelo incentivo e orientação à pesquisa científica.

⊗ No Incentivo às Atividades Culturais, o aperfeiçoamento dos mecanismos de preservação e defesa de bens de valor cultural, bem como expansão das atividades de incentivo à difusão e à criação cultural.

⊗ No Estímulo à Educação Física e aos Desportos, a implantação das condições necessárias para a prática da educação física e desportos, visando a aperfeiçoar a formação do jovem.

⊗ No Aperfeiçoamento da Administração Educacional:

⊗ consolidação da reforma administrativa do Ministério, visando à efetivação de uma estrutura dinâmica e flexível e ao aperfeiçoamento do sistema de planejamento, coordenação, acompanhamento e avaliação;

⊗ implantação do sistema de informação para a educação e cultura, no âmbito do Ministério, de forma a garantir confiabilidade e dinâmica na utilização da informação no processo decisório;

⊗ criação e implementação de mecanismos para captação de novos recursos para expansão e melhoria da Educação e Cultura.

PROGRAMAÇÃO PRIORITÁRIA (*)

⊗ ENSINO DE PRIMEIRO GRAU

Deverão ser despendidos pelo Governo Federal, no período 1975-1977, Cr\$ 3,1 bilhões no ensino de primeiro grau, contemplando-se o seguinte elenco de programas e projetos:

⊗ Expansão e Melhoria da Rede de Ensino de Primeiro Grau. Para alcançar as metas de escolarização previstas, a par do desenvolvimento de novos métodos e técnicas, de nova concepção de ensino e de novos currículos, em

(*) O valor dos programas e projetos, expresso a preços estimados de 1975, refere-se, sempre, ao período 1975-1977.

função das exigências legais, impõe-se a necessidade de expansão e renovação da rede física de ensino de primeiro grau, com particular atenção às necessidades do meio rural. Os objetivos específicos do projeto são:

① apoiar e suplementar as ações das unidades da federação no esforço de construção, melhoria das instalações físicas e equipamento da rede de ensino, para a efetiva implantação do ensino de primeiro grau;

② eliminar progressivamente o deficit atual de atendimento escolar na faixa de 7 a 14 anos, e assegurar a criação de capacidade adicional para absorver novos contingentes.

③ Desenvolvimento de Novas Metodologias para o Ensino de Primeiro Grau. Visa a realizar profunda renovação nas metodologias educacionais, como meio capaz de promover a elevação progressiva dos padrões de qualidade do ensino e, sobretudo, contribuir decisivamente para a melhoria do rendimento dos sistemas educacionais. Para tanto, pretende-se desenvolver estudos e experiências de novas metodologias, com os seguintes objetivos específicos:

④ melhorar o fluxo de alunos da primeira para segunda série do primeiro grau, pelo desenvolvimento de processos, técnicas e materiais de ensino específico;

⑤ oferecer subsídios às unidades federadas para seleção de materiais para o ensino da leitura e da escrita;

⑥ promover melhorias no ensino da língua nacional e dos estudos sociais;

⑦ subsidiar os sistemas de ensino na implementação de projetos e das novas estratégias de organização e administração escolar, a nível de estabelecimentos;

⑧ realizar estudos e pesquisas de processos de avaliação de ensino-aprendizagem;

⑨ elaborar e divulgar estudos que sirvam de subsídio para a realização das experiências de técnicas didáticas, meios auxiliares de ensino e processos de avaliação da aprendizagem.

O projeto terá como órgão de coordenação o Departamento de Ensino Fundamental-DEF, ficando sua execução a nível nacional sob a responsabilidade de órgãos especializados do MEC, bem como das Universidades. A nível das Unidades da Federação, a execução ficará a cargo das Secretarias Estaduais de Educação.

④ Reformulação de Currículos para o Ensino de Primeiro Grau. Visa à reformulação e atualização constante dos currículos de primeiro grau, de modo a adequá-los às mudanças da realidade sócio-econômica e cultural do País e aos requisitos da moderna pedagogia. Em termos mais específicos pretende-se:

① proporcionar condições aos sistemas de ensino para a institucionalização e manutenção de equipes de currículos;

② ajustar periodicamente a proposta curricular, a nível de sistema, com base nas informações providas da execução dos currículos plenos, às novas exigências de ordem pedagógica e mudanças da realidade sócio-econômica e cultural;

③ montar um laboratório de currículo para experimentação pedagógica a nível de primeiro grau;

④ aprofundar estudos das matérias do núcleo comum e do ensino da parte de formação especial do currículo;

A execução do projeto ficará a cargo do DEF, em colaboração com as Secretarias de Educação dos Estados.

⑤ Assistência Técnica e Financeira às Unidades da Federação nas Áreas de Ensino de Primeiro Grau. Visa a contribuir para o aperfeiçoamento dos sistemas de planejamento educacional das unidades federadas e a melhoria dos mecanismos de execução, controle e avaliação de planos, programas e projetos nas áreas do ensino de primeiro grau. A execução do projeto ficará a cargo das Coordenações de Assistência Técnica do DEF, através de convênios com os Governos Estaduais.

⑥ Capacidade de Recursos Humanos para o Ensino de Primeiro Grau. Tem por objetivo a elevação do nível de qualificação do pessoal docente,

técnico e administrativo, indispensável à expansão e melhoria do ensino de primeiro grau. Para tanto, pretende-se promover cursos de habilitação, atualização, aperfeiçoamento e treinamento para:

● professores em exercício de 1a. a 4a. séries do ensino de primeiro grau;

● professores especializados envolvidos na expansão da implantação de reforma do ensino de primeiro grau;

● pessoal envolvido nos projetos de melhoria das taxas de aprovação da 1a. para 2a. série do primeiro grau e de correção das distorções idade/série escolar, e em projetos de desenvolvimento de atividades de planejamento no âmbito de estabelecimento de ensino;

● administradores escolares para o ensino de primeiro grau;

● professores, administradores e especialistas - de nível superior - para escolas de primeiro grau dos programas PREMEN e MEC/BIRD;

● programas de licenciatura de curta duração para professores de disciplinas de educação geral e formação especial;

● aperfeiçoamento de pessoal docente em técnicas especializadas e treinamento para pessoal de atividades auxiliares;

● treinamento ou aperfeiçoamento de pessoal de direção escolar, especialistas e técnico-administrativos.

● Capacitação do Pessoal Docente Vinculado ao Ensino de Ciências a Nível de Primeiro Grau. O projeto visa a:

● melhoria da qualificação do professorado leigo ou licenciado, mediante cursos ou estágios no período de férias;

● redução gradativa do número de professores leigos, mediante licenciatura experimental;

⊗ acréscimo de novos professores licenciados por meio de licenciatura de curta duração.

Será desenvolvido sob a coordenação do DEF, sendo responsáveis pela execução: PREMEN, PRODEM, CENAFOR, Secretarias Estaduais de Educação, Agências de Treinamento, Universidades, Faculdades, Centros de Ciências, Institutos e outras instituições de ensino e pesquisa.

⊗ Elaboração e Experimentação de Materiais para o Ensino de Ciências, com vistas a promover o desenvolvimento de novos materiais para o ensino de Ciências (livros-texto para alunos, guias para o professor, material de laboratório de baixo custo, etc.), de forma a contribuir de maneira acentuada para a modernização desse ensino nas escolas de primeiro grau. A sua execução ficará a cargo do PREMEN, que realizará convênios com os Centros de Ensino de Ciências do MEC, Universidades e outras entidades, que assumirão a responsabilidade de direta pela execução das diferentes partes do projeto.

⊗ ENSINO DE SEGUNDO GRAU

No ensino do segundo grau, o Governo Federal deverá aplicar recursos da ordem de Cr\$ 3,0 bilhões, no triênio 1975-1977, nos seguintes programas e projetos:

⊗ Expansão e Melhoria da Rede do Ensino de Segundo Grau. Para alcançar as metas de expansão, modernização e desenvolvimento de métodos e técnicas, segundo uma nova concepção do ensino médio, impõe-se a necessidade de ampliar e renovar a rede física para o ensino de segundo grau. Os objetivos específicos do projeto são:

⊗ construir, ampliar, adaptar e equipar estabelecimentos que ofereçam habilitações nos setores secundário e terciário, pertencentes à rede federal e aos sistemas estaduais de ensino (atendendo às peculiaridades regionais e às necessidades do mercado de trabalho), bem como os estabelecimentos de ensino agrícola e de economia doméstica rural;

⊗ construir e equipar colégios integrados, centros inter-scolares, centros de aprendizagem e centros de formação profissional;

⊗ transformar em colégios integrados os ginásios agrícolas, aparelhando-os para desenvolver o ensino profissionalizante.

④ Desenvolvimento de Novas Metodologias para o Ensino de Segundo Grau. O projeto visa a realizar profunda renovação nas metodologias educacionais, como meio capaz de promover a elevação progressiva dos padrões de qualidade do ensino e, sobretudo, contribuir decisivamente para a melhoria do rendimento dos sistemas educacionais. Para tanto, pretende-se desenvolver estudos e experiências de novas metodologias, com os seguintes objetivos específicos:

① realizar experimentos sobre novas metodologias de ensino-aprendizagem que atendam às características específicas do ensino de segundo grau;

② investigar e experimentar materiais de ensino visando o aumento da produtividade do aluno de segundo grau;

③ generalizar as experiências desenvolvidas nas escolas da rede federal, atendendo à necessidade de melhoria qualitativa do ensino de segundo grau;

④ elaborar e divulgar estudos que sirvam de subsídio para a realização das experiências de técnicas didáticas, meios auxiliares de ensino e processos de avaliação da aprendizagem.

O projeto terá como órgãos de coordenação o Departamento de Ensino Médio-DEM, ficando sua execução a nível nacional sob a responsabilidade de órgãos especializados do MEC, bem como de Escolas Técnicas e Universidades. A nível das Unidades da Federação, a execução ficará a cargo das Secretarias Estaduais de Educação.

⑤ Reformulação de Currículos para o Ensino de Segundo Grau. Visa à reformulação e atualização constante dos currículos de segundo grau, de modo a adequá-los às mudanças da realidade sócio-econômica e cultural do País e aos requisitos da moderna pedagogia. Em termos mais específicos pretende-se:

① realizar estudos e pesquisas de desenvolvimento de currículos no ensino de segundo grau, programas de análise ocupacional e do mercado de trabalho;

② promover e divulgar resultados de estudos de currículos para novas habilitações profissionais;

● realizar experimentos de currículos na área do ensino de segundo grau e divulgar seus resultados.

A execução do projeto ficará a cargo do DEM, em colaboração com as Secretarias de Educação dos Estados.

● Assistência Técnica e Financeira às Unidades da Federação nas Áreas de Ensino de Segundo Grau. Com vistas a contribuir para o aperfeiçoamento dos sistemas de planejamento educacional das unidades federadas e a melhoria dos mecanismos de execução, controle e avaliação de planos, programas e projetos nas áreas do ensino de segundo grau. A execução do projeto ficará a cargo da Coordenação de Assistência Técnica do DEM, através de convênios com os Governos Estaduais.

● Assistência Técnica e Financeira às Instituições Privadas de Segundo Grau. O projeto prevê a prestação de assistência técnica e financeira às instituições privadas que atuam na área do ensino de segundo grau (responsáveis por cerca de 40% das matrículas neste nível), com vistas à adequação de suas instalações, recursos humanos, currículos e metodologias às exigências legais. Pretende-se promover a intercomplementaridade entre estabelecimentos particulares e públicos, integrando-os nos planos de ação das unidades federadas e apoiar técnica e financeiramente a montagem de salas-ambiente, nos estabelecimentos particulares.

● Capacitação de Recursos Humanos para o Ensino de Segundo Grau, com o objetivo de elevar o nível de qualificação do pessoal docente, técnico e administrativo, indispensável à expansão e melhoria do ensino de segundo grau. Para tanto, pretende-se promover:

● treinamento ou aperfeiçoamento de pessoal de direção escolar, especialistas e técnicos administrativos;

● coordenação e estímulo à concessão de bolsas de mestrado no País e no exterior para professores de ensino de segundo grau e técnicos de nível superior;

● capacitação do pessoal docente vinculado ao Ensino de Ciências no ensino de segundo grau.

O projeto será desenvolvido sob a coordenação do DEM, sendo responsáveis pela execução: PRODEM, CENAFOR, Secretarias Estaduais de Educação, Agências de Treinamento, Universidades, Faculdades, Centros de Ciências, Institutos e outras instituições de ensino e pesquisa.

● Elaboração e Experimentação de Materiais Didáticos para o Ensino de Ciências. O projeto visa a promover o desenvolvimento de novos materiais para o ensino de Ciências (livros-texto para alunos, guias para o professor, material de laboratório de baixo custo, etc.), de forma a contribuir de maneira acentuada para a modernização desse ensino nas escolas de segundo grau. A execução do projeto ficará a cargo do PREMEN, que realizará convênios com os Centros de Ensino de Ciências do MEC, Universidades e outras entidades, que assumirão a responsabilidade direta pela execução das diferentes partes do projeto.

● Integração Escola-Empresa-Governo na Área do Segundo Grau, em prosseguimento ao projeto que já vem promovendo a implantação e consolidação desses serviços de integração nas escolas federadas, prevendo-se a extensão dessas atividades ao ensino agrícola e aos sistemas de educação das unidades federadas, incluindo os estabelecimentos das redes estadual, municipal e particular. Para tanto, pretende-se:

● promover o intercâmbio de experiências e divulgar atividades que contribuam para a atualização da escola e da empresa;

● estimular a participação da empresa no processo educacional, proporcionando uma vivência de suas necessidades e problemas aos alunos, professores e especialistas;

● obter subsídios para a reformulação de currículos e programas;

● incentivar a multiplicação de mecanismos de execução das atividades de integração escola-empresa-governo.

Coordenado em âmbito nacional pelo DEM, o projeto será executado através de convênios entre escolas técnicas federais, entidades públicas e privadas e Secretarias de Educação, das Unidades Federadas.

● ENSINO SUPERIOR

O Governo Federal deverá aplicar, no ensino superior, recursos da ordem de Cr\$ 10,3 bilhões, no triênio 1975-1977, nos seguintes programas e projetos:

● Reformulação de Currículos para o Ensino Superior. O projeto visa à atualização, experimentação, desenvolvimento e avaliação de currículos de cursos de graduação, atendendo às crescentes necessidades científicas, tecnológicas e culturais do País. Com esse objetivo pretende-se:

● estimular a implementação de estruturas de apoio pedagógico e comissões interdisciplinares para integração, desenvolvimento e atualização curricular;

● subsidiar o Conselho Federal de Educação com estudos que ofereçam informações para atualização e elaboração de currículos mínimos de graduação;

● incentivar os estudos dos métodos de integração, desenvolvimento e avaliação dos currículos plenos;

● realizar experiências-piloto em cinco Universidades Federais, procurando abranger as diversas áreas do conhecimento humano;

● realizar estudos, a partir de pesquisas sobre mercado de trabalho e análises ocupacionais, visando a verificar a adequação dos profissionais formados.

A coordenação da execução do projeto estará a cargo do DAU.

● Construção e Instalação dos Campi Universitários, com vistas a reduzir a desproporção entre a demanda e a oferta de vagas pelas instituições federais de ensino superior, decorrente, entre outras razões, da insuficiência de espaços físicos e equipamentos adequados, como também do não aproveitamento racional da capacidade instalada. O objetivo proposto é racionalizar e integrar, estrutural e funcionalmente, a Universidade, através da organização espacial do campus como parte de um processo integral de planejamento acadêmico, administrativo e físico, remanejamento ou alienação dos edifícios existentes, bem como a aquisição e distribuição de equipamentos. O projeto será desenvolvido sob

a coordenação do Departamento de Assuntos Universitários-DAU, e sua execução estará sob a responsabilidade do PREMESU e das instituições federais de ensino superior.

④ Novas Metodologias para o Ensino Superior, como meio capaz de promover a elevação progressiva dos padrões de qualidade e do rendimento do ensino superior, especialmente através de:

④ definições de diretrizes metodológicas para a organização de modelos de organização de situações de ensino-aprendizagem;

④ experimentação e validação de materiais de ensino que promovam a auto-aprendizagem no ensino superior;

④ análise de viabilidade econômica e financeira da implementação de sistemas de tecnologia educacional aplicados à organização e desenvolvimento de situações de ensino-aprendizagem nas universidades brasileiras;

④ estímulo à criação e à consolidação de órgãos de apoio pedagógico.

O projeto será coordenado pelo DAU e executado por um grupo de trabalho que contará com a colaboração de órgãos especializados do MEC e do Centro Nacional de Recursos Humanos (CNRH).

④ Capacitação de Recursos Humanos para o Ensino Superior, objetivando a formação de um sistema regular de capacitação de recursos humanos, em curto prazo, de modo a contribuir para elevação dos padrões qualitativos do desempenho acadêmico, da produtividade do corpo docente e otimização no emprego de novas metodologias. Sob a coordenação do DAU - através de sua Coordenação de Pós-Graduação - o projeto será executado por órgãos especializados do MEC, mediante convênios com as Universidades e estabelecimentos isolados do ensino superior.

④ Implantação de Cursos de Curta Duração, que propiciarão oportunidades alternativas de educação em nível superior, ao mesmo tempo em que atenderão às crescentes e mutáveis solicitações do mercado de trabalho, dentro de uma perspectiva de crescimento acelerado da economia. Os cursos terão por objetivo a formação de técnicos em áreas prioritárias e deverão ser dotados da flexibilidade e capacidade de inovação indispensáveis ao atendimento, a curto

prazo, das exigências do desenvolvimento tecnológico e econômico do País.

④ Assistência Técnica às Instituições Federais de Ensino Superior. O projeto visa implantar um sistema de assistência técnica inter-universitária, utilizando a experiência e capacidade técnica de algumas Universidades, que já atingiram elevado grau de desenvolvimento em certas áreas do planejamento e da administração universitária. Sua atuação será concentrada no apoio financeiro e técnico à capacidade de recursos humanos para atuação nas áreas de:

- ④ planejamento universitário global;
- ④ planejamento e administração de campus;
- ④ administração acadêmica;
- ④ administração financeira e orçamentária;
- ④ processamento de dados para a administração universitária.

④ Assistência Técnica e Financeira às Instituições Privadas na Área do Ensino Superior, adaptando-as às recomendações da Reforma Universitária, especialmente através de:

- ④ apoio técnico e financeiro aos programas de modernização administrativa e reforma das estruturas organizacionais;
- ④ apoio financeiro para implantação e implementação da reforma acadêmica, incluindo melhoria de instalações e equipamentos, aperfeiçoamento do corpo docente e incentivo à pesquisa.

Sua execução dar-se-á mediante convênio do DAU com as instituições privadas de ensino superior.

④ Implantação Progressiva dos Diferentes Regimes de Trabalho no Magistério Superior, como parte do processo da Reforma Universitária, procurar-se-á alcançar os seguintes objetivos:

- ④ propiciar condições para que o docente, no Magistério Superior, faça de suas atividades o objetivo único de suas cogitações, de forma

que seja assegurado ao ensino universitário o máximo de produtividade;

● criar condições para despertar nos alunos o interesse pela carreira de magistério e assegurar sua participação nos trabalhos didáticos.

Caberá ao DAU a coordenação geral do Projeto. A nível do MEC, a execução estará a cargo da CONCRETIDE; nas Universidades, a execução do projeto ficará a cargo das COPERTIDES; e nos estabelecimentos isolados, a cargo de uma comissão especial funcionando junto ao DAU.

● Expansão e Melhoria dos Cursos de Pós-Graduação. O projeto, que deverá desdobrar-se e ampliar-se no Plano Nacional de Pós-Graduação, visa a expandir e melhorar os cursos de pós-graduação para atendimento, em qualidade e quantidade, das necessidades nacionais de formação de pessoal docente, de pesquisadores e profissionais de alto nível. Em termos mais específicos, será de sua competência:

● elaborar e coordenar programas plurianuais integrados, por área de conhecimento, em âmbito nacional;

● promover o intercâmbio de professores e especialistas nacionais e estrangeiros;

● coordenar e financiar cursos de nivelamento destinados a melhorar as condições de seleção e admissão aos cursos de pós-graduação;

● conceder bolsas de estudo para aperfeiçoamento de pessoal docente do ensino superior;

● conceder auxílio financeiro a cursos de pós-graduação.

A sua execução ficará a cargo da CAPES, em articulação com o DAU, PREMESU e CONCRETIDE.

● Integração Escola-Empresa-Governo na Área do Ensino Superior. A formação de profissionais qualificados com vistas às atividades empresariais impõe uma íntima colaboração escola-empresa-governo, mediante um sistema organizado de estágios, com estrutura adequada para sua dinamização. Por outro lado, torna-se indispensável que as universidades colaborarem também com a comunidade empresarial, colocando seus recursos humanos e materiais a serviço do desenvolvimento, realizando pesquisas tecnológicas e prestando consultoria técnica. O projeto visa a:

● proporcionar ao estudante experiência de trabalho a través de estágios supervisionados e fornecer aos professores uma vivência dos problemas reais das empresas, contribuindo para a reformulação de currículos e programação dos cursos;

● incentivar em novas áreas de ensino a experiência dos cursos integrados, iniciada na área de engenharia;

● incentivar a criação e apoiar núcleos universitários encarregados de promover e coordenar pesquisas tecnológicas e prestação de consultoria técnica;

● criar, em caráter piloto, estações experimentais de engenharia dentro de empresas de médio e grande porte. Será coordenado pelo DAU, através de uma comissão constituída de especialistas, docentes universitários e assessores desse Departamento. Sua execução se fará mediante convênios e contratos com órgãos empresariais, Universidades, entidades públicas e privadas e contará com a colaboração de organismos internacionais através de assistência técnica.

● Integração das Universidades nas Comunidades. Caracterizando-se como uma das formas de extensão universitária, integrada ao sistema de ensino e pesquisa, o projeto de integração das Universidades com as comunidades do interior, será executado através do treinamento interprofissional de universitários por meio dos CRUTACs. Além de integrar os CRUTACs ao sistema de extensão universitária e às atividades desenvolvidas por outros órgãos extra-universitários, buscar-se-á compatibilizar as suas atividades com os projetos de desenvolvimento municipal, estadual, regional, e federal, em execução em sua área geo-educacional, aproveitando os recursos existentes na comunidade. A execução do projeto, coordenada pelo DAU, será feita, a nível nacional, pela CINCRUTAC - e, a nível regional, pelos CRUTACs envolvidos.

● ENSINO SUPLETIVO

Deverão ser destinados ao ensino supletivo, no período 1975-1977, recursos no montante de Cr\$ 1,9 bilhões, nos seguintes programas e projetos:

④ Alfabetização e Educação Integrada, com o objetivo de erradicar o analfabetismo e proporcionar ao recém-alfabetizado oportunidades de educação continuada. Tem os seguintes objetivos específicos:

④ alfabetização funcional: atender a adolescentes e a adultos (principalmente na faixa de 15-35 anos) proporcionando-lhes a aquisição de técnicas básicas de leitura, escrita e cálculo e a sua integração social e produtiva na comunidade;

④ educação integrada: oferecer à clientela egressa de alfabetização funcional oportunidades de aquisição de conhecimentos básicos correspondentes ao nível de ensino do primeiro grau, numa perspectiva de educação permanente e de preparação para o trabalho produtivo.

O projeto será executado pelo MOBREAL (dividido funcionalmente em MOBREAL Central, Coordenações Estaduais e Comissões Municipais), que faz uso de escolas (em horas ociosas), igrejas, sindicatos, etc., e firmou convênio com o PIPMO para atendimento de 50 mil egressos dos cursos de educação integrada, prevendo-se a ampliação deste convênio para o período 1975-1979.

④ Preparação Intensiva de Mão-de-Obra (PIPMO). O projeto visa a preparar mão-de-obra especializada a nível de primeiro e segundo graus, para os três setores da atividades econômica, em todo o território nacional sob a responsabilidade do DES, através do programa PIPMO, em convênio com outros órgãos governamentais. Além de promover a formação profissional intensiva, pretende-se atingir os seguintes objetivos específicos:

④ qualificar a população egressa de cursos do MOBREAL, facilitando-lhes as oportunidades de educação continuada;

④ atender à clientela de interesse de órgãos e instituições governamentais que firmam convênios com o PIPMO, sob o regime de participação financeira.

④ Novas Metodologias para o Ensino Supletivo, visando a aumentar a eficiência da educação supletiva, através da elaboração, pesquisa e implementação de novos métodos e técnicas de ensino. Em termos mais específicos, pretende-se:

④ aprimorar e consolidar, em uma linha de experimentação, métodos e técnicas utilizados pelo ensino supletivo;

- ④ orientar e estimular os sistemas estaduais de ensino no desenvolvimento de estudos, pesquisas e elaboração de métodos e técnicas de ensino supletivo;

- ⑤ apoiar a implementação de novos métodos e técnicas de ensino-aprendizagem e de mecanismos para sua avaliação.

⑥ Capacidade de Recursos Humanos para o Ensino Supletivo. O projeto visa à preparação de pessoal para utilização de novos métodos e técnicas didáticas apropriadas à educação de adultos. A sua execução caberá ao Departamento de Ensino Supletivo, que utilizará os Centros de Educação Técnica, Universidades e outras agências de treinamento.

⑦ Ensino em Nível Superior através de Métodos de Comunicação de Massa, pelo desenvolvimento de cursos experimentais com vistas à institucionalização do ensino de nível superior através de utilização de métodos modernos de comunicação de massa, para aperfeiçoamento de professores e para atendimento de alunos que, por razões diversas, se encontram impossibilitados de frequentar a escola. Os trabalhos de pesquisa, planejamento e treinamento relacionados com projeto deverão ter o seguinte desenvolvimento:

- ⑧ promoção de cursos experimentais para professores do ensino de primeiro e segundo graus de regiões menos desenvolvidas;

- ⑨ promoção de cursos de atualização e aperfeiçoamento de profissionais e técnicos das áreas prioritárias;

- ⑩ institucionalização progressiva do sistema.

⑪ Assistência Técnica e Financeira às Instituições Privadas na Área do Ensino Supletivo, para expansão quantitativa e melhoria qualitativa do ensino, especialmente através de:

- ⑫ integração das instituições particulares no plano global das Secretarias Estaduais de Educação;

- ⑬ apoio técnico e financeiro para o reaparelhamento e adaptação das instalações e preparação de pessoal docente e técnico administrativo de entidades privadas;

- ⑭ montagem de sistema de avaliação e controle do desempenho da rede particular.

Este projeto será coordenado pelo DES e sua execução será feita em articulação com as Secretarias de Educação e entidades particulares, mediante convênios.

④ Assistência Técnica e Financeira às Unidades Federadas na Área de Ensino Supletivo. O projeto visa a apoiar os sistemas de apoio dos Estados, Distrito Federal e dos Territórios nas atividades relacionadas com o aperfeiçoamento dos sistemas de planejamento educacional das Unidades da Federação, através da melhoria dos seus mecanismos de execução, acompanhamento, controle e avaliação dos planos, programas e projetos na área do ensino supletivo. Sob a coordenação do DES, o projeto será executado pelo DSE/MEC, suas coordenadorias e órgãos dos sistemas de ensino das Unidades da Federação. Serão assinados convênios com os Estados para a instalação de Centros de Estudos Supletivos.

⑤ Estudo para o Desenvolvimento da Teleducação. O projeto visa a promover estudos e pesquisas e a subsidiar o desenvolvimento de tecnologias educacionais, para integração e racionalização das atividades de teleducação. Para tanto são previstas as seguintes medidas:

- produção e promoção da utilização de programas educativos;
- instalação de um sistema de tráfego de programas que permita uma descentralização e veiculação efetiva de material produzido e adaptado, no Brasil ou no exterior;
- preparação de pessoal para o Sistema Nacional de Teleducação (SINATE);
- pesquisa e aplicações referentes ao desenvolvimento de sistema de tecnologia de baixo custo;
- assistência técnica e financeira às entidades e teleducação ou outros órgãos com atuação na área de tecnologia educacional;
- reorganização de centros de produção de rádio, televisão e cinema educativos.

● EDUCAÇÃO ESPECIAL

O Governo Federal aplicará em educação especial, no triênio, recursos no valor de Cr\$ 33 milhões, nos seguintes programas e projetos:

● Reformulação de Currículos para a Educação Especial, com vistas a promover a atualização e adaptação de currículos para todas as categorias excepcionais, tanto para o sistema regular como para instituições especializadas. Pretende-se:

● realizar levantamentos e análise dos currículos adotados para o primeiro e segundo graus, no sistema regular e em instituições especializadas para atendimento ao excepcional;

● propor modelos de currículos para as diferentes categorias de excepcionais atendidos no sistema regular de ensino e em instituições especializadas, com prioridade para o primeiro e segundo graus;

● organizar planos-piloto e classes experimentais na rede comum e instituições especializadas de primeiro e segundo graus, visando à sua implementação gradual e contínua, no sistema escolar;

● estender, progressivamente, as adaptações curriculares a todo o sistema escolar e propiciar a atualização contínua dos currículos de educação especial.

A coordenação do projeto ficará a cargo do CENESP, em colaboração com as Secretarias de Educação dos Estados.

● Capacitação de Recursos Humanos para a Educação Especial. O projeto visa a preparar pessoal docente e técnico para atender, progressivamente, às necessidades dos serviços de educação especial nos diferentes níveis de ensino. Assim, pretende-se treinar, aperfeiçoar ou atualizar:

● a equipe técnica do CENESP;

● as equipes estaduais responsáveis pelo planejamento e coordenação da educação especial;

● as equipes técnicas e interdisciplinares federais e estaduais para serviços de apoio técnico à educação especial;

③ os professores e técnicos especializados das diferentes áreas administrativas, para que venham a preparar, a nível de segundo grau e superior, docentes para educação especial, e para que liderem, nas Unidades da Federação, a programação de atendimento aos excepcionais da rede de primeiro e segundo graus;

④ professores de classes comuns, para que atendam excepcionais que possam frequentá-las;

⑤ professores especializados para classes e escolas especiais, sala de recursos, centros de experimentação e escolas de administração.

O órgão coordenador - CENESP - promoverá a execução do projeto mediante convênios com Secretarias Estaduais de Educação, Universidades, estabelecimentos de nível médio e superior e outras instituições capacitadas.

⑥ Assistência Técnica e Financeira às Instituições Privadas na Área da Educação Especial, tendo em vista a expansão e melhoria qualitativa do sistema de educação especial. Será executado pelo CENESP, através de convênios com instituições particulares. Espera-se que coordenação, e execução, a nível estadual, passem gradualmente para as Secretarias de Educação.

⑦ EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS

Serão aplicados pelo Governo Federal, no período 1975-1977, recursos no montante de Cr\$ 1,2 bilhões, nos seguintes programas e projetos:

⑧ Construção de Instalações para a Educação Física e Desportos. O diagnóstico do setor de educação física e desportos, realizado, em 1970, pelos Ministérios do Planejamento e Coordenação Geral e da Educação e Cultura, constatou significativa deficiência quantitativa e qualitativa nas instalações desportivas colocadas à disposição do sistema educacional. Por isso, dando continuidade ao esforço iniciado, objetiva-se com este projeto:

⑨ prover a rede de ensino das condições necessárias ao cumprimento da obrigatoriedade do ensino da educação física e da prática desportiva, em todos os níveis e, prioritariamente, nos estabelecimentos públicos;

⑩ diminuir, nas áreas de primeiro e segundo graus, o deficit de instalações desportivas exigidas, por meio de auxílio aos sistemas de ensino das Unidades da Federação, assim como às escolas técnicas federais e colégios agrícolas.

Será responsável pela execução do Projeto o Departamento de Educação Física e Desportos - DEF, que a descentralizará através de convênios com as Secretarias de Educação e Cultura, Universidades, e instituições educacionais isoladas.

⊗ Capacitação de Recursos Humanos para Educação Física e Desportos, objetivando a melhoria do nível de qualificação do professor de Educação Física, particularmente através de:

⊗ aperfeiçoamento, atualização e especialização dos professores habilitados, em exercício no ensino de primeiro e segundo graus;

⊗ treinamento do contingente de leigos que atua na área da Educação Física de primeiro e segundo graus;

⊗ habilitação de professores de educação física em cursos de licenciatura de curta duração.

O projeto, sob a coordenação do DEF, será executado por uma equipe técnica contratada pelo DEF, Secretarias de Educação e Escolas de Educação Física.

⊗ Assistência Técnica e Financeira às Unidades Federadas na Área da Educação Física e Desportos. O projeto visa a auxiliar as Unidades da Federação na montagem de suas infra-estruturas organizacionais de educação física e desportos, no que tange ao planejamento, execução, avaliação e controle, e à elaboração de projetos específicos da área. A assistência financeira será orientada prioritariamente para manutenção, em caráter supletivo, das equipes estaduais de planejamento das atividades de educação física e desportos. Coordenado pelo DEF, o projeto será executado pelo DED/MEC, e Secretarias de Educação dos Estados, Territórios e Distrito Federal, através de convênios.

⊗ ASSISTÊNCIA A EDUCANDOS

Serão destinados pelo Governo Federal, recursos da ordem de Cr\$ 924 milhões (1975-1977), nos seguintes programas e projetos:

⊗ Desenvolvimento do Programa Nacional do Livro. O objetivo do projeto é aperfeiçoar e desenvolver a política nacional do livro, visando a apoiar o ensino, a educação continuada e a difusão cultural, através do livro didático, do livro cultural e da implantação e expansão dos serviços de bibliotecas.

Na área do livro didático, pretende-se:

- ① estimular o aperfeiçoamento de sua força gráfica e técnica didática, de forma a desenvolver no educando o hábito de utilização posterior do livro, em sua autoformação, nos processos de educação continuada;
- ② desenvolver programas que ampliem o uso do livro pelos educandos, através da distribuição sistemática a unidades de ensino e da interferência no mercado para redução de preço dos livros;
- ③ coeditar e distribuir livros didáticos para as áreas do ensino de primeiro e segundo graus, Superior, Supletivo e de Educação Física e Desportos, de acordo com as políticas e diretrizes definidas pelos Departamentos do MEC responsáveis pelo ensino naquelas áreas.

Na área do livro cultural, objetiva-se:

- ① desenvolver uma política do livro cultural, que possibilite a difusão e preservação da cultura brasileira e o incentivo à criação literária nacional;
- ② desenvolver uma política de estímulo à leitura, que permita à sociedade brasileira utilizar mais intensamente o livro como instrumento de autoformação e educação continuada;
- ③ publicar obras de valor relevante para a cultura brasileira.

Na área da implantação e expansão de bibliotecas, prevê-se:

- ① a implantação de serviços bibliotecários em todo o território nacional;
- ② a melhoria do funcionamento da atual rede de bibliotecas, para que atue como núcleo de ação cultural e educação permanente.

④ Desenvolvimento do Sistema de Bolsas, com vistas a proporcionar assistência financeira a estudantes de todos os níveis de ensino, preferencialmente aos mais carentes de recursos financeiros e de melhor rendimento acadêmico, através de bolsas de estudo, reembolsáveis ou não, e bolsas de trabalho. Sob a coordenação do Departamento de Assistência ao Estudante, o projeto será executado mediante convênios com entidades educacionais, empresas e órgãos públicos, ou de forma direta, através da própria estrutura administrativa do DAE.

③ Produção e Distribuição de Material Escolar, através da Fundação Nacional de Material Escolar, que desenvolverá o projeto, abrangendo todo o território nacional, com o objetivo de atenuar a carência de material escolar, principalmente através de:

• estímulo à produção e venda, a custo de fabricação, do material escolar, possibilitando sua aquisição pelos estudantes menos favorecidos financeiramente;

• ampliação da rede de distribuição, atendendo as localidades mais carentes.

● CULTURA

Serão destinados, pelo Governo Federal, recursos no valor de Cr\$ 773 milhões (1975-1977), nos seguintes programas e projetos:

④ Preservação e Defesa dos Bens de Valor Cultural. O projeto tem os seguintes objetivos:

• elaborar o inventário dos bens de valor cultural do Brasil, localizando-os, identificando-os e cadastrando-os, de modo a integrá-los ao acervo do País;

• desenvolver, aperfeiçoar e racionalizar, através de um processo eficiente e dinâmico de avaliação, o tombamento, a defesa e a preservação dos bens de valor cultural;

• incentivar a articulação entre as autoridades civis, militares e eclesiásticas para a defesa conjunta do patrimônio histórico, artístico, arqueológico e paisagístico do País;

• estimular o intercâmbio, entrosamento e apoio aos órgãos responsáveis pelo planejamento do turismo, visando à garantia de autenticidade de planos urbanos e regionais, bem como à preservação e valorização dos monumentos de valor cultural especialmente protegidos por lei.

Como metas principais do projeto devem ser mencionados a implementação do Programa Integrado de Recuperação de Cidades Históricas do Nordeste, em esforço conjunto com a Secretaria de Planejamento da Presidência da República, a implantação do Parque Nacional de Guararapes, e a execução de Desenvolvimento Integrado dos Municípios de Ouro Preto e Mariana. Cabe ao

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAM) a responsabilidade da execução do Projeto, utilizando não só sua estrutura organizacional, mas também através de convênios com outros órgãos da administração pública (Universidades, EMBRATUR, FINEP etc.), com entidades internacionais (UNESCO, OEA), e contratos com empresas e escritórios especializados.

② Incentivos à Criação e Difusão no Âmbito da Cultura, com vistas a promover a difusão sistemática, cientificamente definida, dos bens, fatos e eventos de interesse cultural, bem como estimular a criatividade, através da colaboração da comunidade nos assuntos culturais, de valorização da criação artística literária e da pesquisa social, principalmente através de:

● implementação de um processo dinâmico e eficaz de difusão dos bens, fatos e eventos culturais, como a utilização das técnicas aprimoradas dos meios de comunicações disponíveis;

● estímulo e apoio às manifestações culturais de natureza nacional e regional, preservadas com seus valores tradicionais;

● estímulo à criação e divulgação literária nacional, através da edição de obras e valorização do autor brasileiro.

● divulgação do livro, através de exposições e campanhas diversas;

● criação e implantação de mecanismos de financiamento visando ao desenvolvimento do incentivo à difusão e à criação no âmbito da Cultura.

③ Capacitação de Recursos Humanos para a Área da Cultura. A preservação, conservação e restauração do acervo de bens culturais existentes no País reclamam pessoal devidamente treinado nas técnicas indispensáveis à execução de tarefas dessa natureza. O projeto visa a capacitar recursos humanos para a defesa e proteção desse acervo. Para tanto, serão treinados profissionais de nível superior nas técnicas de preservação, conservação, restauração e ambiência de bens imóveis de valor histórico e artístico, de objetos e documentos de valor cultural, e nas de pesquisas arqueológicas.

① OUTROS PROGRAMAS

O Governo Federal desenvolverá ainda, na área da educação e cultura, os seguintes programas:

② Implantação de Mecanismos de Financiamento da Educação e Cultura. O projeto deverá implementar novos mecanismos de captação de recursos para a educação, ao mesmo tempo em que procurará corrigir as distorções de ordem econômica, resultantes da gratuidade dos cursos posteriores ao ensino de primeiro grau, nos estabelecimentos oficiais. Esforços serão desenvolvidos objetivando principalmente a:

- ③ ampliar os recursos para o sistema de bolsas restituíveis;
- ④ criar o sistema de contribuição educacional;
- ⑤ criar e implantar novos mecanismos de financiamento para a Educação e a Cultura;
- ⑥ incentivar a captação de recursos pelos diversos órgãos do MEC, principalmente universidades e escolas técnicas federais.

Caberá à Secretaria Geral do MEC, a coordenação do projeto e sua execução estará sob a responsabilidade de um Grupo-Tarefa a ser criado no FNDE.

③ Estímulo a Estudos e Pesquisas Setoriais.—O projeto deverá promover e estimular estudos e pesquisas setoriais, bem como experimentações educacionais, com vistas a subsidiar soluções para a problemática educacional brasileira. A coordenação do projeto caberá à Secretaria Geral e a sua execução ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, através do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais e dos Centros Regionais, mediante convênios e contratos com Universidades, Secretarias de Educação, entidades públicas e privadas.

④ Implantação do Sistema de Informação para Educação e Cultura. Considerada em seu aspecto mais amplo, a ação a ser deflagrada pelo Projeto visará a dotar o MEC da infra-estrutura de informações necessária ao processo decisório, em todos os níveis e para todos os fins. Objetiva desenvolver, de modo integrado, todos os mecanismos e fluxos informacionais, no âmbito do Ministério, de forma a garantir confiabilidade e dinâmica na utilização da informação. O Sistema de Informação para Educação e Cultura se comporá de quatro subsistemas:

- subsistema para acompanhamento, avaliação e controle;
- subsistema de informações estatísticas;
- subsistema para informações documentárias e bibliográficas;
- subsistema para informações científicas e tecnológicas.

O projeto será coordenado pela Secretaria Geral do MEC, estando diretamente envolvidos na sua execução:

- Secretaria Geral/Convênio MEC/UnB (subsistema de informações para acompanhamento);
- Centro Nacional de Estatísticas Educacionais e Culturais - CNEEC (subsistema de informações estatísticas);
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP (subsistema de informações documentárias e bibliográficas);
- Departamento de Assuntos Universitários (subsistema para informações científicas e tecnológicas);
- Coordenadoria de Informação/Secretaria Geral.

● Modernização e Reforma Administrativa. Projeto que dá continuidade aos esforços desenvolvidos pelo MEC, com vistas à implantação da Reforma Administrativa, em consonância com os princípios preconizados pelo Decreto-Lei 200/67. Tem por objetivos:

- consolidar a reforma administrativa no Ministério, buscando-se uma estrutura flexível e dinâmica compatível com o esforço de desenvolvimento e expansão da Educação e da Cultura;
- aperfeiçoar a estrutura do MEC, mediante um processo contínuo de análise dos resultados obtidos, em função dos instrumentos operacionais atuantes nos diversos órgãos;
- definir, estruturar e operar um esquema de diagnose e prognose permanente visando, sobretudo, à fixação de diretrizes para treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, racionalização de métodos e processos administrativos, aprimoramento dos recursos operacionais e otimização no uso dos recursos disponíveis.

A coordenação do projeto estará a cargo da Secretaria Geral. O órgão responsável pela execução será a Coordenação de Modernização e Reforma Administrativa da Secretaria Geral, através de convênios, contratos com entidades públicas e privadas, grupos de trabalho e diretamente pelos órgãos setoriais e seccionais.

3

Valorização dos Recursos Humanos: Saúde

ESTRATÉGIA E OBJETIVOS

A competência do Estado para disciplinar e coordenar as ações de proteção e recuperação da Saúde orienta a estratégia adotada, que visa, primordialmente, à integração institucional e operativa do setor, com base em mecanismos de coordenação capazes de proporcionar a melhoria do rendimento e da eficiência dos serviços que o conformam. Consideram-se fundamentos dessa estratégia os seguintes princípios:

① Direito de todos aos serviços de proteção e recuperação da saúde, cabendo ao Estado e ao indivíduo economicamente ativo a responsabilidade pelas ações consequentes, mas tendo-se em conta que tais serviços devam atuar como instrumento de redistribuição de renda.

② Planejamento das atividades médico-sanitárias baseadas em requisitos de integração e coordenação, próprios de um Sistema Nacional, mas, sobretudo, na consideração das diferenças regionais, sociais e culturais que refletem a realidade brasileira.

③ Coordenação pluri-institucional das atividades de saúde nas três órbitas governativas - federal, estadual e municipal. No âmbito federal, dois grandes campos institucionais são definidos prioritariamente:

● o do Ministério da Saúde, de caráter eminentemente normativo, com ação executiva preferencialmente voltada para as medidas e os atendimentos de interesse coletivo, inclusive a vigilância sanitária; e

● o do Ministério da Previdência e Assistência Social, com ação preferencialmente voltada para o atendimento médico-assistencial individualizado.

● Integração operacional ao nível executivo, com a mobilização dos recursos materiais, humanos e financeiros destinados ao Setor, tanto na esfera da União, quanto na dos Estados e Municípios, para a realização dos programas definidos como prioritários. Dentro dessa linha prevê-se:

● o fortalecimento das ações executivas ao nível local, com o aproveitamento máximo das estruturas operativas;

● a organização e custeio dos serviços básicos, mediante a utilização conjunta de recursos federais, estaduais e municipais;

● a integração inter e intra-institucional dos serviços.

● Consolidação e ampliação da rede de serviços básicos de saúde, de conformidade com escalonamento que, vinculando o tipo dos serviços ao quadro nosológico dominante, parta de unidades locais, de grande simplicidade, para estabelecimentos de complexidade tecnológica crescente.

● Valorização dos profissionais de saúde pública, a partir, notadamente, de estímulos salariais, satisfatória especialização técnica e adequadas condições de trabalho.

● Intensificação e difusão dos programas de Saneamento Básico (água e destinação de dejetos), de modo que possam alcançar as comunidades menores e mais pobres.

REALIZAÇÕES PROGRAMADAS

A implementação da estratégia e a consecução dos objetivos prioritários serão conseguidos através de um elenco de realizações com efetivação prevista para o período de 1975-1979.

Destacam-se, nesse sentido, as medidas de coordenação e articulação do setor, os grandes programas de proteção da saúde e vigilância epidemiológica e as atividades de assistência médico-hospitalar e farmacêutica.

● MEDIDAS E COORDENAÇÃO E ARTICULAÇÃO

● Sistema Nacional de Saúde. A instituição, por ato do Congresso Nacional, do Sistema Nacional de Saúde, corporifica a idéia dominante na política traçada para as atividades do setor, no período: a de integração de atitudes e de ações, em todos os níveis de Governo, visando a dar melhor aproveitamento aos recursos humanos e à capacidade instalada no setor. O mecanismo instituído respeita a distribuição de competências, decorrente da organização político-administrativa do País, mas reconhece a necessidade de que os serviços de Saúde, nas três esferas de governo, sejam dispostos e operados de forma sistemática, tendo como contexto a Política Nacional de Saúde, formulada pelo órgão normativo do Sistema - o Ministério da Saúde. De acordo com a linha integrativa de ações especializadas, definem-se campos de ação próprios de cada agência federal, orientados, todos, para a consecução dos objetivos traçados pela Política Nacional de Saúde. Envolvem essas atividades:

● o Ministério da Saúde que, ademais da função normativa, fica com vocação claramente voltada para as ações de larga escala destinadas à proteção da Saúde, inclusive as atividades de pesquisa, fiscalização, vigilância epidemiológica e controle de doenças;

● o Ministério da Previdência e Assistência Social, dedicado nesse campo ao atendimento médico-assistencial individualizado (ações de recuperação da saúde);

● o Ministério da Educação e Cultura, incumbido da formação dos profissionais de saúde, e do treinamento, aperfeiçoamento e especialização do pessoal técnico e auxiliar;

● o Ministério do Interior, com atuação específica no campo do saneamento básico, saneamento ambiental e higiene da habitação;

● o Ministério do Trabalho, com ação sobre os problemas de higiene e segurança do trabalho, inclusive a prevenção de acidentes e das doenças profissionais;

● a ação especializada dos Estados e Municípios, voltada fundamentalmente para o campo executivo de atendimento assistencial, de proteção de saúde e de vigilância epidemiológica.

● PROGRAMA NACIONAL DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA

A vigilância epidemiológica carece, no Brasil, de bases operacionais satisfatórias, que lhe possibilitem o pleno cumprimento de função primordial para a fundamentação da Política de Saúde. Essa função consiste na realização e coordenação de estudos referentes aos fatores que afetam a saúde da comunidade, bem como a ocorrência, propagação e distribuição de doenças - originando as informações necessárias a uma realística programação das atividades de saúde.

A montagem do Programa Nacional de Vigilância Epidemiológica, prevista para o período 1975-1979, requer:

● Medidas institucionais para fundamentação das atividades executivas; que se desdobram em:

● embasamento legal quanto à obrigatoriedade da notificação de doenças transmissíveis e das ações administrativas decorrentes; e

● organização, em forma sistemática, dos serviços de informação e avaliação para fins de vigilância epidemiológica.

● Implantação das agências operadoras do Sistema, compreendendo basicamente:

● a instalação de um Laboratório Central de Referência; e

● a consolidação de uma rede nacional, adequadamente regionalizada, de Postos de Notificação Epidemiológica, e de Laboratórios de Saúde Pública.

Pretende o Governo estabelecer as medidas relativas à notificação compulsória de doenças, à investigação epidemiológica e às ações de controle pertinentes, assim como organizar as atividades de vigilância epidemiológica e instituir o Programa Nacional de Imunizações Básicas (de interesse, este último, para o Programa Nacional de Controle de Doenças Transmissíveis).

● PROGRAMA NACIONAL DE CONTROLE DE DOENÇAS TRANSMISSÍVEIS

Dois campos de atuação deste Programa, - cuja fundamentação informática será assegurada pelo Programa de Vigilância Epidemiológica - destacam-se: o referente às doenças evitáveis por imunização pessoal, e o relativo às endemias transmitidas por vetores.

O Brasil ainda apresenta elevadas taxas de morbidade e mortalidade por doenças transmissíveis, controláveis ou erradicáveis pela vacinação: poliomielite, tuberculose, raiva, tétano, difteria, coqueluche, sarampo e varíola, entre outras, são enfermidades que concorrem com cerca de 40% do total de óbitos ocorridos no País. Nos últimos anos, tomaram séria proporção surtos, antes localizados, de meningite meningocócica, exigindo do Governo pronta ação de controle. O controle de doenças evitáveis pela imunização pessoal - a vacinação - abrange várias moléstias, e visa a debelar por completo o risco de incidências de caráter epidêmico, até a extinção do mal em território brasileiro por falta de transmissor. É óbvia a íntima dependência deste programa com relação à vigilância epidemiológica - no tocante, sobretudo, à fiscalização de portos e outros pontos de possível recepção de transmissores ou portadores.

De outra parte, a ação de controle das grandes endemias que ainda vitimam parcelas substanciais da população orientar-se-á, neste período de 1975-1979, por estratégia operacional que tem em vista uma ação integrada sobre o vetor, o indivíduo doente e o meio-ambiente. Essa estratégia substitui os esquemas convencionalmente adotados, que têm na eliminação do vetor o objetivo único.

As endemias de maior gravidade, no Brasil, vêm sendo combatidas através de campanhas especializadas e departamentalizadas. A nova estratégia de ação modificou esses esquemas, levando a uma integração operacional das campanhas, com decorrente - ou precedente - capacitação polivalente do pessoal.

Transformando-se os antigos "guardas-sanitários" monovalentes, em agentes polivalentes de saúde, aproveita-se melhor a mão-de-obra disponível, reduz-se o custo operacional e limita-se a demanda por novos profissionais. Tirando partido dessa formação polivalente do pessoal, as ações de controle de endemias poderão ser verticalizadas, buscando-se solução para os principais problemas sanitários de cada localidade ou área geográfica, através de programas integrados.

A diversificação de técnicas de controle, e de áreas de incidência, justifica contudo que se distingam as ações de controle por doenças - a partir das chamadas "quarentenáveis", dada a sua importância internacional.

Nesse sentido, cabe dizer que o controle da cólera restringe-se às medidas de vigilância contra eventuais transmissores do exterior, de vez que a moléstia não existe no Brasil. Como medida de política sanitária, entretanto, mantêm-se estoques estratégicos de vacinas anticoléricas, os quais serão ampliados nos exercícios subsequentes.

No tocante à varíola, reconhecida pelas autoridades sanitárias internacionais como plenamente controlada no País, a vacinação e revacinação sistemática da população, mormente quando se tornar obrigatória, constitui medida suficiente para assegurar o permanente controle do mal em território brasileiro.

● ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO

Os problemas de alimentação e nutrição estão diretamente vinculados ao processo de desenvolvimento socio-econômico, constituindo a insuficiência alimentar e a desnutrição causas, e, ao mesmo tempo, efeitos do subdesenvolvimento.

A decisão do Governo de incrementar, coordenadamente, ações diretas no âmbito alimentar e nutricional, tem como objetivo principal acelerar a melhoria das condições de alimentação e de nutrição da população brasileira, visando, com isso, a elevar seus padrões de saúde, índices de produtividade e níveis de renda. Com essa valorização dos recursos humanos no País, pretende o Poder Público incrementar o progresso social, proporcionar uma melhor distribuição dos benefícios resultantes do crescimento do produto nacional, e contribuir, assim, para a aceleração do processo de desenvolvimento.

Para a consecução desses objetivos, tendo em vista a multiplicidade e interdependência dos fatores que condicionam a problemática alimentar e nutricional, o Governo definirá uma política de alimentação e nutrição, desenvolverá um esforço de planificação multisetorial e executará, coordenadamente, diversos subprogramas e projetos consubstanciados no Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (PRONAN).

A ação se desenvolverá sob a coordenação e a orientação do Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN), ao qual compete assistir o Governo na formulação da política nacional de alimentação e nutrição, elaborar o PRONAN, promover sua execução, fiscalizar sua implementação e avaliar periodicamente os resultados.

A programação a ser desenvolvida objetiva minorar, de imediato, o problema de desnutrição dos grupos mais vulneráveis (gestantes, nutrizes e crianças de menos de seis anos) e dos escolares do 1º grau. A médio prazo buscará desenvolver as condições, instituições e capacidade requeridas para planejar e implementar uma política e um programa que cheguem a abranger o conjunto de iniciativas que o Governo está adotando, ou visa adotar, em diversas áreas, relacionadas com a economia alimentar, como sejam, entre outras, o incremento da produção agropecuária, a racionalização do sistema de abastecimento, política de preços especiais para os consumidores de baixa renda e a expansão da produção de alimentos industrializados ao alcance dessa faixa da população.

❶ PESQUISA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

No âmbito do Ministério da Saúde, as instituições de pesquisa médica, cada vez mais debilitadas pela evasão de pessoal, com instalações obsoletas e carentes de recursos materiais adequados, foram sendo dominadas pela frustração, faltando-lhes condições para acompanhar a evolução da metodologia especializada que se verificou em todo o mundo, a partir do início da era nuclear.

Projetos de grande amplitude , a cargo de equipes multidisciplinares, beneficiados pela moderna engenharia de sistemas, executados com êxito em outras áreas, não conseguiram sensibilizar a pesquisa no campo da saúde no Brasil.

Dentro desse contexto, os diferentes órgãos de pesquisa do Ministério da Saúde, em particular o Instituto Oswaldo Cruz, detentor da mais alta tradição científica, sofriam um esvaziamento progressivo de pessoal, material e de incentivo.

A necessidade premente de dar amplo desenvolvimento à pesquisa no campo da saúde torna-se, assim, no Brasil, cada dia mais evidente.

O intenso processo migratório das populações, o crescimento das grandes metrópoles e a conseqüente "ruralização" de suas periferias vão criando novos problemas sanitários e difundindo endemias antes geograficamente limitadas. De outra parte, com a ocupação de territórios virgens, vão sendo encontradas entidades nosológicas até então desconhecidas ou confinadas apenas à fauna silvestre, assim como outras ainda não registradas no País. Os inseticidas, arma de comprovada eficácia, no combate a numerosos vetores de várias das chamadas grandes endemias, vão escasseando no mercado internacional, devido à sua limitada fabricação em vários países produtores, com o que se evidencia a necessidade de encontrar-lhes substitutos ou novas formulações.

Nessas circunstâncias, o Governo decidiu reunir órgãos de investigação científica do Ministério da Saúde com atribuições afins, em uma Fundação, no sentido de coordenar esforços anteriormente esparsos, e eliminar entraves burocráticos à imprescindível flexibilidade estrutural e operacional, bem como facilitar a captação de recursos humanos e financeiros, visando a criar condições adequadas ao desenvolvimento da pesquisa no campo da saúde.

De outra parte os institutos de pesquisa do Ministério da Saúde, sofrerão modificações em sua estrutura para melhor adaptar-se à moderna metodologia de pesquisa.

A integração dos projetos de pesquisa com as demais atividades do Ministério da Saúde propiciará intercomunicação e colaboração certamente valiosa para a saúde pública.

A efetiva coordenação desses Institutos dará ensejo à execução de uma política de pesquisa unificada, e a sua integração no Plano Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico assegurará o apoio multidisciplinar indispensável à pesquisa moderna.

A coordenação com os Planos de Desenvolvimento Regional, Programa do Trópico Úmido, Programa do Trópico Árido, e outros, facilitará a captação de recursos, tornando a pesquisa para a saúde instrumento capaz de contribuir eficazmente para o desenvolvimento regional.

O aperfeiçoamento do pessoal iniciar-se-á com o recrutamento e a seleção e prosseguirá através de estímulos ao mestrado e doutorado.

A política de convidar pesquisadores estrangeiros de alto gabarito para se estabelecerem no País, por períodos de 2 a 5 anos, e assim criar um núcleo, que rapidamente coloque no limiar do conhecimento da área específica um grande número de jovens pesquisadores, deverá ser desenvolvida.

A preocupação com a formação e aperfeiçoamento de pesquisadores não deverá anular a atenção para o aprimoramento de pessoal de nível médio.

O estabelecimento de incentivos que tornem a profissão de pesquisador atraente do ponto de vista financeiro deverá ser feito de modo a compensar o trabalho em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, condição básica para o exercício da atividade em pesquisa.

De modo geral, os Institutos de Pesquisa do Ministério da Saúde dispõem de base física satisfatória. A modernização das instalações apresenta-se, no entanto, como necessidade premente. O equipamento necessita de igual atenção e a sua modernização deverá ser executada em função dos projetos que venham a ser elaborados.

Aos pesquisadores deverá ser propiciado o apoio de peritos em planejamento e análise e engenharia de sistemas para a elaboração, avaliação e aprimoramento de projetos.

O estabelecimento de áreas programáticas prioritárias permitirá melhor captação de recursos, não devendo o mesmo ser encarado como uma limitação à imaginação e criatividade do pesquisador. Dentro de cada área existem inúmeras possibilidades para a pesquisa pura e para a pesquisa aplicada.

Os programas de pesquisa do Ministério da Saúde preocupar-se-ão com a realidade brasileira e com as necessidades do homem brasileiro. Enfermidades com incidência significativa em nosso território e inexistentes em outros países onde se encontram grandes centros científicos, merecerão primordial atenção.

Por outro lado, nas grandes metrópoles, problemas de saúde ambiental, que não se limitam à preocupação com a poluição química, mas se estendem à qualidade de vida em todos os seus aspectos e implicações, estão igualmente a requerer, com urgência, atenção da pesquisa para a Saúde. A ruralização das periferias metropolitanas sugere a oportunidade de ser eliminado o conceito de endemia rural como algo distante do interesse citadino.

As grandes concentrações humanas nas áreas urbanas do País exigem volumosas disponibilidades de produtos alimentares que, para garantia de estocagem e atendimento às exigências dos consumidores trazem na sua composição aditivos químicos, muitos dos quais passíveis de causar malefícios à saúde humana quando ultrapassam os níveis permissíveis. Esses níveis, porém, dependem da capacidade de precisão dos instrumentos e técnicas utilizadas o que, no momento, com a evolução da ciência e da tecnologia, obriga a pesquisa a, periodicamente, a rever quantitativamente essas substâncias nos referidos produtos. Convém, portanto, que esse tipo de pesquisa seja incluída neste programa, pois é sabido que a maioria dos aditivos são importados sendo desejável o estabelecimento de mecanismos de controle a nível nacional.

O estudo da ecologia dos vetores e reservatórios silvestres ensejará melhor conhecimento da manutenção e transmissão das grandes endemias. Permitirá, também a abordagem do controle biológico dos reservatórios silvestres e dos vetores, como alternativa para o caso de limitação ou proscrição do controle químico.

O estudo da imunologia nas grandes endemias poderá propiciar métodos mais rápidos e econômicos de diagnóstico e investigação sobre a possibilidade de se obterem inunógenos contra aquelas enfermidades.

O estudo da terapêutica das grandes endemias buscará medicamentos eficazes e de fácil manejo para o seu tratamento, assim como para o da hanseníase. Com exceção da malária, os recursos disponíveis para o tratamento dessas grandes endemias são ainda inexistentes ou insatisfatórios.

A ecologia humana é um objetivo de pesquisa para a saúde ainda pouco valorizado entre nós. Tanto nas grandes metrópoles como nas áreas em desbravamento, a pesquisa nesse campo é necessária para a elevação da qualidade de vida.

Com relação à problemática de Alimentação e Nutrição, o Ministério da Saúde também deverá exercer coordenação, incentivando organizações de pesquisa com vistas à produção, industrialização e distribuição de alimentos, com ênfase nos enriquecidos e de baixo custo.

● PROGRAMAS ESPECIAIS

Além das realizações mencionadas, merecem destaque, ainda, as seguintes atividades a serem desenvolvidas pelo Governo Federal, na área de saúde, no quinquênio 1975-1979:

- Prestação de serviços médico-assistenciais.
- Previdência Social.
- Aperfeiçoamento de recursos humanos.
- Modernização Administrativa.

PROGRAMAÇÃO PRIORITÁRIA (*)

O Governo Federal executará, na área de saúde, a seguinte programação prioritária, envolvendo recursos da ordem de Cr\$ 38,0 bilhões, no próximo quinquênio:

(*) O valor dos programas, expresso a preços estimados de 1975, refere-se, ao período 1975-1979.

● PROGRAMA NACIONAL DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA

Além das medidas legais e institucionais mencionadas, a ação do Governo contempla ainda, no tocante à vigilância epidemiológica, as seguintes realizações:

● Laboratório Central de Referência. No âmbito do Ministério da Saúde, será implantado o Laboratório Central de Referência do Sistema de Vigilância Epidemiológica, objetivando, sobretudo:

● estabelecer regularmente os padrões de referência e de normas técnicas para a vigilância epidemiológica e o controle de doenças transmissíveis;

● difundir tecnologias avançadas nos mesmos campos;

● promover o aperfeiçoamento dos métodos de produção, controle e preservação de potência de vacinas e outros produtos necessários ao controle de doenças;

● estimular a eficiência dos laboratórios de saúde pública, de modo a torná-los peças básicas do sistema de vigilância epidemiológica.

● Rede de Postos de Notificação. A consolidação de uma rede de Postos de Notificação de doenças transmissíveis aperfeiçoará o sistema de informação e, em consequência, o controle dessas doenças. A inexistência, no País, de um sistema de vigilância bem estruturado, tem impedido o conhecimento

da situação epidemiológica, dando margem a que não sejam satisfatórios o planejamento, a execução e o controle dos programas de combate às doenças transmissíveis. As 27 Unidades de Vigilância Epidemiológica implantadas pela Campanha de Erradicação da Varíola, contando com um total de 6 728 Postos de Notificação, constituem o passo inicial de uma rede de postos que será institucionalizada, ampliada e diversificada para as demais doenças transmissíveis, sobretudo para aquelas que representam risco epidemiológico e são controláveis por agentes imunizantes. Utilizar-se-ão, para tanto, os próprios serviços de saúde existentes, nas esferas pública e privada.

④ Rede de Laboratórios de Saúde Pública. A implantação de uma rede de laboratórios de Saúde Pública destina-se a apoiar os programas de informação para o diagnóstico etiológico de doenças transmissíveis, bem como seu controle. Os laboratórios centrais dos Estados encontram-se em fases diferentes de desenvolvimento, além de não se entrosarem satisfatoriamente com os laboratórios das unidades hospitalares e sanitárias. De outra parte, há uma defasagem entre as áreas de química, bioquímica e hematologia, mais desenvolvidas, e as de microbiologia e imunologia. Os equipamentos são, em grande parte, obsoletos, além de insuficientes; inexistem uniformidade de meios de cultura, antígenos e reativos; faltam técnicas padronizadas, métodos administrativos uniformes, assessoria e supervisão técnica. Programa-se, para o período 1975-1979, a instalação ou fortalecimento de 1 523 Laboratórios locais e estaduais.

④ PROGRAMA NACIONAL DE CONTROLE DE DOENÇAS TRANSMISSÍVEIS

④ Programa Nacional de Imunizações. A implantação de um programa permanente de imunizações, em substituição a campanhas de âmbito local, episódicas, incompletas e, portanto, improdutivas, é projeto prioritário para o próximo quinquênio. Facilita a execução do programa a existência de métodos preventivos eficazes, de baixo custo e possibilidade de aplicação em massa. Dificulta-a, porém, a falta de base legal. A primeira providência para implantação do Programa consiste, pois, na sua fundamentação legal, sobretudo no tocante à obrigatoriedade da vacinação para uma série de doenças transmissíveis. As doenças abrangidas pelo Programa são:

④ com cobertura nacional, as doenças ditas "quarentenáveis" segundo o Regulamento Sanitário Internacional: cólera, peste, varíola e febre amarela;

● com cobertura nacional ou regional, a critério da autoridade sanitária central: sarampo, poliomielite, difteria, coqueluche e meningite meningocócica.

● Campanha Nacional de Combate à Meningite Meningocócica. O surto de meningite meningocócica, em 1973-1974, alarmou a população. Embora a incidência da moléstia não caracterizasse uma epidemia, o Governo decidiu dar-lhe tratamento de choque, através de campanha nacional de vacinação, que, no ano de 1975, atingirá 80 milhões de pessoas, o necessário para se ter segurança estatística de estancamento e rápida regressão do surto. A garantia contra surtos episódicos, ou mesmo generalizados, em anos subsequentes, será assegurada mediante a revacinação periódica de parcelas estatisticamente expressivas da população, nos locais e nas faixas etárias mais vulneráveis à doença.

● Peste Bubônica. Erradicada nos grandes centros, a peste bubônica mantém-se em focos isolados no Nordeste, Minas Gerais e Estado do Rio de Janeiro. Em 1974, a busca ativa de casos revelou que a incidência era maior do que se supunha. Por outro lado, há suspeita de que os focos que se presumiam isolados estão revelando tendência à expansão. Tornou-se imperiosa a elaboração de um programa de real ofensiva contra a moléstia. Ela é transmitida, do rato ao homem, pela pulga. Nas áreas rurais afetadas, o armazenamento, na moradia, do produto da colheita, causa a invasão da residência pelos ratos, e daí, o círculo vicioso da transmissão da peste. O Programa prevê:

● no Ceará, a construção de paióis e melhorias domiciliares, desratização e despulização;

● na Bahia, experimentação de vacina recentemente desenvolvida nos Estados Unidos;

● instalação de pequenos laboratórios para diagnóstico em Ipu (Ceará) e Feira de Santana (Bahia) e de um Centro de Referência e Pesquisa em Pernambuco (Garanhuns e Exu).

● Febre Amarela. A febre amarela já constituiu endemia de alta incidência no Brasil. Praticamente desapareceu dos quadros nosológicos brasileiros. A continuação do programa antiamarílico justifica-se, contudo, considerando que a erradicação do Aedes Aegypti é um compromisso assumido pelas nações do Continente e interessa ao conceito do País, tendo inclusive repercussões no comércio exterior. Objetiva consolidar a erradicação do inseto, promover a vigilância de portos, aeroportos e localidades que tenham intercâmbio com

ã reas que foram infestadas, intensificar a vacinação antiamarílica e reorganizar os serviços de viscerotomia para diagnóstico do mal.

● Malária. O combate regular contra a malária data de 1959, intensificando-se nos últimos dez anos. Com o êxito da campanha, a área flagelada foi-se progressivamente reduzindo. Atualmente, apenas 14 milhões de brasileiros estão expostos à transmissão da malária. No Nordeste, uma área com 6 milhões de habitantes (incluídos nos 14 milhões) aguarda o laudo dos peritos da OMS para ser declarada "área com transmissão interrompida". Assim, em 1975, restarão 8 milhões de brasileiros expostos à endemia, e suscetíveis das campanhas sistemáticas de erradicação. As áreas declaradas "limpas" deverão ser mantidas sob vigilância permanente, para evitar a reintrodução da doença, o que é facilitado pela movimentação de pessoas vindas de zonas onde continua a transmissão. Em 1974, foram iniciados proveitosos entendimentos com o INCRA e os governos locais criando-se melhores condições para a integração do combate à malária com os planos de colonização. A campanha limitar-se-á a áreas particularmente difíceis - litoral de Santa Catarina e Paranã, onde o transmissor, reproduz-se nas águas coletadas nas bromeliáceas, no topo das árvores; Amazônia; onde as migrações nem sempre controláveis, e os desequilíbrios ecológicos, criam situações de controle complexo; bolsões no Nordeste, sobretudo no Vale do São Francisco; Vale do Araguaia. A campanha será mantida em vigor, no período 1975-1979, esperando-se chegar a 1980 com a malária confinada a focos limitados, na Amazônia.

● Esquistossomose. Afetando populações de extensas e importantes áreas do País, a esquistossomose é hoje um problema de dimensão nacional, com especial importância nos focos hiperendêmicos do Nordeste, onde ocorrem as formas mais graves. Recentemente, comprovou-se que a doença está se dispersando perigosamente ao longo dos canais de irrigação construídos no Nordeste e no Vale do rio São Francisco. Foram feitos razoáveis progressos no arsenal de combate à endemia, visando ao duplo aspecto de tratamento de doentes e eliminação dos caramujos vetores. Sabe-se entretanto que o eficiente e definitivo controle da endemia só será possível através de projetos de saneamento básico nas áreas rurais, incluindo abastecimento d'água e conveniente destinação de dejetos. O programa de controle, baseia-se, justamente, nas melhorias sanitárias domiciliares (construção de sanitário e fossa séptica) no meio rural, além do combate químico ao caramujo, nos cursos d'água compatíveis, e do tratamento dos doentes. Será o primeiro programa sistemático no campo da esquistossomose e desenvolver-se-á em áreas contínuas. Com um projeto-piloto, o programa de saneamento rural

contra a esquistossomose será iniciado em 1975, no Estado de Alagoas. Paralelamente proceder-se-á a um amplo inquérito malacalógico, para delimitação da área de dispersão da endemia.

① Doença de Chagas. A dispersão dessa moléstia lhe dá caráter nacional, embora os focos principais permaneçam instalados em certas áreas do Estado de Minas Gerais. A ação de controle terá como operação básica o inquérito triatomínico, com vistas à delimitação da área de infestação do mal. Simultaneamente, dar-se-á seguimento à campanha de erradicação, porém sob nova e mais eficiente estratégia operacional. Esse programa, a ser implantado em 1975, será o primeiro de natureza sistemática, ordenada e intensiva de combate ao mal de Chagas. Aplicar-se-á o BHC para combate ao barbeiro, fazendo-se o expurgo domiciliar, a cada 6 meses, utilizando-se método de expurgo seletivo: uso prévio de substância de menor custo, para desalojar barbeiros, e subsequente aplicação de BHC, onde aparecerem. O trabalho será executado em áreas contínuas. Onde coexistir a malária, os dois programas serão integrados, do ponto de vista operativo.

② Leishmaniose. Tradicionalmente considerada endemia da selva, essa moléstia tem sido descuidada. Registram-se agora casos em áreas há muito desmatadas, inclusive em zonas suburbanas de certas Capitais no Nordeste. A endemia encontra-se em ascensão no País. Foi, por isto, elaborado o primeiro programa de controle da leishmaniose, abrangendo o combate ao vetor (mosquito do gênero *Phlebotomus*) e aos reservatórios (cães e animais silvestres) além do tratamento dos doentes, e da pesquisa para a obtenção de vacina.

③ Lepros. A endemia leprosa encontra-se irregularmente distribuída por todo o território nacional; a Região Norte apresenta os indicadores de mais alta endemicidade, vindo em seguida o Centro-Oeste e o Sudeste. O controle da lepra é baseado no diagnóstico precoce, que permite a cura dos casos iniciais; e no tratamento dos casos antigos, para mantê-los abacilíferos (não contagiantes). O diagnóstico precoce é possibilitado pelo controle regular dos contatos familiares. Daí a necessidade de busca ativa de casos, ao contrário da orientação convencionalmente seguida no País, de espera pelo doente. Em 1974, com o treinamento de pessoal auxiliar, foi possível incrementar a busca ativa de casos na Amazônia. Os primeiros dados, de Santarém, revelam que o número de casos novos aumentou 400% e, pela primeira vez, surgiram casos iniciais entre os novos fichados, chegando-se a 57% de formas iniciais entre os fichamentos do período. Por outro lado, a utilização do tratamento pelo DADDS permitiu a negatização rápida, havendo doentes que deixaram de ser contagiantes 90 dias após o início do tratamento. Em 1975, deverá ser elaborado o programa de controle da

hanseníase, com substanciais investimentos para a importação do DADDS e reforço das estruturas estaduais que operam no combate ao mal. O programa será iniciado na Região Sul e no Nordeste, e fortalecido na Amazônia. Em 1976, serão elaborados programas para o Sul-Leste e para o Centro-Oeste.

② Tuberculose. Prosseguirá o combate à tuberculose, como fortalecimento das atividades ambulatoriais. A nova estratégia - substitutiva da orientação convencional de internações - é muito mais eficiente no controle da moléstia, além de menos onerosa. A prevenção foi iniciada em 1974, com a aplicação do BCH intradérmico, devendo a vacinação ser intensificada a partir de 1975. Espera-se, dessa forma, reduzir a incidência a níveis mínimos, até 1980.

① ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO

③ Alimentação Suplementar e Educação Nutricional. Compreende a distribuição de alimentos suplementares para os grupos vulneráveis de baixa renda, aliada à orientação nutricional. O projeto se desenvolverá em todo o território nacional, com prioridade nas regiões Norte e Nordeste, através da estrutura das Secretarias de Saúde e do Instituto Nacional de Previdência Social-INPS. Para a alimentação suplementar de pré-escolares, poderá ainda ser utilizada a rede escolar de 1º grau.

④ Educação e Assistência Alimentar de Escolares. O programa atualmente em execução pela Campanha Nacional de Alimentação Escolar (CNAE) será ampliado e fortalecido de maneira a atingir maior número de escolares.

⑤ Combate a Carências Nutricionais Específicas. Utilizando alimentos de uso corrente no País com vistas, principalmente, a grupos de baixa renda, procurar-se-á corrigir determinadas carências nutricionais que atingem parcela significativa da população, particularmente no que se refere ao iodo, fluor, ferro e vitaminas.

⑥ Estímulo à Produção e ao Consumo de Alimentos em Áreas Rurais de Baixa Renda. Será desenvolvida uma ação dirigida especificamente aos pequenos agricultores, através da Empresa Brasileira de Extensão Rural, objetivando o melhoramento do estado nutricional de suas famílias e a melhoria da oferta local de alimentos.

④ Desenvolvimento da Tecnologia de Processamento de Alimentos de Elevado Valor Nutritivo e Incentivos à sua Industrialização. Com o apoio da FINEP e do BNDE, as ações nesse sentido serão realizadas através dos Institutos de Tecnologia de Alimentos-INAN e junto à indústria nacional de alimentos.

④ Estudos e Pesquisas em Alimentação e Nutrição. Este projeto prevê:

● avaliação sistemática da situação alimentar e nutricional da população, particularmente através de pesquisas e estudos do IBGE;

● fomento da pesquisa agrícola para o desenvolvimento de alimentos com maior valor nutritivo, em articulação com a EMBRAPA;

● estudos sobre políticas agrícolas nutricionalmente orientadas, através da SUPLA (Ministério da Agricultura).

④ Capacitação de Recursos Humanos. O fortalecimento das instituições componentes do sistema nutricional brasileiro será realizado, principalmente, pela capacitação de seu pessoal, desde o nível de planejamento, ao de execução de projetos, através de diferentes tipos de treinamento em instituições nacionais e no exterior.

④ Fiscalização de agentes terapêuticos e Controle Sanitário dos Alimentos. A ação fiscalizadora do Governo, no que concerne a medicamentos e a sangue humano, será fortalecida pelos meios institucionais, materiais e financeiros necessários. A situação insatisfatória do comércio de sangue humano exige ação reguladora enérgica, que reflita uma política clara sobre a matéria, que está a cargo da Comissão Nacional de Hemoterapia. A definição dessa política partirá da necessidade de frear a multiplicação desordenada de "bancos de sangue" privados, bem como de realizar mais rigoroso controle do aproveitamento industrial do sangue humano. Quanto aos medicamentos, a melhoria da fiscalização depende da modernização administrativa do Ministério da Saúde, com o reaparelhamento do Laboratório de Controle de Drogas, Medicamentos e Alimentos. Paralelamente, deverá ser atualizada a legislação e definidas competências no tocante às agências oficiais envolvidas na fiscalização qualitativa e no controle sanitário de medicamentos e alimentos. Particularmente, no campo de alimentos, realizar-se-á a harmonização de competências, hoje distribuídas entre os Ministérios da Saúde e da Agricultura.

● PESQUISA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

Os programas de pesquisas deverão adotar um enfoque sistêmico, com a formação de equipes multidisciplinares, para que os mesmos possam abranger os vários aspectos do problema que se deseja estudar de modo mais racional e eficiente.

Deverá ser dada ênfase ao treinamento, procurando-se formar pessoal de todos os níveis para o desenvolvimento das pesquisas e sua coordenação.

Programas como o PROTAP, devem ser solicitados a colaborar na formação de "coordenadores de pesquisa", que em suas diferentes fases, poderão ser executadas em diversos laboratórios, por vezes pertencentes a instituições distintas, que atuem numa mesma área de interesse.

Prevê-se, também, a reforma administrativa e remodelação total, na parte física da Fundação Oswaldo Cruz, a construção de nova sede para o Instituto Evandro Chagas (Belém-Pará), reformas, adaptação de instalações, reequipamento e aquisição de material permanente e de consumo para as demais unidades.

No elenco de projetos encartados neste tópico, destacam-se como especialmente úteis ao desenvolvimento de atividades operacionais na área de saúde:

● Pesquisa em Esquistossomose: estudo de esquistossomose (IOC); esquistossomose experimental (IOC); esquistossomose mansônica - estudo sobre tratamento específico (IOC), pesquisa sobre esquistossomose mansônica (IOC) e pesquisa a esquistossomose (INERU).

● Pesquisas em Doenças de Chagas: pesquisa sobre os vetores da Doença de Chagas (IOC); caracterização de sistemas enzimáticos no corpo gorduroso de barbeiros, vetores da Doença de Chagas (IOC); pesquisas quimioterápicas sobre Doenças de Chagas (IOC) e pesquisas aplicadas à Doença de Chagas (INERU) - tentativas de proteção contra infecções experimentais com "T" (s) CRUZZI (IOC).

● Pesquisas em Lepra: estudos sobre etiopatogenia da Lepra, abrangendo a imunidade celular e a transmissão experimental (IL) e estudo sobre a patogenia, diagnóstico e terapêutica da Lepra (IL).

● PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICO-ASSISTENCIAIS

O campo de prestação de serviços médico-assistenciais individualizados, de responsabilidade preferencial do Ministério da Previdência e Assistência Social, envolve as seguintes atividades:

- educação sanitária;
- exames para fins diagnósticos e correlatos;
- assistência e serviços de profissionais e de técnicos, em domicílio, consultório, ambulatório, hospital ou outras instalações especiais;
- fornecimento e aplicação de produtos profiláticos, biológicos, terapêuticos, próteses, órteses e outros meios de recuperação.

● Rede Básica de Assistência Médico-Sanitária. Será fortalecida e consolidada, em todo o País, principalmente em regiões de menor desenvolvimento econômico, a rede unidades de assistência médico-sanitária e vigilância epidemiológica. A presença dessa rede é mais importante nas áreas onde se realizam programas de penetração demográfica-econômica e para as quais se verificam explosivos afluxos de grupos populacionais. Para a consecução do projeto, será fortalecida a Fundação SESP, a fim de que possa levar a cabo a operação satisfatória da rede de atendimento pré-existente, e sobretudo a sua ampliação, com ênfase nas áreas de penetração pioneira. A política de integração com os Estados e Municípios, que tem orientado a ação da Fundação SESP, traduz a linha estratégica da Política Nacional de Saúde, e será, portanto, incentivada.

● Interiorização da ação sanitária. O projeto será implantado, experimentalmente, em 250 municípios do Nordeste. Resumidamente, seus objetivos são:

- prover de assistência médico-sanitária municípios carentes desse benefício;
- promover a fixação do médico em pequenas comunidades, oferecendo-lhe oportunidade de adquirir prática no campo da saúde pública;

- ② estender, como consequência, a rede básica de assistência médico-sanitária;
- ③ realizar o treinamento, em serviço, de médicos, e de pessoal auxiliar recrutado na própria comunidade;
- ④ ampliar e melhorar a coleta de informações necessárias à atuação do sistema de vigilância epidemiológica e do programa de controle de doenças transmissíveis.

Prevê-se a celebração de convênios com os municípios a serem beneficiados, mediante os quais as prefeituras responsabilizar-se-ão pelo fornecimento das instalações e pela prestação dos serviços auxiliares, cabendo à União o encargo da designação e manutenção do médico.

⑤ Saúde Mental. O problema da saúde mental é particularmente sério em virtude dos encargos sociais gerados. O Ministério da Saúde mantém hospitais psiquiátricos que são meros depósitos de doentes e absorvem a quase totalidade da verba disponível para a saúde mental. De acordo com a política do Sistema Nacional de Saúde, esses asilos deverão ser transferidos para o Ministério da Previdência e Assistência Social. Poderá o Ministério da Saúde dedicar-se, então, ao desenvolvimento da ação normativa baseada no tratamento ambulatorial (menos oneroso, mais eficaz e humano), com preservação da estrutura familiar. Experiências em Estados, como Alagoas, comprovam a validade dessa orientação. Sua generalização dependerá de substanciais investimentos sobretudo na formação e aperfeiçoamento do pessoal especializado, o qual será, como regra, vinculado aos quadros executivos estaduais e municipais.

⑥ Câncer. O Programa Nacional contra o Câncer, elaborado durante o Governo anterior, dispõe de amplos recursos e boa coordenação. Foi conservado no Governo atual e possibilitará a realização do diagnóstico precoce em todas as unidades da Federação e também o tratamento oportuno.

⑦ Proteção Materno-Infantil. Dada a importância e vulnerabilidade do grupo materno-infantil, é clássico em saúde pública um destaque prioritário às medidas tendentes à proteção a este contingente populacional. A execução centralizada dos atendimentos, que já orientou a ação federal, mostrou-se ineficiente. A nova estratégia fundamenta-se no princípio geral da integração. Visa a incentivar e racionalizar a execução das medidas de proteção materno-infantil, através das estruturas de Saúde dos Estados, Territórios e Municípios,

além de outras agências de saúde das próprias comunidades. Caberá ao Ministério da Saúde, na coordenação do programa, fornecer auxílio técnico-financeiro às entidades estaduais, principalmente com vistas à implantação de normas técnicas e operativas que possibilitem o aumento do rendimento e a correta avaliação de resultados.

● AÇÃO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

● Desenvolvimento de Assistência Ambulatorial. Na linha dos serviços previdenciários de assistência médico-hospitalar, a programação em estudo tem por metas principais quanto ao atendimento ambulatorial:

● assegurar aos beneficiários, em média, 2 consultas médicas e 4 atos complementares, por ano.

● fornecer, em média, gratuitamente, por consulta médica prestada, dois medicamentos da Relação Natural de Medicamentos (CEME), tendo como meta 50% das consultas atendidas;

● estabelecer a rede de atendimento para a assistência ambulatorial, segundo a regionalização e a inscrição dos usuários, definidas as formas de assistência domiciliar e áreas de atendimento das unidades de saúde públicas e privadas e das empresas empregadoras;

● desenvolver o controle, triagem e encaminhamento de atendimentos para internações hospitalares.

● Desenvolvimento de Assistência Hospitalar. As metas da Previdência Social, no campo da assistência hospitalar, são:

● levantar o mapa sanitário das unidades hospitalares existentes, segundo a localização e área de cobertura, especificando recursos materiais e equipamentos disponíveis;

● promover a modernização da rede hospitalar governamental e privada, e incentivar a adequada distribuição topográfica das unidades que vierem a ser instaladas;

● divulgar e promover o conhecimento da moderna gestão hospitalar entre os prestadores de assistência hospitalar;

● ampliar para 5%, sobre o número total dos leitos hospitalares do País, o número de leitos de propriedades das instituições de Previdência Social (INPS e IPASE).

● Desenvolvimento da Assistência Farmacêutica. Estudam os órgãos previdenciários, na área assistencial, a possibilidade de alcançar as seguintes metas no tocante à assistência farmacêutica;

● ampliar o número de convênios entre a CEME e os distribuidores de seus medicamentos, visando ampliar a cobertura da assistência farmacêutica e adotar sistemas de estocagem periférica;

● assegurar a viabilidade financeira de assistência farmacêutica, considerando distintamente a clientela sob regime de gratuidade e de participação no custeio;

● adequar o sistema de produção, controle de estoques e distribuição de medicamentos, em termos de demanda atendida e economia de escala.

● APERFEIÇOAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

Com o propósito de ajustar o sistema institucional de saúde à nova realidade social e sanitária do Brasil o Ministério da Saúde estabeleceu um elenco de programas, que buscam prover o setor de recursos humanos de que, qualitativa e quantitativamente, necessita. Serão desenvolvidos os seguintes projetos, visando ao aperfeiçoamento da complexa estrutura formadora dos recursos humanos para o setor:

● Preparação de recursos humanos para a saúde, sobretudo na área de Saúde Pública.

④ Consolidação do Programa Nacional de Preparação de Pessoal para a Saúde.

④ Estudos sobre as necessidades de recursos humanos para a Saúde.

Em apoio a essa programação, está o Ministério da Previdência e Assistência Social procedendo a estudos com o objetivo de:

④ assegurar o treinamento de estagiários e médicos-residentes na rede hospitalar sob seu controle;

④ possibilitar a permanente atualização dos profissionais vinculados, mediante programas de reciclagem e pesquisa baseados na sua rede própria.

A ênfase na valorização dos profissionais de Saúde Pública justifica a intensificação dos programas de especialização, prevendo-se para isso esquema operacional assim ordenado:

④ o Instituto Castelo Branco, da Fundação Oswaldo Cruz, será a entidade central da especialização de Sanitaristas;

④ cursos básicos de curta duração (seis meses) serão ministrados regionalmente, para especialização de Médicos de Saúde Pública;

④ os formandos como Médicos de Saúde Pública poderão, com um segundo semestre, completar o curso de Sanitarista no I.C.B..

Para o cumprimento desse programa, e em convênio com Universidades locais, deverão ser instalados cursos de Saúde Pública em Belém, Recife, Salvador, Belo Horizonte e Porto Alegre.



MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

O Ministério da Saúde promoverá reformas na sua organização estrutural, adequando-a às suas linhas de ação, destacando-se a implantação de um Sistema de Informação, para melhor conhecimento da realidade brasileira no que concerne ao Setor. O Sistema proposto será descentralizado, de modo a oferecer condições à programação setorial, por região, e alimentar o núcleo do sistema com informações que permitam o planejamento racional das ações.

Serão desenvolvidos modelos de atendimento que permitam dar maior cobertura às populações das áreas rurais, através de regionalização e sistematização de serviços, e, interiorização das ações sanitárias apoiadas numa infraestrutura eficiente.

*

4

Expansão e Modernização da Agricultura

ESTRATÉGIA E OBJETIVOS

① DIRETRIZES GERAIS

A estratégia definida para o desenvolvimento agropecuário visa a transformar, progressivamente, a agricultura brasileira, em setor dinâmico e moderno, capaz de contribuir, mais significativamente para a expansão do PIB e para o bem-estar social. O Governo terá uma participação destacada nesta transformação, devendo utilizar diversos instrumentos para o alcance dos seguintes objetivos principais:

- ② expansão da fronteira agrícola;
- ③ incremento da produção e produtividade nas áreas tradicionais;
- ④ aumento da oferta e melhoria da distribuição de insumos modernos.

⑤ Expansão da Fronteira Agrícola, mediante:

- ⑥ investimentos na infra-estrutura básica de apoio, com recursos canalizados à abertura e melhoramento de estradas vicinais e à montagem de uma rede de serviços de transporte, armazenamento, crédito e serviços de mecanização agrícola;

- política de uso da terra para fins agropecuários, envolvendo o levantamento e exame da titulação, ratificação e legitimação de posses, com base legal;

- mobilização de mão-de-obra, facilitando o funcionamento do mercado de trabalho, abrindo oportunidades ao remanejamento da força de trabalho agrícola em escala intra e inter-regional;

- estímulo à criação de entrepostos comerciais para a distribuição de insumos agrícolas;

- colonização das regiões Centro-Oeste e Norte, dentro de uma política de ocupação onde coexistam e se complementem, no uso de certos fatores de produção e na comercialização, empresas de diferentes tamanhos;

- desenvolvimento de pesquisas compatíveis com as prioridades regionais;

- incremento da extensão rural nas áreas pioneiras.

- Incremento da Produção e Produtividade nas Áreas Tradicionais, através de:

- investimentos em pesquisa e extensão, com a realização de levantamentos e estudos para viabilizarem a adoção de pacotes tecnológicos existentes, inclusive maior especialização de pesquisa e extensão, e ênfase em programas com jovens;

- investimentos em infra-estrutura secundária de apoio, visando ao reforço da infra-estrutura básica existente; incluindo investimentos em melhoramento de estradas, principalmente as vicinais, em irrigação, em eletrificação rural e em armazenamento especializado;

- melhoria de comercialização, incluindo a abertura de entrepostos comerciais, aperfeiçoamento dos serviços de informação de mercado e concessão de incentivos ao melhor e maior fornecimento de insumos modernos.

- Aumento da Oferta e Melhoria da Distribuição de Insumos Modernos, contemplando:

① fertilizantes e corretivos: promover o redimensionamento das importações necessárias diante da conjuntura mundial no setor; será estudada a viabilidade de aumentar substancialmente a produção nacional de nutrientes básicos;

② mecanização: manter a oferta de máquinas e implementos agrícolas ao nível da demanda;

③ defensivos: redimensionamento das importações necessárias, tendo em vista a atual conjuntura mundial, e incentivar a produção nacional;

④ sementes: dinamizar a produção e distribuição, transferindo para o setor privado estas atribuições;

⑤ rações: manter um nível de produção e qualidade condizentes com as necessidades da pecuária e estudar a viabilidade da substituição de determinados ingredientes para outros de menor custo;

⑥ produtos veterinários: promover, através do setor privado, a produção de vacinas e soros em quantidade e qualidade suficientes para atender à demanda.

Outros aspectos relevantes para o Desenvolvimento Agrícola valem ser mencionados:

⑦ execução da reforma agrária e de programas de distribuição de terras em áreas prioritárias;

⑧ investimentos em educação formal, com ênfase em programas de alfabetização e treinamento básico de mão-de-obra;

⑨ desenvolvimento de programas em pesquisa básica, visando à criação de novas tecnologias;

⑩ realização de pesquisa visando à melhoria da nutrição humana no meio rural;

⑪ difusão de incentivos para a conservação e recuperação dos solos;

- ④ adequação do Imposto Territorial Rural (ITR), objetivando o melhor uso da terra e a valorização da mão-de-obra;
- ④ investimentos na atividade pesqueira;
- ④ adequação dos serviços de comercialização, procurando maior participação do produtor no preço final do produto;
- ④ conclusão do Sistema de Centrais de Abastecimento;
- ④ formação de estoques reguladores;
- ④ aprimoramento e dinamização da política de preços mínimos;
- ④ estabelecimento de um sistema de seguro rural;
- ④ reestruturação das normas de crédito rural;
- ④ dinamização dos serviços de fiscalização, inspeção e padronização do Ministério da Agricultura, para produtos e insumos agrícolas;
- ④ incentivos à criação de empresas privadas de prestação de serviços, com ênfase nas formas cooperativistas;
- ④ capacitação gerencial para grandes, pequenos e médios agricultores;
- ④ ênfase no desenvolvimento social rural.

④ OS OBJETIVOS DA PRODUÇÃO

④ Demanda Interna. De acordo com as previsões de incremento da população e da renda, a expansão da demanda potencial interna para os produtos agrícolas deverá atingir, entre 1975 e 1979, uma taxa anual da ordem de 5,7%, sendo 4,2% para os produtos da lavoura e 7,6% para os produtos da pecuária. A expansão da demanda interna potencial agregada para um grupo de produtos selecionados é indicada a seguir:

PRODUTOS SELECIONADOS	NO PERÍODO (%)	MÉDIA ANUAL (%)
Algodão	24,0	4,4
Arroz	23,6	4,3
Banana	39,7	6,9
Batata-Inglesa	36,9	6,5
Café	20,8	3,8
Cana-de-Açúcar	18,9	3,6
Feijão	14,8	2,8
Laranja	33,2	5,9
Mandioca	9,3	1,8
Milho em Grão	35,1	6,2
Soja	64,7	10,5
Trigo em Grão	31,4	5,6
Carne Bovina	45,2	7,8
Carne Suína	48,4	8,2
Carne Avícola	101,1	15,0
Leite	41,5	7,2
Ovos	42,9	7,4
LAVOURA	26,2	4,8
PECUÁRIA	44,1	7,6
AGROPECUÁRIA	31,9	5,7

④ Demanda e Oferta Externa. Dos principais produtos, o algodão, o açúcar, a soja, o milho, o suco de laranja, o amendoim, o óleo de mamona, o fumo, e a castanha de caju, apresentam potencial para expandirem as suas exportações. Estima-se que os cinco primeiros produtos deverão ser responsáveis por grande parte do incremento previsto nas exportações. No caso do açúcar, o crescimento das exportações ficaria na dependência da manutenção da atual conjuntura açucareira mundial. O café apresenta um sério problema de deficit de produção, estimando-se que o equilíbrio entre a oferta e a demanda somente deverá ser alcançado em 1976-1977, quando 600 milhões de novos cafeeiros passarão a produzir. As projeções da oferta e demanda mundiais revelam um equilíbrio ou excesso de produção para algodão, fumo, soja, óleo de soja, milho e suco de laranja. Contudo, a pequena participação relativa do Brasil no mercado internacional, para a maioria desses produtos, o crescimento previsto para a demanda mundial, fatores conjunturais ligados à produção mundial e preços competitivos do Brasil, indicam grandes possibilidades de ampliação nas exportações, mediante o desenvolvimento de agressivas políticas comerciais, visando a dotar o País de uma participação mais efetiva nas exportações mundiais de produtos considerados.

④ Oferta Interna de Produtos Agropecuários. Tendo como base a demanda interna, as perspectivas do mercado internacional de produtos agrícolas e o potencial de produção, estabeleceu-se a taxa de 6,7% como meta anual de crescimento da oferta de produtos de agropecuária, sendo 6,6% para as lavouras e 7,0% para a pecuária. Adicionando-se a expansão dos estoques da pecuária, ter-se-á um crescimento de 7,8% para este subsetor, resultando em uma expansão de 7,0% para o setor agrícola:

PRODUTOS SELECIONADOS	PRODUÇÃO EM 1 000 t	
	MÉDIA ANUAL NO PERÍODO 1969-1971	METAS DE PRODUÇÃO PARA ATENDER A DEMANDA POTEN- CIAL INTERNA E EXPORTA- ÇÕES 1979 (1)
Algodão em Carvão	2 112	3 094
Arroz em Casca	6 847	10 260
Banana	9 741	18 723
Batata-Inglêsa	1 556	2 956
Café em Grãos	1 196	2 083
Cana-de-Açúcar	78 460	139 666
Feijão	2 366	3 174
Laranja	3 084	7 661
Mandioca	29 922	38 163
Milho	13 679	28 429
Trigo	1 743	3 558
Soja em Grãos	1 547	12 804
Carne Bovina	1 840	2 925
Carne Suína	291	547
Carne Avícola	85	804
Leite	7 190	11 141
Ovos	608	1 150

(1) Inclusive perdas e sementes para uso da agricultura brasileira.

A meta de crescimento da oferta setorial, à taxa anual de 6,7% além de mais viável, atende, por outro lado, às exigências da demanda interna e às possibilidades de expansão das exportações. A obtenção desta taxa de crescimento exigirá um esforço excepcional, em termos de recursos financeiros e de recursos humanos. A racional utilização desses recursos deverá provocar uma profunda modificação das técnicas agrícolas atualmente empregadas, acarretando um substancial aumento de produtividade, conforme se verifica no quadro a seguir.

PRODUTOS	PRODUTIVIDADE MÉDIA ANUAL (t/ha)					VARIAÇÃO NO PERÍODO				
	1959-1961	1964-1966	1969-1971	1979	1960-1965	1965-1970	1960-1970	1970-1979		
Arroz	1,62	1,54	1,43	1,91	- 4,9	- 7,1	- 11,7	33,6		
Banana	27,73	29,13	35,85	46,61	5,1	23,1	29,3	30,0		
Batata-Inglesa	5,57	6,29	7,26	10,64	12,9	15,4	30,3	42,7		
Café	0,99	0,78	0,97	(2)	-21,2	24,4	- 2,0	(2)		
Cana-de-Açúcar	42,50	44,86	45,92	49,59	5,6	2,4	8,0	8,0		
Feijão	0,67	0,66	0,54	0,64	- 1,5	- 3,0	- 4,5	18,5		
Laranja	14,95	14,57	15,50	16,28	- 2,5	6,4	3,7	5,0		
Mandioca	13,16	14,12	14,66	15,32	7,3	3,8	11,4	4,5		
Milho	1,29	1,29	1,37	2,21	0,0	6,2	6,2	61,1		
Trigo	0,56	0,83	0,94	1,04	48,2	13,3	67,9	10,6		
Tomate	13,12	15,50	16,93	20,32	18,1	9,2	29,0	20,0		
Soja	1,20	1,11	1,18	1,48	- 7,5	6,3	- 1,7	25,4		
Cacau	0,35	0,34	0,47	0,61	- 2,9	38,2	34,3	29,8		
Algodão (1)	0,99	0,89	1,09	1,56	-10,1	22,5	10,1	43,1		
Arandoim	1,37	1,31	1,31	1,52	- 4,4	0,0	- 4,4	16,0		
Fumo	0,76	0,87	0,99	1,29	14,5	13,8	30,3	30,0		

NOTA: (1) Não considera as regiões Norte e Nordeste.

(2) Depende do grau de êxito no combate à ferrugem.

Posto que serão limitadas as possibilidades de expansão dos fatores mão-de-obra e terra, o crescimento setorial à taxa estabelecida será viabilizado através de intensificação do uso de insumos modernos. Assim, para que o setor agrícola cresça a 7,0% ao ano, a expansão anual do uso de fatores deverá ocorrer a 3,0% para mão-de-obra (inclusive absorção de subemprego), de 4,5% para o fator terra, de 14% para fertilizantes, de 13% para defensivos, e de 15% para máquinas agrícolas. Além disso, deverão ser utilizadas maiores proporções de sementes melhoradas, inseminação artificial, rações, medicamentos e outros fatores do que as atualmente empregadas, como consta em projetos específicos.

⊗ Oferta Regional. As estimativas do crescimento médio anual da oferta de produtos do setor agropecuário no período 1975-1979, segundo as grandes regiões, evidenciam que o Centro-Oeste deverá liderar a taxa de expansão, apresentando uma média anual de 9,3% sendo seguida pela Região Norte (8,4%), Região Sul (7,0%), Região Sudeste (6,5%), e Região Nordeste (6,1%). A Região Centro-Oeste obterá também a maior taxa de aumento do produto agrícola (oferta de produtos acrescidos da formação de estoque da pecuária), com um total de 9,9% ao ano, vindo a seguir as regiões Norte (9,2%), Sul (7,1%), Sudeste (6,8%) e Nordeste (6,2%).

REGIÃO	SUBSETORES			AGROPECUÁRIA	
	LAVOURAS	PECUÁRIA		OFERTA DE PRODUTOS (1)	TOTAL (2)
		OFERTA DE PRODUTOS (1)	TOTAL (2)		
Norte	8,3	8,4	10,0	8,4	9,2
Nordeste	6,1	6,1	6,6	6,1	6,2
Sudeste	6,4	6,7	7,6	6,5	6,8
Sul	7,0	7,0	7,4	7,0	7,1
Centro-Oeste	8,6	10,3	11,8	9,3	9,9
BRASIL	6,6	7,0	7,8	6,7	7,0

(1) Exclusive variações no estoque da pecuária.

(2) Inclusive variações no estoque da pecuária.

No estabelecimento das metas para o crescimento regional, seguiu-se o mesmo procedimento utilizado para o crescimento global, admitindo-se, no entanto, razoável mobilidade inter-regional da produção. Assim, os principais fatores condicionantes da oferta foram a demanda global para os diversos produtos, a disponibilidade de fatores de produção e a capacidade de absorção de insumos modernos. As metas de utilização de fatores de produção das lavouras, segundo as regiões fisiográficas, são as seguintes:

FATOS	R E G I Õ E S					BRASIL
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	
Mão de Obra ⁽¹⁾	5,9	5,0	2,5	4,0	5,0	3,6
Terra	7,0	5,0	4,0	2,1	8,0	4,0
Fertilizantes e Defensivos	10,0	10,0	16,0	17,0	10,0	15,0
Capital	16,0	15,0	12,0	11,5	20,0	13,0

(1) Inclusive absorção de subemprego.

⊗ Balanco entre a Oferta e a Demanda. Tendo em vista as metas de crescimento da oferta e a estimativa da demanda até 1979, conclui-se que a produção das lavouras deverá satisfazer à demanda interna para os produtos mais importantes, com exceção do trigo. Em decorrência da grande capacidade de intermutabilidade das culturas, a maioria dos produtos da lavoura terá sua oferta orientada pela procura. Por essa razão, considerando o mercado internacional, espera-se equilíbrio a longo prazo entre a oferta e a demanda interna do arroz, da banana, da batata-inglesa, do feijão e da mandioca. No tocante ao trigo, prevê-se um crescimento anual da oferta de 8,3%, contra uma expansão da demanda de 5,6%, o que permitirá uma importante redução relativa da dependência de importações. Outros produtos, em consequência da melhor possibilidade de colocação no mercado externo, terão uma oferta superior à demanda interna. O crescimento anual da demanda potencial para os produtos da lavoura ocorrerá à taxa de 4,8% ao ano, enquanto que a meta para crescimento anual das lavouras é de 6,6%. Verifica-se, portanto, que a produção da lavoura apresenta um superavit de 1,8% ao ano. Isso implica em um potencial de acréscimo das

exportações desse grupo da ordem de 11,1% ao ano. Tendo em vista as condições do mercado internacional e a necessidade de formação de estoques reguladores, a meta da expansão das exportações dos produtos da lavoura foi fixada em 8,5% ao ano. O potencial de excedente exportável das lavouras deverá ser dividido entre aqueles produtos cujas condições de comércio exterior e de produção permitam sua colocação no mercado internacional:

DISCRIMINAÇÃO	CRESCIMENTO ANUAL (%)
Crescimento possível em função dos excedentes da lavoura	11,1
Retiradas para a formação de estoques reguladores	2,6
Saldo e meta de aumento das exportações agropecuárias	8,5

No grupo da pecuária, apresentarão deficit a carne bovina, a carne suína e o leite. Entre os produtos selecionados, espera-se o equilíbrio apenas no mercado de carne avícola e ovos, os quais têm possibilidades limitadas no mercado externo. De um modo agregado, os produtos da pecuária apresentam um deficit potencial de 0,6% ao ano, não possuindo excedentes exportáveis, como se indica a seguir:

DISCRIMINAÇÃO	CRESCIMENTO ANUAL DA OFERTA (%) (A)	DEMANDA	
		CRESCIMENTO ANUAL (%) (A)	DEFICIT OU SUPERAVIT (A-E)
Lavoura	6,6	4,8	1,8
Pecuária	7,0	7,6	- 0,6
Agropecuária	6,7	5,7	1,0

● Elevação da Renda Gerada pelo Setor Agrícola. A elevação da renda gerada pela agricultura será obtida através do aumento da produção, resultante do crescimento da área cultivada e da maior produtividade. A expansão da área cultivada far-se-á por meio da implantação de uma infra-estrutura de apoio que permita o deslocamento da fronteira agrícola, e através da colocação de terras menos produtivas em disponibilidade para o uso agrícola. Os ganhos em produtividade, de outra parte, decorrerão de um melhor nível de educação formal e técnica e difusão de novas técnicas de produção e de maior utilização de insumos modernos. Estes resultados serão obtidos por meio de investimentos em capital social básico, educação, pesquisa, extensão, colonização e reforma agrária. Outros instrumentos a serem utilizados serão a melhor distribuição sazonal da oferta e o aumento da participação do agricultor no preço final. No primeiro caso, pretende-se oferecer meios para que o produtor não seja induzido a desfazer-se de sua produção imediatamente após a colheita, o que resultaria, quase sempre, em receber preços baixos. A um preço médio, a partir de um padrão menos variável, embora igual ao que resultaria de uma oferta irregularmente distribuída, o agricultor elevará sua renda real, ao passo que o distribuidor não terá reduzidas suas margens nem o consumidor seu bem-estar. O benefício disso recairá, principalmente, sobre o agricultor de menores recursos, o que é socialmente desejável. Programas visando a regular o fluxo da oferta incluem obras de infra-estrutura agrícola, crédito ligado à garantia de preços, estoques reguladores e maior eficiência do sistema de comercialização e preços. A melhoria do sistema de comercialização, resultará em maior participação do agricultor no preço final do produto, pela sua intervenção no processo. Isto será obtido, entre outros meios, através de incentivos à formação de cooperativas de compra, venda e processamento, em que parte do valor adicionado ao produto será absorvido pelo próprio produtor. O Governo evitará medidas de elevação de renda através de manipulação nos preços relativos, que na maioria dos casos, agem em prejuízo dos objetivos gerais definidos para o setor agrícola. A atuação do Governo neste campo se limitará a evitar flutuações excessivas nos preços, de modo a permitir que os mesmos caminhem próximos a um ponto de equilíbrio. Esta política deverá contribuir para maior estabilidade dos preços e, conseqüentemente, da produção.

● Melhoria da Distribuição de Renda no Setor Agrícola. A melhoria na distribuição de renda no setor agrícola será alcançada através da ampliação das possibilidades de acesso de um maior número de pessoas aos fatores produtivos e de melhor remuneração da força de trabalho. Como o maior acesso aos fatores produtivos depende do conhecimento sobre o seu manejo e controle, e a melhor remuneração da força de trabalho depende de sua conveniente alocação

e capacitação, ambas as soluções vão exigir intensos programas de educação formal e técnica, programas de saúde e nutrição e, bem assim, o aperfeiçoamento da previdência social.

REALIZAÇÕES PROGRAMADAS



FATORES DE PRODUÇÃO



RECURSOS HUMANOS

Estima-se que a demanda por mão-de-obra no Setor Agrícola se elevará de 3,0% ao ano. Tendo em vista que a população economicamente ativa no meio rural deverá crescer à razão de 0,5% ao ano, ocorrerá, em consequência, significativa absorção do subemprego, acompanhada de substanciais aumentos da produtividade.

Em termos relativos, a Região Norte liderará a absorção de mão-de-obra para a lavoura, com um acréscimo de 5,9% ao ano, sendo seguida pelo Nordeste (5,0%), Centro-Oeste (5,0%), Sul (4,0%) e Sudeste (2,5%).

Para maior eficiência na alocação e uso de recursos humanos e financeiros, o processo de desenvolvimento agrícola deverá ser integral, envolvendo simultaneamente, educação formal, extensão e introdução de novas tecnologias.

O potencial de treinamento existente em algumas universidades rurais deverá ser utilizado, com o objetivo de criar condições para que as escolas técnicas de agricultura possam desempenhar uma importante função no atual processo de desenvolvimento da economia. Ao nível de ensino superior e pós-graduado, procurar-se-á fortalecer as escolas existentes evitando-se a proliferação das mesmas, de modo a garantir um alto nível de ensino.

Até 1979, cerca de 70% da área cultivada do País deverá estar coberta pela extensão rural. Naquele ano, perto de 2 milhões de propriedades agrícolas estarão assistidas, por uma ou outra forma de assistência técnica, o que permitirá o alcance das metas de desenvolvimento da tecnologia agrícola.

A grande tarefa que é reservada à extensão rural, na promoção do desenvolvimento agrícola, irá requerer bastante objetividade do sistema, que deverá atuar onde a sua produtividade marginal é mais elevada, não descuidando, contudo, dos problemas sociais do meio rural.

MECANIZAÇÃO

A taxa para o aumento do fator capital é de 13% ao ano. A maior taxa de expansão anual do fator deverá ocorrer no Centro-Oeste (20%), sendo seguida pelo Norte (16%), Nordeste (15%), Sudeste (12%) e Sul (11,5%). O crescimento da mecanização agrícola deverá ser da ordem de 15% ao ano, no período 1975-1979. Utilizando-se o número de tratores como indicador do grau de mecanização, verifica-se que a agricultura brasileira contará com um total de 510 mil unidades, em 1979, o que representará 85 hectares por trator, contra 217 em 1970, como se verifica a seguir:

ANO	DEMANDA PARA ACRÉSCIMO DE UNIDADES EM OPERAÇÃO	DEMANDA PARA REPOSIÇÃO DE UNIDADES OBSOLETAS	DEMANDA TOTAL	UNIDADES EM OPERAÇÃO
1973	30 696	8 403	39 099	220 792
1974	33 119	12 340	45 459	253 911
1975	38 087	13 251	51 338	291 998
1976	43 800	16 335	60 135	335 798
1977	50 370	21 400	71 770	386 168
1978	57 925	21 858	79 783	444 093
1979	66 614	16 654	83 268	510 707

O processo de desenvolvimento da mecanização será de responsabilidade direta do setor privado, devendo o Governo limitar-se à concessão de incentivos, quando necessário, e a garantir a disponibilidade de máquinas agrícolas e de recursos creditícios. Além do mais, será mantida a isenção do ICM para máquinas agrícolas, o que representa uma redução direta nos seus preços entre 10% e 12%, dependendo do grau de verticalização da empresa.

● ELETRIFICAÇÃO RURAL

Será acelerado o programa de eletrificação rural, tendo em vista apoiar o programa de mecanização agrícola e permitir a substituição de motores à combustão interna, usados pelos produtores rurais, por motores elétricos.

Com esse objetivo, o Governo Federal apoiará a elaboração e implementação de projetos de eletrificação rural, que irão beneficiar 100 mil propriedades agrícolas, no período 1975-1979.

● FERTILIZANTES E CORRETIVOS

● Fertilizantes. O modelo de desenvolvimento do setor lavouras requer um crescimento anual do consumo de fertilizantes da ordem de 14%, entre 1975 e 1979, o que representa um consumo de 3 158 mil toneladas de nutrientes, em 1979, contra 1 870 mil em 1975 e 999 mil, em 1970. O consumo estimado para 1973 foi de 1 636 mil toneladas. Os nitrogenados devem crescer a uma taxa média anual de 23,6%, os fosfatados, 10,1% e os potássicos, 11,2%. O consumo de adubos deverá passar de 29,2 kg, em 1979, para 63 kg por hectare, o que representa um aumento da ordem de 174%:

(Mil Toneladas de Nutrientes)

A N O	NITROGÊNIO (N)	FÓSFORO (P ₂ O ₅)	POTÁSSIO (K ₂ O)	TOTAL
1973	369	756	511	1 636
1974	392	316	432	1 640
1975	453	908	509	1 870
1976	561	1 003	568	2 132
1977	694	1 104	632	2 430
1978	855	1 214	701	2 770
1979	1 052	1 330	776	3 158

Além de assegurar a disponibilidade de recursos, para o financiamento aos usuários de fertilizantes, o Governo atuará no sentido de:

- ① atualizar a legislação sobre fertilizantes;
- ② definir e padronizar a metodologia de análise de fertilizantes;
- ③ treinar pessoal para análise de fertilizantes;
- ④ criar um sistema de transportes e distribuição de fertilizantes, enfatizando uma infra-estrutura ferroviária e instalações apropriadas em regiões estratégicas;
- ⑤ desenvolver um programa de pesquisas com objetivo de criar variedades que apresentem respostas a baixos e altos níveis de adubação, adaptadas às condições de clima tropical; os esforços internacionais neste sentido serão aproveitados;
- ⑥ garantir a estabilidade da indústria nacional de fertilizantes, evitando maiores oscilações de preços e quantidades ofertadas;
- ⑦ incentivar a implantação de unidades produtoras de nutrientes básicos e a pesquisa de novas fontes de matéria-prima, através do Programa Nacional de Fertilizantes e Calcário Agrícola.

⑧ Corretivos. Será difundido o consumo de calcário moído nas áreas em que a correção da acidez do solo faz-se necessária. A utilização desse fator de produção deverá expandir-se, no período 1975-1979, à taxa média anual de 28,3%, de modo a atingir 15 300 mil toneladas, em 1979, contra 6 100 mil, em 1975 e 3 600 mil, em 1973:

(1 000 t)	
ANO	QUANTIDADE
1973	3 600
1974	4 400
1975	6 100
1976	7 800
1977	10 600
1978	13 200
1979	15 300

Como no caso dos fertilizantes, o Governo assegurará a disponibi-
 lidade de recursos para o financiamento dos usuários, atuando ainda no sentido
 de:

- ⊗ atualizar a legislação sobre calcário;
- ⊗ difundir a prática de correção da acidez do solo, inclu-
 indo a orientação direta ao agricultor;
- ⊗ intensificar as pesquisas sobre correção de solos e o es-
 tabelecimento de ensaios demonstrativos;
- ⊗ liberar jazidas de matéria-prima;
- ⊗ facilitar o financiamento à implantação de novos moinhos
 de calcário para fins agrícolas;
- ⊗ criar um sistema de transportes e distribuição de calcá-
 rio moído.

⊗ DEFENSIVOS

A utilização de defensivos deverá crescer, no período 1975-1979,
 à taxa média anual de 18%, de modo a atingir 216 mil toneladas em 1979, contra
 112 mil em 1975 e 68 mil em 1970. Para tanto o Governo Federal garantirá re-
 cursos financeiros para a sua aquisição.

Os fungicidas deverão liderar o crescimento de defensivos e ex-
 pandir-se anualmente à taxa de 22%. Os inseticidas e herbicidas deverão cres-
 cer, respectivamente, 15% e 10%. Os herbicidas terão seu consumo intensifica-
 do à medida que ocorra escassez de mão-de-obra, especialmente nas áreas mais de-
 senvolvidas do Centro-Sul. O consumo estimado de defensivos agrícolas é o se-
 guinte:

(toneladas)				
A N O S	INSETICIDAS	FUNGICIDAS	HERBICIDAS	TOTAL
1973	45 311	29 651	5 225	80 187
1974	52 699	36 174	5 748	94 621
1975	61 198	44 132	6 323	111 653
1976	70 955	53 841	6 955	131 751
1977	82 129	65 686	7 651	155 466
1978	94 897	80 137	8 416	183 450
1979	109 446	97 767	9 258	216 471

O Brasil continuará, durante esta década, a depender de um grande volume de importações de defensivos, apesar dos acréscimos significativos previstos para a produção nacional. O desenvolvimento da indústria petroquímica, no entanto, virá resolver, em parte, o problema do abastecimento de matéria-prima que é um dos fatores limitantes ao crescimento da indústria nacional nesse setor. Adicionalmente, serão intensificados o desenvolvimento da tecnologia, a preparação de técnicos e as atividades de pesquisa.



SEMENTES MELHORADAS

O incremento da utilização de sementes melhoradas será responsável por um aumento de 0,49% ao ano da produção das lavouras. Entre alguns produtos selecionados, as metas estabelecem que, em 1979, a cultura de trigo fará uso de 94% de sementes melhoradas, sendo seguida pela cultura da soja (88%), algodão (68%), milho (63%), amendoim (61%), arroz (47%), batata-inglesa (35%) e feijão (24%):

(Em %)

UTILIZAÇÃO DE SEMENTES MELHORADAS	SITUAÇÃO EM 1974	META PARA 1979
Algodão	55,4	68,2
Amendoim	20,2	61,1
Arroz	25,9	47,0
Batata-Inglesa	17,7	35,4
Feijão	4,5	24,5
Milho	48,3	62,9
Soja	82,6	87,7
Trigo	89,5	93,7
Mandioca	0,0	0,2

A produção de sementes melhoradas, em quantidades suficientes para atender à demanda, envolverá a atuação coordenada do Governo com a iniciativa privada. Nos casos em que esta não tenha condições de atuar satisfatoriamente, o Governo deverá fazê-lo supletivamente, ao mesmo tempo em que procurará criar incentivos para atraí-la.

● ÁREA CULTIVADA

Até 1979, a área cultivada do Brasil deverá expandir-se a uma taxa média de 4,0% ao ano, concomitantemente a significativas elevações de produtividade média por unidade de área. Entre 1975 e 1979, a área cultivada aumentará em 8,0 milhões de hectares, alcançando 50 milhões de hectares, em 1979, implicando em acréscimo médio anual de 1,6 milhões de hectares.

Estima-se que o potencial da área cultivada no Brasil alcança 281 milhões de hectares e que apenas 41 milhões de hectares são atualmente utilizados. Parte do total cultivável (cerca de 50%) é ocupado atualmente com

pastagens. O maior percentual da expansão será observado no Centro-Oeste (8,0%), vindo a seguir o Norte (7,0%), Nordeste (5,0%), Sudeste (4,0%), e Sul (2,1%).

O alargamento da fronteira agrícola, verificar-se-á, principalmente, no Centro-Oeste (inclusive região dos cerrados), no Nordeste (principalmente nos Estados do Maranhão, Piauí e Bahia) e no Norte do País. No Sul, como em outras regiões, haverá a liberação de áreas de pastagens, em vista do desenvolvimento esperado da tecnologia para a pecuária bovina. A melhor utilização da terra, permitirá, também, a expansão do uso deste fator nas áreas tradicionais.

O adequado aproveitamento da terra, com correção de distorções existentes na forma de sua distribuição, será perseguido pela seqüência dos trabalhos de colonização e reforma agrária. Neste campo, o Governo atuará, sempre que possível, com o concurso da iniciativa particular, e estimulará a formação de sistemas cooperativistas de produção, mecanização industrialização e comercialização.

Nas novas áreas, a ação do Governo far-se-á presente pelo estímulo e orientação do fluxo migratório, ocupando terras ao longo dos eixos viários, aproveitando o potencial de terras disponíveis e incorporando-as ao processo produtivo. Quando o caso justificar, o Governo deverá executar obras de infra-estrutura, acompanhadas de assistência técnica e financeira. Nesse sentido será dada continuidade ao programa de implantação de pólos de desenvolvimento (POLAMAZÔNIA, POLONORDESTE e POLOCENTRO) e outros projetos de desenvolvimento regional.

● PECUÁRIA

Por apresentar características especiais de produção e grande importância para a política governamental diante dos significativos deficits previstos em sua oferta, a pecuária deverá merecer atenção prioritária, nos próximos anos.

● Bovinocultura. O desenvolvimento da bovinocultura brasileira assume grande importância, em vista dos deficits projetados para a produção interna e mundial de carne e de leite. Até 1979, haverá aumento do deficit potencial no crescimento da oferta interna de carne bovina e uma taxa de 2,6% ao ano. O crescimento da demanda potencial é de 7,8% ao ano, ao passo que a

oferta deverá expandir-se a 5,2%. A fim de que as metas de crescimento sejam alcançadas, o plano integrado de desenvolvimento da pecuária deverá abranger, até 1979, cerca de 20% da população bovina, melhorando as condições de manejo, alimentação e sanidade animal. Envolverá créditos supervisionados, ligados a projetos especiais, no valor de cerca de Cr\$ 1 500 milhões anuais. A exemplo do que é feito atualmente na área abrangida pelo programa CONDEPE, que atende a 4,5% da população bovina, as seguintes metas deverão ser alcançadas nas propriedades agrícolas beneficiadas:

- triplicação da capacidade anual de suporte das pastagens, nas áreas onde atualmente se utiliza o pasto natural, e melhoria das demais;
- elevação da taxa de desmama de 50 para 75%;
- redução da taxa de mortalidade de 5 para 2%;
- diminuição da idade de abate dos machos de 4,2 para 3,0 anos.

Quanto ao leite, as projeções elaboradas indicam que a demanda interna potencial crescerá a uma taxa média anual de 7,0% e a produção, a uma taxa de 6,5% até 1979, o que implicará também em deficit potencial. Atenção especial será dedicada à relação entre os preços do leite e da carne, porquanto sabe-se que grande parte dos fatores de produção da bovinocultura leiteira e da de corte são comuns, sendo alguns deles relativamente inelásticos. A ação governamental obedecerá a seguinte orientação:

- produção animal: rendimensionamento e intensificação das atuais campanhas de saúde animal (aftosa, brucelose, raiva dos herbívoros e organização operacional do Plano de Saúde Animal); melhoria da alimentação e do manejo (suplementação do fósforo, controle de qualidade de rações e fertilizantes e inseminação artificial); melhoramento zootécnico; estabelecimento de diferenciais de preços para animais abatidos em idade reduzida e peso-padrão;

- abastecimento: estocagem de carne a frio e de "boi em pé" para a entressafra;

- industrialização: federalização da Inspeção Sanitária Animal (DIPCA), zoneamento de frigoríficos e implantação do sistema de identificação codificada de carcaças.

④ Suinocultura. Os estímulos à suinocultura brasileira também assumem grande importância em vista do deficit potencial previsto no balanço das projeções da oferta e da demanda de carne suína. Apresentando uma alta elasticidade-renda média, para o período 1975-1979, (cerca de 0,72), a demanda potencial para a carne suína deverá crescer em 8,2% ao ano, no período. Por outro lado, considerando-se a possibilidade de expansão da suinocultura tipo carne, fixou-se em 7,0% ao ano, meta para o incremento da oferta de carne suína. Para o alcance dessa meta será desenvolvido um amplo programa de extensão rural e de educação, que deverá ser conjugado ao programa geral que visa à modernização da agricultura. Ao mesmo tempo em que se educa o criador, novas tecnologias serão colocadas à sua disposição, especialmente no que diz respeito a reprodutores selecionados, vacinas, medicamentos e rações balanceadas ou concentrados protéicos. A difusão de reprodutores de raças especializadas é um processo lento, mas fundamental para o desenvolvimento da suinocultura nacional.

④ Avicultura. A demanda interna potencial de carne avícola e de ovos expandir-se-á a uma taxa média anual de 15,0% (parte da demanda constituir-se-á pela substituição da de carne bovina e suína, que apresentam deficit potencial de oferta) e 7,4%, respectivamente. O setor avícola possui condições de atender à demanda, apresentando capacidade para incrementar a sua oferta a curto prazo, em consequência de suas características tecnológicas de operação. Atenção especial será destinada para os custos de produção, que são muito elevados no Brasil. Nos últimos cinco anos, os custos de produção na avicultura subiram em aproximadamente 100%, em decorrência principalmente, do preço das rações, que também tiveram os preços de seus componentes (milho, soja, farinha de peixe e outros) elevados. Estima-se que a avicultura absorveu, em 1972, cerca de 4 200 mil toneladas de rações. Esse montante deverá ser elevado para perto de 11 000 mil toneladas em 1979, demandando 6 125 mil toneladas de milho, 2 187 mil toneladas de farelo de soja, 891 mil toneladas de farinha de carne e de 1 797 mil toneladas de outros componentes, incluindo farinha de peixe, farelo de trigo, arroz, algodão, amendoim e outros. Diversos fatores limitam, pelo menos a curto prazo, a possibilidade do Brasil competir no mercado internacional de carne avícola, entre eles a superprodução mundial e os baixos preços internacionais. Apesar disso, vislumbra-se a possibilidade de o País vir a participar do mercado internacional de carnes avícolas, ainda no final da presente década, tornando-se um importante exportador, a partir da próxima década. Para tanto, o Governo concentrará esforços com vistas à redução dos custos de produção e à adaptação do produto brasileiro às exigências do mercado internacional, notadamente quanto aos aspectos sanitários.

● PESQUISA AGRÍCOLA

Para que a agricultura brasileira cumpra integralmente o papel que lhe corresponde no processo de desenvolvimento nacional, é imprescindível a realização de intenso programa de mudanças tecnológicas.

Com vistas a essas mudanças, a pesquisa agrícola será planejada em função das necessidades evidenciadas pelos planos de desenvolvimento econômico e social, e orientada pelas disponibilidades e preços relativos dos diversos fatores de produção.

O desenvolvimento do programa de pesquisa agropecuária terá a seguinte orientação básica:

● Ajustamento às prioridades já definidas e aos demais elementos que derivem de políticas a serem adotadas pelo setor.

● Abordagem operacional da pesquisa, considerando, basicamente, o produto e a região. Sem deixar de considerar as necessidades de desenvolver alguns projetos de pesquisa para algumas áreas-problema, tanto do ponto de vista geográfico como de áreas do conhecimento científico, a estrutura operacional da pesquisa deverá ajustar-se às necessidades das grandes regiões brasileiras. Esta estratégia permitirá melhor adequação da pesquisa ao seu papel de instrumento do desenvolvimento agropecuário, tanto no que se refere à seleção dos produtos considerados prioritários, como em relação ao atendimento das necessidades das diversas regiões do território nacional e à solução de seus problemas específicos.

● Utilização dos recursos institucionais disponíveis, através de permanente esforço cooperativo e de coordenação. Neste contexto, as Universidades merecerão atenção especial, sobressaindo-se as pesquisas que poderão ser realizadas e o treinamento de pesquisadores. Aos Estados e setor privado, caberá participação decisiva neste programa.

● Abordagem integrada dos fatores que intervêm no processo produtivo, dando especial atenção ao elemento humano e promovendo a transferência de conhecimentos que foram produzidos e que possam ser adaptados às condições nacionais; haverá, preferencialmente, concentração de recursos em pesquisas aplicadas.

③ Difusão imediata e em larga escala dos resultados alcançados.

As instituições de pesquisa deverão estabelecer rigorosos mecanismos para captar os Anseios dos agricultores e dirigir seus trabalhos com vistas a inovações que substituam os fatores que oneram o processo produtivo. Os centros de pesquisa estarão em permanente contato com os Serviços de Extensão Rural e Assistência Técnica, empresários rurais, indústrias de insumos agrícolas e entidades que elaboram produtos da agricultura. É essencial que as instituições de pesquisa disponham de um mecanismo que permita conhecer, rapidamente, a demanda de inovações, bem como os resultados das investigações que devam ser transferidos, imediatamente, aos seus usuários finais.

④ Realização dos programas de pesquisa compatíveis com as necessidades do desenvolvimento brasileiro, com base em sólida política de desenvolvimento dos recursos humanos, alicerçada num eficiente sistema de seleção, aperfeiçoamento, e estímulo do pessoal técnico.

⑤ **COMERCIALIZAÇÃO**

A consolidação do Conselho Nacional de Abastecimento-CONAB, constitui tarefa prioritária no sentido de disciplinar as modificações programadas para a comercialização agrícola. Além do fortalecimento do comando central da política de comercialização, serão desenvolvidos, de forma prioritária, os seguintes projetos e atividades:

⑥ Preços Mínimos: prevê-se a expansão do programa de preços mínimos em todo o território nacional, através da criação de unidades junto aos produtores rurais e do aumento do número de agentes financeiros, inclusive, particulares.

⑦ Armazenamento: será posto em execução um vigoroso programa de investimentos públicos e privados com a finalidade de dotar o País de um adequado sistema de armazenagem de gêneros alimentícios, bem como, dos meios para fixação de prioridades de transportes, indispensáveis como infra-estrutura de apoio à distribuição de produtos agrícolas.

⑧ Informações e comportamento do mercado agrícola. O Sistema Nacional de Informação do Mercado Agrícola será dinamizado a fim de que os boletins informativos retratem, realisticamente, as disponibilidades e cotações dos produtos no mercado atacadista, permitindo seu remanejamento, dentro das necessidades conjunturais.

④ Centrais de Abastecimento. Promover-se-á a federalização do Programa Nacional de Centrais de Abastecimento que, uma vez implantado e consolidado, proporcionará benefícios a 30% da população brasileira, através da movimentação anual de 4,5 milhões de toneladas de produtos hortifrutigranjeiros.

⑤ Estoques Reguladores: será estruturado e posto em execução o Programa de Estoques Reguladores, visando a colocar o Governo em condições de atender prontamente, as situações anormais de abastecimento de gêneros alimentícios básicos (tais como o arroz, feijão, milho, soja, óleos comestíveis e leite em pó) nas principais concentrações demográficas do País. O programa em apreço, no fim do triênio 1975-1977, terá sob o seu controle, 5% da produção anual dos produtos enumerados.

⑥ Comércio Exterior. O Governo permanecerá previamente informado, qualitativa e quantitativamente, com relação aos excedentes agrícolas exportáveis, em confronto com as necessidades internas, bem como, quanto às necessidades de importação, a fim de propiciar meios para o equilíbrio do mercado interno.

⑦ Crédito Agrícola. O crédito agrícola continuará sendo um importante instrumento de que o Governo se utilizará para o desenvolvimento da agricultura. A transformação tecnológica da agropecuária, envolvendo um rápido aumento da utilização de insumos modernos, terá sua base nas operações de crédito, conjugadas aos programas de assistência técnica e pesquisa. Os bancos oficiais deverão expandir os financiamentos a serem concedidos ao setor agrícola de um saldo de Cr\$ 49,7 bilhões, em 1974, para Cr\$ 93,5 bilhões, em 1979, importando em um acréscimo líquido de recursos da ordem de Cr\$ 43,5 bilhões. A rápida expansão do crédito agrícola irá requerer uma cuidadosa orientação de sua política, a fim de que sejam evitadas distorções na economia agrícola e seus reflexos na conjuntura econômica brasileira, gerados pelo irracional uso do crédito. Através da Comissão Coordenadora da Política Nacional de Crédito Rural - COMCRED, estreitar-se-á a articulação entre as políticas de crédito agrícola e de desenvolvimento do País. Como a experiência tem demonstrado que, sem a devida assistência técnica, o crédito pode deixar de alcançar plenamente os seus objetivos, o crédito subsidiado a ser concedido pelos bancos oficiais deverá estar sujeito à orientação e supervisão técnica, sempre que os órgãos responsáveis pela política agrícola julgarem necessário. Apresenta-se a seguir a utilização do crédito programado para atender a demanda de fatores de produção modernos, no período de 1975-1977:

Em Cr\$ milhões

ANOS	TRAItores	MÁQUINAS E APARELHOS AGRÍCOLAS	DEFENSIVOS	FERTI- LIZANTES	TOTAL
1975	1 536	935	1 315	6 160	9 946
1976	1 799	1 016	1 430	6 954	11 199
1977	2 149	1 105	1 556	7 927	12 737
TOTAIS	5 484	3 056	4 301	21 041	33 882

● RECURSOS A SEREM APLICADOS DIRETAMENTE PELO GOVERNO FEDERAL NO SETOR AGRÍCOLA

Os recursos federais, aplicados diretamente no setor agrícola no período 1975-1979 deverão superar a casa dos Cr\$ 40 bilhões.

Na Região Nordeste, onde a renda agrícola per capita se encontra bastante defasada em relação à média nacional, serão aplicados mais de 40% dos recursos previstos para todo o País, com vistas a reduzir a diferença que a separa das demais regiões.

PROGRAMAÇÃO PRIORITÁRIA (*)

● ASSISTÊNCIA TÉCNICA AO SETOR AGROPECUÁRIO

A extensão rural desempenhará um importante papel na mudança tecnológica, que permitirá o alcance das metas estabelecidas para o crescimento do setor agropecuário. Seu objetivo básico será o de captar, processar e transferir, a nível de produtor rural, tecnologias agropecuárias, visando ao aumento da produção e produtividade nas atividades consideradas prioritárias.

(*) O valor dos programas e projetos, expresso a preços estimados de 1975, refere-se, sempre ao período 1975-1977.

O crédito agrícola continuará sendo um importante instrumento para a introdução de nova tecnologia. Entretanto, a experiência tem demonstrado que o crédito agrícola, sem a devida assistência técnica, pode deixar de alcançar os seus objetivos. Por essa razão, todo o crédito subsidiado a ser fornecido pelos bancos oficiais, deverá estar sujeito a orientação e supervisão técnica, sempre que os órgãos responsáveis pela política agrícola julgarem necessário.

O projeto será executado pela Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural - ABCAR, através de suas filiadas em todo o território nacional, e contará com a colaboração de Departamentos do Ministério da Agricultura, bem como de outros órgãos federais e estaduais.

É importante ressaltar que, com a implantação da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMBRATER, este projeto será incorporado à citada entidade, a qual executará seus planos e programas em consonância com as diretrizes da Comissão Nacional de Pesquisa Agropecuária e Assistência Técnica e Extensão Rural -COMPATER (Cr\$ 1 646 milhões).

● IMPLANTAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO DO COMÉRCIO DE CORRETIVOS E FERTILIZANTES

A fiscalização do comércio de fertilizantes e corretivos constituirá atividade das mais importantes no apoio da difusão destes fatores de produção, ao evitar fraudes na composição química das fórmulas, no volume (peso) das compras e outros tipos de fraudes como os eventuais desvios da compra de fertilizantes financiados.

Serão fortalecidas as estruturas de fiscalização de fertilizantes e corretivos nos Estados, com a qualificação adequada de pessoal técnico e implantação de laboratórios nos principais centros de comercialização.

O projeto será executado pelas Diretorias Estaduais do Ministério da Agricultura, em colaboração com as Secretarias Estaduais da Agricultura (Cr\$ 26 milhões).

● Defesa e Inspeção Sanitária Vegetal. Tem como finalidade a intensificação da Defesa e Vigilância Fitossanitária, em âmbito nacional, visando a alcançar os seguintes objetivos:

① controlar a produção e a comercialização dos produtos fitossanitários, bem como sua aplicação; fiscalizar a importação, exportação e trânsito interno de produtos de origem vegetal, evitando a disseminação de parasitas e patógenos e orientar os agricultores no combate às doenças e pragas, que restringem a produção e produtividade das culturas;

② realizar ensaios com os produtos fitossanitários visando à determinação dos limites máximos de resíduos preservativos, estabelecidos em lei, e promover o expurgo no armazenamento de sementes e grãos contra as pragas que os depreciam ou que os inutilizam;

③ intensificar as campanhas de combate ao cancro cítrico e ao gafanhoto, bem como instalar estações fitossanitárias.

O projeto, será executado pelo Ministério da Agricultura, com a colaboração das Secretarias de Agricultura dos Estados, Instituto Brasileiro do Café, Instituto do Açúcar e do Alcool e outros (Cr\$ 303 milhões).

④ SEMENTES MELHORADAS (SUL E SUDESTE)

Pretende-se ampliar a área de pesquisa em tecnologia de sementes, a produção de sementes genéticas, básicas e melhoradas, organizando, orientando, coordenando e fiscalizando a iniciativa privada, voltada para a produção e comercialização de sementes nas regiões Sul e Sudeste do País.

Sob a responsabilidade do Ministério da Agricultura, a execução do projeto será conduzida de forma integrada, através das instituições que operam no setor, evitando-se, assim a dispersão de recursos e paralelismo de atividades.

Os recursos destinados ao projeto são de Cr\$ 152 milhões, devendo ser elevada a proporção de sementes melhoradas no total de sementes plantadas no Sul e Sudeste do País, conforme as seguintes metas:

PRODUTO	TAXA DE UTILIZAÇÃO (%)									
	1 9 7 5		1 9 7 6		1 9 7 7		1 9 7 8		1 9 7 9	
	SUL	SUDESTE	SUL	SUDESTE	SUL	SUDESTE	SUL	SUDESTE	SUL	SUDESTE
Algodão	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Amendoim	15,0	30,0	18,0	35,0	21,0	45,0	31,0	55,0	46,0	65,0
Arroz	50,0	27,0	55,0	30,0	60,0	35,0	70,0	39,0	80,0	43,0
Batata	25,0	18,0	27,0	20,0	25,0	35,0	35,0	30,0	40,0	35,0
Feijão	8,5	7,5	15,0	12,0	25,0	30,0	30,0	22,0	35,0	27,0
Milho	70,0	65,0	75,0	70,0	80,0	74,0	82,0	77,0	85,0	80,0
Soja	85,0	80,0	85,0	82,0	86,0	84,0	86,0	86,0	87,0	86,0
Trigo	90,0	95,0	90,0	95,0	92,0	95,0	92,0	95,0	93,0	95,0

● SEMENTES MELHORADAS (NORTE, NORDESTE E CENTRO-OESTE)

Estender-se-á para todo o País o atual programa de sementes em execução no Sudeste e Sul.

Constituem-se objetivos básicos a produção e melhoria da taxa de utilização de sementes melhoradas das culturas prioritárias destas regiões, quais sejam: algodão, amendoim, arroz, batata, feijão, juta, mamona, mandioca, milho, soja e trigo.

Para atingir estes objetivos, serão desenvolvidas atividades de produção e utilização de sementes melhoradas, tais como produção de sementes genéticas e básicas, organização da produção e fiscalização do comércio de sementes melhoradas, treinamento de pessoal, e divulgação de técnicas de produção e uso de sementes melhoradas.

O projeto, a ser executado sob a orientação do Ministério da Agricultura, deverá assegurar a integração das entidades federais, estaduais e empresas privadas e conta com Cr\$ 239 milhões. A ação executiva do Ministério da Agricultura, nas tarefas de multiplicação de sementes, deverá limitar-se a áreas pioneiras e possuir caráter transitório. São as seguintes as metas previstas para o projeto:

PRODUTO	TAXA DE UTILIZAÇÃO (%)														
	1975			1976			1977			1978			1979		
	N	NE	CO	N	NE	CO	N	NE	CO	N	NE	CO	N	NE	CO
Algodão	-	19,2	70,0	-	23,0	72,5	-	27,0	76,0	-	31,0	77,5	-	35,9	80,0
Arendoim	-	-	16,0	-	-	19,5	-	-	23,0	-	-	26,5	-	-	30,0
Arroz	3,0	4,5	18,6	7,0	4,8	21,4	10,0	5,5	24,2	14,4	7,5	27,0	16,0	10,0	30,0
Batata	-	0,6	-	-	1,0	-	-	1,5	-	-	2,2	-	-	3,0	-
Feijão	5,0	4,8	2,7	22,0	5,9	4,0	33,0	7,2	5,3	43,0	8,6	6,6	48,0	10,4	8,0
Juta	91,0	-	-	92,0	-	-	93,0	-	-	94,0	-	-	95,0	-	-
Mamona	-	41,7	-	-	46,3	-	-	54,9	-	-	66,7	-	-	78,1	-
Mandioca	-	0,2	-	-	0,5	-	-	1,0	-	-	1,5	-	-	2,0	-
Milho	9,0	7,7	40,0	15,0	9,0	43,5	22,0	11,7	47,0	29,0	13,6	50,0	31,0	16,6	54,0
Soja	-	-	88,0	-	-	91,0	-	-	94,0	-	-	97,0	-	-	100,0
Trigo	80,0	-	-	91,0	-	-	92,0	-	-	-	-	54,5	-	-	60,0

● IPLANTAÇÃO DO CENTRO NACIONAL DE ENGENHARIA RURAL

Este projeto servirá de apoio ao programa de mecanização agrícola, tendo como principal objetivo a implantação do Centro Nacional de Engenharia Rural, na Fazenda Ipanema, Estado de São Paulo, com o fim de desenvolver as seguintes atividades:

● execução de ensaios oficiais, de máquinas e equipamentos de uso agrícola, e publicação dos respectivos resultados;

● preparação de mão-de-obra especializada nas áreas de mecânica de máquinas e de aviões agrícolas, operadores de máquinas e tratoristas, instrutores, monitores, operadores de sistemas de irrigação e pilotos de aviação agrícola, visando ao atendimento do próprio Centro, de outras áreas governamentais e da iniciativa privada.

São as seguintes as metas previstas para o projeto, que deverá despende Cr\$ 58 milhões:

DISCRIMINAÇÃO	1975	1976	1977	1978	1979	TOTAL
Implantação do Centro (%)	20	30	20	20	10	100
Construção de Campo de Pouso e Hangar (%)	-	-	30	70	-	100
Ensaio (unidades)	120	160	240	300	300	1 120
Treinamento de Pessoal	<u>250</u>	<u>280</u>	<u>435</u>	<u>515</u>	<u>545</u>	<u>2 025</u>
Nível Superior	10	40	75	105	135	365
Nível Médio	240	240	360	410	410	1 660

IRRIGAÇÃO

O Programa de Expansão da Irrigação visa a manter a irrigação em caráter prioritário, ampliando as metas e melhor definindo os objetivos do Programa Plurianual de Irrigação, especialmente no que tange ao estímulo do desenvolvimento da irrigação privada em todo o território nacional, através do estabelecimento de linhas específicas de crédito compatíveis - em termos de juros, prazos (inclusive de carência), limites e demais condições - com as necessidades de implantação e correto uso desta importante técnica.

Será acelerada a construção de sistemas de irrigação pública, através da execução do projeto de irrigação nas áreas de atuação do DNOCS, CODEVASF, DNOS e SUDESUL, subordinados ao Ministério do Interior.

Será dada ênfase especial ao aproveitamento do volume de água já acumulada no Nordeste árido, que estima-se seja suficiente para irrigar área superior a 500 mil hectares.

São as seguintes as metas previstas para o projeto de irrigação pública (1 000 ha), que deverá despende Cr\$ 2 995 milhões:

(Em 1 000 ha)

DISCRIMINAÇÃO	CONCLUÍDO ATÉ 1974	1975	1976	1977	1978	1979	TOTAL A SER REA- LIZADO NO PERÍO- DO 1975-1979
<u>NORDESTE</u>	<u>15,1</u>	<u>26,5</u>	<u>27,1</u>	<u>30,0</u>	<u>22,5</u>	<u>21,0</u>	<u>127,1</u>
DNOCS	10,0	19,8	18,0	17,7	13,5	9,5	78,5
CODEVASF	5,1	6,7	9,1	12,3	9,0	11,5	48,6
<u>OUTRAS ÁREAS</u>	<u>8,4</u>	<u>10,5</u>	<u>14,0</u>	<u>14,0</u>	<u>1,5</u>	<u>1,5</u>	<u>41,5</u>
DNOS	8,4	10,5	10,5	10,5	1,5	1,5	34,5
SUDESUL	-	-	3,5	3,5	-	-	7,0
T O T A L	23,5	37,0	41,1	44,0	24,0	22,5	168,6

● COLONIZAÇÃO

Subdivide-se em dois subprojetos: Assentamento de Colonos e Regularização Fundiária.

● Assentamento de Colonos. A colonização oficial será orientada com vistas à expansão da fronteira agrícola de forma a propiciar a ocupação ordenada e intensiva da terra. Seu objetivo é propiciar a ocupação dos grandes vazios demográficos, bem como incrementar a taxa de utilização das terras agrícolas, dentro de critérios que possibilitem a coexistência, na mesma

região, de pequenas, médias e grandes propriedades. Basicamente a atuação do Governo no setor de colonização, estará voltada para as regiões amazônica e nordestina e em outras áreas, notadamente no Planalto Central.

São as seguintes, as metas a serem alcançadas:

DISCRIMINAÇÃO	1975	1976	1977	1978	1979	TOTAL (1975-1979)
Consolidação de Assentamento de Colonos (Colono)	2 000	1 500	1 500	1 000	1 000	7 000
Assentamento de Novos Colonos (colono)	3 166	5 139	6 062	8 892	9 013	32 472 ^(a)
Criação de Pequenas e Médias Empresas Agrícolas (empresa)	1 000	2 000	2 500	2 000	2 000	9 500

(a) Exclusive o assentamento de cerca de 1 000 colonos em áreas do Maranhão e Piauí, através de empresas colonizadoras paraestatais.

O subprojeto, a ser executado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, prevê a aplicação de Cr\$ 795 milhões.

⊙ Regularização Fundiária. O Governo Federal, consciente dos problemas de ordem jurídico-institucional gerados como consequência de deficiências do programa de regularização fundiária no meio rural brasileiro, intensificará esforços, tendo em vista os seguintes objetivos:

- ⊙ legitimar a posse da terra na faixa dos 100 km marginais às rodovias federais;
- ⊙ promover melhor distribuição de terras nas áreas consideradas tensas;
- ⊙ incorporar ao domínio da União as terras devolutas discriminadas;
- ⊙ identificar áreas propícias à implantação de projetos de colonização.

Tem-se como meta a expedição anual de 100 mil títulos, no período 1975-1979.

A execução do subprojeto é da responsabilidade do Ministério da Agricultura, através do Instituto Nacional de Colonização de Reforma Agrária - INCRA, que contará com a colaboração das Secretarias de Agricultura dos Estados (Cr\$ 1 038 milhões).

⊙ DESENVOLVIMENTO DA PECUÁRIA

Tem por finalidade expandir o apoio do Governo Federal ao desenvolvimento da pecuária, envolvendo a bovinocultura de leite e corte, suinocultura e ovinocultura, sendo subdividido em três subprojetos: Defesa Sanitária Animal, Desenvolvimento Animal e Inspeção e Assistência Tecnológica ao Paque Industrial de Produtos de Origem Animal (Cr\$ 1 601,0 milhões).

⊙ Defesa Sanitária Animal. Constituir-se-á em intenso programa de combate à febre aftosa, raiva dos herbívoros e brucelose, envolvendo vacinação, eliminação dos focos transmissores de doenças, além do desenvolvimento de novas técnicas de diagnóstico e combate das zoonoses mencionadas. As metas para o subprojeto são representadas a seguir:

DISCRIMINAÇÃO	1975	1976	1977	1978	1979
<u>Aftosa</u>					
Vacinação (% do rebanho bovino)	51	62	68	74	75
<u>Brucelose</u>					
Vacinação (% de bezerros)	20	30	50	70	80
<u>Raiva dos Herbívoros</u>					
Vacinação (milhões de cabeças)	1,5	2,0	2,5	3,0	3,5
Estudos Epidemiológicos (municipais)	250	300	350	400	450

⊗ Desenvolvimento Animal. Este subprojeto objetiva o melhoramento zootécnico, expansão da prática de inseminação artificial e melhoria da nutrição animal. São as seguintes as metas para o subprojeto:

DISCRIMINAÇÃO	1975	1976	1977	1978	1979
Inseminações (mil)	1 205	1 376	1 558	1 742	1 947
Provas Zootécnicas (mil)	36	44	53	63	74
Treinamento de Mão-de-Obra (unidade)	2 670	3 226	3 889	4 684	5 644

⊗ Inspeção e Assistência Tecnológica ao Parque Industrial de Produtos de Origem Animal. A inspeção e assistência tecnológica ao parque industrial de produtos de origem animal constitui uma complementação dos projetos Desenvolvimento da Pecuária e Fortalecimento do Setor Pesqueiro, ao do tar os órgãos competentes do Ministério da Agricultura e das Secretarias Estaduais de Agricultura dos meios imprescindíveis para que o parque industrial brasileiro possa torna-se cada vez mais estimulador da produção e processamento de matérias-primas de origem animal, em níveis compatíveis com as exigências dos mercados consumidores. Este subprojeto, visa entre outros aos seguintes objetivos:

● exercer a inspeção industrial e sanitária dos produtos de origem animal;

● estender a execução da inspeção industrial sanitária de produtos de origem animal à totalidade dos estabelecimentos industriais do País;

● promover a capacitação de seu pessoal técnico especializado;

● implantar o sistema de padronização e classificação dos produtos de origem animal, dando ênfase, inicialmente, à tipificação de carcaças bovinas e suínas;

● promover a adoção de tecnologia atualizada, proporcionando, ao mesmo tempo, apoio à implantação do zoneamento industrial.

São as seguintes as metas previstas para o projeto:

DISCRIMINAÇÃO	1975	1976	1977	1978	1979
Estabelecimentos Industriais sob Inspeção e Assistência Técnica do DIPOA a serem assistidos	<u>2 010</u>	<u>2 270</u>	<u>2 587</u>	<u>2 870</u>	<u>3 213</u>
a) Carnes e Derivados	381	430	491	545	610
b) Leite e Derivados	1 263	1 427	1 626	1 804	2 020
c) Pescado e Derivados	284	320	364	404	452
d) Ovos e Derivados	61	69	78	86	96
e) Produtos não Comestíveis	21	24	28	31	35

○ FORTALECIMENTO DO SETOR PESQUEIRO

Objetiva aumentar a produção e a produtividade visando a elevar a razão protéico-animal da população brasileira e obter divisas, mediante

a exportação de pescado. Procurar-se-á dotar o setor pesqueiro de condições capazes de corresponder economicamente aos investimentos realizados e aos incentivos oriundos da ação governamental. O projeto é constituído de quatro subprojetos:

- ① Fiscalização da Pesca.
- ② Pesca Artesanal.
- ③ Terminais Pesqueiros.
- ④ Pesquisas dos Recursos Pesqueiros.

Esses subprojetos visam a consolidar determinadas atividades básicas da pesca de modo a garantir ao setor pesqueiro um desempenho compatível com suas finalidades e as demais atividades da agropecuária. Seus principais objetivos são:

① fiscalizar em todo o território nacional as atividades da pesca comercial, desportiva e científica, no sentido de que se cumpram as normas e padrões relativos à conservação dos recursos pesqueiros;

② suprir a pesca artesanal de recursos técnicos, financeiros e institucionais, visando a aumentar a produtividade e os níveis de renda para as pessoas envolvidas nesta atividade;

③ estimular e propiciar infra-estrutura básica à frota pesqueira nacional, em áreas prioritárias, de modo a garantir meios mais rentáveis de captação, processamento e distribuição de pescado;

④ efetuar pesquisas abrangendo o setor pesqueiro das águas marinhas e interiores, propiciando informações técnicas, científicas e econômicas necessárias ao planejamento e execução de projetos de desenvolvimento da pesca.

O projeto será executado pela SUDEPE, em convênio com as Secretarias de Agricultura dos Estados, Ministério da Marinha, Secretaria Especial do Meio-Ambiente e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). São as seguintes as metas previstas pelo projeto, que deverá despendar Cr\$ 390 milhões:

DISCRIMINAÇÃO	1975	1976	1977	1978	1979	TOTAL
FISCALIZAÇÃO DA PESCA						
Unidades da Federação	17	25	25	25	25	25
VALORIZAÇÃO DA PESCA ARTESANAL						
Extensão Pesqueira (Estados Abrangidos)	14	15	15	15	15	15
Projetos Específicos	3	8	8	8	8	8
Projetos Pilotos	11	11	11	11	11	11
TERMINAIS PESQUEIROS						
Construção e Operação	-	-	2	1	3	6
PESQUISA RECURSOS PESQUEIROS						
Montagem de Laboratórios	4	3	-	-	-	7
Projetos Específicos para Cultivo de Espécies de Valor Econômico	2	3	1	1	7	7

DESENVOLVIMENTO FLORESTAL

As atividades a serem desenvolvidas neste projeto dizem respeito à política conservacionista e à exploração madeireira.

A atividade conservacionista, representada pela criação e preservação de Parques Nacionais e Reservas Equivalentes, complementa-se com a atividade florestal, que consiste na assistência ao setor privado incluindo a concessão de incentivos fiscais, relativa à implementação de projetos de reflorestamento e à comercialização de madeira e outros produtos florestais.

São as seguintes as metas do projeto:

DISCRIMINAÇÃO	1975	1976	1977	1978	1979	TOTAL
<u>Parques e Reservas</u>						
Amazônia (1 000 km ²)	231	60	76	70	70	507
Resto do País (1 000 km ²)	27	45	55	52	62	241
<u>Desenvolvimento Florestal</u>						
Reflorestamento Comercial						
Implantação (1 000 km ²)	80	80	100	58	70	388
Consolidação (1 000 km ²)	4	1	-	-	-	5
Reflorestamento Ecológico						
Implantação (1 000 km ²)	100	60	60	60	73	353

O projeto será executado pelo Ministério da Agricultura, através do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal - IBDF, prevendo-se uma aplicação de Cr\$ 204 milhões.

● PESQUISA AGROPECUÁRIA

Dentro da preocupação de centralização relativa, na parte de normas, e descentralização acentuada nos aspectos operacionais, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) implementará estruturas de pesquisa ao nível das grandes regiões, as quais serão dotadas com recursos humanos e físicos necessários para que possam desempenhar o seu papel como órgãos intermediários de planejamento e de articulação institucional.

A nível local, serão criadas ou fortalecidas unidades básicas de pesquisa, que deverão constituir-se em centros, por excelência, para a realização de pesquisa e desenvolvimento tecnológico dos produtos considerados prioritários. Cada uma delas deverá sediar uma equipe interdisciplinar de pesquisadores, que contará com o apoio logístico necessário ao pleno desenvolvimento de sua missão.

O apoio à organização de empresas ou programas estaduais integrados de pesquisa agropecuária constituir-se-á em uma linha de ação fundamental, objetivando somar o interesse e a possibilidade de participação de governos estaduais aos esforços de dotar o País da pesquisa agrícola de que necessita.

São as seguintes as metas previstas no projeto:

DISCRIMINAÇÃO	1975	1976	1977	1978	1979
Efetivo de Pesquisadores (técnicos)	830	1 110	1 343	1 440	1 959
Subprojetos de Pesquisa (a)	890	1 230	1 624	1 805	1 870

(a) Os dados se referem, exclusivamente, à EMBRAPA, incluindo Desenvolvimento de Recursos Humanos.

A coordenação e implementação do Projeto ficará a cargo da EMBRAPA, que contará com o apoio de órgãos públicos federais, estaduais e universidades (Cr\$ 1 839 milhões).



FORTELECIMENTO DO SISTEMA NACIONAL DE METEOROLOGIA

As atividades a serem desenvolvidas neste projeto que são de importância fundamental para as diversas explorações do setor agropecuário nacional, objetivam dotar o País de uma rede de estações meteorológicas, as quais serão suficientemente adequadas e aparelhadas para fornecerem um moderno serviço de meteorologia, quer para as previsões de tempo destinadas aos mais diversificados ramos de atividades, quer para as pesquisas meteorológicas e climatológicas. Ênfase especial será dedicada à expansão da rede de estações meteorológicas através de seus componentes mais modernos tais como, radares de tempo, estações rastreadoras de satélites meteorológicos, sistemas de microondas, transceptores e as estações de rádio-sondagens. Têm-se as seguintes metas:

DISCRIMINAÇÃO	1975	1976	1977	1978	1979	TOTAL
Estações Climatológicas	64	64	64	64	64	320
Redes Meteorológicas	1	1	-	-	-	2
Centros Regionais	1	1	1	1	1	5
Anemógrafos	48	48	48	48	48	240
Laboratórios	1	-	-	-	-	1
Sistema de Microondas	3	3	-	-	-	6
Transceptores	57	58	58	-	-	173

Sua execução é de responsabilidade do Ministério da Agricultura, através do Departamento Nacional de Meteorologia. (Cr\$ 45 milhões).

● SISTEMA NACIONAL DE CENTRAIS DE ABASTECIMENTO

Terá prosseguimento a implantação e consolidação do Sistema Nacional de Centrais de Abastecimento. Este projeto foi iniciado em 1970, com o objetivo de melhorar o processo de comercialização de alimentos de origem animal e vegetal, notadamente os hortigranjeiros, nas grandes concentrações demográficas do País, através da melhoria dos serviços de padronização, classificação, informação de mercados e distribuição de produtos agrícolas ao nível de atacado.

O projeto prevê a construção de 22 centrais de abastecimento. Até o final de 1974, foram concluídas um total de 10 unidades, prevendo-se que as 12 restantes entrarão em operação durante o período do II PND, como pode ser visualizado no seguinte quadro de metas:

DISCRIMINAÇÃO	SITUAÇÃO ATÉ 1974	1975	1976	1977	1978	1979	TOTAL (1975-1979)
Estudos Concluídos	21	1	-	-	-	-	1
Início de Construção	3	2	-	-	-	-	2
Entrada em Operação	10	7	5	-	-	-	12
Instalação de Unidades de Frio	2	3	10	7	-	-	20

A consolidação do projeto está prevista para 1978, quanto estará implantado o Sistema de Informação e Padronização de Produtos Hortigranjeiros (Cr\$ 515 milhões).

● IMPLANTAÇÃO DE MERCADOS DE ORIGEM

Os mercados de origem constituem um dos elos da cadeia de infra-estrutura indispensável à consolidação do Sistema de Centrais de Abastecimento, já que da efetiva organização dos produtores nos mercados expedidores dependerá o próprio êxito das Centrais como organismo essencial na regularização do abastecimento.

Sobressaem como objetivos principais do projeto:

- fornecer aos produtores condições de reunir sua produção em quantidade suficiente, que permita armazená-la, classificá-la e embalarla de forma econômica, facilitando os processos posteriores de comercialização;

- reduzir os custos de comercialização pela prestação de serviços em comum, beneficiando grupos organizados de produtores;

- contribuir para a mais adequada formação de preços, através dos serviços de informação de mercado de interesse do agricultor;

- contribuir para eliminar a ação especuladora de intermediários.

O projeto tem como meta a construção de 34 mercados de origem, nas áreas de influência das centrais de abastecimento. Será executado sob a responsabilidade do Ministério da Agricultura, através da COBAL. (Cr\$ 218 milhões).



MELHORIA DO SISTEMA DE ARMAZENAMENTO

Tem por objetivo a ampliação e melhoria da rede de armazéns, silos, frigoríficos e entrepostos de pesca, operados pela Companhia Brasileira de Armazenamento - CIBRAZEM, nas zonas de produção e reunião de produtos agrícolas e da pesca, visando a dotar os produtores de meios racionais e eficientes para comercializarem sua produção e contribuir para o fluxo regular do abastecimento de gêneros alimentícios em todo o território nacional, de acordo com as diretrizes fixadas pelo Conselho Nacional de Abastecimento - CONAB.

A CIBRAZEM reequipará sua atual rede de unidades armazenadoras (a meio-ambiente e a frio), bem como, elevará sua capacidade estática de estocagem através da construção de armazéns, silos, entrepostos de pesca e aquisição de unidades para programas de armazenagem de emergência.

Dentro dos objetivos citados, a CIBRAZEM, no período 1975-1979, elevará sua capacidade de estocagem (a meio-ambiente), de 750 mil toneladas para cerca de 1 milhão de toneladas. No tocante à armazenagem a frio, a CIBRAZEM ampliará suas disponibilidades de modo a possuir cerca de 40% (quarenta por cento) da capacidade do País. As metas do projeto em apreço, são as seguintes:

DISCRIMINAÇÃO	1975	1976	1977	1978	1979	TOTAL
Construção de Unidades Armazenadoras (unidade)	21	20	15	14	13	83
Construção de Entrepósitos de Pesca (unidade)	2	2	1	-	-	5
Melhoramento de Entrepósitos de Pesca (unidade)	9	1	-	-	-	10
Ampliação de Frigorífico (unidade)	-	-	-	1	-	1

A estimativa do investimento necessário para a implantação do projeto é da ordem de Cr\$ 337 milhões.



FORTALECIMENTO E INTEGRAÇÃO DO SISTEMA COOPERATIVISTA

O Sistema Cooperativista será ampliado e fortalecido, de modo a capacitar-se para desempenhar um importante papel na consecução dos objetivos da política agrícola, permitindo que o programa de introdução de nova tecnologia agrícola alcance, de modo mais eficaz, o pequeno e médio agricultor.

Além da expansão do número de cooperativas, este projeto pretende dinamizar todo o sistema, através de uma contribuição direta para sua organização administrativa e capacitação de pessoal especializado em técnicas modernas de cooperativismo. São as seguintes as metas previstas pelo projeto:

DISCRIMINAÇÃO	1975	1976	1977	1978	1979	TOTAL 1975-1979
Organização Administrativa de Cooperativas	500	800	800	300	200	2 700
Implantação de Novas Cooperativas Singulares	35	100	150	250	165	700
Implantação de Novas Cooperativas Centrais	2	4	10	5	3	24
Treinamento de Pessoal para as Cooperativas	3 500	4 000	4 000	3 000	1 000	15 500

Este projeto será executado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, através do seu Departamento de Desenvolvimento Rural (Cr\$ 146 milhões).

● PLANEJAMENTO DO SETOR AGRÍCOLA

Este projeto se subdivide em dois subprojetos: Implementação e Consolidação do Sistema Nacional de Planejamento Agrícola e Desenvolvimento de Recursos Humanos, prevendo-se um investimento total de Cr\$ 270 milhões.

● Implementação e Consolidação do Sistema Nacional de Planejamento Agrícola. No primeiro triênio do II PND, será completada a implantação e consolidação do Sistema Nacional de Planejamento Agrícola, envolvendo a Subsecretaria de Planejamento e Orçamento (SUPLAN) do Ministério da Agricultura, como órgão central do sistema, além de uma unidade regional e estadual de planejamento agrícola em cada Região e Estado, respectivamente. O Sistema de Planejamento será orientado por um Comitê Interministerial, composto por elementos dos Ministérios da Agricultura e do Interior e da Secretaria de Planejamento

da Presidência da República, devendo resultar de uma orientação única e coerente da política setorial. Durante o período 1975-1977, serão implantadas 7 unidades de planejamento estaduais e 4 regionais, somando-se um total de 20 unidades estaduais, 5 regionais e 1 nacional, a serem beneficiadas pelo subprojeto.

④ Desenvolvimento de Recursos Humanos. Este subprojeto é voltado para a capacitação do corpo técnico componente das atividades-fins do Ministério da Agricultura, pretendendo-se utilizar processos de treinamento, práticos e teóricos, em nível nacional e internacional. No período 1975-1979, serão treinados um total de 38 810 técnicos, sendo 1 612 a nível de doutorado e mestrado, 4 305 a nível de extensão universitária e 32 893 a nível operacional.

5

Desenvolvimento Industrial e dos Servicos

3

INDÚSTRIA E SERVIÇOS

ESTRATÉGIA E OBJETIVOS

Considera-se viável a manutenção, durante o quinquênio 1975-1979, do desempenho apresentado pela economia brasileira, nos últimos anos. É importante, porém, evitar o risco de admitir ter o País atingido o estágio de desenvolvimento autopropulsionado, dispensando os instrumentos de indução geridos pela Administração Pública, bem como visualizar as ocorrências previstas para o período com plena consciência das transformações e adaptações que se farão necessárias.

O desenvolvimento econômico deve ser encaminhado no sentido de estimular a intensividade do capital, em decorrência, sobretudo, do progresso tecnológico, sem que se perca de vista o nível de ocupação da mão-de-obra, num mercado de trabalho caracterizado, principalmente, por flagrantes desníveis regionais e por perfil bastante jovem na composição etária da população.

O acirramento, cada vez maior, da competição, em todos os ramos da atividade econômica, principalmente no plano internacional, onde o Brasil precisa ampliar suas vendas, vem impondo a busca constante de ganhos de produtividade. Assim, a conquista de novos estágios no processo de desenvolvimento bra-

sileiro estará, em boa medida, cada vez mais condicionada à utilização de máquinas e equipamentos mais modernos.

A experiência de crescimento econômico dos últimos anos permitiu uma visão menos radical do problema, revelando razoável grau de conciliação entre duas tendências, em tese conflitantes, na medida em que, em muitos casos, o uso intensivo do capital atuou no sentido de estimular a qualificação da mão-de-obra e induzi-la a uma realocação mais proveitosa para a economia como um todo.

Cumpra, assim, ao Governo, perseguir linha de equilíbrio que permita evitar distorções mais profundas no mercado de trabalho, sobretudo nas regiões de menor desenvolvimento relativo.

Deve-se atentar igualmente para o fato de que, no próximo quinquênio, o Brasil defrontar-se-á com profundas mudanças geradas e ocorridas, tanto interna quanto externamente.

Internamente, a manutenção, por um longo período, de elevadas taxas de crescimento, viabilizou-se, em boa medida, pela importação intensiva de capital e técnica, em detrimento da posição relativa da empresa nacional, cuja recuperação cumpre perseguir nos próximos anos.

No plano internacional, as bruscas variações nas condições de intercâmbio comercial, sobretudo preços e suprimentos de produtos primários, que assumiram relevo especial no caso do petróleo, vêm acarretando implicações substantivas para a economia do País, cujo impacto ainda está longe de ser plenamente visualizado e absorvido.

A ação planejada para o setor, no " " quinquênio 1975-1979, exercer-se-á objetivamente nos seguintes campos:

① Orientação e promoção do desenvolvimento setorial, através dos órgãos normativos e de política governamental.

② Embasamento científico e tecnológico, através de órgãos e entidades voltadas para a pesquisa e a divulgação da técnica, da propriedade industrial, inclusive com preocupação de evitar dispêndios excessivos nos pagamentos para tecnologia, da metrologia, da normalização e certificação de qualidade industrial.

④ Atuação em áreas específicas da economia, através de empresas e autarquias jurisdicionadas, com interveniência direta na produção e na comercialização de bens e serviços. A política de desenvolvimento industrial do Governo se harmonizará com a orientação traçada pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico e utilizará, como instrumento básico, o conjunto de incentivos atualmente mobilizados, assim como novos estímulos a serem estabelecidos, dentro de diretrizes formuladas no âmbito do Conselho de Desenvolvimento Industrial - CDI. Como órgão central de orientação daquela política, o CDI terá reforçado o seu papel e atuará em estreito entrosamento com o BNDE, CACEX, CPA, Banco Central, superintendências regionais, principalmente SUDENE e SUDAM, e bancos regionais e estaduais comprometidos no esforço de crescimento industrial do País.

A orientação de ordem geral, a ser seguida pelo sistema de incentivos e entidades voltadas para o desenvolvimento do setor secundário da economia, se conformará aos seguintes pontos:

④ O Fortalecimento da empresa privada nacional, em especial as de médio e pequeno porte, através dos esquemas usuais de apoio governamental, e bem assim de mecanismo específico que vem de ser estabelecido, através do qual se irá propiciar recursos adicionais para investimento, sob a forma de capital de risco. Com tal instrumento, o Governo, sem interferir na esfera administrativa empresarial, pretende oferecer novas alternativas de crescimento a empresas que encontram dificuldades em obter recursos no mercado de capitais, condicionando sua expansão à capacidade de endividamento e aos custos e disponibilidades do mercado financeiro. Paralelamente, estará acompanhando atentamente o processo de transferência de controle acionário entre empresários nacionais e estrangeiros, procurando emprestar seu apoio aos primeiros, seja em negociações de nacionalização de empresas estrangeiras, seja oferecendo alternativas à alienação de empresas nacionais.

④ A intensificação do esforço de exportação de produtos industrializados, com o duplo objetivo de assegurar condições satisfatórias nas relações de troca com o exterior para as importações de equipamentos e insumos necessários ao próprio desenvolvimento industrial e de alcançar-se posição de competitividade em escala e qualidade de produção que permitam o melhor atendimento da demanda interna. Nesse esforço, ênfase particular será dada aos produtos que incorporem elevado contingente de mão-de-obra e de recursos naturais do País.

④ O apoio dirigido ao desenvolvimento da engenharia nacional, usando-se o sistema de incentivos federais como elemento adicional para induzir

o empresariado privado à maior utilização dos serviços de engeneering e design prestados no País, paralelamente a esquemas especiais de estímulo às empresas nacionais fornecedoras desses serviços.

⊙ A receptividade aos investimentos estrangeiros, também necessários à aceleração do processo de desenvolvimento industrial brasileiro, sobretudo na medida em que assegurem contribuição substantiva no que respeita à incorporação de capital de risco e de tecnologia avançada, e se encaminhem para ramos de atividade estratégicos ou representem garantia de mercados adicionais no exterior.

⊙ A atenção especial para a atenuação dos desníveis regionais de desenvolvimento industrial, procurando-se compatibilizar os movimentos de descentralização com a conquista de escalas de produção pertinentes às dimensões do mercado nacional. Nesse particular, deverá merecer especial atenção, a localização dos projetos industriais, para efeito de concessão de incentivos pelo CDI, e a implementação dos grandes programas integrados de desenvolvimento regional.

⊙ O estímulo intensivo à indústria nacional de bens de capital, particularmente à de equipamentos pesados. Nesse sentido, a ação do governo estará perseguindo objetivos múltiplos, colocando-se, em plano mais imediato, a redução da pressão exercida pela importação desses bens sobre a balança comercial do País. Paralelamente, e como objetivo de maior alcance, a atuação governamental se preocupará com a consolidação da indústria pesada no Brasil, envolvendo medidas tendentes a:

⊙ conferir maior autonomia setorial, reduzindo sua dependência do exterior;

⊙ ampliar o mercado para os equipamentos nacionais, estimulando sua exportação e disciplinando as compras externas;

⊙ promover a elevação do nível tecnológico do setor;

⊙ desencorajar a concentração excessiva desse tipo de indústria nas regiões mais desenvolvidas do País.

No que respeita à maior seleção na importação de equipamentos, duas medidas merecem destaque:

⊗ a instituição de mecanismo específico de coordenação entre as empresas estatais, com o objetivo de colocar em fornecedores nacionais a maior parcela possível de encomendas dessas empresas;

⊗ a reformulação, pelo Conselho de Desenvolvimento Industrial, do conceito de projeto, de forma a evitar a concessão dos incentivos administrados pelo CDI a investimentos de menor importância relativa, os quais, quando envolverem importação de equipamentos sem similar nacional, poderão continuar se valendo do mecanismo estabelecido pelo Conselho de Política Aduaneira.

Essa orientação de ordem geral será complementada pela seletividade dos projetos e setores industriais a apoiar, em três níveis distintos.

No primeiro, serão contemplados os setores de atividade industrial considerados estratégicos para o desenvolvimento do País, cujos empreendimentos poderão fazer jus, além dos benefícios relacionados no Decreto-Lei 1 137, à segurança de mercado, participação societária governamental, e, ainda, eventualmente, a estímulos adicionais representados por financiamentos em condições especiais de prazos, juros e correção monetária, assim como de isenções de imposto de renda por prazo determinado ou em proporção ao capital investido.

Nesse primeiro nível de seletividade, serão consideradas principalmente as indústrias de elevada densidade de capital ou tecnologia, produtoras de insumos básicos e bens de capital, a saber:

- ⊗ siderurgia;
- ⊗ metais não-ferrosos;
- ⊗ petroquímica;
- ⊗ fertilizantes;
- ⊗ defensivos agrícolas;
- ⊗ papel e celulose;

- produtos químicos básicos, inclusive os destinados à indústria farmacêutica;
- cimento, enxofre e a transformação de outros minerais não-metálicos;
- bens de capital, especialmente material e equipamentos elétricos e mecânicos pesados, construção naval, aeronáutica, material ferroviário, veículos pesados e implementos e máquinas agrícolas.

No segundo, serão considerados os setores industriais em que a abordagem predominante é a escala ou a modernização da produção. Para esses setores, as regras serão fixadas em cada momento, em função do exame das condições conjunturais, cabendo aí a concessão dos benefícios previstos no Decreto-Lei 1 137, associado ao acompanhamento da dinâmica do mercado.

Aqui se enquadram setores tradicionais da indústria de transformação, objeto de Resoluções específicas do CDI, tais como as indústrias têxtil, de produtos alimentares, e bem assim alguns setores menos tradicionais, como os de autopeças. Ainda no grupo das indústrias tradicionais, merecerão atenção especial os projetos envolvendo a produção de bens destinados ao consumo básico da população de menor poder aquisitivo, sobretudo nas áreas de alimentação, vestuário (inclusive calçados populares) e medicamentos.

No terceiro nível de seletividade, os incentivos previstos no Decreto-Lei 1 137 poderão ser concedidos aos demais setores industriais, exclusivamente com vistas à redução do custo do investimento, desde que ele contenha elementos identificadores de redução do custo de produção, melhoria de instalações e processos, aumento das exportações ou da capacidade de competição no mercado interno.

Para alcançar-se maior dinamismo na implementação dessa política, o Conselho de Desenvolvimento Industrial, através de sua Secretaria-Geral, intensificará o acompanhamento sistemático da evolução dos vários ramos industriais, assim como adotará medidas específicas para provocar o surgimento de projetos em ramos de atividade que não venham contando com a iniciativa espontânea do empresariado privado.

Ainda dentro da dinâmica de atuação do CDI, e sem prejuízo da nova conceituação de projetos e dos níveis da seletividade anteriormente refe-

ridos, não deixará de ser considerada, quando se revelar oportuna, a possibilidade da aplicação gradual dos incentivos fiscais estabelecidos no Decreto-Lei 1 137, em função da evolução da economia do País como um todo e do próprio setor industrial, e dos estudos que o Conselho de Desenvolvimento Industrial vier a proceder a respeito.

REALIZAÇÕES PROGRAMADAS (*)

● INDÚSTRIA DE BENS DE CAPITAL

As previsões relativas ao desempenho futuro da indústria de bens de capital partem do pressuposto de que terá prosseguimento, durante os próximos anos, o processo de substituição de importações desses produtos. Assim, ao mesmo tempo em que se espera um crescimento do consumo aparente de máquinas e equipamentos, da ordem de 12,7% ao ano, estima-se que a produção interna deverá expandir-se à taxa anual de 14,2%, atingindo, em 1979, o montante de Cr\$ 122,8 bilhões.

Por conseguinte, a relação importações/valor da produção decrescerá de 34,0% atuais para 29,5%, a serem alcançados em 1979, quando as importações de bens de capital deverão elevar-se a Cr\$ 36,4 bilhões.

Essa evolução é viabilizada pelo elevado montante de investimentos previstos para os próximos anos, tanto em decorrência da expansão do setor industrial como dos programas governamentais de infra-estrutura e de serviços públicos. Contudo, para que a demanda de bens de capital, derivada de tais investimentos, possa vir a ser suprida em maior parcela pela indústria nacional, é necessário que esta se capacite a superar suas conhecidas deficiências.

Por outro lado, oferecendo melhores oportunidades para mobilização da poupança e realização de investimentos, o setor de bens de capital torna-se um pólo de liderança, tanto no que se refere à geração de renda como acumulação de capital, o que o liga intimamente à manutenção da taxa de crescimento da economia.

(*) O valor dos programas, expresso a preços estimados de 1975, refere-se sempre ao período 1975-1979.

A Empresa Mecânica Brasileira S.A.-EMBRAMEC, em articulação com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e o Ministério da Indústria e Comércio, deverá estimular a constituição de um significativo segmento produtor de bens de capital, mediante financiamento e participação acionária no capital das empresas metal-mecânicas, bem como através de atuação visando ao desenvolvimento tecnológico do setor, à exportação de máquinas e equipamentos e à organização de demanda interna por esses bens. Paralelamente, ainda com o objetivo de adequar oferta e demanda, deve-se ressaltar a atuação do sistema FINAME de financiamento para a comercialização de máquinas e equipamentos fabricados no Brasil.

Também com esse propósito o Decreto-Lei 1335, de 8 de julho de 1974, autoriza o Ministério da Fazenda a estender às vendas de equipamentos nacionais, realizadas no mercado interno, os estímulos fiscais concedidos às exportações - isenção do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM) e do Imposto sobre os Produtos Industrializados (IPI) - o que fortalecerá significativamente o setor produtor de bens de capital.

● Política Subsetorial. A política relativa ao setor de bens de capital terá por objetivo aumentar a participação da indústria nacional no atendimento da demanda interna de máquinas e equipamentos, bem como o aumento da exportação, promovendo novas substituições de importações e avançando no sentido de complementar a estrutura industrial. Para a consecução desse objetivo, dever-se-á:

● estimular a expansão da capacidade instalada do setor apoiando inclusive a produção de máquinas e equipamentos tecnologicamente mais complexos;

● promover o desenvolvimento tecnológico do setor, através de apoio à atividade de pesquisa e de projetamento de engenharia de produto e fabricação, bem como à importação e assimilação do know-how externo;

● apoiar a fabricação de bens de capital destinados à modernização e ampliação da capacidade produtiva dos setores tradicionais;

● conceder à indústria nacional a proteção necessária para que sejam compensadas as desvantagens relativas diante dos produtores externos, decorrentes de características da economia brasileira, sem descuidar, no entanto, de induzir os fabricantes nacionais à redução de custos e melhoria de qualidade.

④ orientar o setor no sentido de modificações em sua estrutura produtiva que viabilizem a especialização da produção visando à redução de custos e incorporação de economias de escala;

⑤ criar condições para que as empresas do setor possam planejar a longo prazo o desenvolvimento de suas atividades.

Na implementação dessa política serão utilizados os seguintes instrumentos:

① esquemas especiais de estímulo à fabricação pioneira, sobretudo de máquinas e equipamentos de alta complexidade tecnológica, inclusive através de apoio financeiro e de participação acionária minoritária da EMBRAMEC, aos projetos de instalação, ampliação e modernização de unidades industriais;

② extensão dos planos de nacionalização setoriais administrados pelo CDI com vistas à progressiva substituição de importações, cuidando da definição de política em relação aos componentes importados;

③ incentivos à fabricação de componentes do País, principalmente daqueles para os quais já existe mercado que garanta sua produção em bases econômicas, através da especialização de produtores;

④ incentivos à exportação, buscando tornar os produtos nacionais competitivos no exterior quanto a preço e qualidade;

⑤ financiamento das vendas de bens de capital no mercado interno com prazos, juros e forma de pagamentos capazes de tornar a produção nacional competitiva, tendo em vista as condições vigentes no mercado internacional;

⑥ estabelecimento de mecanismos que acelerem a importação de nova tecnologia, sua absorção e difusão dentro do sistema produtivo, inclusive, em casos especiais, através de apoio financeiro à compra de know-how externo;

⑦ incentivo à atividade de pesquisa e ao desenvolvimento de engenharias de processo de produto e de fabricação, por iniciativa própria ou em associação a outras empresas ou institutos tecnológicos;

① formação de mão-de-obra qualificada em condições tais que permitam a expansão industrial e tecnológica do setor;

② tratamento privilegiado à produção nacional nas compras governamentais de máquinas e equipamentos;

③ reexame da política de subsídios à formação de capital, procurando-se eliminar medidas específicas e procedimentos que têm resultado em desfavorecimento à indústria nacional;

④ exigência, em alguns subsectores, de certificado de qualidade do produto para a concessão de financiamento das vendas;

⑤ incentivo a fusões e associações entre as empresas, nos estágios de produção e comercialização, visando a atingir dimensões adequadas à especialização e ao desenvolvimento tecnológico da empresa;

⑥ programação a médio prazo das compras de máquinas e equipamentos pelo setor público e pelas empresas de economia mista, de modo a permitir que a indústria nacional planeje a sua expansão, identificando oportunidades de suprimento;

⑦ apoio governamental direto ao desenvolvimento da indústria de computadores eletrônicos e de componentes eletrônicos de tecnologia avançada;

⑧ apoio ao desenvolvimento das indústrias aeronáutica e de construção naval, tendo em vista, principalmente nesse último caso, também o mercado externo.

⑨ Metas Subsetoriais

① Maquinaria mecânica e elétrica e equipamentos industriais. A expectativa de crescimento industrial, nos próximos anos, e, em particular, o nível de investimentos necessários a sua plena concretização, fazem prever forte impacto na demanda por máquinas e equipamentos. Da mesma forma, a programação dos empreendimentos governamentais de infra-estrutura - em especial, na de geração e transmissão de energia elétrica - implica também em necessidades significativas desses produtos. Vale observar que uma elevada parti

cipação da indústria nacional no atendimento dessa demanda pode ser conseguida através de uma política de compra por parte dos setores utilizadores - principalmente do setor público e das empresas de economia mista - que defina, em horizonte largo de tempo, as necessidades de máquinas e equipamentos, de modo a que a indústria nacional possa vir a capacitar-se, sobretudo tecnologicamente, ao seu suprimento (decisão do Conselho de Desenvolvimento Econômico-CDE, de 23 de maio de 1974, propôs a adoção de medidas nesse sentido). Tais considerações sugerem a possibilidade de que a produção nacional de maquinaria mecânica e elétrica e de equipamentos industriais cresça a taxa anual de 12,3%, atingindo, em 1979, o montante de 1 603 mil toneladas;

④ Tratores e Implementos Agrícolas - A importância presentemente atribuída à expansão da produção agrícola, ao lado da necessidade de que a agricultura venha a operar com maiores níveis da produtividade, provocará expressivo aumento da demanda por tratores e implementos agrícolas. É de se esperar, portanto, forte acréscimo da produção nacional destes bens, prevenindo-se sua expansão a uma taxa anual de 12,4%, de modo a alcançar, em 1979, o montante de 197 mil toneladas. Em particular, estima-se que a produção de tratores será, naquele ano, da ordem de 84 mil unidades;

⑤ Construção Naval - A política de redução dos custos do transporte interno e de maior participação do País nos fretes associados aos fluxos de comércio exterior, que atualmente situa-se em aproximadamente 45% do montante do frete, ao requerer a multiplicação da frota mercante nacional, aponta a necessidade de acentuado crescimento da indústria naval nos próximos anos, garantido pelo Programa de Construção Naval para o período 1975-1979, que prevê a colocação de novas encomendas nos estaleiros nacionais de 5,1 milhões tpb, até 1980. O desenvolvimento do subsetor será também estimulado pela absorção, por estaleiros brasileiros, de parcela mais elevada dos serviços de reparos dos navios. Desta forma, estima-se que o subsetor venha a experimentar expansão a uma taxa anual de 20,0%, evoluindo de uma produção de 300 mil tpb, em 1973, para 1,1 milhão de tpb em 1979, o que equivale a uma evolução de 130 para 495 mil toneladas efetivas.

⑥ Material Ferroviário - A ênfase crescente que vem sendo conferida à ferrovia no âmbito da política nacional de transportes abre perspectivas bastante favoráveis ao subsetor. É provável que, acompanhando a evolução da demanda gerada pela expansão, reequipamento e melhoria da rede ferroviária do País, sua produção cresça a taxa anual de 11,9%, alcançando, em 1979, o montante de 214 mil toneladas. No caso da produção de vagões e carros prevê-se uma meta de produção de 6 750 unidades naquele ano.

cipação da indústria nacional no atendimento dessa demanda pode ser conseguida através de uma política de compra por parte dos setores utilizadores - principalmente do setor público e das empresas de economia mista - que defina, em horizonte largo de tempo, as necessidades de máquinas e equipamentos, de modo a que a indústria nacional possa vir a capacitar-se, sobretudo tecnologicamente, ao seu suprimento (decisão do Conselho de Desenvolvimento Econômico-CDE, de 23 de maio de 1974, propôs a adoção de medidas nesse sentido). Tais considerações sugerem a possibilidade de que a produção nacional de maquinaria mecânica e elétrica e de equipamentos industriais cresça a taxa anual de 12,3%, atingindo, em 1979, o montante de 1 603 mil toneladas;

⊕ Tratores e Implementos Agrícolas - A importância presentemente atribuída à expansão da produção agrícola, ao lado da necessidade de que a agricultura venha a operar com maiores níveis da produtividade, provocará expressivo aumento da demanda por tratores e implementos agrícolas. É de se esperar, portanto, forte acréscimo da produção nacional destes bens, prevenindo-se sua expansão a uma taxa anual de 12,4%, de modo a alcançar, em 1979, o montante de 197 mil toneladas. Em particular, estima-se que a produção de tratores será, naquele ano, da ordem de 84 mil unidades;

⊕ Construção Naval - A política de redução dos custos do transporte interno e de maior participação do País nos fretes associados aos fluxos de comércio exterior, que atualmente situa-se em aproximadamente 45% do montante do frete, ao requerer a multiplicação da frota mercante nacional, aponta a necessidade de acentuado crescimento da indústria naval nos próximos anos, garantido pelo Programa de Construção Naval para o período 1975-1979, que prevê a colocação de novas encomendas nos estaleiros nacionais de 5,1 milhões tpb, até 1980. O desenvolvimento do subsetor será também estimulado pela absorção, por estaleiros brasileiros, de parcela mais elevada dos serviços de reparos dos navios. Desta forma, estima-se que o subsetor venha a experimentar expansão a uma taxa anual de 20,0%, evoluindo de uma produção de 300 mil tpb, em 1973, para 1,1 milhão de tpb em 1979, o que equivale a uma evolução de 130 para 495 mil toneladas efetivas.

⊕ Material Ferroviário - A ênfase crescente que vem sendo conferida à ferrovia no âmbito da política nacional de transportes abre perspectivas bastante favoráveis ao subsetor. É provável que, acompanhando a evolução da demanda gerada pela expansão, reequipamento e melhoria da rede ferroviária do País, sua produção cresça a taxa anual de 11,9%, alcançando, em 1979, o montante de 214 mil toneladas. No caso da produção de vagões e carros prevê-se uma meta de produção de 6 750 unidades naquele ano.

⊗ Caminhões e Ônibus - As estimativas relativas a evolução da produção de caminhões e ônibus indicam taxas anuais de crescimento de 11,5% e 12,1%, respectivamente. Espera-se, portanto, que a produção alcance, em 1979, os montantes de 192 000 caminhões e 11 600 ônibus.

⊗ Material Eletrônico e de Comunicações - Prevê-se que a demanda de equipamentos eletrônicos venha a apresentar, nos próximos anos, crescimento significativo. No que diz respeito aos equipamentos de comunicações, vem ocorrendo notável crescimento do setor nos últimos anos, devido à programação da expansão das redes de telecomunicações e dos planos de nacionalização instituídos, que deverá continuar em decorrência da realização de maciços investimentos governamentais. Quanto aos computadores eletrônicos, o crescimento de demanda será resultado da previsível aceleração da modernização das práticas administrativas nos setores público e privado. Ao mesmo tempo, vão sendo empreendidos esforços no sentido de intensificar as pesquisas tecnológicas com vistas a produzir no País tais equipamentos, sem se desconhecer que uma maior participação de indústria nacional no atendimento do consumo interno está condicionada, a curto prazo, à sua capacidade de incorporar a tecnologia externa. Cabe destacar, como iniciativas a promover: a mobilização de recursos para financiamento à pesquisa tecnológica e uma política industrial de computadores que objetive não apenas a expansão da produção de componentes mas sobretudo a aquisição de know-how de fabricação, através de projetos de produção de protótipo de minicomputadores de concepção nacional e da fabricação, em escala industrial, de um minicomputador digital de controle em tempo real.

⊗ INDÚSTRIA METALÚRGICA

A indústria metalúrgica vem atuando como uma das fontes importantes do recente crescimento econômico brasileiro, prevendo-se, nos próximos anos, a elevação do consumo a uma taxa anual de 15,1%. As deficiências do setor, em termos de capacidade de produção, vêm sendo superadas com os maciços investimentos, notadamente governamentais, realizados no contexto do Plano Siderúrgico Nacional.

Ademais, particularmente no que diz respeito aos metais não-ferrosos, vale salientar a criação, junto ao ENDE, da empresa Financiamento de Insumos Básicos, mecanismo financeiro de apoio ao incremento da produção de matérias-primas e bens intermediários de maior carência no País.

As exportações deverão alcançar, em 1979, o valor de Cr\$3 340,0 milhões, o que corresponde a um crescimento à taxa anual de 20%. As importações, por seu lado, deverão atingir a Cr\$ 7 460,0 milhões em 1979, resultando em queda da participação das importações no valor da produção dos 12,5% observados em 1973 para 6,4%, em 1979.

Tomando em conta essas estimativas, obteve-se expressiva taxa de crescimento da produção: 16,3% ao ano. O valor da produção deverá passar de Cr\$ 47,1 bilhões, em 1973, para Cr\$ 116,6 bilhões, em 1979.

As projeções referentes ao crescimento do emprego da indústria metalúrgica no período, mostram que deverá ser apenas ligeiramente superior à taxa da indústria de transformação como um todo: 4,6 e 4,2% ao ano, respectivamente. O número estimado de pessoas ocupadas no setor deverá situar-se em torno de 446 mil em 1979 contra 334 825 em 1973. Ressalte-se o fato de a indústria metalúrgica exigir quadros razoavelmente qualificados, o que acentua a dimensão das questões que surgirão ao lado da absorção de mais de 100 mil trabalhadores.

⊗ Política Subsetorial. O cumprimento das metas apontadas, relativas ao desenvolvimento da indústria siderúrgica, deverá receber vigoroso apoio da política governamental, consubstanciada no Plano Siderúrgico Nacional e que visa principalmente a:

⊗ promover a expansão da capacidade de produção do parque siderúrgico nacional, através da ampliação e modernização das usinas existentes e construção de novas usinas, quando esta alternativa se mostrar mais vantajosa;

⊗ estimular a participação da iniciativa privada, principalmente nos subsectores de produtos não-planos de aços comuns e especiais;

⊗ criar condições de autofinanciamento e promover a obtenção de recursos complementares para o setor;

⊗ analisar e acompanhar os projetos de expansão e criação de usinas;

⊗ fomentar o desenvolvimento das empresas produtoras de matérias-primas para a siderurgia;

④ incentivar o desenvolvimento e fortalecimento do setor de distribuição de produtos siderúrgicos;

⑤ fomentar a pesquisa tecnológica aplicada e o aperfeiçoamento da mão-de-obra especializada;

⑥ instalar usinas destinadas principalmente à exportação de produtos semi-acabados de aço;

⑦ conceder incentivos fiscais e financeiros diretos e indiretos aos projetos siderúrgicos que foram considerados prioritários para o desenvolvimento nacional;

⑧ participar minoritariamente no capital de projetos de empresas privadas, no caso de viabilização de maior envergadura, para execução de programas de expansão, implantação de novas usinas e fusão das empresas;

⑨ atuar através da Siderbrás - Siderurgia Brasileira S.A. com o objetivo de melhor coordenar a atuação das empresas siderúrgicas estatais dentro das diretrizes de política setorial emanadas do Governo através do CONSIDER.

No que diz respeito à indústria produtora de metais não-ferrosos, a política governamental procurará:

① estabelecer as diretrizes e metas de expansão da Indústria de metais não-ferrosos, visando o suprimento da demanda interna e as exportações;

② apoiar, mediante mecanismo de financiamento e participação governamental, a viabilização de empreendimentos voltados para a expansão da produção dos metais não-ferrosos de maior carência no País;

③ definir e implementar programa de pesquisa e estudo de jazidas de não-ferrosos, em base seletiva e de urgência;

④ criar núcleos de pesquisa tecnológica relativa a metais não-ferrosos com certa, mas não restritiva, especialização, com vistas, inclusive, à substituição da utilização de metais mais carentes no País por outros abundantes;

⊗ considerar a eventual vantagem de complementar-se a produção de cobre primário nacional com a importação de concentrado, como alternativa à importação do metal;

⊗ apoiar a expansão das unidades de processamento metalúrgico de zinco, que exige atenção prioritária, sobretudo no que respeita ao desenvolvimento da tecnologia, objetivando o aproveitamento de minérios de baixo teor;

⊗ desenvolver programa intensivo e diversificado de formação de pessoal especializado na tecnologia de não-ferrosos visando, essencialmente, a aplicação industrial.

⊗ Metas Subsetoriais

⊗ Produtos Siderúrgicos. O crescimento notável da indústria metalo-mecânica, a partir de 1967, provocou rápida expansão do consumo nacional de aço, que atingiu em 1973 o volume de 9,4 milhões de toneladas de lingotes. As perspectivas quanto à evolução futura da economia brasileira indicam que tal expansão deverá acentuar-se nos próximos anos, elevando-se o consumo a 19,0 milhões de toneladas em 1979. O reconhecimento de que a oferta nacional deve acompanhar esse crescimento, de modo a garantir o perfeito atendimento das exigências do mercado e a produzir um excedente exportável, levou à elaboração do Plano Siderúrgico Nacional, que prevê a ampliação da atual capacidade instalada da ordem de 8,6 milhões t/ano de lingotes para 32,3 milhões t/ano em 1980, das quais 9,3 milhões serão destinadas nesse ano à exportação. A realização das metas físicas previstas exigirão investimentos da ordem de Cr\$ 93 170 milhões, no período 1974-1980. Desse total, Cr\$ 79 950 milhões, serão aplicados durante a vigência do II PND. As perspectivas visualizadas, para os laminados planos e perfis pesados indicam elevação da capacidade instalada das 4,1 milhões t/ano de lingotes equivalentes verificados em 1973 para 13,1 milhões t/ano em 1979; essa ampliação resultará basicamente da expansão das usinas da Cia. Siderúrgica Nacional-CSN, Cia. Siderúrgica Paulista-COSIPA, Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. - USIMINAS e, subsidiariamente, da implantação de empreendimento destinado a aproveitar parte dos semi-acabados do projeto de Tubarão. Para os laminados não-planos e aços especiais, a expansão programada visa a ampliar a capacidade instalada das 4,4 milhões t/ano em lingotes equivalentes observadas em 1973 para 8,3 milhões t/ano em 1979; tal acréscimo decorrerá do aumento da capacidade de empresas estatais e privadas, destacando-se o projeto de implantação da Usina Siderúrgica Mendes Júnior e os projetos de ampliação da Aços Anhanguera A.A. e Cia. Siderúrgica da Guanabara-COSIGUA, além das expansões da Cia. de Aços Especiais Itabira-Acesita, Usina Siderúrgica da Bahia S.A. - USIBA, Aços Finos Piratini S.A. e Cia. Ferro e Aço de Vitória-COFAVI. Com

a implantação de usinas de semi-acabados em Tubarão e em Itaqui, procurar-se ã atingir, principalmente, o mercado externo; a capacidade de produção de verá alcançar, em 1977, a 3 milhões de t/ano, decorrentes exclusivamente do pro jeto de Tubarão, assinalando-se, no entanto, que apenas 1,5 milhões de tonela - das estarão disponíveis para exportação, uma vez que a parcela restante de verá ser processada pela laminação de Tubarão, em 1980; no entanto, a capacidade pro dutiva de semi-acabados de verá totalizar 10 milhões de t/ano, em conseqüência da conclusão da primeira etapa do projeto de Itaqui; a conclusão da segunda eta pa desse projeto, ainda sem data estabelecida, elevará, por fim, a capacidade instalada para 18 milhões t/ano. Os fundidos de ferro e aço de verão ter seu consumo interno ampliado, nos próximos anos, a uma taxa anual de 13,0%, atin gindo o montante de 1 960 mil toneladas em 1979, das quais 1 770 mil de fundidos de ferro e 190 mil de fundidos de aço; prevê-se igualmente que as exportações desses produtos experimentem acréscimo significativo, podendo alcançar, naquele ano, o volume de 100 mil toneladas; a atual capacidade de produção é insufi ciente para atender essa demanda, mesmo considerando-se a possibilidade de alcançar com os equipamentos e instalações existentes, maiores níveis de produção atra - vês de elevação da produtividade. De fato, a capacidade instalada atual, da ordem de 1 229 mil t/ano, requer, para que venha garantir o atendimento da de manda prevista, acréscimo de 744 mil t/ano para os fundidos de ferro e de 89 mil t/ano para os fundidos de aço. A demanda nacional de forjados de aço de verá apresentar, nos próximos anos, crescimento a uma taxa anual de 14,3%, atin gindo 419 mil toneladas em 1979; a atual capacidade instalada no setor é de 207 mil t/ano, existindo projetos de ampliação que elevarão essa capacidade a 296 mil t/ano; no entanto, o confronto entre a capacidade programada e o consumo previsto para 1979 indica ser necessário acréscimo suplementar de capacidade da ordem de 123 mil t/ano para que a oferta interna venha a suprir inteiramente o mercado interno naquele ano. Para os não-ferrosos, a recuperação do atraso em que se encontra o setor tem como objetivos principais garantir os suprimentos necessários à própria continuidade do processo de crescimento industrial e ali viar a pressão crescente sobre o balanço de pagamentos do País. O esforço go vernamental, além de levar em conta as peculiaridades de cada subsetor, conside rará duas características gerais do aproveitamento dos não-ferrosos: a estre ita interligação entre a atividade primária de obtenção do minério com o proces samento industrial, exigindo, portanto, articulação perfeita das diversas áreas do governo envolvidas no problema e o elevado nível de tecnologia de mandado pe lo setor, desde a fase de pesquisa mineralógica até a de obtenção dos produ tos finais, que, em boa medida, ainda tem de ser buscado no exterior. Supletivamen te às atividades privadas do setor, estará o Governo Federal atuando através do CONSIDER, cujas atribuições foram estendidas à área dos não-ferrosos, e da CPRN e participando em projetos específicos, como é o caso da exploração das reser vas de bauxita do Trombetas, no Estado do Pará, onde a Cia. Vale do Rio Doce encontra-se em processo de associação com grupos estrangeiros. Considerando a

importância de sua utilização industrial, bem como de sua participação nos fluxos de comércio com o exterior, destaca-se um grupo de seis metais não-ferrosos como merecedores de atenção prioritária: alumínio, cobre, zinco, chumbo, estanho e níquel. De acordo com o Programa Nacional de Desenvolvimento da Indústria de Metais Não-Ferrosos, o consumo interno de alumínio deverá expandir-se entre 1973 e 1983, a uma taxa anual de 19,8% alcançando o montante de 1 211 mil toneladas. No mesmo período, a capacidade instalada apresentará acréscimo significativo evoluindo das atuais 127 mil t/ano para 1 374 mil t/ano em 1983, o que garantirá o pleno suprimento do mercado nacional. Do ponto de vista da matéria-prima para a produção de alumínio, a exploração da bauxita de Trombetas poderá proporcionar o atendimento total da demanda doméstica. Contudo, constituindo-se a energia elétrica em insumo fundamental dos processos ora em utilização de obtenção do alumínio metálico, a instalação da unidade de produção do metal está condicionada à construção paralela de uma usina no Pará. Uma vez que a referida usina somente estará concluída em 1980, pelo menos numa primeira etapa, a extração do minério daquela área deverá ser destinada à exportação. A demanda de cobre, prevista para 1983, de acordo com o referido Programa, é da ordem de 532 mil toneladas, o que corresponde a crescimento de 14,1% ao ano no período 1973/1983. A expansão da capacidade instalada de produção de cobre primário (atualmente 10 mil t/ano) ainda depende da ampliação das pesquisas de reservas do minério, principalmente na Bahia. A autosuficiência interna desse metal, deverá ocorrer a partir de 1983, com o incremento da produção nacional de cobre primário e secundário. O consumo interno de zinco deverá situar-se, em 1983, em torno de 315 mil toneladas, o que caracteriza crescimento a uma taxa anual de 11,7%; a capacidade instalada naquele ano deverá ser suficiente para o pleno atendimento do mercado interno. As previsões relativas ao consumo interno do chumbo indicam uma evolução anual de 13,8%, atingindo, em 1983, o montante de 238 mil toneladas; a capacidade instalada para produção desse metal, evoluirá de tal forma a poder atender suficientemente o consumo interno naquele ano. O consumo nacional de estanho deverá crescer a uma taxa de 8,6% ao ano, atingindo o total de 9,2 mil toneladas em 1983. A produção é atualmente suficiente para atender a demanda, e a capacidade instalada hoje existente no setor (13 mil t/ano) garante o suprimento do consumo previsto para 1983; o principal obstáculo à maior produção de estanho, e inclusive a sua exportação em maior escala, tem consistido no limitado suprimento de minério, fato que, a exploração adequada das jazidas de cassiterita de Rondônia, através de modernos processos de extração, permitirá superar. A capacidade instalada, para 1983, é estimada em 21,3 mil toneladas. A produção de níquel metálico está estimada em 23,9 mil toneladas para 1983, contra um consumo interno, da ordem de 20,3 mil toneladas previsto para aquele ano.

● INDÚSTRIA QUÍMICA

A indústria química tem-se caracterizado por um elevado grau de dinamismo, mais acentuado nos últimos anos. A taxa média anual de crescimento do consumo interno, a partir de 1967, gira em torno de 19,2%, o que revela claramente a magnitude do padrão de comportamento da demanda interna.

Contudo, a ausência de cortes no abastecimento de petróleo não impediu o aparecimento de dificuldades de pequena monta, ocorridas em 1973 em função de crise internacional do petróleo, afetando diretamente a operação de algumas unidades petroquímicas e fazendo antever desfavorável evolução dos preços de alguns de seus derivados.

O valor da produção cresceu aproximadamente de 23,0% anuais, o que decorre diretamente da entrada em funcionamento, nos últimos anos de novas unidades petroquímicas que ampliaram substancialmente a capacidade produtiva do País.

As estimativas referentes à evolução do consumo aparente de produtos químicos, nos próximos anos, indicam uma taxa de crescimento anual de 12,9%. Por outro lado, as exportações, atualmente da ordem de Cr\$ 2 545,0 milhões, deverão alcançar, em 1979, a cifra de Cr\$ 7 115,0 milhões.

O valor da produção do setor, em 1979, deverá atingir Cr\$ 139,6 milhões, correspondendo a uma taxa média anual de crescimento, no período, de 13,5%. A produção nacional cobrirá então cerca de 92,0% do consumo interno. Não obstante a redução do coeficiente de importações, estas deverão ser, em 1979, da ordem de Cr\$ 19,7 bilhões, montante significativamente superior aos Cr\$ 10,8 bilhões observados em 1973.

Vale observar que algumas dificuldades recentes surgidas no setor petroquímico (abastecimento e preços) poderão afetar significativamente a margem de confiabilidade das projeções realizadas. Contudo, durante 1973, não se observou atitude de paralisia por parte dos agentes responsáveis pelo setor, pois medidas regularizadoras foram tomadas, notadamente no âmbito do CPA, da CACEX e da PETROLFÁS.

Ademais, a criação recente da Financiamento de Insumos Básicos -

FIEASE, empresa financeira ligada ao BNDE, abre perspectivas altamente favoráveis ao desenvolvimento do setor, particularmente na área de fertilizantes, beneficiada também com o lançamento, em 1974, do Programa Nacional de Fertilizantes e Calcário Agrícola.

No que se refere ao emprego, a indústria química deverá absorver, em 1979, cerca de 282 mil pessoas contra 230 665 em 1973, o que equivale a uma taxa de crescimento do emprego da ordem de 3,4% ao ano. É baixa a elasticidade emprego-produção dessa indústria (0,25), quando comparada com a de transformação (0,35). Ainda assim, a indústria química revela boa capacidade de absorção de mão-de-obra, sobretudo tendo em conta a densidade de capital e tecnologia que mobiliza para sua implantação.

⊗ Política Subsetorial. A política governamental relativa à indústria química enfatizará os seguintes aspectos:

⊗ planejamento a longo prazo dos objetivos a alcançar e das diretrizes a seguir, fortalecendo a participação nacional no parque químico do País;

⊗ expansão da oferta nacional de produtos químicos, conferindo especial atenção à implantação e consolidação da indústria petroquímica;

⊗ redução de custos e racionalização da produção setorial;

⊗ descentralização da produção química nacional, tendo em vista a difusão de seus resultados sobre as atividades regionais, sem descuidar, no entanto, de planejamento locacional que considere os elevados custos de transporte dos produtos químicos;

⊗ redução dos dispêndios de divisas na importação de matérias-primas para a indústria química, mediante a fixação de estratégia de suprimento externo;

⊗ combate aos focos de poluição, através da identificação de mecanismos e sistemas adequados.

Nesse sentido, serão utilizados os seguintes instrumentos de política:

● implantação de projetos de grande economia de escala, com alto grau de integração vertical e horizontal, dotados, inclusive, de instalações centrais de utilidades e serviços comportando infra-estrutura comum;

● definições sobre a melhor alternativa dentre as de expansão dos pólos petroquímicos já existentes, expansão das refinarias e implantação de um novo pólo, visando a autosuficiência interna na produção de produtos petroquímicos até 1979/1980, a cargo de grupo de trabalho constituído pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico;

● desenvolvimento dos pólos petroquímicos no sentido de uma certa descentralização intra-regional, de modo a evitar o confinamento dos projetos em áreas urbanas de alta densidade populacional, através de: irradiação do pólo Centro-Sul e viabilização de projetos no Nordeste;

● estímulo às associações entre empresas privadas nacionais, empresas estrangeiras detentoras de know-how e a Petroquisa;

● negociações com países vizinhos objetivando suprimento de matérias-primas petroquímicas;

● incentivos a estudos e projetos visando ao aproveitamento de matérias-primas disponíveis no País, em especial aqueles que objetivem recuperar jazidas nacionais de fosfato mineral, sais de potássio, magnésio, titânio, enxofre e procurem desenvolver o aproveitamento máximo das disponibilidades de gás natural, xisto betuminoso, carvão e excedentes de óleo combustível;

● apoio à expansão da produção interna de fertilizantes, viabilizando a implantação de grandes unidades de produção de amônia, uréia e ácido fosfórico;

● dinamização da exploração de jazidas de matérias-primas para a indústria de fertilizantes, procurando modificar atitudes passivas que encobrem a manutenção cartorial dos direitos sobre reservas conhecidas;

● incentivos a projetos que têm por base a transformação de sais naturais, por eletroquímica, em produtos químicos exportáveis, diante das disponibilidades nacionais de reservas desses sais e de energia hidrelétrica, cuidando de valorizar o preço do produto final.

④ Metas Subsetoriais

⊕ Ácido Sulfúrico - O consumo interno de ácido sulfúrico deverá atingir, em 1979, a 4 226 mil toneladas, o que significa uma taxa anual de crescimento de 21,5%, no período 1973-1979. A oferta deverá apresentar tam bém acréscimo significativo, já estando programadas inversões que possibilitam a expansão da capacidade instalada das 973 mil t/ano atuais para 3 388 mil t/ano. Não obstante, o pleno atendimento da demanda interna em 1979 rec^{er} ainda uma capacidade adicional de 838 mil t/ano. Os novos planos de produção de ens^ofre pelas refinarias da PETROBRÁS e as pesquisas que se desenvolvem para obtê-lo a partir do xisto, irã^o adicionar-se ao aproveitamento dos rejeitos piritosos de Santa Catarina, a fim de suprir de maneira adequada as necessidades de matéria-prima.

⊕ Soda Cáustica e Barrilha - A previsão da demanda interna de soda cáustica e barrilha, para 1979, indica um crescimento anual de 13,5%, atingindo, naquele ano a 826 mil toneladas, em termos de Na_2O . A capacidade instalada atual, da ordem de 255 mil t/ano, deverá expandir-se, acompanhando o crescimento da demanda: projetos já definidos elevam essa capacidade para 700 mil t/ano. Os novos projetos, em vias de definição, permitirã^o expandir a capacidade instalada de barrilha de modo a acrescê-la, até 1979, de 464 mil t/ano, em termos de Na_2O , através da construção de unidades produtoras em Sergipe e Rio Grande do Norte. Esses empreendimentos, da Cia. Nacional de Alcalis, pretendem garantir o suprimento do mercado interno e dar início às exportações do produto, consolidando-se a participação do País no mercado internacional, através de posterior ampliação da capacidade dessas instalações para 928 mil t/ano.

⊕ Cloro - O consumo interno de cloro deverá alcançar, em 1979, a 1 059 mil toneladas, traduzindo uma taxa anual de crescimento de 27,0%, entre 1973 e 1979. Os projetos de implantação de novas unidades e de ampliação das já existentes fazem prever a elevação da atual capacidade instalada da ordem de 200 mil t/ano para 593 mil t/ano. Essa expansão da oferta, é no entanto, insuficiente para o pleno atendimento da demanda de cloro em 1979, fazendo-se necessário acréscimo adicional de capacidade de 466 mil t/ano. Conhecida a locali^zação dos dois maiores projetos recentemente aprovados e o destino de sua produ^ção (Salgema Indústrias Químicas S.A. - Alagoas, e Dow Química do Nordeste S.A. - Bahia), restam ainda definições quanto ao transporte do produto, principal^{mente} para as unidades consumidoras.

⊕ Fertilizantes - O consumo interno de fertilizantes de

verá experimentar, nos próximos anos, crescimento a uma taxa anual de 12,9% o que elevará a demanda interna, em 1980, a 4 000 mil toneladas de NPK, de acordo com o Plano Nacional de Fertilizantes e Calcário Agrícola. Os projetos de implantação de novas unidades e de ampliação de unidades existentes fazem prever uma expansão da capacidade instalada de 561 mil t/ano para 1 137 mil t/ano de NPK, em 1980, montante ainda insuficiente para atender a demanda nesse último ano. A redução do deficit de 2 863 mil t/ano requererá inversões substanciais, notadamente na concretização do projeto de potássio em Sergipe (1 milhão t/ano de K_2O), na implantação de novas unidades de arônia (empregando, como matéria-prima, gás natural da Bolívia ou resíduos pesados derivados do petróleo) e na execução de novos projetos de fertilizantes fosfatados que utilizem concentrado importado ou aproveitem novas reservas de rocha fosfatada.

⊙ Resinas Termoplásticas - As previsões quanto à evolução do consumo interno de resinas termoplásticas revelam que a demanda deverá crescer a uma taxa anual de 22,0% alcançando, em 1979, o valor de 1 044 mil toneladas. Também a oferta deverá experimentar acréscimo significativo, indicando os projetos já programados uma capacidade instalada de 891 mil t naquele ano, em confronto com a capacidade atual de 356 mil t/ano. A comparação entre as expectativas de demanda e expansão programada de oferta evidencia, no entanto, a necessidade de esforço adicional no sentido de suprir a parcela do consumo ainda por atender. Tal esforço deverá concentrar-se, sobretudo, no aumento da produção de polieteno e PVC uma vez que, no caso do poliestireno e do polipropeno, a expansão já definida é suficiente para atender o consumo previsto para 1979.

⊙ Resinas Termoestáveis - A expansão prevista da demanda de resinas termoestáveis - 12,8% ao ano - indica que esta será de cerca de 410 mil toneladas em 1979. É necessário que novos projetos de investimentos sejam definidos de modo que a capacidade instalada da ordem de 200 mil t/ano, suficiente para atender a demanda atual, continue garantindo o pleno suprimento do mercado interno.

⊙ Fibras Artificiais e Sintéticas - A progressiva substituição de fibras naturais por fibras artificiais e sintéticas fazem prever que a demanda interna de fibras químicas venha a experimentar, nos próximos anos, um crescimento anual de 10,0%, atingindo, em 1979, o valor de 287 mil toneladas, das quais 72 mil toneladas de fibras artificiais e 215 mil toneladas de fibras sintéticas. Os projetos existentes de ampliação da oferta elevam a capacidade instalada do nível atual de 140 mil t/ano para 253 mil t/ano em 1979.

Não obstante, faz-se necessário acréscimo adicional da capacidade de cerca de 34 mil t/ano, para que a produção nacional venha a suprir inteiramente a demanda interna naquele ano.

④ **Elastômeros Sintéticos** - O consumo interno de elastômeros sintéticos, cujo crescimento, nos próximos anos, prevê-se venha a ocorrer a uma taxa anual de 13,5%, deverá alcançar 281 mil toneladas, em 1979, das quais a maior parcela corresponde ao SBR. A expansão já programada da produção indica que a capacidade instalada deverá elevar-se das 140 mil t/ano atuais para 239 mil t/ano, em 1979. O aumento previsto é, no entanto, ainda insuficiente para atender a demanda interna naquele ano, requerendo-se acréscimo adicional de 42 mil t/ano, voltado notadamente para a produção de SBR, borracha butílica e borracha de cloropreno.

⑤ **Detergentes Sintéticos** - O aumento da participação dos sintéticos no mercado de produtos de limpeza faz prever que a demanda de detergentes sintéticos alcançará, em 1979, a 98 mil toneladas de material ativo, o que corresponde a um acréscimo anual de 16,6%. Os investimentos já definidos para a produção de matérias-primas para detergentes sintéticos indicam um aumento de capacidade instalada de 27 mil t/ano para 75 mil t/ano de material ativo, em 1979. Diante do problema de contaminação de águas causada pela não biodegradabilidade do EDES, a expansão da oferta deverá orientar-se no sentido de produção de produtos biodegradáveis, como o LAES e os derivados etoxilados.

⑥ **Eteno** - A evolução esperada da indústria petroquímica brasileira, nos próximos anos, acarretará a rápida expansão da demanda interna de eteno, que deverá alcançar a 921 mil toneladas, em 1979, apresentando, portanto, uma taxa de crescimento de 21,5% anuais. Para que o funcionamento do par que petroquímico não experimente pontos de estrangulamento, nem onere excessivamente o balanço de pagamentos, a capacidade instalada, presente da ordem de 338 mil t/ano e com ampliação já prevista para 718 mil t/ano, deverá ser reforçada, através de novos investimentos que possibilitem acréscimo adicional da oferta de 203 mil t/ano.

⑦ **Arônia** - O aumento previsto do consumo de fertilizantes nitrogenados levará a demanda interna de arônia a apresentar, nos próximos anos, crescimento acentuado, estimando-se que essa expansão se processe a uma taxa de 16,8% ao ano, de modo a atingir, em 1979, a 1 712 mil toneladas. A oferta interna, atualmente da ordem de 268 mil t/ano, deverá alcançar a 577 mil t/ano (considerados apenas os projetos já delineados). Tal capacidade instalada é

ainda insuficiente para atender à demanda. Para tanto, deverá proceder-se a avaliação mais detalhada das disponibilidades de matérias-primas nacionais, bem como acordos que garantam o suprimento externo de gás natural (Bolívia).

● BENS INTERMEDIÁRIOS NÃO-METÁLICOS

O setor produtor de bens intermediários não-metálicos, compreendendo os ramos de minerais não-metálicos e de papel e celulose, experimentou, recentemente, crescimento significativo, refletindo a expansão da demanda por seus produtos, principalmente o cimento.

Nos últimos anos, o consumo aparente dos referidos ramos manufatureiros evoluiu a taxas anuais de 16,0%, no caso de minerais não-metálicos, e de 12,5% no de papel e celulose. Respondendo a esse comportamento favorável à demanda, o valor da produção cresceu a taxas de 16,5% e 10,0% respectivamente. Não obstante, o País continua recorrendo a importações para suprir o mercado interno, observando-se em 1973, relações importação/valor da produção da ordem de 3,3% para minerais não-metálicos e de 11,1% para papel e celulose.

No que diz respeito aos minerais não-metálicos, merece ênfase especial a indústria de cimento. A evolução deste segmento industrial, bastante expressiva nos últimos anos, decorreu do elevado nível de investimentos em obras públicas e da execução dos programas de habitação. A expansão da produção tem sido orientada no sentido da utilização de processos tecnológicos atualizados restringindo-se, a partir de 1973, os incentivos governamentais a projetos que prevêem capacidade superior a 2 mil t/dia.

Quanto à indústria de papel e celulose, a previsão da futura capacidade desses produtos no mercado mundial tem estimulado a realização de investimentos. O Programa Nacional de Papel e Celulose, lançado em 1974, contempla a médio prazo, a autosuficiência brasileira no setor, bem como a geração de excedentes exportáveis de celulose ao nível de pelo menos 2 milhões de toneladas em 1980, o que possibilitará aos níveis atuais de preço, um ingresso de divisas de mais de US\$ 250 milhões naquele ano. As inversões, concentradas sobretudo na produção de celulose, têm, em geral, prazos relativamente longos de maturação uma vez que envolvem também projetos de reflorestamento. Nesse sentido, parcela significativa desses empreendimentos não alcançou ainda a fase de produção.

As perspectivas quanto à evolução futura do setor de intermediá-

rios não-metálicos são fortemente promissoras. Estima-se que o consumo interno venha a crescer, até 1979, a taxas de 13,4% ao ano para minerais não-metálicos e de 11,0% para papel e celulose. Da mesma forma, é de se esperar um grande aumento das exportações de produtos do setor: as vendas no exterior de minerais não-metálicos deverão apresentar uma taxa anual de crescimento de 18,0% atingindo, em 1979, o montante de Cr\$ 735,0 milhões, enquanto as de papel e celulose, experimentando incremento da ordem de 34,0% ao ano, poderão alcançar naquele ano o volume de Cr\$ 1 640,0 milhões.

O crescimento das exportações desse último ramo, embora bastante elevado, é viável, quer em virtude da situação atual e futura do mercado mundial desses produtos, quer como resultado de iniciativas que vêm sendo empreendidas, inclusive com a participação de empresas estatais e de capital estrangeiro, que deverão madurar nos próximos anos.

O crescimento previsto de ambos os componentes da demanda aponta a possibilidade de rápida expansão da produção nacional do setor. O valor da produção de minerais não-metálicos deverá ser, em 1979, da ordem de Cr\$ 29,7 bilhões, o que significa um acréscimo anual de 13,5%. O valor da produção de papel e celulose, estimado a partir de uma taxa anual de 15,9%, alcançará no fim do período o montante de Cr\$ 22,2 bilhões.

A evolução descrita terá efeitos importantes no que se refere ao volume de mão-de-obra absorvida pelo setor, apresentando ambos os ramos consideráveis taxas de crescimento do emprego superiores à média da indústria de transformação (4,7% ao ano para minerais não-metálicos e 5,6% ao ano para papel e celulose). Desta forma, o setor deverá empregar, em 1979, 451 mil pessoas das quais 346 mil no ramo minerais não-metálicos e 105 mil no de papel e celulose.

⊗ Política Subsetorial. A política subsetorial contemplará os seguintes aspectos:

⊗ promoção de reduções dos custos de produção, aproximando, inclusive, as unidades produtivas de escalas de operação mais econômicas;

⊗ incentivo ao aumento de parcela da produção subsetorial destinada à exportação;

⊗ exigência para que as empresas do subsetor adotem medidas e procedimentos voltados ao combate à poluição.

Os seguintes instrumentos de política serão utilizados, no que diz respeito à indústria de cimento:

① obediência às normas referentes aos limites mínimos de capacidade a serem observados na implantação de novas unidades;

② barateamento dos custos de distribuição, através da produção de clínquer junto às jazidas de calcário e de cimento junto aos centros consumidores, como também pela maior utilização de transporte de cimento a granel;

③ apoio à continuidade da atual tendência de substituição do processo de produção de via úmida pelo de via seca o qual, entre outras vantagens, propicia economia de combustível;

④ exigência, no âmbito da política de combate à poluição, da adoção de sistemas de recuperação.

No que diz respeito à indústria de celulose:

① manutenção das normas estabelecidas quanto a escalas mínimas de operação, ressalvadas as exceções justificadas pela dimensão do mercado local e pela possibilidade de aproveitamento de matérias-primas disponíveis;

② diversificação das matérias-primas utilizadas na produção de celulose;

③ enquadramento do setor na política de combate à poluição, através de disseminação do processo sulfato, bem como da exigência de instalação de caldeiras de recuperação, para as unidades de maior escala de produção, e de fomalha de recuperação, para as unidades de menor porte.

No que diz respeito à indústria de papel e papelão:

① incentivo à produção de papel de imprensa, prevendo-se, inclusive, a realização de pesquisas visando a obter matérias-primas que possibilitem menores custos em sua produção;

② elaboração de normas técnicas que induzam a melhoria

de qualidade da produção do subsetor, de modo a aproximá-las das especificações internacionais;

④ desenvolvimento de pesquisas relativas a embalagens de papelão, visando a compatibilizar a mistura de materiais de fibras curtas e lohgas a serem utilizadas no núcleo das embalagens.

④ Metas Subsetoriais

④ Cimento - O consumo de cimento deverá expandir-se, nos próximos anos, a uma taxa de 13,8% ao ano, elevando-se de 13 400 mil toneladas em 1973 para 29 milhões de toneladas em 1979. A capacidade instalada, tomando-se em consideração apenas os projetos existentes até o momento, crescerá das 15 030 mil t/ano atuais para 26 190 mil t/ano. Evidencia-se, portanto, a necessidade de acréscimo adicional da oferta da ordem de 3 010 mil t/ano.

④ Celulose - Estima o Plano Nacional de Papel e Celulose que o consumo interno de celulose cresça a uma taxa anual de 13,3%, passando das 903 mil toneladas observadas em 1973 para 1 880 mil toneladas em 1979. O acréscimo programado de capacidade instalada, de acordo com as atuais intenções empresariais, elevará a oferta atual de 1 milhão de t/ano para 4 200 mil t/ano em 1980, o que cobrirá totalmente as necessidades do consumo interno reservando-se ainda volume significativo para exportação.

④ Papel - O consumo de papel deverá crescer a uma taxa anual de 9,8%, atingindo o montante de 3 280 mil toneladas em 1979. A atual capacidade instalada, da ordem de 1 500 mil t/ano, deverá elevar-se para 3 680 mil t/ano, em 1980.

④ BENS DE CONSUMO DURÁVEIS

A reestruturação, adaptando-se às novas características da economia brasileira, emergentes da crise de meados da década passada, e a ativação da demanda de veículos autorotores, propiciada pelo acionamento de novos mecanismos de financiamento, fizeram com que coubesse à indústria de bens de consumo duráveis dar início ao processo de recuperação do ritmo das atividades econômicas, propagando posteriormente seu dinamismo a outros ramos industriais, através dos fortes encaixamentos peculiares a esta indústria. De fato, a sua taxa de crescimento, no período 1966/1969, (da ordem de 16,2%) foi a mais elevada dentre todos os setores industriais, e superou bastan

te os 9,5% da indústria de transformação. Em anos mais recentes, embora a taxa de expansão da indústria de bens de consumo duráveis tenha sido ainda elevada (15,7% no período 1969/1973), observou-se ritmo igualmente acelerado de crescimento nos demais segmentos industriais e, em particular, na indústria de bens de capital (16,9% anuais no mesmo período).

Não é demais ressaltar a contribuição dos mecanismos de financiamento ao consumo para o crescimento recente do setor e, em especial, de seu sub-setor mais significativo - a indústria automobilística. Associados a reorientação da política empresarial, no sentido de uma diversificação crescente de suas linhas de produção, tais mecanismos permitiram fossem incorporados ao mercado novas camadas de consumidores, tanto através da aquisição de veículos de menor valor relativo, como por intermédio de compras no mercado de carros usados. Os novos consumidores, se não geravam diretamente demanda para o parque produtor, viabilizavam, no entanto, reposições frequentes entre os de maior poder aquisitivo.

Assinale-se ainda, que, também quanto às exportações, o setor de bens de consumo duráveis vem apresentando resultados expressivos, atingindo, em 1973, as exportações de material de transporte, os Cr\$ 535,0 milhões.

As tendências indicadas pela experiência recente sugerem a continuidade da expansão da demanda de bens de consumo duráveis nos próximos anos, apesar da possibilidade de manifestarem-se fatores capazes de atenuar a repetição do ritmo de crescimento recentemente verificado.

Por outro lado, à expansão da demanda interna deverá somar-se aumento das exportações. Na verdade, os bens de consumo duráveis têm merecido especial atenção da política de exportações, de que resultou o comprometimento da maioria dos produtores com programas específicos de exportações de veículos e de partes e componentes.

As perspectivas relativas à demanda interna e às exportações definem as possibilidades de crescimento de produção, que, expandindo-se a uma taxa anual de 14,1%, deverá alcançar, em 1979, o montante de Cr\$ 71,1 bilhões.

Assinale-se que a política de diversificação das fontes de dinamismo da indústria de transformação deverá acarretar, nos próximos anos, menor ênfase em relação ao crescimento do setor de bens de consumo duráveis, exceto no que diz respeito ao papel que lhe caberá desempenhar no comando de aprecia-

vel produção de bens intermediários. Tal inflexão deverá ocorrer porque a elevação passada acarretou distorções na estrutura do sistema produtivo que precisam ser corrigidas, através de aceleração do desenvolvimento das indústrias de insumos básicos e de bens de capital. Nesse sentido, a desaceleração do crescimento do setor de bens de consumo duráveis poderá ser, eventualmente, necessária para aliviar pressões sobre as matérias-primas e liberar recursos reais e financeiros para os pesados investimentos nas indústrias de base.

⊗ Política Subsetorial - A política referente ao subsetor de bens de consumo duráveis terá como principais objetivos:

⊙ absorver totalmente a tecnologia já utilizada e desenvolver know-how próprio, de modo a diminuir a dependência tecnológica face ao exterior;

⊙ reduzir custos e melhorar a qualidade da produção;

⊙ estimular as atividades de exportação;

⊙ exigir o enquadramento do produto nacional em normas que visem a garantir a segurança e o bem-estar da população, bem como reduzir o custo social do consumo.

Na implementação desses objetivos, serão mobilizados os seguintes instrumentos:

⊙ incentivos à atividade de pesquisa e ao desenvolvimento de engenharias de produto, processo e fabricação, por iniciativa própria ou em associação a outras empresas e institutos tecnológicos;

⊙ disciplinamento e maior seletividade na importação de tecnologia;

⊙ incentivos à exportação de bens de consumo duráveis condicionando-se inclusive, no caso da indústria automobilística e de outras, em que a presença estrangeira for predominante, a instalação de novas unidades ou a ampliação das já existentes ao engajamento em programas de exportação;

⊙ fixação, no caso da indústria automobilística, de normas técnicas, apoiadas, inclusive, em dispositivos legais, objetivando conferir maior segurança aos usuários, reduzir o efeito poluidor dos veículos automotores e diminuir o consumo de combustível.

● Metas Subsetoriais

● Automóveis e Utilitários - É viável a expansão da produção a uma taxa de 16,8%, o que significa uma elevação da produção nacional dos 606 180 unidades observadas em 1973, para 1 550 mil unidades, em 1979. Parcela significativa deste montante deverá destinar-se ao mercado externo, como resultado de compromissos de exportação já assumidos pelas empresas em operação e em fase de instalação. Em decorrência desses programas, prevê-se também acréscimos das exportações de autopeças e componentes específicos.

● Aparelhos Elétricos e Eletrônicos Domésticos - A demanda por aparelhos elétricos e eletrônicos domésticos deverá apresentar expressivo crescimento nos próximos anos, a ser atendido plenamente pela oferta interna. Desta forma, estima-se que a produção do subsetor evolua a taxa anual da ordem de 8,5%. Dentre os aparelhos de maior produção, destacam-se os refrigeradores e televisores cujas ofertas deverão atingir, em 1979, 1 740 mil e 2 350 mil unidades, respectivamente, em confronto com as 1 034 mil e 1 353 mil unidades produzidas, em 1973.



BENS DE CONSUMO NÃO-DURÁVEIS

O desempenho recente das indústrias de bens de consumo não-duráveis caracteriza-as como o agrupamento de menor dinamismo, no âmbito da indústria de transformação. O crescimento do valor da produção, nos últimos anos foi de 8,5% anuais, ritmo inferior à média do setor industrial, refletindo a baixa elasticidade-renda da demanda por seus produtos, bem como as características e as modificações ocorridas na estrutura de distribuição de renda.

Ademais, em parte devido aos fracos estímulos provenientes do mercado consumidor, as indústrias de bens de consumo não-duráveis têm demonstrado reduzida capacidade de modernizar seus processos produtivos e seus procedimentos administrativos, constituindo-se, presentemente, no segmento mais tradicional do parque manufatureiro do País.

Tal visão do desempenho do setor encobre, no entanto, a existência de empresas que, utilizando tecnologia e métodos gerenciais modernos, têm apresentado elevado grau de dinamismo.

Os desníveis entre os diversos segmentos do setor têm por origem:

peculiaridades que se manifestam, quer do lado da demanda por seus produtos, quer do lado do próprio sistema produtivo. Do ponto de vista da demanda, é característica a preferência do mercado consumidor por novos produtos que venham substituir aqueles anteriormente incluídos nas pautas de consumo. Esta modernização dos padrões de consumo - que, de maneira geral, ocorre inicialmente nos grupos de altas rendas mas que, progressivamente, vai abrangendo estratos de menor poder aquisitivo - confere maiores possibilidades de crescimento às empresas mais aptas a responder prontamente às novas solicitações da demanda e a incorporar a tecnologia requerida por essas inovações. Acentua-se portanto, a distância que separa as indústrias modernas das obsoletas, sob o prisma tecnológico e gerencial, cedendo, estas últimas, parcelas sucessivas do mercado àquelas.

Daí porque a heterogeneidade constitui, sem dúvida, o aspecto principal da indústria de bens de consumo não-duráveis: a coexistência de unidades produtivas tão diversas e a diferenciação crescente da linha de produção do setor têm condicionado o pobre desempenho global desse segmento industrial, afetando desde o funcionamento do mercado de seus produtos até o próprio nível de operações das empresas.

A exemplo do ocorrido no passado, o setor de bens de consumo não duráveis deverá experimentar, nos próximos anos, crescimento inferior à média da indústria de transformação. Estima-se que a produção aumente a uma taxa de 8,5%, atingindo, em 1979, o valor de Cr\$ 255 425 milhões. A previsão relativa ao crescimento do consumo interno (8,0% ao ano) indica uma expansão ainda inferior à atribuída ao valor de produção. Tal fato ressalta a importância, para o dinamismo do setor, do aumento das exportações que, crescendo a uma taxa anual de 16%, deverão alcançar o montante de Cr\$ 28,7 bilhões em 1979. Esta evolução implica em incremento da relação exportações/valor da produção dos 7,0% em 1973 para os 11,2% no fim do período.

As previsões relativas à evolução das indústrias de bens de consumo não-duráveis não deverão, no entanto, manifestar-se de maneira uniforme em todos os seus segmentos. Pelo contrário, é de se esperar comportamento diferenciado não apenas entre os diversos ramos que constituem o setor, mas também no interior de cada ramo, o que acentuará a heterogeneidade já apontada como traço marcante da configuração setorial.

O aprofundamento dos desníveis existentes decorrerá dos mecanismos já descritos pelos quais as empresas mais dinâmicas absorvem novas parcelas do mercado. Tal processo redundará, sem dúvida, numa modernização progressi

va do parque produtivo, pelo aumento da participação do segmento moderno no valor da produção setorial. Não obstante, as características do mercado e as particularidades da estrutura de distribuição de renda permitirão provavelmente a sobrevivência, embora associada a uma marginalização crescente, de unidades produtivas ineficientes.

Certamente não será este o único caminho pelo qual se processará a reestruturação do setor. Resta considerar a possibilidade de que empresas obsoletas, tecnológica e gerencialmente, beneficiando-se de esquemas governamentais de apoio às pequenas e médias indústrias, venham a superar as limitações presentes e modernizarem-se isoladamente ou através de associações e fusões.

A circunstância de que a expansão prevista deverá ocorrer concomitantemente a um processo de modernização e reorganização, acarreta certas singularidades no que diz respeito aos requerimentos de mão-de-obra e capital.

Quanto à absorção de mão-de-obra, cumpre apontar uma baixa elasticidade emprego-produção - inferior mesmo ao valor correspondente à média da indústria de transformação - refletindo o aumento de produtividade resultante do referido processo de modernização. Esta característica da elasticidade emprego-produção, associada a taxas relativamente modestas de crescimento do produto, implica em reduzida expansão do volume de mão-de-obra absorvido pelo setor: crescendo a uma taxa anual de 2,8%, o emprego nas indústrias de bens de consumo não-duráveis deverá atingir, em 1979, a 1,9 milhão de pessoas ocupadas, o que significa a criação de 279 mil novos empregos, no período 1975-1979. Da evolução prevista decorre que a participação do setor ao total de emprego industrial estará, em 1979, reduzida a 47,4%.

Do ponto de vista dos investimentos a serem realizados no setor, durante a vigência do II PND, o montante previsto, da ordem de Cr\$ 58,2 bilhões, é, sem dúvida, superior ao que seria de se esperar, tendo em conta o crescimento estimado da produção e a eliminação da margem de capacidade ociosa ainda observada. Na verdade, tal montante reflete sobretudo o processo de modernização e reorganização do setor, exprimindo as inversões destinadas à atualização tecnológica de unidades existentes e os investimentos necessários à introdução de novos produtos. Por isso, muito embora tenha sido até então peculiaridade deste segmento industrial uma baixa densidade de capital, as estimativas mencionadas indicam que deverão ser realizadas inversões da ordem de Cr\$ 208 mil para cada emprego a ser criado no quinquênio 1975-1979.

④ Política Subsetorial. A política governamental relativa ao subsetor de bens de consumo não-duráveis visará aos seguintes aspectos:

① estimular a expansão do subsetor através de medidas que conduzam à redução de preços, com vistas à ampliação do mercado interno e ao aumento das exportações;

② incentivar o processo de modernização e reorganização industrial, através da atualização tecnológica e do reequipamento das unidades produtivas e de realização de fusões, incorporações e associações de empresas do setor;

③ apoiar a absorção de mão-de-obra pelo subsetor, bem como a descentralização regional de modo a aproveitar as vantagens comparativas de cada região.

Na implementação dessa política serão utilizados os seguintes instrumentos:

① estímulos à redução de custos e melhoria da qualidade da produção;

② tratamento fiscal compatível com a participação dos produtos do subsetor nos orçamentos familiares das camadas de renda mais baixa da população;

③ incentivos às exportações, com destaque para os produtos têxteis, alimentares e calçados;

④ apoio financeiro e mobilização de incentivos fiscais aos programas de modernização industrial e reequipamento e às fusões e incorporações de empresas, principalmente através do Fundo de Modernização e Reorganização Industrial e da FINAME;

⑤ apoio à pequena e média empresa, através de esquemas especiais de financiamento e de assistência técnica e administrativa;

⑥ estímulo à realização de pesquisas tecnológicas, visando ao aproveitamento de produtos agrícolas locais;

⑦ garantia de suprimento adequado de matérias-primas e insumos básicos;

No que se refere especificamente à indústria têxtil:

④ estímulo às atividades consumidoras de fibras naturais, particularmente a juta e o algodão, devido à conjuntura atual, que apresenta dificuldades de suprimento, além do incremento acentuado de preços das matérias-primas para a produção de fibras sintéticas;

④ criação de incentivos especiais para formação de Pólos têxteis algodoeiros no Nordeste, voltados para os mercados internacionais;

④ implantação de critérios seletivos de avaliação de projetos no subsetor de fibras químicas, em conjugação com os programas de unidades produtoras de matérias-primas.

No que se refere especificamente à indústria de produtos alimentares:

④ impulso e consolidação de complexos agro-industriais, mediante aplicação de mactos recursos destinados à modernização de suas atividades e ao incremento do seu potencial tecnológico;

④ estímulos fiscais e financeiros para que seja aumentada a eficiência das unidades cujos produtos correspondam à maior parcela na dieta alimentar, paralelamente com a implementação de instrumentos que assegurem uma real transferência dos benefícios do incremento da produtividade aos consumidores finais, através de redução efetiva de custos e preços relativos;

④ incremento e regularização na oferta de insumos agrícolas, através da política de modernização das atividades rurais e consolidação do sistema nacional de comercialização e abastecimento de seus produtos, indispensáveis à expansão e utilização plena da capacidade produtiva do setor;

④ intensificação dos incentivos fiscais e financeiros aos segmentos com elevadas taxas de absorção de recursos naturais e mão-de-obra;

④ formação de uma eficiente estrutura de frio, que permita elevar o nível qualitativo dos produtos que chegam aos consumidores, interiorizar o consumo de bens como o pescado e gorduras mistas e incrementar as exportações;

④ ampliação do processo de modernização e reorganização do subsetor a todas as fases do processo produtivo.

● Metas Subsetoriais

● Têxtil - O consumo interno de produtos da indústria têxtil deverá apresentar, nos próximos anos, crescimento da ordem de 6,2% ao ano. As exportações desses produtos, expandindo-se a taxa anual de 11,0%, poderão alcançar, em 1979, o montante de Cr\$ 1,6 bilhão, o que corresponderá a 3,2% do valor da produção têxtil prevista para aquele ano (Cr\$ 51,1 bilhões). Esta expansão de produção deverá ser acompanhada de intensificação do processo de modernização e reorganização deste ramo industrial. O acréscimo de produtividade resultante do processo de reestruturação implicará certamente em que seja reduzido o efeito do aumento do produto, do ponto de vista de criação de novos empregos. Estima-se que, nos próximos anos, a expansão do volume da mão-de-obra ocupada ocorra a uma taxa anual de 0,6%, elevando o emprego a 370 mil pessoas, em 1979. Esta evolução exprime uma elasticidade emprego-produção da ordem de 0,10, a mais baixa de todo o setor industrial. O referido processo de reorganização industrial acarretará também a substituição de produtos tradicionais por outros mais modernos. As previsões relativas ao crescimento da demanda dos diversos tipos de fibras têxteis refletem essa última tendência. Enquanto a demanda por fibras naturais e artificiais deverá expandir-se a taxa de 3,2% e 4,0% respectivamente, atingindo, em 1979, os montantes de 608 mil toneladas e 60 mil toneladas, respectivamente, a demanda de fibras sintéticas, crescendo a taxa anual de 13,7%, alcançará o volume de 220 mil toneladas naquele ano, o que significa elevar sua participação na demanda total de 13,2 para 21,4%. Dentre as fibras sintéticas, destacam-se as de poliéster e as poliamidas, que deverão alcançar consumo interno, em 1979, da ordem de 121 mil toneladas e 66 mil toneladas, respectivamente.

● Vestuário e Calçados - O consumo interno de vestuário e calçados deverá crescer, nos próximos anos, a uma taxa anual de 10,5%. As previsões relativas às vendas no mercado externo são igualmente otimistas, estimando-se uma expansão a taxa de 20,0% anuais, o que elevaria o valor das exportações dos Cr\$ 530 milhões observados em 1973 para Cr\$ 1,9 bilhão em 1979. O acatado incremento de ambos os componentes da demanda conferirá à indústria de vestuário e calçados crescimento da ordem de 11,1% ao ano, atingindo a produção o valor de Cr\$ 24,0 bilhões, em 1979. Essa evolução acarretará expressivo aumento do emprego no ramo que ocupará, em 1979, 308 mil pessoas, refletindo uma taxa de crescimento de 5,6% ao ano.

● Produtos Alimentares - A taxa de crescimento prevista para os próximos anos no valor de produção da indústria de produtos alimentares

(9,3%) explicita as expectativas favoráveis quanto à evolução do consumo interno e das exportações. O primeiro deverá expandir-se a uma taxa anual de 8,1%. As exportações, crescendo a taxa de 16,0%, alcançarão, em 1979, o montante de Cr\$ 22,0 bilhões o que corresponde a uma aumento da relação exportação/valor da produção de 10,8% em 1973 para 17,9% no fim do período. Concomitantemente ao crescimento do valor da produção do ramo produtos alimentares - que atingirá a magnitude de Cr\$ 122,9 bilhões em 1979 - deverão ocorrer significativas transformações na estrutura do ramo, que se manifestarão na modernização dos estabelecimentos em operação e na progressiva sofisticação da oferta. Não obstante a previsão de inovações tecnológicas a serem incorporadas pela indústria de produtos alimentares, estima-se que o emprego venha a crescer a taxa anual de 3,3%, elevando para 502 mil pessoas a mão-de-obra aí ocupada em 1979.

● Bebidas - Espera-se que o valor da produção da indústria de bebidas - refletindo aumento do consumo interno (6,2% ao ano) - cresça, nos próximos anos, a uma taxa de 6,3%, atingindo, em 1979, a Cr\$ 9 085 milhões. Quanto às importações, embora seja prevista sua expansão a uma taxa de 17,0% ao ano, o valor a ser alcançado em 1979 ainda é de pequena expressão. O volume de emprego na indústria de bebidas será, em 1979, da ordem de 69 mil pessoas, o que exprime um crescimento de 3,2% ao ano.

● Fumo - Estima-se em 7,4% o crescimento anual do consumo interno de produtos da indústria de fumo nos próximos anos. A mesma taxa de verã exprimir a expansão do valor da produção deste ramo industrial, de modo a alcançar, em 1979, o montante de Cr\$ 5 485 milhões. As características tecnológicas do ramo fazem prever um pequeno acréscimo da mão-de-obra ocupada (2,2% ao ano), estimando-se o emprego total em torno de 18 mil pessoas em 1979.

● Editorial e Gráfica - A indústria editorial e gráfica deverá experimentar, nos próximos anos, crescimento a uma taxa anual de 7,0% atingindo sua produção, em 1979, a Cr\$ 11,2 bilhões. Essa evolução reflete o aumento do consumo interno (7,0% ao ano): de um lado, as exportações, embora crescendo a taxa mais elevada (14,0% ao ano), não têm peso suficiente para afetar o desempenho do ramo; de outro, estima-se que o coeficiente de importações mantenha-se inalterado. O processo de modernização que vem se verificando na indústria editorial e gráfica nos últimos anos deverá ter prosseguimento. Prevê-se que o emprego cresça a uma taxa de 2,8% ao ano, elevando o volume de mão-de-obra ocupada para 143 mil pessoas.

PROGRAMAÇÃO PRIORITÁRIA (*)

④ LAMINADOS PLANOS DE AÇO COMUM

Os investimentos do Plano Siderúrgico Nacional nos projetos de expansão da Companhia Siderúrgica Nacional, Usina Siderúrgica de Minas Gerais, Companhia Siderúrgica Paulista e na implantação da laminação do Projeto de Tubarão, elevam-se a Cr\$ 46 620 milhões, até 1980. No período de vigência do PND, tais projetos exigirão investimentos da ordem de Cr\$ 36 400 milhões.

④ A CSN prevê a inversão de Cr\$ 17 387 milhões até 1980, dos quais Cr\$ 13 168 milhões no período 1975-1979, atingindo em 1978 uma capacidade de instalada de 4 600 mil t/ano.

④ O Plano de expansão da USIMINAS implicará na inversão de Cr\$ 13 769 milhões, sendo de Cr\$ 10 686 milhões a quantia prevista para o período 1975-1979. Já em 1977, deverá alcançar uma capacidade de produção de 3 500 mil t/ano.

④ A COSIPA deverá atingir em 1978 uma capacidade instalada também de 3 500 mil t/ano, prevendo investimento de Cr\$ 10 655 milhões até 1980, sendo Cr\$ 7 755 milhões de 1975 a 1979.

④ O Projeto de Tubarão compreende a instalação de uma usina de laminados planos com capacidade de 3 000 mil t/ano, utilizando como matéria-prima parte da produção da usina de semi-acabados a ser instalada no mesmo local. O projeto deverá ser empreendido através da Siderbrás. Uma primeira etapa, cuja conclusão está prevista para 1977, permitirá a produção de 1 500 mil t/ano. A capacidade final será atingida em 1980. Serão realizadas inversões de Cr\$ 4 809 milhões até 1980, dos quais Cr\$ 4 777 milhões, no período 1975-1979.

(*) O valor dos programas e projetos, expresso a preços estimados de 1975, refere-se, sempre quando não indicado, ao período 1975-1977. De outra parte, os projetos industriais a seguir descritos não constituem lista-gem exaustiva dos empreendimentos previstos para os diferentes setores. Foram apenas considerados os projetos cuja execução é de responsabilidade direta de entidades vinculadas ao Governo Federal, bem como aqueles cuja iniciativa promocional recai sobre a Administração Federal.

Assim, até 1979, ter-se-á atingido a capacidade de produção de 13 100 mil t/ano de laminados planos.

● LAMINADOS NÃO PLANOS DE AÇOS COMUNS E AÇOS ESPECIAIS

● A Cia. de Aços Especiais Itabira-Acesita tem em andamento projeto para elevar sua capacidade de produção de aços especiais em 300 mil t/ano (Cr\$ 467 milhões).

● Outras empresas que contam com a participação da Siderbrás - Usiba, Piratini e Cofavi, entre outras - exigirão investimentos da ordem de Cr\$ 9 milhões no período 1975-1979, segundo o Plano Siderúrgico Nacional. A Usina Siderúrgica da Bahia S.A. - USIBA prossegue na implantação de sua laminação, prevista para 1975, investindo aproximadamente Cr\$ 520 milhões. A expansão da Aços Finos Piratini S.A. visa a atingir 175 mil t/ano de aços especiais, em forma de forjados, tarugos e barras laminadas, o que equivale a 200 mil t/ano em lingotes. O seu projeto de ampliação da usina de redução direta, inaugurada em 1973 e a ser concluído em 1977, implicará em investimentos da ordem de Cr\$ 610 milhões.

● SEMI - ACABADOS

● O Projeto de Tubarão visa a implantar uma usina de semi-acabados de aço com capacidade instalada final de 6 milhões t/ano. A primeira etapa (3 milhões t/ano) deverá estar concluída em 1977, destinando-se metade de sua produção ao suprimento da laminação a ser instalada no mesmo local. A conclusão da segunda etapa, em 1980, permitirá sejam canalizados para o mercado externo mais 3 milhões t/ano de semi-acabados (Cr\$ 16 535 milhões).

● O Projeto de Carajás prevê a instalação, em Itaquí, de usina de semi-acabados, com capacidade final de 12 milhões t/ano. O cronograma de execução indica que uma primeira etapa estará concluída até 1980, permitindo a produção de 4 milhões t/ano. O projeto utilizará minério de ferro proveniente da serra de Carajás e destinará sua produção ao mercado externo (Cr\$ 7 175 milhões).

● ALUMÍNIO

Deverá ter início, no período de vigência do II PND, a implantação de uma unidade para a produção de alumínio metálico, a partir da alumina extraída da bauxita do Trombetas por empresa associada à Cia. Vale do Rio Doce. O Projeto integrado permitirá a produção de 640 mil t/ano de alumínio, visando à exportação e ao mercado interno. Em 1979, primeiro ano de funcionamento, deverão ser produzidas 80 mil toneladas de alumínio metálico. Esse projeto faz parte do Programa Nacional de Desenvolvimento da Indústria dos Metais Não Ferrosos, que prevê investimentos da ordem de Cr\$ 39 200 milhões, com vistas a alcançar a auto-suficiência interna no setor dos não-ferrosos, até 1983. (Cr\$ 5 537 milhões).

● POLO PETROQUÍMICO DO NORDESTE

A implantação do pólo petroquímico do Nordeste foi concebido tendo em vista um elevado grau de integração entre os diferentes projetos e a centralização de utilidades e serviços. Desta forma, o complexo de Camaçari constituir-se-á de uma central de matérias-primas, de um conjunto de indústrias por ela supridas e de três outras centrais auxiliares: de utilidades, de manutenção e de serviços.

A central de matérias-primas deverá produzir: 380 mil t/ano de eteno, 202 mil t/ano de propeno, 52 mil t/ano de butadieno, 126 mil t/ano de venzeno, 17 mil t/ano de tolueno e 134 mil t/ano de xilenos. Serão realizados investimentos no montante de Cr\$ 1 680 milhões.

A central de utilidades compreenderá as unidades de captação, aduação e tratamento de água, geração de vapor e energia elétrica e de gases industriais, com investimentos da ordem de Cr\$ 460 milhões. As centrais de manutenção e serviços destinam-se a prestar o apoio necessário à operação das demais centrais e das indústrias ancilares, devendo envolver inversões da ordem de Cr\$ 220 milhões.

Está prevista a instalação nesse pólo das seguintes novas unidades petroquímicas, das quais participa a Petroquímica:

- ⑧ Acrilonitrila, com capacidade prevista de 24 mil t/ano (Cr\$ 203,5 milhões).
- ⑨ Dimetiltereftalato - DMT, com capacidade de 60 mil t/ano e início de operação previsto para 1976 (Cr\$ 373,2 milhões).
- ⑩ Toluenodiisocianato - TDI, com capacidade de 23 mil t/ano e pré-operação prevista para 1976 (Cr\$ 414 milhões).
- ⑪ Caprolactama e sulfato de amônia, com capacidade de 35 mil t/ano de caprolactama e 63 mil t/ano de sulfato de amônia (Cr\$ 407,1 milhões).
- ⑫ Metanol, com capacidade de 60 mil t/ano e início de operação previsto para 1976 (Cr\$ 102 milhões).
- ⑬ Estireno e poliestireno, com capacidade de 55 mil t/ano e 40 mil t/ano, respectivamente, e início de operação previsto para 1977 (Cr\$ 285 milhões).
- ⑭ Amônia e uréia, com capacidade de 198 mil t/ano de amônia e 346 mil t/ano de uréia (Cr\$ 542,8 milhões).
- ⑮ Cloreto de Monovinila - MVC e cloreto de polivinila -PVC, com capacidade de 50 mil t/ano e 100 mil t/ano, respectivamente (Cr\$ 542,8 milhões).
- ⑯ Polietileno de alta densidade, com capacidade de 60 mil t/ano (Cr\$ 244,3 milhões).
- ⑰ Polietileno de baixa densidade, com capacidade de 100 mil t/ano. (Cr\$ 407,1 milhões).
- ⑱ Poliéster, com capacidade de 30 mil t/ano.
- ⑲ Polisopreno, com capacidade de 30 mil t/ano (Cr\$ 285 milhões).
- ⑳ Polipropileno, com capacidade de 50 mil t/ano (Cr\$ 502 milhões).

- ④ Anidrido maleico, com capacidade de 6 mil t/ano (Cr\$66,2 milhões).
- ④ Acetato de monovinila - MVA e outros, com capacidade de 75 mil t/ano (Cr\$ 414 milhões).
- ④ Óxido de eteno, com capacidade prevista de 80 mil t/ano (Cr\$ 331 milhões).
- ④ Óxido de propeno, com capacidade prevista de 32 mil t/ano (Cr\$ 207 milhões).
- ④ Alcoil-benzeno linear - LAB, com capacidade prevista de 35 mil t/ano (Cr\$ 82,8 milhões).

④ OUTROS PROJETOS DA PETROQUISA

Além dos empreendimentos localizados no pólo petroquímico do Nordeste, cabe destacar:

④ Fabor: ampliação de capacidade de fabricação de borracha sintética SBR para 165 mil t/ano, bem como das unidades de butadieno e estireno para 65 mil t/ano e 60 mil t/ano, respectivamente.

④ Butiflex - Indústria e Comércio Ltda.: instalação de unidade produtora de borracha butílica, com capacidade de 36 mil t/ano.

④ Petroquímica União: construção de uma unidade para a produção de paraxileno (de Cr\$ 228 milhões, sendo Cr\$ 101 milhões no período 1975 - 1976).

④ Novos projetos em fase de estudo, para a produção de produtos petroquímicos básicos, fertilizantes, elastômeros e outros (Cr\$ 9 bilhões)

④ OUTROS PROJETOS QUÍMICOS

④ O projeto da Salgema Indústrias Químicas S.A., com partici

pação acionária do BNDE, prevê a produção de 250 mil t/ano de soda cáustica e de 220 mil t/ano de cloro.

● O programa de exploração de sais de potássio, sódio e magnésio em Sergipe deverá ter prosseguimento, esperando-se que os resultados de tal programa passem viabilizar a produção de até 1 milhão t/ano de K_2O .

● O programa de expansão da Cia. Nacional de Alcalis prevê a ampliação da fábrica de Cabo Frio, bem como a instalação de novas unidades no Rio Grande do Norte e em Sergipe. O projeto da fábrica de Cabo Frio pretende elevar, até 1975, sua capacidade instalada para 200 mil t/ano de carbonato de cálcio, sendo desaconselháveis, sob o ponto de vista técnico-econômico, ampliações além desse limite. A unidade de Sergipe, com capacidade para 400 mil t/ano, utilizará, como matéria-prima, o salgema da região de Carmópolis ou o sal a ser obtido como subproduto na exploração das jazidas de potássio. A instalação de uma fábrica em Macau, Rio Grande do Norte, utilizando sal marinho de evaporação solar, terá como capacidade final 400 mil t/ano em 1980, prevendo-se a operação, em 1977, de uma primeira etapa do projeto (200 mil t/ano). Nos empreendimentos de Sergipe e Rio Grande do Norte, serão investidos no período 1975-1979, Cr\$ 1 398 milhões, dos quais 55 % serão aplicados até 1977.

● O projeto da Indústria Carboquímica Catarinense S.A. visa à produção de 300 mil t/ano de ácido sulfúrico a partir dos rejeitos piritosos da mineração de carvão e 100 mil t/ano de ácido fosfórico, com início das operações previsto para 1976 (Cr\$ 304 milhões)

● O projeto de Arafertil - Araxá S.A. Fertilizantes e Produtos Químicos, com participação acionária do BNDE, prevê a implantação, até 1976, de complexo industrial produtor de matérias-primas e fertilizantes granulados compreendendo as seguintes unidades integradas: concentração de apatita (570 mil t/ano de concentração equivalente a 200 mil t/ano de P_2O_5); ácido sulfúrico (512 mil t/ano); ácido fosfórico (310 mil t/ano); superfosfatos (196 mil t/ano); fosfato monoamônico (280 mil t/ano) e adubos compostos (1 mil t/ano) e adubos compostos (1 milhão t/ano).

Os dois últimos projetos, bem como o da PETROFERTIL para obtenção de amônia e uréia, previstos para instalação no Polo Petroquímico da Bahia, a partir do aproveitamento das reservas de gás natural de Sergipe, fa-

zem parte do Programa Nacional de Fertilizantes e Calcário Agrícola, lançado em 1974, que visa prosseguir a autosuficiência interna de fertilizantes e o aceleramento da expansão do uso de corretivos de solo na presente década. O referido Programa, estabelece como metas físicas, a serem alcançados em 1980, a produção de 1 400 mil t, 1 600 mil t e 1 milhão t respectivamente de fertilizantes nitrogenados, fosfatados e potássicos (Cr\$ 9 400 milhões).

● FORJADOS

Projeto da Forjas Acesita S.A., com participação minoritária de empresas japonesas, objetivando a implantação de uma unidade industrial destinada à fabricação de forjados para fornecimento de peças à indústria automotiva. Em princípio, a produção projetada se destina apenas ao mercado interno. O projeto deverá estar implantado em 1976, quando, produzindo à plena capacidade, participará com 28% da oferta interna de forjados para a indústria automobilística e de tratores (Cr\$ 241,5 milhões para uma produção final de 20 530 t/ano de forjados até 1976).

● BENS DE CAPITAL

A Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. - EMBRAER, desenvolve programas visando à consolidação da indústria aeronáutica brasileira. O Projeto Bandeirante objetiva a fabricação, até 1977, de 80 aeronaves turbo-hélice e o projetamento e construção de ferramental. O Projeto Xavante prevê a fabricação sob licença, até 1980, de 112 aeronaves, bem como a produção de ferramental e de equipamento de apoio no solo.

● CONSTRUÇÃO NAVAL

Com o objetivo de atender às necessidades do transporte marítimo de longo curso, cabotagem, navegação interior e navegação portuária, foi estabelecido o Programa de Construção Naval 1975-1979, de responsabilidade de execução atribuída essencialmente à Superintendência Nacional da Ma

rinha Mercante - SUNAMAM - do Ministério dos Transportes, que permitirá o incremento de aproximadamente mais 5,3 milhões de toneladas de porte bruto à frota nacional, das quais a produção interna atenderá aproximadamente 96%.

Diante das necessidades de transportes é o seguinte perfil das encomendas: 4 petroleiros, 11 mini-petroleiros, 52 graneleiros, 68 Cargueiros, 5 navios químicos e petroquímicos, 6 navios frigoríficos, 2 rool-on/off, 2 lash, 489 embarcações para navegação interior e 126 para navegação portuária.

A execução do programa, implicará em encomendas no valor de Cr\$ 21,3 bilhões aos estaleiros nacionais, cuja capacidade de processamento de aço e montagem deverá elevar-se, de 65,2 mil toneladas em 1975 para 271,7 mil toneladas em 1980. O número atual de empregos no setor, de aproximadamente 15 mil trabalhadores em 1980 os 21 mil.



CELULOSE

A atuação da Cia. Vale do Rio Doce compreende a realização de atividades de reflorestamento e a produção e comercialização de cavacos de madeira e celulose. Os programas de reflorestamento vêm sendo empreendidos pelas suas subsidiárias - Florestais Rio Doce S.A. e Rio Doce Madeiras S.A. - e deverão suprir duas unidades industriais: a primeira, a Celulose Nipo - Brasileira S.A. - Cenibra, resultante de associação da empresa estatal com grupos japoneses, que produzirá a partir de 1976, 750 t/dia de celulose sulfatada branqueada e de fibra curta; a segunda, ficará a cargo da empresa Empreendimentos Florestais S.A. - Flonibra, a ser constituída, visa à produção de 3 milhões t/ano de cavaco de madeira e de 800 mil t/ano de celulose, destinados à exportação e ao mercado interno. Os referidos projetos estão incluídos no Programa Nacional de Papel e Celulose, lançado em 1974, que estabelece como metas físicas, a serem alcançadas em 1980, a produção de 3 680 mil t de papéis dos diversos tipos, 4 200 mil t de celulose e 650 mil t de pasta mecânica (Cr\$ 20 bilhões).

COMÉRCIO

A racionalização e a modernização das estruturas empresariais, particularmente no caso das empresas de pequeno e médio porte, a melhoria do nível de gestão, a difusão e a interiorização de novas e modernas técnicas de comercialização, em todo o território nacional, e a dinamização do sistema de promoção de exportações, são objetivos que, entre outros, estarão sendo perseguidos para reduzir custos e agilizar a atividade comercial no País.

Dentro dessa ordem de idéias, no campo específico do comércio interno, a atuação governamental, particularmente através do Conselho de Desenvolvimento Comercial - CDC, de sua Secretaria-Geral, e também com o apoio do Programa de Modernização e Reorganização da Comercialização - PMRC, do BNDE, contemplará:

1. A realização de estudos e levantamentos visando ao conhecimento objetivo da problemática setorial e à subsequente definição das medidas corretivas a adotar.

2. A divulgação de métodos, procedimentos e técnicas modernas de comercialização, particularmente entre as empresas de menor porte, através da elaboração e distribuição de manuais técnicos, e do apoio à realização de seminários, congressos e conferências.

3. A promoção direta ou indireta do treinamento e do aperfeiçoamento de recursos humanos, especialmente no nível de direção e gerência.

4. O acompanhamento do desempenho de alguns complexos comerciais de maior relevância sócio-econômica, com vistas ao seu disciplinamento.

No campo do comércio exterior, a atuação governamental, particularmente através do Conselho de Comércio Exterior - CONCEX, em conjugação com outros órgãos públicos ligados ao setor, visará:

1. O aperfeiçoamento do sistema de incentivos às exportações, levando em conta o processo de negociações atualmente em curso no GATT.

2. A dinamização dos mecanismos de comercialização dos produtos nacionais exportáveis, suprimindo, sempre que possível, os intermediários e buscando operações diretas com os consumidores.

⊗ A criação de condições mais favoráveis de acesso e de preços aos produtos nacionais de exportação, através de entendimentos bilaterais e multilaterais, ao nível governamental e ao nível do GATT.

⊗ A elaboração de regras internacionais mais favoráveis aos países em desenvolvimento.

⊗ A diversificação dos mercados importadores de produtos brasileiros.

⊗ A valorização dos preços dos produtos primários do País, seja através de acordos internacionais sobre produtos de base, entre produtores e consumidores, seja também através de acordos entre produtores.

⊗ O abastecimento interno, em boas condições, de produtos escassos no País e essenciais ao desenvolvimento econômico, através de entendimentos com países produtores.

⊗ O disciplinamento das importações, restringindo-as às necessidades prioritárias ao pleno desenvolvimento do País.

⊗ O deslocamento das importações, sempre que viável, à luz de compromissos internacionais já assumidos, de mercados em que a posição comercial do País é deficitária, para outros, onde essa posição seja em geral superavitária.

⊗ A eliminação, nos contratos de transferência de tecnologia, de cláusulas que contribuam desnecessariamente para onerar o balanço de pagamentos.

⊗ O apoio direto ou indireto à realização de feiras e exposições, no País e no exterior.

No campo específico do registro de comércio, a atuação governamental, exercida basicamente através do Departamento Nacional de Registro de Comércio, visará a:

⊗ Racionalização e modernização jurídica, administrativa e técnica do Sistema Nacional de Registro de Comércio, agilizando os registros legais exigidos para a instalação e funcionamento de firmas e sociedades mercantis.

● Reformulação dos registros e cadastros comerciais, para a montagem de um mecanismo dinâmico de acompanhamento da evolução das entidades mercantis.

● TURISMO

A estratégia adotada para o desenvolvimento das atividades de turismo, orienta-se segundo critérios de decisão de marketing, com o que espera-se alcançar amplas vantagens estratégicas de posição e segurança no mercado e contribuir para maximização de lucro a longo prazo.

A experiência de diferentes realidades de outros países demonstra que o aumento do fluxo de correntes externas exige demorado planejamento e persistente ação governamental.

Para a obtenção de melhores resultados a curto prazo, a ação promocional deverá incidir sobre aqueles organismos e instituições internacionais que respondem por considerável parcela do fluxo turístico internacional.

Assim, ao lado de inúmeros projetos voltados para a oferta turística, vem a EMBRATUR agindo no sentido de incentivar a demanda através de uma ação coordenada junto aos organismos que congregam esses formadores de opinião no campo do turismo internacional.

O esforço da EMBRATUR convergiu, intencionalmente para a realização no Brasil de reuniões de grande importância para o negócio do turismo.

Do ponto de vista interno, a ação catalizadora das atividades turísticas deverá convergir para o adequado desenvolvimento de áreas regionais e setores da economia.

A EMBRATUR, na execução da política nacional de turismo, deverá integrar-se na estratégia global de desenvolvimento.

Dentro deste escopo, a sua ação deverá ser orientada em consonância com as seguintes linhas:

● Desenvolvimento do turismo receptivo, conferindo-lhe o tratamento de mercadoria exportável, para efeito de comercialização e captação de divisas.

⊗ Promoção do turismo interno, com o objetivo maior de complementar especificamente a ação de outros órgãos governamentais no desenvolvimento de regiões e de setores da economia nacional, bem como de estimular o surgimento de atividades correlatas ou decorrentes e a absorção intensiva de mão-de-obra, sobretudo em áreas com limitadas possibilidades de desenvolvimento.

⊗ Promoção e divulgação, em caráter permanente, da oferta turística nacional, com vistas à sustentação das atividades iniciadas junto aos agentes indutores.

⊗ Identificação, seleção e planejamento turístico, com o apoio por parte de órgãos governamentais federais, estaduais e municipais, de zonas de maior potencialidade para o desenvolvimento de empreendimentos turísticos.

⊗ Estímulo governamental, através da concessão de financiamento e de adequada política de incentivos fiscais, aos investimentos privados no setor, que se enquadrem nas diretrizes acima, sobretudo à pequena e média empresa.

⊗ Recuperação e reorientação do acervo representado pelo patrimônio histórico e cultural, assim como de parques e reservas naturais, para aproveitamento com finalidades turísticas.

Visando à consecução dos objetivos mencionados, cuidar-se-á de:

⊗ Incentivar o crescimento dos fluxos turísticos externos a uma taxa superior a 10% a.a., obedecendo a uma orientação mercadológica seletiva, gradual e qualitativa e objetivando a substancial redução do deficit do balanço de pagamentos do setor.

⊗ Aumentar o parque hoteleiro nacional, em vista do crescimento de demanda previsto, de mais 100 mil unidades habitacionais, totalizando, em 1979, a oferta global de 156 mil unidades.

⊗ Implantar projetos que visem ao aproveitamento de áreas de elevado potencial turístico, propiciando a integração de regiões atrasadas ao processo de desenvolvimento econômico nacional.

● Promover o desenvolvimento municipal e comunitário, em seus diversos setores, identificando suas potencialidades de expansão econômica e social, com o objetivo de integrá-los em roteiros turísticos nacionais,

● Participar em congressos, feiras, exposições e promoções, com a finalidade de sustentar a divulgação das atividades turísticas nacionais.

● Promover e executar, em cooperação com outros organismos estatais e privados, programas de treinamento e formação de recursos humanos, para diversas categorias ocupacionais, elevando o contingente atual de 50 mil para 130 mil, em 1979.

O Sistema Nacional de Turismo tem no Conselho Nacional de Turismo a entidade máxima de orientação, de formulação da política de aplicação de incentivos fiscais e, na EMBRATUR, o agente maior de sua execução.

A crescente soma de responsabilidades atribuídas à EMBRATUR, a maior parte das quais se caracteriza como ação de governo, recomenda não só a reestruturação organizacional e financeira da Empresa, como também a revisão do Sistema Nacional de Turismo com vistas à sua melhor adequação da política de fomento ao setor.

O Sistema terá novos diplomas legais a partir de 1975, atendendo não só à expansão do setor como também às necessidades de maior coordenação da política nacional de Turismo.

● SEGUROS

O seguro tem recebido, nos últimos anos, tratamento adequadamente compatível com a relevância dos objetivos a que se propõe. Este procedimento reflete-se na profunda mudança por que está passando o mercado segurador brasileiro, tanto nas suas estruturas patrimoniais e operacionais como na própria mentalidade de seus dirigentes.

A fim de ampliar e fomentar as atividades desse mercado, serão promovidas a implantação e a regulamentação de novas modalidades de seguro, introdução de elementos operacionais favorecedores de uma comercialização mais intensiva, e um conjunto de outras providências visando à internacionalização do seguro, que deverão manter o crescimento médio anual do setor em taxa superior a 20%. Tais medidas e mecanismos são especificamente os seguintes:

- ④ Regulamentação do Seguro-Saúde, instituído pelo Decreto-Lei nº 73, de 21.11.66, dada sua conotação eminentemente social.
- ④ Reformulação do Seguro Obrigatório de Responsabilidade Civil de Proprietários de Veículos Automotores (RCOVAT). A transformação dessa modalidade de garantia em seguros de danos corporais, também obrigatório, constituirá iniciativa de alta significação social, pelos aperfeiçoamentos que introduzirá no processo indenitário das vítimas de acidentes de tráfego.
- ④ Instituição da correção monetária nas indenizações (Lei nº 5 488, de 27.8.69). Sua regulamentação, pelo Conselho Nacional de Seguros Privados, constituirá eficiente instrumento de dinamização do processo indenitário, uma vez bem definidas as condições e os prazos além dos quais, nos processos de liquidação de sinistros, a instituição responsável ficaria na obrigação de fazer fluir a correção sobre o valor a indenizar.
- ④ Instituição de nova tarifa de Seguro-Incêndio, por quanto a atual, elaborada há cerca de vinte anos, já não corresponde às necessidades da economia brasileira, principalmente em relação ao enquadramento dos riscos industriais.
- ④ Comercialização do seguro através de bilhetes. Esse novo sistema, utilizado de forma restrita, produzirá expressivos benefícios, por facilitar a massificação das vendas.
- ④ Constituição e aplicação de Reservas Técnicas. Novos aperfeiçoamentos poderão ser introduzidos na política de constituição e aplicação das Reservas Técnicas, mencionando-se entre eles a adoção de percentuais variáveis para a constituição de "Reservas de Riscos Não-Expirados".
- ④ Aumento da capacidade retentiva do mercado. Para esse fim, cumprirá ao Conselho Nacional de Seguros Privados deliberar sobre a revisão dos critérios de cálculo do "Limite de Operações", a fim de que os limites técnicos de cada ramo reflitam o pleno aproveitamento, de capacidade de retenção das seguradoras.
- ④ Atuação do IFP na política de internacionalização do Seguro. O Brasil, no campo internacional do Seguro, caminha para uma posição de equilíbrio entre a cessão e o aceite de negócios. A autorização às grandes empresas seguradoras brasileiras para operarem na aceitação de negócios exter

nos, proporcionará, em breve, condições de compensação nas trocas internacionais do setor.

● Implantação do Centro de Informática de Seguro, que deverá abranger as áreas de estatística, cálculo, ensino técnico, documentação, divulgação e tudo quanto se relacione com a técnica securitária. O IRB delegou à Fundação Escola Nacional de Seguros - FUNENSEG, a execução das atividades afetas ao campo da estatística de Seguros e Resseguros, estudo de normas de segurança e outras ligadas à fixação de tarifas, razão pela qual este projeto encontra-se a cargo da Fundação.

Finalmente, completam as providências, a revisão das normas e critérios técnicos disciplinadores de vários mecanismos pertinentes às operações de seguro, resseguro e retrocessão, assim como o aperfeiçoamento dos organismos que atuam na área, a fim de proporcionar maior eficiência às forças atuantes no âmbito do mercado brasileiro de seguros.

● OUTRAS ÁREAS

● Café - Estabeleceu-se como objetivo a ser alcançado pela cafeicultura, no período 1975-1979, a elevação do atual potencial de produção, da ordem de 20 milhões de sacas para o nível de 26 a 28 milhões, buscando-se, paralelamente, a elevação dos níveis de produtividade das lavouras existentes e a implantação de outras, dentro de modernos padrões agrônômicos. Para a execução dessa meta, foi prevista a aplicação nos anos de 1975-1976 de Cr\$... 1.140 milhões de fertilizantes, de Cr\$ 440 milhões de defensivos e Cr\$ 310 milhões em equipamentos, envolvendo também trabalhos conjugados de pesquisa, assistência técnica e financeira. O esforço no sentido do aumento da produção cafeeira nacional se fará acompanhar de medidas de política nos setores de comercialização externa, consumo interno, armazenagem e industrialização. As realizações programadas na área do comércio internacional visam à preservação da participação brasileira no mercado internacional, traduzida na meta de manter o nível de exportação na faixa de 18 a 19 milhões de sacas por ano, com a maximização da receita correspondente. Na área do abastecimento interno de café, serão estabelecidos programas específicos para a fiscalização da qualidade dos cafés entregues ao consumo, e o incentivo a investimentos, com vistas ao aprimoramento, modernização e ampliação das estruturas técnicas das empresas de torrefação e moagem. A manutenção de volume estratégico de café estocado, equivalente, em média, à produção de uma safra, permitirá o aproveitamento parcial da rede exis

tente para a armazenagem de outros produtos. As diretrizes de ação estabelecidas em relação ao café solúvel visam basicamente ao incentivo à comercialização do produto, principalmente em mercados externos, e ao aprimoramento tecnológico nos diversos escalões em que se processa a industrialização da rubiácea.

⊗ Açúcar e Alcool - A atuação governamental dirigida ao setor, exercida basicamente pelo Instituto de Açúcar e do Alcool, visará em síntese, à racionalização e modernização da agro-indústria açucareira, ao incremento das exportações brasileiras de açúcar (para que atinja o nível de 5 milhões de toneladas, até 1980) e à intensificação da produção interna de álcool anidro, para utilização em mistura carburante. Nesse sentido, ênfase especial será dada ao aumento da produção de cana-de-açúcar, via aumento da produtividade, uma vez que os rendimentos médios, por área cultivada, obtidos no Brasil, são reconhecidamente baixos, apesar das condições altamente favoráveis à cultura desse produto, na maioria dos Estados do País. No tocante ao setor açucareiro a política governamental contemplará as seguintes linhas de ação:

⊗ eliminação das usinas antieconômicas, mediante programas especiais de fusão, incorporação e realocação, bem como apoio aos projetos de modernização;

⊗ apoio à racionalização do cultivo, colheita e transporte de cana, destacando-se, nesse particular, a atuação do PLANANSUCAR, destinado à implantação e execução de projetos de pesquisa integrada nos campos de genética, fitossanidade e agronomia, com vistas à obtenção de novas variedades de cana;

⊗ implantação de terminais de exportação de alta capacidade, aparelhados para a manipulação do produto a granel, que permitam a redução dos custos de transporte e embarque do açúcar;

⊗ adoção de política de estocagem que permita o aproveitamento pleno das oportunidades oferecidas pelo mercado externo, sobretudo o atendimento, em tempo hábil, de solicitações extra-cota.

No que se refere ao setor de produção de álcool, a conjugação de fatores relevantes, tais como a expansão do consumo interno e as condições favoráveis de exportação, aliadas à nova situação criada pela elevação dos preços do petróleo, fez crescer de importância a participação dessa área dentro da economia açucareira. A ação do governo, através do IAA, buscará o

disciplinamento da produção interna de álcool anidro carburante, a partir de pesquisas que estudam a possibilidade de maior adição de álcool à gasolina. O programa de expansão da produção nacional de álcool, visa a aproveitar a capacidade instalada de algumas usinas de açúcar, extintas pelos programas de fusões e incorporações, incentivando-as a transformarem-se em destilarias autônomas, financiando-se, ao mesmo tempo, a construção ou o reaparelhamento de destilarias anexas a usinas, com a finalidade de obtenção de maiores economias de escala.

4

INFRA - ESTRUTURA

6

Energia e Recursos Minerais

ESTRATÉGIA E OBJETIVOS

A política de energia a ser seguida, pelo Governo Federal, nos próximos anos, visa, basicamente, a permitir expansão da oferta de energia com patível com as expectativas de manutenção de crescimento econômico acelerado, através da maximização do uso de fontes internas de produção de energia, prin cipalmente hidrelétrica.

O aumento populacional, a elevação do padrão de vida da popu lação, em contínua ascensão, e o crescimento dos setores produtivos, aliados ao crescimento suplementar que se originará da decisão de se incentivar fortemente a produção de bens de capital e de insumos básicos, tradicionalmente gran des consumidores de energia, gerará importantes necessidades de energia no País.

A participação, em cerca de 48%, dos derivados de petróleo no to tal do consumo nacional de energia associada ao elevado preço do óleo cru, su geram a necessidade de um conjunto de medidas envolvendo a poupança de ener-
gia, a intensificação da nossa produção de petróleo, a aceleração dos progra mas do xisto e de carvão e, a par de um esforço ordenado na execução do Progra
ma Nuclear Brasileiro, o desenvolvimento da pesquisa de fontes não-convencio-
nais.

A política energética a ser adotada para o período prevê, ademais, a administração do suprimento de energia, sob suas várias formas, ao sistema produtor nacional, capacitando-o a impulsionar o desenvolvimento econômico do País no ritmo desejado e a melhorar a qualidade de vida do povo brasileiro. Repousará, basicamente, nas seguintes medidas:

① expansão da oferta de energia fornecida pelas fontes tradicionais, o que implicará no prosseguimento das importações de petróleo e no aumento da produção nacional, com significativa expansão dos sistemas produtor, transmissor e distribuidor de energia elétrica, bem como completa revitalização do sistema produtor de carvão nacional;

② dinamização, através da NUCLEBRÁS, das atividades relacionadas com a pesquisa, a lavra e o beneficiamento dos minerais nucleares e associados;

③ aumento das reservas conhecidas de combustíveis fósseis (petróleo e carvão) e nucleares (urânio e tório), tendo como base um adequado programa de investimentos, visando à auto-suficiência do País, no setor energético;

④ aprofundamento do reconhecimento do potencial hidrelétrico do País, com a identificação e mobilização de novos aproveitamentos;

⑤ modificação do quadro atual de oferta de energia, com introdução progressiva de usinas núcleo-elétricas e deslocamento gradativo de parcelas de consumo, supridas à base de petróleo, para setores hidrelétricos e termelétricos a carvão;

⑥ busca exaustiva da elevação dos níveis de rendimento da conversão, transporte e distribuição de energia, com o uso racional de equipamentos, instalações e máquinas de alto rendimento energético, tendo em vista a minimização do consumo específico e a redução do nível de perdas;

⑦ combate ao desperdício de energia, mobilizando-se todo o povo brasileiro para participar no processo de eliminação do consumo supérfluo;

② aceleração de pesquisas e estabelecimento de programas que visem à produção de energia, a partir de fontes não-convencionais, com especial atenção para a industrialização do xisto e o prosseguimento dos estudos de aproveitamento da energia solar;

③ prosseguimento da política de compra e venda de energia a países vizinhos, incluindo-se energia elétrica, gás natural e petróleo, com entendimentos para o aproveitamento conjunto dos recursos hidráulicos de propriedade comum;

④ interligação sistemática dos novos sistemas produtores de energia elétrica aos existentes, com vistas a assegurar a continuidade dos fornecimentos, bem como melhorar seus rendimentos e reduzir os custos reais dos serviços de energia elétrica;

⑤ assimilação de tecnologias avançadas pelo setor energético, particularmente no que respeita às fontes não-convencionais, mediante associação com outros países ou por simples compra, objetivando sempre a auto-suficiência;

⑥ estabelecimento de preços de venda de energia adequados às condições do mercado internacional, à programação econômico-financeira setorial e às necessidades de crescimento da economia.

A política mineral brasileira, de outra parte, deverá ser pautada pelas seguintes diretrizes básicas:

① desenvolvimento da produção de bens minerais, bem como intensificação da pesquisa de recursos minerais, tendo em vista diminuir o volume das importações e incrementar o das exportações;

② estímulo à exportação de bens minerais abundantes no País, visando à diversificação da pauta de exportações;

③ aceleração dos programas de mapeamento geológico sistemático em todo o território nacional, visando a um melhor conhecimento do subsolo brasileiro;

④ aceleração do processo de incorporação de tecnologias avançadas, nas diferentes fases da produção de minérios, de modo a elevar a produtividade do setor;

⊗ ampliação, através de agentes financeiros oficiais, do volume de crédito destinado às pesquisas minerais, em condições compatíveis com o risco dessas atividades;

⊗ atualização constante da legislação própria e ampliação da divulgação de informações de interesse para a indústria extrativa mineral.

A estratégia definida para o quinquênio 1975-1979, no que diz respeito à Energia e aos Recursos Minerais, deverá perseguir os seguintes objetivos principais:

⊗ ENERGIA ELÉTRICA

⊗ Expansão da oferta de energia elétrica de modo a atender plenamente à demanda que, estima-se, crescerá em torno de 13% ao ano. A referida expansão, que será compatibilizada com os níveis de crescimento regionais, está baseada num programa de geração preponderantemente hidrelétrico, acompanhado por programa nuclear complementar, contemplando:

⊗ no Sul e Sudeste, a construção de grandes usinas hidrelétricas, à frente o empreendimento binacional de Itaipu, a construção e ampliação de unidades núcleo-elétricas (iniciando-se pela ampliação da usina de Angra dos Reis) e de termo-elétricas a carvão (em Santa Catarina e Rio Grande do Sul);

⊗ no Nordeste, a ampliação da usina de Paulo Afonso e a construção das novas usinas de Sobradinho e Xingó;

⊗ na Amazônia, o aproveitamento de potenciais hidrelétricos existentes, como base para a implementação de pólos industriais de alto consumo de energia, voltados para os minerais metálicos, complementado por unidades termelétricas, destinado a atender à expansão natural do mercado;

⊗ no Centro-Oeste, a construção das hidrelétricas de São Félix e Couto Magalhães, visando a atender ao crescimento da demanda regional, à introdução de novas cargas de unidades metalúrgicas e à interligação com o sistema da região Sudeste.

④ Modernização e ampliação integrada dos sistemas de transmissão e distribuição.

⑤ Implantação de um Centro de Pesquisas em Energia Elétrica, destinado a dotar o País de infra-estrutura avançada, em termos de tecnologia de sistemas elétricos, para enfrentar os problemas que surgirão com o transporte de grandes quantidades de energia em ultra-alta-tensão, desde as usinas geradoras da bacia do rio Paraná ou dos tributários da margem direita do rio Amazonas, até os centros de grande densidade de carga.

⑥ Aprofundamento das pesquisas e estudos objetivando o conhecimento do potencial hidrelétrico do País, especialmente na Amazônia, destacando-se as investigações a serem realizadas nas bacias dos rios Tapajós, Xingu e Madeira.

⑦ Realização de investimentos que permitam a concretização das metas de produção de energia definidas, com recursos originários, essencialmente, no próprio setor, por via tarifária, acrescidos dos recursos orçamentários federais e estaduais e complementados por financiamentos de origem interna ou externa. A concretização destes propósitos deverá efetivar-se em consonância com os seguintes princípios básicos:

⑧ seleção criteriosa dos investimentos, mediante análise das alternativas e escolha das soluções mais econômicas para atendimento ao consumidor;

⑨ aplicação de política tarifária realista, de forma a permitir completa cobertura das despesas de exploração e remuneração do capital investido, possibilitando reinvestimentos aos níveis exigidos pela crescente demanda dos serviços de eletricidade;

⑩ manutenção dos atuais instrumentos legais de captação de recursos para investimentos no setor, consubstanciados no Imposto Único sobre Energia Elétrica, no Empréstimo Compulsório e na Reserva de Reversão.

⑪ Utilização intensa da tecnologia e da capacidade produtiva da empresa nacional, de modo a assegurar-lhe participação substancial e crescente nos investimentos programados.

⑫ Desenvolvimento gradativo da produção de eletricidade com base na energia nuclear, com a intensificação de estudos e pesquisas neste campo.

③ Ingresso do País no ciclo de combustível para reatores a água leve, de modo a que se atinja a auto-suficiência, pela absorção da tecnologia disponível. Para tanto, programam-se:

④ duas usinas de concentração de minérios de urânio, a primeira delas em Poços de Caldas, com início de operação comercial previsto para 1977, e a outra, em estudos, com localização ainda a definir;

⑤ usina piloto de conversão de U_3O_8 em hexafluoreto de urânio, como base para a futura usina comercial, cujo projeto terá início em 1975, prevendo-se sua operação para o começo de 1979;

⑥ instalação piloto de enriquecimento de urânio, a ser estabelecida em empreendimento conjunto com País altamente desenvolvido nesse campo; a unidade deverá estar concluída até 1979, devendo a operação ter início em 1980;

⑦ usina de fabricação de elementos combustíveis para reatores a água leve, devendo operar em escala comercial no começo de 1980;

⑧ usina de reprocessamento do combustível nuclear irradiado, oriundo dos reatores das centrais nucleares, de modo a recuperar urânio e plutônio (a partir de 1980);

⑨ instalação para armazenagem, tratamento e posterior estocagem definitiva de rejeitos radioativos, oriundos de instalações nucleares (a funcionar a partir de 1978).

⑩ Desenvolvimento da tecnologia de reatores, envolvendo formação e treinamento de pessoal de alto nível para operar instalações nucleares, e promoção industrial visando a integrar a empresa nacional nesse esforço.

⑪ Instalação progressiva de reatores de potência combinada com o progresso verificado no ciclo de combustível e com as necessidades de energia elétrica.

⑫ Difusão, em todo o território nacional, de técnicas nucleares, visando à sua aplicação nos diferentes setores de atividade humana (agricultura, indústria, medicina, construção civil, etc).

⊗ Incentivo à pesquisa fundamental orientada para novos processos e novas tecnologias no campo nuclear.

⊗ PETRÓLEO

⊗ Intensificação dos trabalhos de exploração nas bacias sedimentares em território nacional, especialmente na plataforma continental. Fora do País, será ativada a participação da PETROBRÁS, através de sua subsidiária internacional, em trabalhos exploratórios, onde se apresentem condições empresariais favoráveis e reais possibilidades de descoberta de petróleo.

⊗ Expansão da produção de petróleo, pelo desenvolvimento de novos campos de produção e através da melhoria dos índices de recuperação secundária, nos campos atualmente em exploração. Não obstante o caráter aleatório das pesquisas, espera-se expandir a produção de petróleo bruto em ritmo superior ao do crescimento do consumo, de modo a acelerar a produção de óleo no País, em busca da auto-suficiência.

⊗ Ampliação da capacidade de refino, em escala compatível com o crescimento do mercado consumidor, visando a assegurar a auto-suficiência no mercado interno de combustíveis líquidos.

⊗ Aumento da capacidade da Frota Nacional de Petroleiros, de modo a se obter maior economia de divisas e fornecer maior segurança ao abastecimento de combustíveis.

⊗ Execução de programa de ampliação da capacidade de tancagem de petróleo e derivados, nos portos, terminais, refinarias e bases de suprimento, a fim de que a estocagem de petróleo e derivados guarde relação com o nível de consumo e proporcione maior segurança de abastecimento. Com relação à distribuição, serão mantidas as condições de competição com as diversas empresas da iniciativa privada, dentro das normas e exigências estabelecidas pelo Conselho Nacional de Petróleo.

⊗ XISTO

⊗ Início do exame da viabilidade técnica de uma usina para a industrialização do xisto, em escala comercial, visando a tornar efetiva uma

produção comercial de óleo a partir do xisto pirobetuminoso, tendo por base a experiência obtida com a operação da Usina Protótipo de Irati, em São Mateus, e estímulo a outras iniciativas de pesquisa e caráter empresarial, em outras regiões potencialmente ricas em xisto.

● PETROQUÍMICA

● Incentivo à implantação de novos projetos nos pólos petroquímicos já definidos, com prioridade para o Pólo Petroquímico do Nordeste. A participação da PETROBRÁS na execução de projetos deverá ocorrer na medida em que se evidencie necessária e conveniente.

● Execução, pela PETROBRÁS, de amplo programa de investimentos, visando a permitir, sobretudo, que o setor obtenha resultados compatíveis com as exigências do crescimento da economia do País.

● Estudos visando à definição da alternativa a ser seguida, na futura expansão da indústria petroquímica.

● GÁS COMBUSTÍVEL

● Expansão das pesquisas visando à descoberta de novas reservas de gás natural, em terra e na plataforma continental, com destinação do gás natural, de modo prioritário, à elaboração de produtos nas indústrias petroquímicas.

● Incentivo à implantação de sistemas de distribuição de gás liquefeito de petróleo para uso doméstico, reduzindo, assim, o consumo de carvão vegetal, de sérios reflexos sobre os recursos florestais.

● Aperfeiçoamento e adequação às necessidades de consumo, dos sistemas de distribuição de gás canalizado, nos grandes centros urbanos.

● Promoção de estudos e pesquisas visando à produção, em futuro próximo, de gás natural sintético.

RECURSOS MINERAIS

① Intensificação da produção de minério de ferro, componente principal da produção mineral brasileira, visando ao atendimento das necessidades internas de consumo e ao aumento das exportações.

② Aumento da produção e exportação de outros minérios, cabendo destacar a exploração de jazidas de bauxita no Amazonas, com contribuições significativas para o aumento das exportações minerais brasileiras. A política brasileira de exportação de minérios deverá ser pautada pelas seguintes diretrizes básicas:

③ estímulo à exportação de bens minerais abundantes no País, visando à diversificação da pauta de exportações;

④ ampliação da capacidade de transporte da marinha mercante brasileira, tendo em vista a aumentar o poder de competição de nossas exportações, reduzindo os custos de frete e a dependência a navios de bandeiras estrangeiras;

⑤ modernização e instalação de terminais especializados de minérios, de modo a aumentar as velocidades de embarque e reduzir custos.

⑥ Desenvolvimento da exploração do carvão mineral, através das seguintes medidas:

① modernização dos sistemas de lavra e beneficiamento de carvão mineral, empregando processos e equipamentos que dinamizem a produção e reduzam custos, de modo a elevar a produção por unidade de mineração;

② aperfeiçoamento progressivo das características do carvão destinado à produção de coque, com aumento da produção nacional de modo a atender à crescente demanda;

③ aperfeiçoamento progressivo dos sistemas de transporte e embarque, visando à minimização de custos;

④ promoção de estudos e pesquisas orientadas, visando à utilização do carvão nacional como matéria-prima para a elaboração de produtos industrializados;

● constituição de estoques adequados de carvão, junto às centrais termelétricas, de modo a assegurar-lhes produção constante, independentemente de irregularidades no ciclo hidrológico;

● aproveitamento dos rejeitos piritosos oriundos do beneficiamento do carvão como matéria-prima para a produção de ácido sulfúrico.

● Execução de amplo programa de Pesquisas de Recursos Minerais, com as seguintes diretrizes básicas para o setor:

● aceleração dos programas de mapeamento geológico sistemático, em todo o território nacional, bem como dos programas de localização de reservas de bens minerais, a fim de diminuir as importações e incrementar as exportações;

● intensificação das pesquisas geológicas de carvão mineral visando, fundamentalmente, ao atendimento da demanda interna de combustíveis fósseis destinados ao consumo energético, siderúrgico e à indústria carbônica;

● desenvolvimento de pesquisas para a determinação, quantitativa e qualitativa, de todas as reservas de folhelhos pirotetuminosos no País, com vistas à sua utilização como eventual sucedâneo do petróleo importado;

● intensificação e sistematização da pesquisa, seguida da avaliação de reservas, de minério de urânio no território nacional, bem como localização de tório e de outros materiais, de interesse para o ciclo de combustível nuclear, de modo a atender ao programa de geração de energia elétrica;

● intensificação das pesquisas, em áreas estrategicamente localizadas, de minérios cuja produção possa ter influência direta e significativa sobre as atividades agropecuárias (fertilizantes) e industriais (insumos básicos);

● aceleração do processo de incorporação de tecnologias avançadas nas diferentes fases da produção de minérios;

● ampliação, através de agentes financeiros oficiais, do volume de crédito destinado a pesquisas minerais, em condições compatíveis com o risco dessas atividades;

● atualização constante da legislação própria, e ampliação da divulgação de informações de interesse para a indústria extrativa mineral.

● Realização, no quinqüênio, de amplo programa de investimentos, tendo em vista desenvolver a produção e exportação de minérios, bem como intensificar a pesquisa de recursos minerais.

● RECURSOS HÍDRICOS

● Inventário, qualitativo e quantitativo, dos recursos hídricos das principais bacias do País, com ênfase nas bacias mais importantes das regiões Norte, Nordeste, Sul e Centro-Oeste.

REALIZAÇÕES PROGRAMADAS (*)

As principais realizações programadas, no Setor de Energia e Recursos Minerais, no quinqüênio 1975-1979, são as seguintes:

● ENERGIA ELÉTRICA

● Realização de investimentos, somente em projetos prioritários, da ordem de Cr\$ 40 bilhões;

● Acréscimo de 10,4 mil MW à atual capacidade do subsistema gerador;

● Adição de 35 mil km de linhas ao subsistema transmissor superior a 69 kV, com destaque especial à construção de 9 700 km de linhas de extra-alta tensão.

● PETRÓLEO

● Execução, pela PETROBRÁS, de programa de investimentos, em projetos prioritários, de, no mínimo, Cr\$ 56 bilhões;

(*) O valor dos programas, expresso a preços estimados de 1975, refere-se, sempre, ao período 1975-1979.

② Ampliação da capacidade efetiva de refino no País, de modo a permitir a produção de 262 mil m³/dia operação (1 650 mil barris/dia), ao final de 1979, contra 162 mil m³/dia (1 020 mil barris/dia) previstos para 1974.

③ Ampliação da capacidade de transporte da Frota Nacional de Petroleiros - FRONAPE, visando a atingir cerca de 6 milhões de tpb em 1979, contra 2 milhões em 1974 (dos quais 1 297 e 2 280 mil tpb em petroleiros, respectivamente, em 1974 e 1979).

④ RECURSOS MINERAIS

① Realização de programa de investimentos, em projetos prioritários, da ordem de Cr\$ 12 bilhões, dos quais no mínimo Cr\$ 1,5 bilhão em programa de pesquisa de recursos minerais (exclusive petróleo).

② Intensificação da produção de minério de ferro, que deverá passar do nível de 60 milhões de toneladas em 1974, para cerca de 133 milhões em 1979, com acréscimo de 130%, no quinquênio.

③ Ampliação da exportação de minério de ferro, de volume esperado de 44 milhões de toneladas em 1974, para 98 milhões em 1979, com acréscimo de 123%, no quinquênio.

④ Produção inicial, em 1978, de 1,7 milhão de toneladas de bauxita (Trombetas).

⑤ Realização de reconhecimento radiogeológico em 2,8 milhões de km², mapeamento geológica de 241 mil km² e cerca de 1 milhão de metros de sondagem/perfilagem, na pesquisa de minérios nucleares, com investimentos da ordem de Cr\$ 833 milhões.

PROGRAMAÇÃO PRIORITÁRIA (*)

① ENERGIA ELÉTRICA

① Usina Hidrelétrica de Itaipu, empreendimento conjunto dos Governos do Brasil e do Paraguai, com as obras civis iniciadas em fins de 1974.

(*) O valor dos programas e projetos, expresso a preços estimados de 1975, refere-se, sempre, ao período 1975-1977.

Localizada no rio Paraná, na fronteira com o Paraguai, a usina deverá contar, de acordo com estudos preliminares, com dezoito unidades de 700 MW cada. Grande parte da energia necessária à Região Sudeste, entre 1983 e 1988, deverá ser basicamente suprida pelo sistema gerador de Itaipu, que atenderá ainda as Regiões Sul e Centro-Oeste, além do Paraguai (Cr\$ 3 507 milhões).

④ Usina Hidrelétrica de Salto Osório. Encontra-se em andamento a execução do projeto, a cargo da Centrais Elétricas do Sul do Brasil S/A-ELETROSUL, que prevê a instalação de seis unidades geradoras, no Rio Iguaçu, Estado do Paraná. Prevê-se a instalação, no período 1975-1979, de quatro dessas unidades geradoras, de 175 MW cada, das quais duas deverão entrar em funcionamento em 1975 e duas em 1976, reforçando a capacidade de geração da Região Sul (Cr\$ 106 milhões).

⑤ Usina Hidrelétrica de Salto Santiago. A ser instalada pela Centrais Elétricas do Sul do Brasil-ELETROSUL, no rio Iguaçu, Estado do Paraná, a partir de 1975-1976, visa a atender ao mercado da região Sul-Sudeste do País. Contará com uma potência final de 2 000 MW (Cr\$ 405 milhões).

⑥ Usina Termelétrica Jorge Lacerda. Trata-se da terceira etapa de expansão da usina, dentro do programa de expansão da capacidade de geração da Região Sul. Estuda-se a instalação das 5^a e 6^a unidades geradoras, ambas com 125 MW cada, no Município de Tubarão, Estado de Santa Catarina. A primeira dessas unidades deverá operar em 1978 e as outras, em 1979 (Cr\$ 326 milhões).

⑦ Sistema de Transmissão em EAT - Itaipu. Projeto diretamente vinculado ao da construção da Usina de Itaipu. Os estudos encontram-se em andamento, já tendo sido definidas a tensão e as alternativas básicas de transmissão para o nível mais provável de motorização da usina. Contempla a interligação da usina com os sistemas situados nas Regiões Sul e Sudeste, por linhas na tensão de 750 kV, de forma a alimentar os principais centros de carga do País, distantes cerca de 890 km da fonte de geração. Inicialmente prevê-se a construção, a cargo de FURNAS/ELETROSUL, de mais de 1 300 km de linhas de transmissão, no período 1977-1979, estimando-se para o ano de 1978 o início de construção das subestações (Cr\$ 255 milhões).

⑧ Usina Hidrelétrica de Marimbondo. Localizada no Rio Grande (limites dos Estados de São Paulo e Minas Gerais), contará com oito unidades de 175 MW cada, num total de 1400 MW, destinados à expansão da capacidade de geração do sistema interligado da Região Sudeste. A ligação da usina aos

principais mercados consumidores se fará por um sistema de transmissão de 500 kV. O empreendimento, iniciado em 1969, será altamente beneficiado pelo conjunto de reservatórios já construídos (FURNAS e Porto Colômbia), sendo que a entrada em funcionamento de suas oito unidades geradoras está prevista para o período 1975-1977 (Cr\$ 535 milhões).

⊗ Usina Hidrelétrica de Itumbiara. As necessidades de energia da Região Sudeste são supridas, basicamente, por quatro empresas: FURNAS-Centrals Elétricas S/A; Centrais Elétricas de São Paulo S/A - CESP; Centrais Elétricas de Minas Gerais S/A - CEMIG e, Light S/A. A construção da Usina Hidrelétrica de Itumbiara enquadra-se dentro de um planejamento integrado para as três primeiras empresas citadas objetivando dotar a Região Sudeste de infraestrutura energética compatível com o comportamento da demanda. O projeto localiza-se na divisa de Minas Gerais com Goiás, no rio Paranaíba, estando prevista a instalação de 2 100 MW, em seis unidades de 350 MW cada, com a entrada em operação das três primeiras unidades para 1978 (Cr\$ 1 989 milhões).

⊗ Central Nuclear de Angra dos Reis. Empreendimento em execução por FURNAS - Centrais Elétricas S/A, objetiva não somente a produção de energia elétrica mas, também, a aquisição, pelos técnicos nacionais, de técnica de engenharia ligada à construção e operação de usinas nucleares. Será a primeira usina núcleo-elétrica do País, e iniciará seu funcionamento em 1977, com uma potência de 625 MW (Cr\$ 967 milhões).

⊗ Central Nuclear II de Angra dos Reis. Ampliação da central nuclear de Angra dos Reis pela adição de uma unidade com a potência de 1 200 MW, a ser construída por FURNAS - Centrais Elétricas S/A, devendo entrar em operação em 1981-1982 (Cr\$ 367 milhões).

⊗ Usina Hidrelétrica de Boa Esperança. Localiza no Rio Paranaíba (PI), visa ao atendimento do mercado de energia elétrica do Nordeste Ocidental, sua ampliação prevê a instalação das duas últimas unidades geradoras, de 50 MW cada, com início de operação previsto para 1977 (Cr\$ 78 milhões).

⊗ Usina Hidrelétrica de Moxotó. Localizada no rio São Francisco, terá 400 MW, distribuídos em quatro máquinas, de 100 MW cada, devendo a primeira operar comercialmente em 1976 (Cr\$ 109 milhões).

● Usina Hidrelétrica de Paulo Afonso IV. Localizada no rio São Francisco, terá capacidade final prevista de 2 250 MW (6 x 375 MW). Na etapa atual serão adicionados 1 500 MW, distribuídos em quatro unidades de 375 MW cada uma, das quais a primeira deverá entrar em funcionamento em 1978 e duas outras em 1979 (Cr\$ 1 161 milhões).

● Usina Hidrelétrica de Sobradinho. Serão instalados 1 056 MW na usina, a ser montada na divisa dos Estados da Bahia e Pernambuco, acima do complexo de Paulo Afonso. As obras assegurarão a vazão de 2 300 m³/segundo, no rio São Francisco, propiciando sua regularização e contribuindo, portanto, para o desenvolvimento do vale. (Cr\$ 1 468 milhões).

● Usina Hidrelétrica de Xingó. Trata-se de uma usina hidrelétrica a ser instalada no canyon do rio São Francisco. Prevê-se uma capacidade final de 3 276 MW com a entrada em operação das primeiras unidades após o ano de 1979 (Cr\$ 74 milhões).

● Sistema de Transmissão em EAT - CHESF. Contempla a instalação, até 1979, de cerca de 2 030 km de linhas de transmissão de 500 kV, a fim de possibilitar o adequado escoamento da energia a ser gerada pela CHESF (Cr\$ 563 milhões).

● Usina Hidrelétrica de São Félix. Os estudos para sua instalação, pela Centrais Elétricas do Norte do Brasil - ELETRONORTE, prevêem uma potência inicial de 1 mil MW, destinada a aumentar a capacidade de geração da Região Centro-Oeste, devendo contribuir para o atendimento do mercado da Centrais Elétricas de Goiás S/A - CELG, no médio Norte de Goiás, de grandes cargas eletrometalúrgicas, além de permitir eventual suprimento a Brasília. As obras civis da construção deverão ter início em 1975-1976 (Cr\$ 578 milhões).

● Usina Hidrelétrica de Tucuruí. Em fase de estudos, esta usina deverá ser construída a partir de 1976, pela ELETRONORTE, para funcionamento em 1981. O projeto considera a instalação inicial de 2 700 MW, no rio Tocantins, Estado do Pará. Seu objetivo é suprir de eletricidade indústrias de alumínio na região, fornecer energia à Centrais Elétricas do Pará S/A - CELPA, à estrada de ferro destinada ao transporte de minério da Serra dos Carajás ao Porto de Itaquí, bem como à indústria siderúrgica que se instalará perto de São Luiz, Maranhão (Cr\$ 1 553 milhões).

● Usina Hidrelétrica de Couto Magalhães. Obra em fase de estudos, a ser iniciada em 1975-1976, no rio Araguaia, pela ELETRONORTE, com potência de 130 MW e geração prevista a partir de 1980-1981, destina-se ao mercado energético da região Centro-Oeste de Mato Grosso (Cr\$ 208 milhões).

④ Inventário Hidrelétrico das Bacias dos Rios Xingu, Tapajós e Madeira. Projeto destinado a fazer o levantamento do potencial hidrelétrico das bacias dos rios Xingu, Tapajós e Madeira e a estudar a viabilidade de aproveitamentos selecionados (Cr\$ 105 milhões)

④ Usina Hidrelétrica de Itaúba. Projeto em execução pela Cia. Estadual de Energia Elétrica - CEEE/RS, dentro do programa de expansão da capacidade de geração da Região Sul. Prevê a instalação, no rio Jacuí (Rio Grande do Sul), de 500 MW, através de quatro unidades de 125 MW cada. Duas destas unidades deverão iniciar a operação em 1978 e as demais no ano seguinte (Cr\$ 439 milhões)

④ Usina Termelétrica de Candiota. Com o objetivo de aumentar a capacidade de geração da Região Sul, mediante o aproveitamento do carvão local, encontram-se em andamento estudos para adicionar duas unidades de 150 MW cada à Usina de Candiota II, com início de operação da primeira unidade para 1979 e da segunda para 1982. Com estas unidades, o total da capacidade de Candiota se elevará para 432 MW (Cr\$ 243 milhões)

④ Usina Hidrelétrica de Areia. A ser instalada pela Cia. Paranaense de Eletricidade - COPEL, no Rio Iguçu, Estado do Paraná, a partir de 1975-1976, para entrar em funcionamento em 1981-1982. Contará com uma potência final de 1.200 MW, destinada a reforçar a capacidade de geração da Região Sul (Cr\$ 377 milhões)

④ Usina Hidrelétrica de Ilha Solteira. Esta usina, juntamente com a de Jupiá, já em operação, a cargo da Centrais Elétricas de São Paulo S.A. - CESP, compõe o complexo hidrelétrico de Urubupungá, um dos maiores do mundo, com uma capacidade total programada de 4.600 MW. A Usina de Ilha Solteira, em implantação no médio curso do Rio Paraná (limite dos Estados de São Paulo e Mato Grosso), tem uma capacidade final prevista de 3.200 MW, composta de vinte unidades, de 160 MW cada. Destas unidades, oito já se encontram em operação comercial sendo que até 1976, mais oito deverão entrar em funcionamento (Cr\$ 937 milhões)

④ Usina Hidrelétrica de Promissão. Obra a cargo da Centrais Elétricas de São Paulo S.A. - CESP, em fase de conclusão, no rio Tietê, Estado de São Paulo, compreende três unidades, de 90 MW cada, com previsão de entrada em operação comercial ainda em 1975 (Cr\$ 69 milhões)

④ Usina Hidrelétrica de Capivara. Localizada no Rio Paranaíba, na divisa dos Estados de São Paulo e Paraná, tem potência final programada de 640 MW, com quatro unidades de 160 MW cada, todas com início de operação previsto para 1976 (Cr\$ 1 007 milhões).

④ Usina Hidrelétrica de Água Vermelha. Obra de responsabilidade da Centrais Elétricas de São Paulo S.A. - CESP e projetada em consonância com o programa integrado de aumento da capacidade energética da Região Sudeste. Localiza-se na divisa dos Estados de São Paulo e Minas Gerais, tendo uma potência final prevista de 1.380 MW, distribuída em seis unidades de 230 MW cada, das quais três operarão em 1979 (Cr\$ 1.639 milhões).

④ Sistema de Transmissão em EAT - Região Sudeste. Trata-se da formação de um grande sistema interligado, mediante planejamento conjunto das linhas de transmissão, tomando-se por base as unidades geradoras instaladas, em instalação e projetadas (Furnas, Estreito, Jupiá, Itaipu, Ilha Solteira, Água Vermelha, São Simão, etc). Serão construídos, até 1979, cerca de 7.500 km de linhas de transmissão, sendo 3.283 km na tensão de 500 kV; 2.256 km na de 440 kV e 1.728 km na de 345 kV. Objetiva suprir os principais centros consumidores da Região Sudeste, mediante operação integrada dos sistemas de diversas concessionárias, em diferentes tensões, e preparar a interligação ao conjunto de Itaipu (750 kV (Cr\$ 3 811 milhões).

④ Usina Hidrelétrica de São Paulo. A construção desta usina, a cargo da Centrais Elétrica de Minas Gerais S.A. - CEMIG, em andamento no curso inferior do rio Paranaíba (divisa dos Estados de Minas Gerais e Goiás), tem por finalidade contribuir para o aumento da capacidade de geração do sistema interligado da Região Sudeste, responsável por cerca de 80% do consumo de energia elétrica do País. O projeto prevê uma capacidade final instalada de 2.680 MW (10 x 268 MW), com uma primeira etapa de 1.608 MW (6 x 268 MW). Essas seis primeiras unidades estão programadas para operação entre 1978 e 1979 (Cr\$1 210 milhões).

④ Usina Terrelétrica de Igararé. Em início de construção, pela CEMIG, com 125 MW, devendo entrar em operação em 1976. Atuará como reforço à capacidade de geração do sistema interligado da Região Sudeste, servindo igualmente para suprir eventuais deficits de energia no subsistema CEMIG, no período 1976-1977, anteriormente ao funcionamento da usina de São Simão (Cr\$ 239 milhões).

● Usina Hidrelétrica de Cachoeira Dourada. Projeto de ampliação da usina de Cachoeira Dourada, através da adição de três unidades, de 80 MW cada, das quais a primeira já em operação, para reforço da capacidade de geração da Região Centro-Oeste. As demais, têm operação prevista ainda para 1975 (Cr\$ 36 milhões).

● Usina Termelétrica Tapanã II. A ser instalada em Belém, pela Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA, compreende duas unidades de 66 MW cada. O início de operação dessas unidades está programado para 1977 (Cr\$ 172 milhões).

● Usina Termelétrica de Manaus nº 2 (2a. etapa) Instalação em Manaus, pela Companhia de Eletricidade de Manaus - CEM, de 100 MW, em duas unidades de 50 MW cada, com início de operação previsto para 1976 (Cr\$ 235 milhões).

● Eletrificação Rural. De responsabilidade do Ministério da Agricultura, através do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária e de empresas estaduais, com exceção do Rio Grande do Sul e São Paulo, onde as próprias cooperativas beneficiárias assumem essa atribuição, o projeto objetiva a aceleração da eletrificação rural no País, tendo em vista apoiar o programa de mecanização agrícola. Esse projeto, que prevê a substituição de motores a combustão interna, usados pelos produtores rurais, por motores elétricos, se desenvolverá, em sua fase inicial, em nove Estados, beneficiando 58 mil propriedades até 1977, devendo atingir 108 mil em 1979. Os Estados beneficiados são: Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Pernambuco, Alagoas, Paraíba e Ceará.

São as seguintes as metas previstas para o projeto:

DISCRIMINAÇÃO	1975	1976	1977	1978	1979	TOTAL 1975-1979
Propriedades a energizar	12.500	15.000	22.500	25.000	25.000	100.000
Quilômetro de Linhas a construir	16.666	20.000	30.000	33.333	33.333	133.332
Potência instalada (kW)	87.500	105.000	157.500	175.000	175.000	700.000
Consumo de energia previsto em 1000 (kWh)	30.000	36.000	54.000	60.000	60.000	240.000
Cooperativas de Eletrificação Rural a criar	31	38	56	62	62	249

Prevê-se a aplicação de Cr\$ 1.177 milhões, no período de 1975-1977, compreendendo Recursos do Tesouro, das cooperativas de eletrificação e financiamento externo.

● TECNOLOGIA NUCLEAR

● Desenvolvimento da Tecnologia de Combustíveis Nucleares

A formação de especialistas de alto nível, necessária ao estabelecimento de um programa nacional de produção de combustíveis envolvendo todo o ciclo, implica em montagens de laboratório e treinamento sistemático em cada uma das etapas. Da assimilação do know-how depende todo o sucesso da operação das usinas do beneficiamento, conversão, enriquecimento, fabricação de elementos combustíveis e posterior reprocessamento, bem como do tratamento dos rejeitos nucleares. É esse o objetivo maior desse projeto (Cr\$ 196 milhões).

● Usinas de Concentração de Minérios de Urânio. A primeira usina, em Poços de Caldas, destinada à produção de concentrado de Urânio, iniciará sua operação em 1977, com base na experiência adquirida na Usina Piloto, atualmente em construção. Até 1979 serão beneficiados 1.557 toneladas de minério. A Usina II terá sua construção iniciada em 1977, em local a ser fixado, logo após a determinação da capacidade das jazidas existentes (Cr\$ 168 milhões).

● Usina Piloto de Conversão. O concentrado de urânio oriundo das Usinas de beneficiamento será, em uma etapa ulterior, convertido em hexafluoreto de urânio. Será construída uma Usina Piloto, a partir de 1976, prevendo-se sua operação no início de 1979 (Cr\$ 28 milhões).

● Instalação Piloto de Enriquecimento de Urânio. O urânio enriquecido, combustível a ser usado nos reatores PWR, opção feita pelo Brasil, será produzido a partir de 1980, em território nacional, em associação com um país detentor de tecnologia avançada no setor. Para tanto, o projeto será iniciado em 1975 e a operação da Usina Piloto deverá ocorrer em 1980 (Cr\$ 243 milhões).

● Usina de Fabricação de Elementos Combustíveis. Os reatores a água pressurizada (PWR), solução adotada para a Central Nuclear de Angra dos Reis, consumirão elementos combustíveis a serem produzidos no Brasil, a partir de 1980, quando entrará em funcionamento a primeira Usina desses elementos cujo projeto terá início no corrente ano e a construção em 1976. A capacidade de produção, a ser determinada com precisão em função

do programa de centrais nucleares até 1990, será de 100/300 toneladas de UO_2 por ano (Cr\$ 33 milhões).

④ Usina de Reprocessamento de Combustível Irrradiado. O elevado valor econômico do combustível nuclear irradiado, na Central Nuclear de Angra dos Reis e nas outras a serem instaladas no País, conduz a construção de uma Usina Piloto para reprocessamento desse material, de onde se pode recuperar U-235 e Plutônio, em primeira etapa e, posteriormente, a construção de uma usina operando em escala comercial. As dificuldades crescentes impostas ao transporte de material nuclear irradiado, induzem ao apressamento desse projeto, prevendo-se a operação da Usina Piloto em 1980 (Cr\$ 90 milhões).

④ Estocagem e Tratamento de Rejeitos Radiativos. A proteção do homem contra as irradiações, oriundas de rejeitos de instalações nucleares, impõe o estabelecimento de uma instalação destinada a estocar, em caráter definitivo, tais produtos, após o conveniente tratamento. Em vista da entrada em operação da usina de Angra dos Reis, começarão a surgir rejeitos em 1977 e, desse modo, o Projeto Tratamento deverá entrar em funcionamento em 1978 (Cr\$ 55 milhões).

④ Desenvolvimento da Tecnologia de Reatores. A preparação de equipes técnicas especializadas na tecnologia de reatores é de importância capital, seja do ponto de vista de operação das unidades nucleares a instalar, seja do ponto de vista de produção na indústria nacional de componentes. Este projeto abrange tecnologia de reatores, garantia e controle de qualidade, bem como, promoção industrial capaz de integrar, a curto prazo, a indústria nacional nos programas nucleares (Cr\$ 113 milhões).

④ PETRÓLEO

Exploração da Plataforma Continental. Para exploração da plataforma continental, o programa estabelecimento pela PETROBRÁS tem os seguintes objetivos:

④ definição da prospectividade da plataforma continental visando à descoberta de novas reservas de petróleo e gás;

④ prospecção sísmica e perfuração exploratória em áreas consideradas potencialmente promissoras;

④ construção e contratação de navios-sonda, plataformas auto-eleváveis e embarcações de apoio (Cr\$ 5 049 milhões).

⑤ Exploração de áreas sedimentares em terra. Prospecção das bacias sedimentares visando à descoberta de novas reservas de petróleo e gás. O programa a ser desenvolvido no período 1975-1979 envolve atividades de prospecção sísmica, geologia e perfuração exploratória (Cr\$ 2 273 milhões).

⑥ Exploração de Petróleo no Exterior. A cargo da subsidiária BRASPETRO-PETROBRÁS INTERNACIONAL S/A, visa à exploração e produção de petróleo, em áreas fora do País, objetivando o suprimento adicional de petróleo para o Brasil. O programa exploratório a ser desenvolvido inclui áreas no Iraque, Egito, Madagascar, Colômbia e Irã, podendo estender-se por outras regiões (Cr\$ 1 974 milhões).

⑦ Desenvolvimento da Produção de Petróleo e Gás. Na plataforma continental, intensificação dos trabalhos destinados à delimitação e desenvolvimento dos poços de petróleo e gás descobertos pela atividade exploratória, bem como construção e contratação de plataformas e embarcações de apoio. Em terra, desenvolvimento da lavra de petróleo e gás, com perfuração de poços, melhoria da produtividade dos reservatórios e instalação dos sistemas de recuperação secundária em campos produtores. Os trabalhos a serem desenvolvidos contemplam, ainda, a instalação dos sistemas de coleta, separação, tratamento, e escoamento da produção (Cr\$ 2 174 milhões).

⑧ Expansão da Capacidade do Parque Nacional de Refino. Construção de novas refinarias e ampliação das existentes, com projetos a serem de finidos, a partir de 1976, visando ao atendimento do crescimento da demanda de derivados de petróleo (Cr\$ 1 707 milhões).

⑨ Conclusão da Refinaria de Araucária. Término da construção de refinaria em Araucária, Estado do Paraná, com capacidade de processamento de 20 mil m³/dia de operação (126 mil barris/dia), estando sua conclusão prevista para março de 1976. Deverá atender ao mercado consumidor da região Centro-Sul (Cr\$ 716 milhões).

⑩ Conclusão da Refinaria de São José dos Campos. Prosseguimento da construção de refinaria em São José dos Campos, São Paulo, com capacidade de processamento de 30 mil m³ (189 mil barris) diários de petróleo, com

conclusão prevista para o primeiro semestre de 1977. Deverá atender ao mercado do Grande São Paulo e da região do Vale do Paraíba (Cr\$ 1 735 milhões).

④ Ampliação da Capacidade de Processamento das Refinarias Alberto Pasqualini e Gabriel Passos. O projeto contempla a duplicação da capacidade de processamento de ambas as refinarias, localizadas no Rio Grande do Sul e Minas Gerais, respectivamente, com aumento previsto de mais 10 mil m³ (63 mil barris) na capacidade de cada uma. Na primeira, a ampliação visa a atender ao crescimento da demanda do Rio Grande do Sul. Na segunda, ao atendimento do crescimento da demanda em áreas de Minas Gerais, Goiás e Distrito Federal (Cr\$ 1 222 milhões).

⑤ Ampliação da Refinaria Landulpho Alves. Compreende a construção de novas unidades capazes de processar mais 8 mil m³ (50 mil barris) diários de petróleo, a ampliação do parque de tanques para óleo bruto, produtos intermediários e acabados, bem como obras adicionais para interligação das novas com as atuais unidades (Cr\$ 319 milhões).

⑥ Ampliação da Refinaria Duque de Caxias. Construção de complexo para produção de aromáticos e etilbenzeno, com capacidade para produzir 144 mil t/ano de aromáticos e 55 mil t/ano de etilbenzeno, matérias-primas básicas para a indústria petroquímica. Contempla, ainda a duplicação da capacidade de produção da unidade de lubrificantes da refinaria para mais 750 m³ diários (4 700 barris/dia) de óleos básicos (parafínicos), visando ao atendimento do mercado nacional (Cr\$ 878 milhões).

⑦ Ampliação da Refinaria de Paulínia. Construção da segunda unidade de carqueamento catalítico da refinaria de Paulínia, visando a aumentar em 6 500 m³ diários (41 mil barris/dia) sua produção de derivados leves, de modo a permitir adequado atendimento ao mercado (Cr\$ 626 milhões).

⑧ Modificações e Modernizações no Parque de Refino. Visa a proceder a alterações nas unidades industriais da PETROBRÁS objetivando a racionalização e modernização dos sistemas de processamento da empresa (Cr\$ 462 milhões).

⑨ Ampliação da Frota Nacional de Petroleiros. Visando a atingir um total de 6 milhões de tpb em 1979 (Cr\$ 3 438 milhões). O projeto compreende, entre outros, os seguintes investimentos:

- construção de quatro navios-tanque, de 277 mil tpb cada, para transporte de petróleo;

- construção de três navios do tipo minério-óleo, de 131 mil tpb cada, para o transporte de petróleo e de minério de ferro;

- construção de três navios-tanque, de 116.500 tpb cada, também para transporte de petróleo;

- construção de quatro navios-tanque, de 26.400 tpb cada, para o transporte de petróleo e/ou asfalto a granel;

- construção de navios-tanque num total de aproximadamente 2 milhões de tpb para transporte de petróleo e derivados;

- construção de dois navios-tanque para produtos químicos.

● Construção e Ampliação de Oleodutos e Gasodutos. Objeti va desenvolver sistemas de transporte de petróleo, gás e derivados, includi ve de tancarçm operacional e de segurança (Cr\$ 2 615 milhões). O projeto con templa, entre outros:

- construção do oleoduto São Sebastião/Vale do Paraíba, com o objetivo de transportar petróleo do Terminal de São Sebastião à Refinaria de São José dos Campos, e instalação de novo parque de armazenamento de petróleo em Guararema (SP);

- ampliação do oleoduto Rio-Pelo Horizonte, visando a aumentar sua capacidade de vazão, para atender à duplicação da Refinaria Gabriel Passos; .

- conclusão da ampliação dos oleodutos de São Paulo (OSPAL), objetivando o aumento da capacidade de transferência do oleoduto Paulínia-São Paulo, bem como a ligação entre os terminais de Barueri e Utinga;

- construção de gasodutos de modo a distribuir gás natural aos pontos de consumo.

- Construção e Ampliação de Terminais e de Tancagem Reguladora nos Portos. Objetiva desenvolver os sistemas de recebimento, armazenamento e escoamento de petróleo, gás e derivados, em portos e terminais, bem como a ampliação da tancagem reguladora. (Cr\$ 1 613 milhões) O projeto compreende, entre outros, os seguintes empreendimentos:

- conclusão do terminal de São Francisco do Sul (SC), para o recebimento do petróleo destinado à Refinaria de Araucária (PR), à qual estará ligado por oleoduto;

- conclusão do terminal da Baía da Ilha Grande (RJ), com vistas ao recebimento de petróleo em navios de grande porte, para as refinarias de Duque de Caxias (RJ) e Gabriel Passos (MG);

- conclusão da ampliação do terminal de Tramandaí (RS), visando a aumentar sua capacidade de recebimento e estocagem de petróleo, bem como a vazão de transferência, a fim de atender à duplicação da Refinaria Alberto Pasqualini;

- conclusão da construção de tancagem reguladora de GLP de Santos e terminal para chumbo tetraetila, com o objetivo de manter estoques reguladores de gás liquefeito de petróleo e receber chumbo tetraetila a granel.

- Pesquisas Tecnológicas. Projeto a ser realizado pelo Centro de Pesquisa e Desenvolvimento (CENPES), da PETROBRÁS, visando a alcançar, a longo prazo, os seguintes objetivos:

- criar um núcleo de transferência de know-how, capaz de assimilar e divulgar técnicas dentro da empresa;

- desenvolver, em áreas específicas e selecionadas como altamente prioritárias, uma tecnologia própria;

- buscar a otimização dos processos tecnológicos e

produtos em uso, considerando as características específicas do mercado brasileiro (Cr\$ 255 milhões).

① Comercialização de Derivados de Petróleo. Para melhor atender às necessidades do mercado nacional de derivados de petróleo, prevê-se a construção de bases de provimento, em diversas áreas do País, aquisições de vagões-tanque e de outras instalações relativas ao comércio de derivados de petróleo, com recursos gerados pela própria atividade (Cr\$ 720 milhões).

② Industrialização do Xisto. Aproveitamento industrial do xisto da Formação Irati, através da construção de uma usina para extrair 7 mil m³/dia (44 mil harris/dia) de óleo (Cr\$ 2 090 milhões).

③ Desenvolvimento, Aperfeiçoamento e Treinamento de Pessoal Desenvolvimento, aperfeiçoamento e treinamento de pessoal, de nível médio e superior, no País e no Exterior, com o propósito de elevar os padrões de eficiência profissional dos técnicos e administradores da PETROBRÁS, inteirando-se da mais avançada técnica da indústria petrolífera (Cr\$ 195 milhões).

④ RECURSOS MINERAIS

① Ampliação da capacidade de mineração de ferro no Vale do Rio Doce. Projeto em execução pela Companhia Vale do Rio Doce-CVFD, tendo por objetivo possibilitar o aumento da capacidade produtiva das minas da CVRD e a melhoria da qualidade dos produtos, com a concentração de itabiritos e o aproveitamento dos finos de hematita. Para isso, encontram-se em andamento os testes das usinas de Concentração I e II do Cauê e, em fase de anteprojeto, as novas instalações de tratamento do minério de Conceição. Assim, a capacidade total de mineração e beneficiamento da CVRD, deverá passar de 43 milhões de toneladas, em fins de 1974, para 82 milhões em 1979, com reflexos diretos nos níveis de exportação (Cr\$ 1 008 milhões).

② Construção e Ampliação de Usinas de Pelotização. Este projeto objetiva incrementar a produção de pelotas, para suprimento do mercado interno e aumento de exportações. As obras, a serem executadas pela CVDR, e também por associação desta companhia com outras instituições, compreendem

a construção e ampliação de usinas de Pelotização, objetivando elevar a produção atual de pelotas (5 milhões de toneladas anuais) para 33 milhões em 1979 (Cr\$ 3 615 milhões).

④ Mineração de Ferro na Serra dos Carajás. De responsabilidade da Amazônia Mineração S.A., empresa sob o controle da CVRD e com a participação da United States Steel, o projeto objetiva explorar as reservas de ferro da Serra dos Carajás, estimadas em cerca de 16 bilhões de toneladas. Foram concluídos os estudos de viabilidade do projeto e iniciados os estudos de engenharia. O projeto beneficiará particularmente os Estados do Pará e Maranhão, devendo possibilitar a implantação de um complexo siderúrgico na cidade de São Luís. Além disso, permitirá o aumento das exportações de minério de ferro do País, contribuindo, em 1979, com 12 milhões de toneladas (Cr\$ 4 986 milhões).

⑤ Mineração de Bauxita. Prosseguimento da execução de projeto, a cargo da Mineração Rio do Norte S.A., organização resultante da associação de capitais da CVRD e de outras empresas, objetivando o aproveitamento de recursos minerais de bauxita, no rio Trombetas, Estado do Pará, para o abastecimento do mercado interno e exportação. Em fase de implementação, com obras a serem iniciadas no primeiro semestre de 1975, tem a conclusão da primeira etapa prevista para 1978, com mineração inicial de 1,7 milhão de toneladas de bauxita. O projeto prevê ainda, ampliação para 8 a 10 milhões de toneladas/ano (Cr\$ 650 milhões).

⑥ Desenvolvimento da Tecnologia Mineral. Este projeto visa à determinação e ao emprego de tecnologia avançada, com o objetivo de aumentar a produção nacional de diversos minerais, ampliar e diversificar as exportações, e reduzir as importações (Cr\$ 151 milhões). Compreende as seguintes linhas de atuação:

⑦ Beneficiamento e concentração de minerais estruturais leves, tais como alumínio, magnésio e titânio;

- beneficiamento de pedras preciosas;
- beneficiamento e concentração de minerais ferrosos;
- beneficiamento do carvão mineral brasileiro, visando à otimização da sua utilização;
- beneficiamento, concentração e recuperação de rejeitos de metais básicos, não-ferrosos e preciosos;
- processamento e valorização da utilização de minerais não-metálicos.

● Prospecção de Minérios Nucleares. O projeto visa a intensificar as pesquisas de urânio em todo o território nacional, e determinar, sob o aspecto físico e econômico, as reservas de urânio exploráveis no País. Objetiva, ainda, identificar reservas de tório e de outros materiais nucleares, de interesse para o ciclo de combustível nuclear (Cr\$ 386 milhões).

● Geologia e Mapeamento Básico (Cr\$ 197 milhões). Compreende os seguintes subprojetos:

- conclusão do projeto RADAM, mediante o emprego de imagens de radar e de outros sensores remotos na região Norte e parte do Nordeste;
- conclusão do projeto REMAC, envolvendo mapeamento, pesquisa de recursos minerais e estudos diversos na margem continental brasileira;
- avaliação, com base no projeto REMAC, do potencial mineral da margem continental brasileira, visando a identificar depósitos minerais associados a domos salinos, depósitos de minerais pesados, fosfatos e de outros recursos naturais; e
- mapeamento geológico básico sistemático, compreendendo mapeamento geológico, foto-interpretção e trabalhos correlatos, para definição de áreas com possibilidades de ocorrências minerais econômicas e seu cadastramento.

② Projeto Radar no Brasil. Este projeto tem como objetivo completar o levantamento geral do Brasil, mediante o emprego de imagens de radar e outros sensores remotos, concluindo o levantamento iniciado através do projeto RADAM. Apesar do levantamento não permitir a identificação direta de qualquer recurso mineral, fornece orientação sobre regiões de maior interesse para pesquisa de detalhe. Além disso, obtêm-se cartas planimétricas, com precisão horizontal altamente satisfatória, e cartas temáticas sobre geomorfologia, geologia, solos, vegetação e uso potencial da terra. No que se refere à hidrologia, as imagens do levantamento radargramétrico permitem uma precisão geral dos principais rios e seus afluentes, quanto a potencialidade dos aproveitamentos hídricos (Cr\$ 204 milhões).

③ Prospecção de Minerais. Este projeto objetiva quantificar as reservas minerais do País, visando ao atendimento da demanda interna, atenuando a importação e elevando as exportações, quando houver abundância (Cr\$ 545 milhões). Sob este título estão incluídas pesquisas de diversos minerais, assim classificados:

④ Pesquisa de Carvão Mineral. Compreende pesquisas geológicas minuciosas com o objetivo de identificar todas as reservas de carvão no território nacional, tendo em vista sua utilização de acordo com as necessidades regionais ou nacionais no decorrer do quinquênio. Com este propósito, serão pesquisadas áreas potenciais nos Estados do Paraná, São Paulo, Bahia, Piauí, Maranhão, Amazonas e outras, procurando determinar seu valor econômico e integrá-las ao quadro das disponibilidades nacionais.

⑤ Pesquisa de Folhelhos Pirobetuminosos. Objetiva o reconhecimento, quantitativo e qualitativo, das reservas de folhelhos pirobetuminosos no território nacional, com a finalidade de sua utilização como sucedâneo para o petróleo importado. São conhecidas jazidas como as folhelhos Irati, da Bacia do Paraná, e ocorrências significativas no Amazonas, Pará, Maranhão, Ceará, Alagoas e Bahia, além dos folhelhos pirobetuminosos da Bacia de Taubaté, em São Paulo. A meta é, pois, quantificar as reservas e desenvolver tecnologia apropriada ao seu aproveitamento.

⑥ Pesquisa de Minerais Metálicos Nobres. Tem por finalidade reconhecer e dimensionar as ocorrências cadastradas, mediante pesquisas detalhadas de todos os metais nobres, tais como ouro, prata, platina e platinóides.

③ Pesquisa de Fertilizantes. Objetiva intensificar pesquisas geológicas, visando a descobrir novas reservas de elementos fertilizantes, especialmente nitratos, fosfatos e sais de potássio, bem como desenvolver tecnologia para os sais de potássio e associados da Bacia Sedimentar de Sergipe-Alagoas. Tem como meta principal proporcionar a auto-suficiência brasileira nesse setor.

④ Pesquisa de Minerais Ferrosos. Compreende pesquisa de minerais largamente empregados em todos os ramos industriais, especialmente na indústria pesada, e em particular aqueles indispensáveis à rápida expansão prevista para a indústria siderúrgica nacional. Os principais elementos a serem pesquisados são ferro, manganês, cromita, tungstênio, molibdênio, ilmenita, cobalto, vanádio e silício.

⑤ Pesquisa de Minerais Metálicos Não-Ferrosos. Abrange pesquisa e avaliação de reservas de minerais metálicos não-ferrosos, de largo emprego nas indústrias elétrica, automobilística, aeronáutica, química, eletrônica, naval, etc. O principal objetivo é identificar e quantificar novas ocorrências, bem como dimensionar as já cadastradas. Dar-se-á ênfase à pesquisa de minérios de cobre, chumbo, zinco, estanho, alumínio, antimônio, mercúrio, bismuto e arsênico.

⑥ Pesquisa de Minerais Não-Metálicos. Compreende prospecção e dimensionamento das reservas brasileiras de diversos minerais, amplamente utilizados na indústria química, elétrica e eletrônica, construção civil, cerâmica e de refratários, de isolantes e abrasivos, visando a diminuir ou eliminar a dependência em relação ao mercado internacional e, em alguns casos, incrementar as exportações brasileiras.

⑦ Pesquisa de Minerais Preciosos e Semipreciosos. O objetivo principal é a quantificação das reservas brasileiras de pedras coradas, preciosas e semipreciosas, compreendendo, entre outros minerais, diamante, esmeralda, água-marinha, berilo (gema), turmalina, topázio, ametista, ágata e opala.

⑧ Pesquisa de Recursos Hídricos. Este projeto tem por objetivo inventariar, qualitativa e quantitativamente, os recursos hídricos das principais bacias do País. Os trabalhos se desenvolverão nas bacias Amazônica, Tocantins-Araguaia, São Francisco, Frata (rios Paraná, Paraquai e Uruguai) e Paraíba do Sul, mediante a instalação de estações hidrológicas e processamento dos dados obtidos. O projeto contempla, ainda, estudos em bacias representativas das Regiões Norte, Nordeste, Sul e Centro-Oeste do País, com a finalidade de desenvolver técnicas hidrológicas relativas a ambientes típicos do Brasil (Cr\$ 205 milhões).

7

Transportes

ESTRATÉGIA E OBJETIVOS

Os dois principais objetivos da política nacional de transportes para o quinquênio 1975-1979, são:

● OTIMIZAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES EXISTENTE

Buscar-se-á atender à demanda pelos serviços de transporte, através da plena utilização da infra-estrutura e dos meios de transportes alternativos disponíveis ou passíveis de serem mobilizados com investimentos complementares. Evitar-se-á, portanto, investir onde os objetivos desejados possam ser alcançados através do aprimoramento e da racionalização dos processos operacionais. Nesse sentido, a expansão do sistema deverá proceder-se na proporção do crescimento esperado da demanda, evitando-se a formação de capacidade ociosa ou subutilizada e prevenindo-se o acúmulo de iniciativas com escassas possibilidades de serem levadas a bom termo, ou que possam conduzir à imobilização improdutiva de recursos. Procurar-se-á, ainda, atender aos seguintes princípios:

● Incentivo à poupança de combustíveis derivados do petróleo, através do maior uso dos transportes ferroviário e marítimo, estabelecendo-se política de eletrificação ferroviária e de melhoramento dos serviços de cabotagem e portuários e de estímulo à maior integração intermodal.

⊗ Redução gradativa dos deficits operacionais das empresas de transporte pertencentes ao poder público, mantendo-se as subvenções financeiras somente nos casos de interesse social e de segurança nacional, devidamente justificados.

⊗ **EXPANSÃO RACIONAL DA INFRA-ESTRUTURA BÁSICA DE TRANSPORTES**

Fundamental ao desenvolvimento econômico, nos níveis desejados, este programa visa a assegurar, prioritariamente, o escoamento eficiente da produção agrícola, mineral e industrial, através dos Corredores de Transporte e, ainda, promover:

⊗ A incorporação efetiva da moderna tecnologia de manuseio e transporte de carga, desde sua origem até a destinação final, de modo a se obterem menores custos globais de transporte.

⊗ O emprego coordenado das diversas modalidades de transporte, buscando-se ampliar, substancialmente, as vantagens de complementaridade e articulação, de modo a retirar o máximo proveito das possibilidades e características de cada uma delas.

Constituem, igualmente, objetivos da Política Nacional de Transporte, para o próximo quinquênio:

⊗ Implantação de uma Política de Transportes Urbanos, com vistas, principalmente, ao desenvolvimento de sistemas eficientes de transporte de massa nas regiões metropolitanas do País, compreendendo o estabelecimento dos mecanismos institucionais e financeiros adequados e a determinação de critérios de prioridade.

⊗ Execução de Projetos destinados ao apoio aos Programas de Desenvolvimento Regional, com cronogramas de execução, dimensionamento, capacidade e características compatíveis com os seus objetivos e com a demanda de corrente de sua execução.

Especificamente, serão perseguidos, os seguintes objetivos:

● TRANSPORTE FERROVIÁRIO

● Prioridade ao desenvolvimento ferroviário, através de grande esforço de modernização e ampliação da capacidade da rede ferroviária nacional e de elevação do nível de demanda por seus serviços.

● Eliminação progressiva do deficit operacional dos transportes ferroviários, através de:

● continuação da política de extinção de ramais antieconômicos;

● adaptação gradual de tarifas e custos, em regime de eficiência, particularmente no transporte de carga;

● adoção de medidas que objetivem o melhor atendimento ao usuário;

● unificação do Sistema Ferroviário Nacional, pela reunião da FEPASA e da RFFSA e pela criação de um único órgão de planejamento, coordenação e operação.

● Modernização tecnológica, visando à exploração intensiva e racional dos troncos ferroviários, principalmente daqueles que integram os corredores de transportes.

● Modernização administrativa das ferrovias, objetivando o aperfeiçoamento dos seus métodos de trabalho e a racionalização de suas estruturas administrativas.

● Treinamento e aperfeiçoamento de pessoal especializado, de modo a melhorar a qualidade dos serviços oferecidos.

● TRANSPORTE RODOVIÁRIO

● Expansão da rede rodoviária segundo as necessidades de desenvolvimento do País.

④ Definição e implantação de uma política operacional para os transportes rodoviários de carga, com atenção especial para os aspectos tarifário, regulamentar e fiscal.

④ Ênfase na conservação rodoviária, contemplando-se não apenas a conservação normal, de rotina, mas a restauração da rede existente e a conservação periódica preventiva.

④ Modernização e adequação da capacidade e das características de segurança da rede rodoviária existente, de forma a alcançar elevados padrões de qualidade.

④ Estabelecimento de uma política nacional de planejamento, programação, financiamento, execução e conservação do sistema de estradas municipais e alimentadoras.

④ Definição do sistema nacional de estradas especiais e do seu regime de exploração.

④ Modernização administrativa, envolvendo os Distritos Rodoviários do DNER e os Departamentos Estaduais de Estradas de Rodagem.

④ Treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, visando à maior produtividade dos serviços prestados.

④ TRANSPORTE MARÍTIMO

④ Expansão da frota nacional na navegação de longo curso, pela substituição progressiva de navios afretados por nacionais.

④ Recuperação e expansão da navegação de cabotagem, visando ao seu maior aproveitamento no tráfego marítimo de grãos e à utilização dos processos de unitização de carga geral e outras tecnologias modernas.

④ Elaboração de uma nova política tarifária.

④ Redefinição do Programa de Construção Naval, em função da nova estrutura da demanda de transportes e da capacidade de produção da indústria nacional.

● TRANSPORTE HIDROVIÁRIO

● Conservação e melhoria das hidrovias existentes e expansão do sistema com o aproveitamento de novas hidrovias.

● Expansão e modernização da frota de embarcações fluviais e lacustres.

● SISTEMA PORTUÁRIO

● Conservação e expansão da capacidade do sistema portuário, atribuindo-se prioridade aos portos por onde se processarão grandes exportações para o mercado internacional, bem como aos envolvidos no processo de ampliação da siderurgia e de expansão da agricultura.

● Melhoria da eficiência e modernização tecnológica do sistema portuário, com vistas a:

● aumentar a produtividade dos serviços oferecidos e a reduzir os custos portuários, sobretudo mediante o treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;

● adequar os grandes portos do País às novas formas de movimentação de carga e aos novos tipos de navio;

● Promover estudos para a definição da viabilidade de um novo complexo portuário-industrial no Nordeste, examinando-se a alternativa de sua localização na região de SUAPE, em Pernambuco.

● TRANSPORTE AÉREO

● Ampliação e melhoria da infra-estrutura aeroportuária.

● Ampliação e melhoria dos serviços de controle e segurança do tráfego aéreo.

④ Treinamento e aperfeiçoamento de pessoal especializado.

④ Expansão e consolidação das empresas nacionais de transporte aéreo de acordo com o crescimento da demanda e as necessidades de melhoria dos serviços oferecidos.

④ TRANSPORTE URBANO

④ Definição de critérios para a fixação de prioridades para investimentos em serviços de transporte urbano nas principais cidades do País.

④ Elaboração de Planos Diretores de Transporte Urbano, para as Regiões Metropolitanas e principais cidades-problema.

④ Prioridade para a implantação de sistema de transporte de massa, inclusive com a introdução de limitações ao transporte individual, buscando-se soluções que conduzam à otimização de custos, à economia de energia e à redução da poluição ambiental.

④ Criação, no âmbito do Ministério dos Transportes, de um órgão que planeje e coordene a execução da política de transportes urbanos.

④ Compatibilização da política de transportes urbanos com o desenvolvimento urbano (programas de habitação, saneamento básico e outros), a través da Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Política Urbana - CNPU.

REALIZAÇÕES PROGRAMADAS (*)

São as seguintes as principais realizações programadas, tendo em vista a execução da política integrada de expansão e melhoria do Sistema Nacional de Transportes:

(*) O valor dos programas, expresso a preços estimados de 1975, refere-se sem pre, ao período 1975-1979.

● EXECUÇÃO, PELO GOVERNO FEDERAL, DE PROGRAMA DE INVESTIMENTOS DA ORDEM DE 106,9 BILHÕES, NO PERÍODO 1975-1979, SENDO:

- Cr\$ 28,0 bilhões no Programa de Desenvolvimento Ferroviário.
- Cr\$ 29,1 bilhões no Programa Rodoviário Federal.
- Cr\$ 18,5 bilhões no Programa de Construção Naval (exclusive recursos dos armadores).
- Cr\$ 1,0 bilhão no Programa de Vias Navegáveis Interiores.
- Cr\$ 7,5 bilhões no Programa Portuário Federal.
- Cr\$ 7,4 bilhões na infra-estrutura do Transporte Aéreo
- Cr\$ 12,5 bilhões no financiamento do Programa de Transporte Urbano (exclusive aplicação por conta dos Programas Rodoviário e Ferroviário).
- Cr\$ 2,9 bilhões no financiamento do Programa de Rodovias Alimentadoras Rurais.

Na complementação deste programa serão ainda despendidos, no quinquênio, Cr\$ 48,3 bilhões, que incluem as aplicações à conta das cotas dos Estados e Municípios em fundos e taxas federais, investimentos estaduais e municipais relevantes e investimentos privados, sendo:

- Cr\$ 4,3 bilhões no Sistema Ferroviário;
- Cr\$ 23,7 bilhões no Sistema Rodoviário;
- Cr\$ 3,9 bilhões no Programa de Construção Naval (participação dos armadores);
- Cr\$ 2,0 bilhões no Sistema Portuário;
- Cr\$ 14,4 bilhões no Sistema de Transportes Metropolitanos.

● EXPANSÃO E MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE TRANSPORTES, COM VISTAS ÀS SEGUINTE METAS:

● Expansão da capacidade de transporte ferroviário, através do Programa de Desenvolvimento Ferroviário, promovendo-se a ampliação do parque de tração e de material rodante; construção e remodelação de linhas; eletrificação dos trechos onde a demanda e as disponibilidades energéticas a justificam e unificação gradativa de bitolas. Esta expansão terá o seguinte desdobramento na Rede Ferroviária Federal S.A: aquisição de 298 locomotivas; aquisição de 20 mil vagões; construção de 3 800 km de variantes e linhas novas; remodelação de 10 800 km de linhas existentes; eletrificação de 1 439 km de linhas e alargamento de bitola em 3 200 km.

● Programa Rodoviário voltado para a expansão, conservação, modernização e adequação das características de capacidade e segurança da rede rodoviária, compreendendo acréscimo de 12 300 km ao total de rodovias implantadas e de 21 800 km ao total de rodovias pavimentadas, além da duplicação de 2 452 km de rodovias, a restauração de 11 000 km e serviços de conservação em toda a rede rodoviária.

● Expansão e Modernização do Sistema Portuário Nacional, através do seu reaparelhamento e da construção de novas instalações e serviços de dragagem, envolvendo a construção de 4.770 metros de cais de acostagem, de 54 500 m² de armazéns, além de silos para cereais e armazéns frigoríficos com a capacidade estática total de 296 500 t.

● Expansão e Modernização do Transporte Aéreo

● Execução de programas de transporte urbano de massa nos grandes centros metropolitanos.

PROGRAMAÇÃO PRIORITÁRIA (*)

(*) - O valor dos programas e projetos, expresso a preços estimados de 1975, refere-se, sempre, ao período 1975-1977.

● CORREDORES INDUSTRIAIS

Visam a assegurar o sistema de transporte adequado ao desenvolvimento do centro dinâmico da economia industrial brasileira (Triângulo Rio de Janeiro - São Paulo - Belo Horizonte), e as necessidades da expansão produtiva programada para as indústrias siderúrgica, mecânica, de material elétrico, etc.

● Ferrovias

● Rio - São Paulo, envolvendo a remodelação do Ramal Ferroviário de São Paulo, compreendendo a conclusão de diversas variantes e a renovação total de 355 km de superestrutura de via permanente e sua eletrificação; a implantação do terceiro trilho entre Mancel Feio - Engº São Paulo (25 km); a construção de 80 passagens superiores e inferiores; e a construção da variante Japeri-Barra do Piraí (40 km). Programa-se, também, a instalação de um Controle de Tráfego Centralizado - CTC - visando a permitir maior circulação de trens (Cr\$ 710,9 milhões).

● Belo Horizonte - Itutinga - Volta Redonda, ligação de apoio ao Programa Siderúrgico Nacional, permitindo o escoamento do minério de ferro originário do Quadrilátero Ferrífero de Minas Gerais, bem como de produtos siderúrgicos, para o mercado de São Paulo. Será completada após 1979, com a construção da linha Itutinga - São Paulo, já que o Ramal Ferroviário de São Paulo deverá alcançar plena capacidade no início da próxima década (Cr\$ 3 630 milhões).

● Rio - Belo Horizonte, visando ao escoamento do minério de ferro oriundo de Águas Claras, está previsto para 1975 o término das obras de projeto integrado de transportes de minério de ferro para exportação pelo Porto de Sepetiba, compreendendo: remodelação de linha e soldagem, e de oficinas; sinalização e comunicação; implantação das variantes Japeri-Arará (62 km), Japeri-Barra do Piraí (comum à ligação Rio-São Paulo) e Jaceaba-João Aires; projeto final de engenharia para as variantes João Aires-Barão de Juparanã-Barra do Piraí e ramal dos Arcos (7 km). (Cr\$ 875,9 milhões, inclusive variante Japeri-Barra do Piraí incluída no corredor de Transportes Rio-São Paulo).

● Outras Ligações: implantação do terceiro Trilho Fábrica-Ipatinga (EFVM), visando ao escoamento da produção siderúrgica da Usiminas com

destino a São Paulo e Rio de Janeiro (Cr\$ 442,5 milhões); implantação da Variante Santo Eduardo-Vitória, ligação cuja viabilidade está ligada ao complexo Siderúrgico em implantação em Vitória (Cr\$ 350,2 milhões); implantação do Ramal Ferroviário de Cantagalo (70 km) que permitirá o escoamento ferroviário da produção de calcário da região de Cantagalo (Cr\$ 145,6 milhões); implantação do trecho Paratinga-Piaçaguera (28 km) que possibilitará o transporte de calcário, de minério de ferro e dolomita para a COSIPA, através das linhas da FEPASA (Cr\$ 50,0 milhões).

④ Aquisição de Locomotivas e Vagões para Apoio ao Plano Siderúrgico Nacional, destinados a atender a demanda de 25 milhões de t de aço e 100 milhões de t de matéria-prima e produtos acabados (Cr\$ 917,1 milhões).

⑤ Rodovias, compreendendo melhoramentos e a pavimentação da BR-381, trecho Belo Horizonte-Ipatinga (204 km); duplicação da BR-381, trecho Ipatinga-Acesita (16 km); implantação e pavimentação do contorno de Volta Redonda na BR-116 (16 km); duplicação da BR-040, trecho Rio-Juiz de Fora (209 km); e duplicação da BR-116, trecho Rio-São Paulo com 410 km (Cr\$ 1 546 milhões).

⑥ Portos e Terminais Marítimos: construção, no Porto de Rio de Janeiro, de um complexo portuário para carvão e minério de ferro, de berços para cofres de carga e de terminais para trigo, além do início da construção de três berços para movimentação de produtos siderúrgicos (Cr\$ 585,8 milhões).

⑦ CORREDOR DE ITAQUI

Atenderá às necessidades de escoamento do minério de ferro da Serra de Carajás, pelo Porto de Itaqui. Prevê-se a construção de uma ferrovia de 890 km de extensão, ligando a Serra de Carajás ao Porto de Itaqui, para escoamento de minério de ferro para exportação e para a siderúrgica a ser construída nas proximidades da cidade de São Luís. A Ferrovia será de bitola larga, estando em estudos a forma de tração (diesel ou elétrica) e o tipo de dormentes. As oficinas de reparo serão situadas junto ao Porto. A operação do projeto prevê a utilização de 600 pessoas (Cr\$ 3 113 milhões). O Porto de Itaqui, de outra parte, será a base para exportação do minério de ferro da Serra dos Carajás e dos produtos siderúrgicos, bem como para a importação de carvão destinado ao complexo siderúrgico a ser criado no Maranhão. As obras a serem realizadas, no triênio, envolvem a construção do porto de Itaqui e de terminais especializados para minério de ferro, carvão e produtos siderúrgicos (Cr\$ 529,3 milhões).

● CORREDOR DE VITÓRIA-TUBARÃO

Atenderá ao escoamento da produção da CVRD, que teve aumentada sua capacidade de mineração. Destina-se também a permitir o escoamento, pelo Porto de Vitória, da produção proveniente de Goiás e de Minas Gerais.

● Ferrovias

● Estrada de Ferro Vitória-Minas: duplicação da linha e a implantação de um CTC (Controle de Tráfego Centralizado), visando a expandir a capacidade do sistema para o transporte de 30 milhões de t anuais (Cr\$ 1 225,0 milhões).

● Goiandira-Belo Horizonte-Costa Lacerda, envolvendo a construção de pequenas variantes e a remodelação da via permanente, visando a dar melhores condições de tráfego e a aumentar a capacidade da linha (Cr\$ 126,4 milhões).

● Portos e Terminais Marítimos

● Tubarão: compreende a construção de um novo Complexo Portuário no Porto de Tubarão, com vistas à importação de 6 milhões de t/ano de carvão, em 1980, para o Complexo Siderúrgico local, e à exportação de 3 600 mil t/ano de semi-acabados, além da construção de novo terminal para derivados de petróleo (Cr\$ 762,0 milhões).

● Vitória: término das obras do Complexo Portuário de Capuaba, compreendendo: ampliação do cais acostável para 720 m e dragagem, melhoramento dos acessos rodo-ferroviários, construção de armazéns frigoríficos, de silos para cereais com capacidade para 30 000 t e de pátios para produtos siderúrgicos e outras obras complementares (Cr\$ 292,7 milhões); implantação de terminal especializado para exportação de celulose; construção de um novo berço para exportação de siderúrgicos e adaptação de cais para exportação de cimento (Cr\$ 393,5 milhões).

● Rodovias: implantação e pavimentação de acesso a Vitória, com 5 km (Cr\$ 25,4 milhões).

● CORREDOR DE SANTOS

Destina-se a atender, com eficiência e economicidade, os fluxos de carga orientados para o Porto de Santos. Sua área de influência compreende o Estado de São Paulo e parte dos Estados de Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás.

● Ferrovias

● Novo acesso ao Porto de Santos: destina-se a facilitar o transporte de fertilizantes e outros produtos na margem esquerda do Porto, utilizando-se das instalações portuárias já construídas. O acesso terá 24 km de extensão. Será construído com bitola mista, para possibilitar sua utilização pela RFFSA e pela FEPASA (Cr\$ 120,0 milhões).

● Anel Ferroviário de São Paulo, compreendendo: trecho Ribeirão Pires-São Bernardo do Campo (RFFSA), que permitirá o acesso ferroviário à zona industrial de São Bernardo do Campo (Cr\$ 33,4 milhões); trecho Jurubatuba-São Bernardo do Campo (FEPASA), com 23 km (Cr\$ 220 milhões).

● Alargamento do trecho São Paulo-Santos (FEPASA): implantação da bitola larga na descida da Serra, na linha da FEPASA, cuja infra-estrutura já foi construída com esta finalidade. O sistema de simples aderência servirá como alternativa ao sistema de cremalheira (Cr\$ 362,9 milhões, sendo de Cr\$ 162,0 milhões a participação do Governo Federal).

● Implantação do Novo Sistema de Tração da Serra do Mar (Cr\$ 21,0 milhões, visando à conclusão do projeto).

● Variante Araguari-Pires do Rio: construção, em condições técnicas modernas, com 167 km de extensão, que implicará no encurtamento de cerca de 60 km em relação à linha atual (Cr\$ 313,2 milhões).

● Variante Três Lagoas-Campo Grande: com 311 km de extensão, diminuirá em 104 km a atual distância entre as duas cidades (Cr\$ 1,0 milhão).

● ATC-Controlado Automático de Tráfego: compreende a instalação do sistema entre as estações de Campo Grande e Jundiaí, com centro de

comando na Estação da Luz (São Paulo). Objetiva dar maior segurança e velocidade comercial ao trecho, de alta densidade de tráfego de carga e passageiros (Cr\$ 26,6 milhões).

⊗ Portos e Terminais Marítimos, compreendendo a construção, para atender ao crescimento de movimentação de carga no porto de Santos, de novos terminais especializados (sal, produtos químicos, grãos líquidos, trigo, fertilizantes, açúcar, e cofres de carga e containers), além de ancoradouro de espera. Essas obras deverão ser concluídas no período das obras do Programa Corredor de Exportação, abrangendo, ainda, pátios para carga pesada, armazém frigorífico para sucos e carnes e o cais de Outeirinhos (Cr\$ 668,4 milhões).

⊗ Rodovias

⊗ Complexo Rodoviário Imigrantes-Anchieta: diante da saturação da Via Anchieta (São Paulo-Santos), foi projetada a Rodovia dos Imigrantes, com quatro pistas, cada uma com 8 faixas de tráfego. Para o quinqüênio, prevê-se o término das obras na parte da Serra e o início da construção do Ramal de Mongaguá na Serra e Baixada (Cr\$ 3 502,0 milhões, sendo Cr\$ 1 049,0 milhões de recursos externos, Cr\$ 2 330,0 milhões de recursos estaduais e Cr\$ 123 milhões diretamente arrecadados em pedágio).

⊗ Acesso Rodoviário ao Porto de Santos, numa extensão de 10 km (Cr\$ 117,9 milhões).

⊗ Hidrovias

⊗ Tietê-Paraná, que permitirá a integração da infraestrutura hidroviária de São Paulo ao Corredor de Transportes de Santos, possibilitando o escoamento, em larga escala, da produção procedente do interior de São Paulo, de parte da Região Centro-Oeste e da Sudeste de Minas Gerais. Estão previstas obras (principalmente eclusas, nas barragens hidrelétricas) que possibilitem a navegação do rio Tietê, interligando-a à do rio Paraná (Cr\$ 320,7 milhões).

● CORREDOR DE PARANAGUÁ

Atende às regiões agrícolas dos Estados de Paraná, Santa Catarina e Sul de Mato Grosso, bem como aos demais fluxos de carga orientados para o Porto de Paranaguá.

● Ferrovias

● Nova Linha Curitiba-Paranaguá: visa a eliminar o estrangulamento no Corredor de Paranaguá, pois a linha ora em tráfego, mesmo com os melhoramentos previstos, não dará vazão ao fluxo de carga previsto para futuro próximo. Sua extensão está estimada em 197 km, raio de 500 m e rampa de 1,5% (Cr\$ 444,8 milhões).

● Melhoramentos na Linha Curitiba-Paranaguá. Enquanto não for construída a nova descida da Serra do Mar, a linha atual deverá estar preparada para atender à crescente demanda de transporte do Corredor de Paranaguá, fazendo-se necessária a substituição de trilhos e dormentes, ampliação de desvios, e outras obras. O trecho a ser melhorado é de 111 km (Cr\$ 28,6 milhões, em 1975).

● Variante Engenheiro Bley-Curitiba, em adiantado estágio de construção, inclui ramais de acesso destinados à refinaria de Araucária e a atender as indústrias localizadas em Barigui. Tem 68 km de extensão, raio de 614 m e rampa de 1% (Cr\$ 45,1 milhões).

● Variante Engenheiro Bley-Engenheiro Gutierrez: tem como objetivo superar pontos de estrangulamento entre Engenheiro Gutierrez e Ponta Grossa, que limitam, consideravelmente, o fluxo de carga, notadamente cereais, destinados ao Porto de Paranaguá. Tem 102 km de extensão, raio de 625 m e rampas de 1,3% (Cr\$ 278,9 milhões).

● Variante Engenheiro Gutierrez-Guarapuava (110 km). Tem como objetivo substituir a linha atualmente existente, que está em condições precárias e portanto sem capacidade para escoar a produção do Oeste do Paraná, bem como os materiais para a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu e produtos que se destinam ao Paraguai (Cr\$ 345,8 milhões).

② Prolongamento Guarapuava-Cascavel-Foz do Iguaçu: proporcionará o escoamento da produção do Oeste do Paraná e do Paraguai pelo porto de Paranaguá, como também o abastecimento dos centros consumidores do Estado, além de constituir-se em importante apoio ao transporte de materiais necessários à construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu; compreende os trechos de Guarapuava-Cascavel com 264 km de extensão, raio de 625 m e rampa de 1,3% e de Cascavel-Foz do Iguaçu, com uma extensão de 147 km (Cr\$ 1.058,3 milhões).

③ Melhoramentos no Trecho Jussara-Londrina: trecho de 200 km, servindo uma rica zona produtora de soja, milho e café, terá sua via permanentemente remodelada e pátios de algumas estações ampliados (Cr\$ 33,8 milhões).

④ Prolongamento Cianorte-Umuarama: prolongamento de 91 km da linha do Norte do Paraná, que atinge Cianorte, com o objetivo de escoar a produção de cereais daquela região e, através de uma solução combinada com as rodovias BR-163/487 (Dourados-Umuarama-Campo de Mourão), permitir o escoamento da produção do Sul de Mato Grosso pelo porto de Paranaguá (Cr\$ 99,0 milhões).

⑤ Portos e Terminais Marítimos. A necessidade de suprir as deficiências de armazenagem do Porto de Paranaguá e de atender a navios de grandes dimensões exige que as instalações portuárias sejam modernizadas e racionalizadas, com instalação de equipamentos para recepção, armazenagem, movimentação e embarque de cereais, dragagem do canal de acesso e da bacia de evolução e finalmente, implantação de mais de 300 m de cais (Cr\$ 178,1 milhões).

⑥ Rodovias: o programa do Corredor de Paranaguá é complementado pelas seguintes rodovias: BR-277, Paranaguá-Curitiba-Campo Largo (duplicação); BR-376, Campo Largo-Ponta Grossa (duplicação); BR-373, Coronel Vivida-Barracão; BR-467, Cascavel-Toledo-Guaíra; BR-272, Campo Mourão-Guaíra; BR-376, Dourados-Paranavaí; BR-163/487, Dourados - Pontal do Tigre - Campo Mourão; e BR-277, Irati-Relógio (Cr\$ 591,6 milhões).

⑦ CORREDOR DO RIO GRANDE

Atende ao escoamento, para os mercados interno e externo, dos produtos agrícolas (soja, trigo e milho) das zonas do Alto Uruguai, Missões, Planalto Médio e Nordeste do Estado do Rio Grande do Sul.

⑧ Ferrovias

① Ligação Dilermando de Aguiar-São Gabriel, como alternativa para o trecho, bem mais extenso, de Dilermando de Aguiar-Cacequi-São Gabriel.

A extensão é de 79,5 Km, raio de 1 000 m e rampa de 0,85% (Cr\$ 171,4 milhões).

④ Variante Tiaraju-Von Bock: inserida no programa de melhoria do traçado entre Cacequi e Rio Grande, integrante do Corredor de Exportação do Rio Grande, irá eliminar as deficiências atuais das condições técnicas em rampa e perfil. A extensão é de 64 Km (Cr\$ 60,0 milhões).

⑤ Variante São Sebastião-Hulha Negra: trecho, com 66 Km, substituirá um traçado precário, onde raios de 200 m e rampas de 1,8% limitam a capacidade de transporte ferroviário (Cr\$ 68,0 milhões).

⑥ Variante Herval-Pelotas: melhoria de tração entre Cacequi e Rio Grande, com extensão de 85Km (Cr\$ 70,0 milhões).

⑦ Variante Philipson-Canabarro, que visa a substituir o trecho existente, em condições técnicas desfavoráveis, principalmente no que se refere a rampas. Terá 34 Km de extensão (Cr\$ 80,0 milhões).

⑧ Melhoramentos nas linhas que demandam o Porto do Rio Grande, por onde será exportada grande parte da produção de soja do Rio Grande do Sul (Cr\$ 295,9 milhões).

⑨ Ligação Roca Sales-Passo Fundo, que visa a permitir o escoamento da safra de trigo do Rio Grande Sul para São Paulo, por via férrea (Cr\$ 360,0 milhões).

⑩ Ligação General Luz-Pelotas: com 288 Km, raio mínimo de 1 000 m e rampa máxima de 0,6%, complementarã a ligação Roca Sales-Passo Fundo, no escoamento de fluxo que demanda o Porto do Rio Grande (Cr\$ 1,0 milhões).

⑪ Portos e Terminais Marítimos. Além das obras de cais de acostagem para terminal de carne e de cofres de cargas para atender ao Corredor do Rio Grande, prevê-se a restauração e melhoramentos do cais atual e a construção de terminais para cereais e fertilizantes, com o objetivo de permitir o escoamento das safras agrícolas (Cr\$ 245,3 milhões).

⑫ Hidrovias. Para asequear o sistema fluvial ao programa de Corredores de Transportes, visando ao escoamento das safras regionais para o porto de Rio Grande, prevê-se obras de dragagem, derrocamento e melhoramentos gerais e de entroncamentos rodo-ferro-hidroviários nos rios Jacuí e Taquari (Cr\$ 81 milhões).

⑬ Rodovias. Complementando o programa do Corredor do Rio Grande, estão previstas as seguintes obras rodoviárias: duplicação da BR-116, Retiro-Pelotas e da BR-392, Pelotas-Porto do Rio Grande, e Restauração da BR-392, no trecho Pelotas-Cangaçu (Cr\$ 61,4 milhões).

● TRANSPORTE FERROVIÁRIO

Além das obras ferroviárias previstas no programa dos Corredores de Transporte, o Programa de Desenvolvimento Ferroviário contempla, ainda:

● Variantes para Correção de Traçado: pequenas variantes, necessárias para melhorar as condições de traçados e permitir maior circulação de trens e aumento de tonelagem transportada (Cr\$ 150,0 milhões).

● Interligação Ferroviária com o Nordeste: conjunto de projetos que têm por finalidade dotar o Nordeste de via ferroviária capaz de propiciar eficiente interligação com as regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste do País.

● Melhoramentos no Trecho Iacu-Mapele: trecho com 271 km, que permitirá a eliminação de pontos de estrangulamento operacional na transposição do rio Paraguaçu, além de propiciar melhor escoamento da produção de minério para exportação pelo Porto de Salvador e possibilitar melhor interligação ferroviária Norte-Sul (Cr\$ 263,2 milhões).

● Melhoramentos no Trecho Iacu-Montes Claros. Complementando a variante Iacu-Mapele, a construção de pequenas variantes e obras de consolidação, drenagem e renovação da via nos trechos que não sofrem correção de traçado, melhorará a ligação Norte-Sul, facilitando também o escoamento de minérios para Belo Horizonte. Tem uma extensão aproximada de 814 km (Cr\$ 78,0 milhões).

● Melhoramentos no Trecho Maceió-Salvador com o objetivo de escoar, por via férrea, o fluxo de produtos petroquímicos (Cr\$ 94,0 milhões).

● Acesso Ferroviário ao Porto de Aratu: compreende a implantação de 15 km de linha que, partindo da estação de Porto de Fora e passando pelo CIA, atinge o cais de exportação de minérios (Cr\$ 50,0 milhões).

● Ampliação de Capacidade dos Pátios, Terminais e Estações: aquisição de equipamentos, construção, remodelação ou reaparelhamento.

to de pátios e terminais de carvão, inclusive seus desvios, estações, armazéns, com o objetivo de dinamizar as operações de carga e descarga de mercadorias, racionalizar o serviço de manobras das composições, facilitar o embarque e desembarque de passageiros nos terminais próprios, além de reduzir os custos industriais e garantir a proteção de carga manuseada (Cr\$ 500 milhões). Os pátios que constam deste programa são:

③ Regional Nordeste: Itaquí, João Felipe, Cinco Pontas, Aracaju, Salvador, Iaçú.

④ Regional Centro: Terminais da Grande Rio, Terminais da Grande São Paulo, Terminais da Grande Belo Horizonte, Campos, Volta Redonda.

⑤ Regional Centro-Sul: Santos, Bauru, Campo Grande.

⑥ Regional Sul: Ponta Grossa, Engenheiro Bley, Iguaçu, Alexandra, Londrina, Cruz Alta, Dilermando do Aguiar, Santiago, Santo Ângelo, Rio Grande, Diretor A. Pestana.

⑦ Pátio Arará, projetado para operar 5 400 vagões, diariamente, em seus 26 km de linhas. Quando concluído propiciará o carregamento de expressivo volume de carga, que no momento flui por caminhões, em vista das limitações atuais da capacidade operacional da ferrovia.

⑧ Pátio e Estação de Brasília. Parcialmente concluídos, atendem, razoavelmente, ao movimento de carga e passageiros. Com o aumento previsto da demanda de transporte, será necessária a conclusão das obras até 1979.

⑨ Modernização de Ferrovias: compreende não só um vasto programa de reforma de via permanente existente, como também eletrificação, sinalização, unificação de bitolas e outros itens, tais como:

⑩ Plano Quinquenal de Remodelação de Via Permanente. Incluem-se neste projeto trechos que necessitam de remodelação total ou par

cial da via permanente, numa extensão aproximada de 7 136 km, compreendendo também serviços complementares de drenagem da plataforma, substituição de vigas tipo pontilhões e recapeamento de bueiros. A remodelação da via permanente proporcionará aumento da velocidade comercial e conseqüente elevação da capacidade de transporte (Cr\$ 1 116,9 milhões).

④ Sistema Eletrificado: tem por finalidade a melhoria geral do sistema eletrificado da RFFSA, através da modernização de subestação, revisão de seccionadoras e reforma da rede aérea, tendo em vista um maior rendimento das locomotivas e trens-unidades, com a redução dos custos operacionais. Serão também eletrificados outros trechos de elevada densidade de tráfego, como Volta Redonda-São Paulo; Suzano-Rio Grande da Serra; Santos-Piaçaguera; Ponta Grossa-Curitiba e Curitiba-Paranaguá (Cr\$207,4 milhões).

⑤ Sistema de Sinalização Automática: compreende melhoramentos na sinalização da linha do Centro da 6a. Divisão Central (Controle centralizado de tráfego) (Cr\$ 31,4 milhões).

⑥ Sistema de Comunicação e Licenciamento: destina-se a promover a melhoria operacional da RFFSA, facilitando a coordenação do transporte em geral, e permitindo, também, dinamização de seus órgãos. Abrange ainda, as interligações entre as estações e centros telefônicos, de chamada seletiva e descentralizada, que permitirão a cobertura total dos trechos ferroviários (Cr\$ 95,9 milhões).

⑦ Consolidação de Linhas Novas: visa à consolidação de trechos recém construídos, envolvendo trabalhos em sua infra-estrutura, melhoramentos da via permanente e implantação de instalações auxiliares (Cr\$ 165,9 milhões).

⑧ Centros de Formação Profissional: visa a dotar o sistema de uma rede de Centros de Formação Profissional em condições de atender, de forma descentralizada, às necessidades de seleção, formação e aperfeiçoamento de mão-de-obra especializada da RFFSA. Além da construção e ampliação de centros, objetiva a construção de carros-escola e aquisição de cabine de simulação (Cr\$ 24,3 milhões).

⑨ Unificação de Bitolas: tem por fim eliminar os pontos de estrangulamento do tráfego ferroviário, acelerando a movimentação

dos trens, possibilitando a padronização do material das ferrovias e propiciando redução dos custos dos transportes. Deverão ser alargados 3 200 km de ferrovias (Cr\$ 619,1 milhões).

② Material de Transporte. Além do material rodante e de tração incluído no projeto de Atendimento ao Plano Siderúrgico Nacional, serão adquiridos, no período, locomotivas, vagões e carros, prevendo-se ainda a modernização de vagões existentes, destinados a servir ao sistema em geral. (Cr\$ 2 612,7 milhões).

③ Depósito e Oficinas Ferroviárias: visa à implantação de um plano de racionalização de oficinas que, extinguindo algumas que são inadequadas, ampliando e construindo outras, proporcionará uma eficiente, moderna e racional recuperação do material rodante. Quanto aos depósitos, promover-se-á a modernização de abastecimento e inspeção de locomotivas. Inclui-se também o estoque básico de peças e sobressalentes (Cr\$ 198,9 milhões).

④ TRANSPORTE HIDROVIÁRIO

① Porto do Recife: O acréscimo de movimentação de carga e a necessidade de dar condição de segurança às embarcações tornam necessárias algumas obras capazes de aumentar a capacidade operacional do porto. Assim, serão realizadas obras de dragagem, de restauração do molhe sul, de reconstrução dos berços de carga geral, de construção de berço para fertilizantes, de terminal para melaço, de serviços diversos para modernização e melhoria nas instalações portuárias e da realização de estudos e projetos de engenharia para expansão e melhoramentos do porto do Recife, num total de Cr\$ 271,9 milhões. Os investimentos programados para o porto do Recife poderão ser reduzidos, caso se conclua pela viabilidade do complexo portuário-industrial de SUAPE (ao sul da Capital).

② Porto de Mucuripe. A expansão do Porto de Mucuripe prevê a construção de um Cais Pesqueiro, de um Pier Petrolífero, de um novo berço de Carga Geral e de um molhe de abrigo em prolongamento do espigão de contenção de areia, além de outras obras e aparelhamentos (Cr\$ 197,3 milhões).

③ Porto de Salvador/Aratu. Para atender ao fluxo de merca

dorias, principalmente as originárias do Centro Industrial de Aratu e as destinadas aos moinhos de trigo, estão previstas obras, tais como: melhoramentos gerais, construção de dois berços para produtos químicos, aumento da capacidade de descarga de trigo e aquisição de novos equipamentos (Cr\$ 80,2 milhões).

④ Porto de Imbituba. Com o objetivo de escoar a produção catarinense de carvão para as siderúrgicas do País, principalmente as do eixo Rio-São Paulo-Minas Gerais, serão realizadas obras de prolongamento de molhe de proteção do porto, de melhoramentos no cais atual e da instalação de um terminal para carvão (Cr\$ 158,2 milhões).

⑤ HIDROVIAS

Para a rede fluvial pretende-se, com a construção da eclusa em Tucuruí e a conclusão das de Boa Esperança e de Sobradinho, que as hidrovi-
as ofereçam condições satisfatórias de navegabilidade, permitindo aos usuários facilidade de escoar os seus produtos com menor custo de transporte (Cr\$ 159,2 milhões).

⑥ Construção Naval. O programa de Construção Naval atenderá a novas encomendas num total de 5 331,5 mil tpb e 140 820 bhp e a conclusão de 1 341,3 mil tpb e 37 920 bhp já contratados (Cr\$ 22,5 bilhões) em 1975/1979, sendo Cr\$ 13,0 bilhões em 1975/1977. Serão incorporados à frota mercante nacional, no período do II PND, 5 233,3 tpb e 178 740 bhp, incluindo os seguintes tipos de navegação:

⑦ Longo curso - embarcações já contratadas e novas encomendas no período: 6 026,8 mil tpb; embarcações a serem incorporadas à frota no período: 4 643,0 mil tpb;

⑧ Cabotagem - embarcações já contratadas e novas encomendas no período: 410,8 mil tpb; embarcações a serem incorporadas à frota no período: 355,0 mil tpb;

⑨ Navegação Portuária - embarcações já contratadas e novas encomendas, todas a serem incorporadas à frota no período 13 600 tpb e 143 280 bhp;

① Navegação Interior - embarcações já contratadas e novas encomendas, todas a serem incorporadas à frota no período: 221 660 tpb e 35 460 bhp.

As embarcações já contratadas e as encomendas a serem feitas, no período 1975-1979, totalizam 6 672,9 mil tpb e 178,7 mil bhp e compreendem os seguintes tipos:

② 10 navios petroleiros, alcançando um total de 1 536 000 tpb;

③ 16 navios minero-petroleiros, alcançando um total de 2 132 000 tpb;

④ 55 navios graneleiros, alcançando um total de 1 577 000 tpb;

⑤ 89 navios cargueiros, num total de 1 071 050 tpb;

⑥ 5 navios químico-petroquímicos, alcançando um total de 26 600 tpb;

⑦ 6 navios frigoríficos, num total de 38 244 tpb;

⑧ 2 navios tipo roll-on-roll-off, alcançando um total de 6 000 tpb;

⑨ 2 navios tipo Lash/Container, num total de 50 000 tpb;

⑩ 498 embarcações para a navegação interior, totalizando 221 600 tpb e 35 460 bhp;

⑪ 149 embarcações para a navegação portuária, totalizando 13 560 tpb e 143 280 bhp.

⑫ Reparação Naval: implantação de Centros de Reparação Naval ao longo da costa brasileira, estando definidos um em Vitória, no Espí-rito Santo, e outro na Baía de Guanabara. O de Vitória terá 2 diques sendo um com capacidade para navios de 150 000 tpb e outro para navios de 300 000

tpb, podendo ser ampliada para 400 000 tpb. O da Baía de Guanabara, a ser construído na Ilha do Viana, terá um novo dique para navios de até 70 000 tpb. Outros Centros poderão ser definidos para atender às necessidades de navegação junto à costa brasileira. Os Centros de Reparação Naval serão implantados pela Empresa Brasileira de Reparos Navais - RENAVAL. (Cr\$ 900 milhões).

● TRANSPORTE RODOVIÁRIO

● Otimização da Infra-Estrutura do Transporte Rodoviário:

O programa objetiva a restauração, remodelação e ampliação da capacidade de rodovias que vêm experimentando expressivos acréscimos de tráfego. Destacam-se, no período, as obras de duplicação e ampliação de capacidade dos seguintes trechos rodoviários: BR-040, Belo Horizonte/Entroncamento BR-356; BR-060, Brasília/Goiânia; BR-101, Natal/Parnamirim, Igarassu/Recife, Prazeres/Cabo, Manilha/Niterói, Laguna/Tubarão/divisa SC/RS e Torres/Osório; BR-101/325, Acesso ao Porto de Aracaju; BR-101/376 Florianópolis/Curitiba; BR-116, São Paulo-Curitiba, Estância Velha/Porto Alegre, Retiro/Pelotas; BR-116/290, Travessia Regis Bittencourt; BR-116/493, Teresópolis/Manilha; BR-146/381, São Paulo/Divisa SP/MG; BR-316, Belém/Santa Maria, entroncamento BR-101/Maceió; BR-324, Cova do Defunto/Feira de Santana; BR-369, Divisa SP/PR/Jandaia do Sul, Jandaia do Sul/Campo Mourão; BR-376, Paranavaí/Jandaia do Sul, Ponta Grossa/Campo Largo; BR-392 Rio Grande (Acesso ao Porto)/Pelotas; BR-408, São Lourenço/Recife; BR-470 Navegantes/Blumenau (Cr\$ 1 724,0 milhões).

● Rodovias Internacionais: o programa de rodovias internacionais, ligando o Brasil à Argentina, Uruguai, Bolívia, Peru, Venezuela e Guianas, que objetiva a expansão do comércio exterior com esses países da Associação Latino-Americana de Livre Comércio - ALALC, propiciando, ainda, maior intercâmbio turístico e cultural, teve grande desenvolvimento durante a vigência do I PND. Assim, foram completadas as ligações Pelotas/Jaguaraão (BR-116), Jeriba/Bagé/Aceguá (BR-153), Rosário do Sul/Livramento (BR-158) Alegrete/Uruguaiana (BR-290) e implantadas as ligações Porto Velho/Guajará-Mirim (BR-364/425) e Boa Vista/Fronteira da Guiana (BR-401). Para o quinquênio 1975-1979, estão previstas obras de construção de novas ligações e de melhoramentos nas já existentes. Com a ligação Quaraí-Santa Bárbara (BR-377), completa-se a última conexão dos sistemas rodoviários do Brasil e do Uruguai; com as ligações Dourados-Rio Brilhante (BR-163), Dourados-Ponta

Porã (BR-463) e Campo Grande-Bela Vista (BR-060), abrem-se novas conexões com o Paraguai; através de Campo Grande-Aquidauana-Corumbá (BR-262), completa-se o acesso pavimentado à Bolívia; serão realizadas ainda ligações Amazônicas, através de Manaus-Fronteira com a Venezuela (BR-174), São Gabriel das Cachoeiras/Cucuí (Fronteira com a Venezuela) (BR-307), Alenquer-Fronteira com Suriname (BR-163), Macapá-Fronteira com a Guiana Francesa (BR-156) e Rio Branco-Fronteira com o Peru (BR-364). Outros trechos de outros programas são complementares a estes. (Cr\$ 1,088 milhões).

⊕ Rede Rodoviária Básica do Nordeste: A continuidade de implantação de Rede Rodoviária Básica do Nordeste tem a finalidade de complementar a infra-estrutura rodoviária da Região. Durante a vigência do I PND foram entregues ao tráfego os seguintes trechos, componentes do programa: BR-101, Maceió-Divisa AL/SE e Ponte sobre o Rio São Francisco entre Propriá e Porto Real do Colégio; BR-427, Caicó/divisa RN/PB e Divisa RN/PB/Pombal; BR-116, Icó/Divisa PE/BA; BR-232, Recife-Salgueiro; BR-304 Divisa CE/RN/Açu; e BR-316, Teresina/Picos. Para o quinquênio 1975-1979, estão previstas obras nos seguintes trechos; BR-020, Fortaleza/Canindé e Canindé/Picos; BR-020/242, Divisa CO/BA/Barreiras/Ibotirama; BR-101, Esplanada/BR-324; BR-110, Areia Branca/Mossoró, Paulo Afonso/Jeremoabo, Jeremoabo/Ribeira do Pombal; BR-122/210 Pirangi/Iguatu; BR-135, Peritoró/Presidente Dutra e Presidente Dutra/Entroncamento BR-226; BR-226 Currais Novos/Jaquaribe/Craieus; BR-230, Floriano/Lavras da Mangabeira; BR-235, Jeremoabo-Aracaju; BR-242, nova travessia do Rio São Francisco em Ibotirama; BR-406 Natal-Macau; BR-423, Garanhuns/Paulo Afonso. Estão previstos ainda a construção e ampliação de capacidade de contornos e acessos às cidades e portos de Recife, Fortaleza, Teresina, São Luís, Maceió, Aracaju e João Pessoa (Cr\$ 991,7 milhões).

⊕ Rodovias de Integração Nacional

⊕ Rodovia Transamazônica: em seu sentido estrito, estende-se de Picos (PI), entroncamento das BR-230 e BR-316, a Lábrea, com o seguinte percurso: Picos - Floriano - Carolina - Estreito - Marabá - Jatobal - Altamira - Itaituba - Jacareacanga - Prainha - Humaitá - Lábrea. Os trechos Estreito - Itaituba e Itaituba - Humaitá foram entregues ao tráfego em 1972 e início de 1974, respectivamente. Os recursos previstos para o trecho Humaitá - Lábrea, com 234 km de extensão, montam a Cr\$ 48,1 milhões.

⊕ Rodovia Cuiabá/Santarém: com 1 762 km de extensão,

atravessando o divisor de águas dos Rios Tapajós e Xingu, tinha, ao findar-se o ano de 1973, 1 200 km com revestimento primário. A conclusão total da obra deverá ocorrer em 1976 (Cr\$ 156,3 milhões).

● Rodovia Manaus/Porto Velho: integrará Manaus ao sistema rodoviário brasileiro, efetivando sua ligação a Brasília através desta rodovia e da ER-364. Faz parte da BV-8 e está em fase de conclusão de pavimentação. (Cr\$ 100,0 milhões).

● Rodovia Cuiabá-Porto Velho: parte da ligação Brasília/Cuiabá/Vilhena/Porto Velho, constitui-se em importante ligação com o ponto de vista de integração nacional e faz parte também da Rodovia Panamericana na Lima-Brasília e da Rodovia BV-8 Brasília-Venezuela. (Cr\$ 109,9 milhões).

● Rodovia Porto Velho/Rio Branco: com 501 km de extensão, integrante da BR-364, constitui-se na ligação do Sudeste da Amazônia com o núcleo central do País, sendo parte da Rodovia Panamericana Lima-Brasília, estando prevista a sua pavimentação (Cr\$ 70,0 milhões).

● Perimetral Norte: com 2 465 km de extensão, estende-se de Macapá a Mitu na fronteira com a Colômbia e formará com a Transamazônica um gigantesco anel rodoviário circundando toda a planície amazônica, assegurando sua colonização e integrando-a à economia do País (Cr\$ 600,3 milhões).

● RODOVIAS VICINAIS

O programa de rodovias alimentadoras prevê a implantação de 27 100 km de estradas vicinais, destinadas a ligar as zonas de produção às rodovias troncais, incentivando a expansão de áreas cultivadas e a produtividade agrícola (Cr\$ 4 500,0 milhões, a cargo dos Estados e Municípios, inclusive com financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, no montante de Cr\$ 2 900,0 milhões).

● TRANSPORTE AÉREO

● Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro. Está sendo construído na área do atual Aeroporto do Galeão. Terá capacidade de atender às mais modernas aeronaves comerciais, bem como ao crescimento do tráfego aéreo (Cr\$ 561,8 milhões).

④ Aeroporto Internacional de Manaus. A implantação do novo Aeroporto de Manaus visa a oferecer condições de atendimento da demanda prevista para os próximos 20 anos, bem como a tornar Manaus o centro do sistema de proteção e apoio às rotas aéreas que cruzam a Amazônia (Cr\$ 287,7 milhões, com o término da Fase I prevista para 1976).

⑤ Aeroporto Internacional de São Paulo. A construção do Aeroporto Internacional de São Paulo visa a completar, juntamente com o Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro, o atendimento ao principal eixo de tráfego aéreo internacional que demanda o País. Está em fase de estudos a sua localização (Cr\$ 280,0 milhões).

⑥ Implantação e Ampliação do Sistema de Defesa Aérea e Controle do Tráfego Aéreo: objetiva dotar a área Rio/Brasília/São Paulo de um controle automatizado de tráfego aéreo, bem como estender a sua utilização à Região Sul do País (Cr\$ 452,2 milhões).

⑦ Reaparelhamento da Rede de Proteção ao Voo: visa a adequar o serviço de proteção ao voo às necessidades da crescente demanda pelos serviços de transporte aéreo (Cr\$ 66,9 milhões).

⑧ Construção, Ampliação e Melhoramentos de Aeroportos: compreende a duplicação de pistas e realização de melhorias e de obras diversas, objetivando dotar os aeroportos das principais capitais brasileiras de infra-estrutura adequada ao desenvolvimento da aviação comercial no País (Cr\$ 514,3 milhões).

⑨ Implantação de Rede de Terminais de Carga Aérea: visa à implantação de uma rede de terminais de carga aérea nos principais aeroportos, possibilitando maior racionalização do transporte de carga para atender ao comércio interno e externo, por via aérea (Cr\$ 40,0 milhões).

⑩ Aparelhamento e Reequipamento do Sistema de Prevenção e Combate de Acidentes Aeronáuticos. O aumento da frota aérea e do porte dos aviões que utilizam os aeroportos brasileiros justificam a adequação da infra-estrutura aeroportuária, com sistema moderno de segurança visando à prevenção e ao combate de acidentes aeronáuticos (Cr\$ 30,0 milhões).

④ TRANSPORTES URBANOS

O Programa de Transportes Urbanos beneficia as regiões metropolitanas do País - São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Recife, Porto Alegre, Salvador, Fortaleza, Belém, Curitiba, Goiânia e Brasília - com investimentos totais de Cr\$ 25,0 bilhões, dos quais Cr\$ 12,5 bilhões financiados pelo ENH, abrangendo:

⑤ Sistemas de Transporte de Massa: remodelação e ampliação de sistemas ferroviários suburbanos e a construção dos sistemas metropolitanos.

⑥ Vias Expressas: construção de vias de forma integrada às prioridades do transporte de massa.

Na área metropolitana do Rio de Janeiro, o programa envolve a construção do Sistema Metropolitano, a remodelação e ampliação dos Sistemas Ferroviários Suburbanos e Vias Expressas. Dos diversos projetos destacam-se:

⑦ Metropolitano do Rio de Janeiro. O início da operação de parte da linha 1, Estácio-Botafogo, dar-se-á, provavelmente, em 1978, prevendo-se o término da complementação até Tijuca e Ipanema, em 1979, num total de 20,1 km e 21 estações. Prevê-se ainda o início, em 1976, da construção da linha 2 (Castelo-Triagem), com 9,4 km e 11 estações, sendo que esta deverá utilizar parte do leito ferroviário da Leopoldina. A complementação da linha 1 e a construção da linha 2 absorverão recursos da ordem de Cr\$ 6 471,4 milhões, sendo que Cr\$ 4 595,0 milhões, no período 1975-1977.

⑧ Sistema Ferroviário Suburbano. Obras de remodelação (Cr\$ 745,6 milhões).

Em São Paulo, o programa compreende um amplo esforço na construção do Metropolitano, na remodelação, ampliação e integração do Sistema Ferroviário Metropolitano, na construção do Anel Rodoviário de São Paulo e na construção de Vias Expressas de alta prioridade. Entre os projetos do programa destacam-se:

⑨ Metropolitano de São Paulo. Em 1974, iniciou-se a operação comercial da linha Norte/Sul, segundo o esquema de operação gradual, a princípio no trecho Jabaquara-Vila Mariana, estendendo-se em seguida até a estação Liberdade. Esta linha será concluída em 1975, quando entrará em

operação comercial em toda sua extensão de Jabaquara a Santana, com 17,2 km e 19 estações. No período do II PND será construída a linha Itaquera-Lapa, no sentido Leste/Oeste, na extensão de 28,8 km e 22 estações, inclusive a Estação Sê, conectando as duas linhas. Está prevista a integração com o Serviço Ferroviário Suburbano da RFFSA e FEPASA, através de estações de transferência, e com a rede de linhas de ônibus alimentadoras, através de terminais a serem implantados (Cr\$ 7,9 bilhões).

● Anel Rodoviário de São Paulo: em execução, através de convênio da Prefeitura Municipal com o Governo do Estado de São Paulo, contando com recursos do PROGRES (Cr\$ 2 111,0 milhões sendo Cr\$ 784 milhões de recursos externos).

● Vias Expressas: construção de aproximadamente 33 km (Cr\$ 811,0 milhões).

● Sistema Ferroviário Suburbano. (Cr\$ 3 462,0 milhões por parte da FEPASA e Cr\$ 402,5 milhões pela RFFSA).

● Contornos e Acessos

De outra parte, será intensificado o Programa de contornos e acessos, com o objetivo de evitar, principalmente, o tráfego de veículos pesados pelas áreas de maior densidade urbana. Será desenvolvido um programa de construção de contornos e acessos às capitais que ainda não dispõem desses tipos de vias. Dentro desse programa serão construídas no período de 1975-1979, as seguintes obras: BR-040, Acesso Norte ao Rio de Janeiro; BR-050/116: Anel Rodoviário de São Paulo; BR-060/153, Contorno de Goiânia; BR-070/163, Contorno de Cuiabá; BR-101/230, Contorno de João Pessoa e acesso ao porto; BR-101/235, Acesso ao porto de Aracaju; BR-101/262, Acesso ao porto de Vitória; BR-101/316, Acesso ao Porto de Maceió; BR-166/222, Contorno de Fortaleza; BR-116, Construção do trecho Perimetral (GB); BR-116/277 Contorno de Curitiba; BR-135, Contorno de São Luís; BR-262/381, Anel Rodoviário de Belo Horizonte; BR-282, Acesso a Florianópolis; BR-136, Acesso a Belém, Acesso e contorno de Teresina (Cr\$ 124 milhões. Alguns desses contornos e acessos já estão incluídos em outros programas, tendo sido excluída a dupla contagem de recursos).



Comunicações

ESTRATÉGIA E OBJETIVOS

A ação do Governo Federal no campo das comunicações vem se caracterizando, basicamente, pelo esforço de integração, modernização e expansão dos sistemas existentes, através de amplo programa, já em avançado estágio de implantação, que possibilitou:

- ⊗ a implantação das principais ligações internacionais e interestaduais indispensáveis ao desenvolvimento do País;
- ⊗ a integração, através da TELEBRÁS, dos serviços telefônicos urbanos, rurais e interurbanos;
- ⊗ a reformulação administrativa e tecnológica dos serviços postais.

Asseguradas, assim, bases sólidas ao desenvolvimento das comunicações, a política do Governo, para o próximo quinquênio, dará maior ênfase à implantação e à expansão de redes urbanas, rurais e interurbanas de telefonia, através de amplo programa de instalação de terminais telefônicos e de circuitos interurbanos. Serão, também, ampliados o Sistema Nacional de Telecomunicações e os Serviços Postais.

A expansão do Sistema Nacional de Telecomunicações incluirá a elaboração de estudos e projetos relativos à implantação de serviços de telecomunicações em localidades que ainda não o integram, particularmente nas Regiões Norte e Centro-Oeste, através de sistema de satélite doméstico.

Simultaneamente, tendo em vista a crescente importância social dos meios de comunicação de massa, será estimulada a implantação de estações e redes de radiodifusão, capazes de atingir comunidades ainda hoje fora de alcance desse importante instrumento de integração nacional.

Especificamente, são os seguintes os principais objetivos colimados:

① Atender à demanda reprimida dos serviços de comunicações, compatibilizar os índices de crescimento setorial com os índices de crescimento nacional, estender o atendimento a todo o território nacional e ampliar as áreas de serviços dos sistemas.

② Promover a consolidação e o desenvolvimento da indústria de telecomunicações, estabelecendo as bases para sua expansão e diversificação, assegurando as condições necessárias de competição, a nível internacional.

③ Modernizar as técnicas operacionais, através do aperfeiçoamento contínuo dos recursos humanos.

Para a realização desses objetivos, promover-se-ão:

④ Efetiva integração operacional das empresas de telefonia sob controle e planejamento centralizados.

⑤ Substancial expansão e modernização dos serviços urbanos, rurais e interurbanos de telefonia pública, nos quais será aplicada a maior parte dos investimentos em comunicações, com a implantação, no período 1975-1979, de 5,3 milhões de novos telefones.

⑥ Conclusão da implantação do Sistema Básico de Telecomunicações, completando-se a interligação das Capitais e cidades principais do País, além da expansão do sistema atual e da criação de rotas alternativas, que propiciem, inclusive, a ampliação dos meios de telecomunicações existentes nas Regiões Norte e Centro-Oeste.

⑦ Expansão da Rede Nacional de Telex e de suas conexões com o exterior, através de uma Central de Trânsito de avançada tecnologia.

④ Ampliação dos serviços de telegrafia e telex, com vistas ao atendimento das exigências crescentes da demanda.

⑤ Ampliação da capacidade do sistema de telecomunicações internacionais, com a implantação de rotas alternativas, de cabo submarino, entre o Brasil e os Estados Unidos, e de ligações com países fronteiriços, além da duplicação do sistema de satélite.

⑥ Criação de Empresa de Radiodifusão, de âmbito nacional, que aglutinará as emissoras pertencentes ao Governo Federal, visando a diminuir os custos operacionais e aumentar a eficiência. Essa nova entidade deverá, ainda, promover a instalação de emissoras de ondas tropicais para a cobertura da Amazônia e de outras regiões do País.

⑦ Intensificação da pesquisa científica e tecnológica de interesse setorial, visando, principalmente, ao desenvolvimento de protótipos industriais de centrais de comutação eletrônica, comunicação por amostragem, comunicação por laser, antenas e componentes complementares.

⑧ Coordenação e apoio à indústria de telecomunicações, com vistas à compatibilização dos equipamentos e redução de custos.

⑨ Complementação da Rede de Fiscalização das Telecomunicações, incluindo sistemas de comunicações, plano nacional de monitoragem e instalação de delegacias do DENTEL.

⑩ Expansão, modernização e melhoria da eficiência dos serviços postais, através da ampliação da rede postal, da diversificação de serviços prestados (serviços financeiros, vendas por correio, malotes, etc) e do desenvolvimento de programas de treinamento de pessoal e de pesquisas em materiais e equipamentos.

⑪ Implantação de Sistema Doméstico de Telecomunicações Via Satélite.

REALIZAÇÕES PROGRAMADAS (*)

Estima-se que os recursos totais destinados à área de Comunicações, no período 1975-1979, se elevem a Cr\$ 104,0 bilhões, dos quais cerca de Cr\$ 44,8 bilhões constituirão investimentos em projetos prioritários. As principais realizações previstas são as seguintes:

(*) O valor dos programas, expresso a preços estimados de 1975, refere-se, sempre, ao período 1975-1979.

① Expansão do Sistema de Telecomunicações envolvendo investimentos de Cr\$ 43 331,8 milhões, distribuídos nos seguintes projetos:

- ② Telefonia Urbana, Rural e Interurbana (Cr\$ 37 277,8 milhões);
 - ③ Sistema Básico de Telecomunicações (Cr\$ 3 945,2 milhões);
 - ④ Sistema Internacional de Telecomunicações (Cr\$ 332,5 milhões);
 - ⑤ Serviços de telegrafia e telex (Cr\$ 1 262,5 milhões);
 - ⑥ Desenvolvimento de Tecnologia para Telecomunicações (Cr\$ 513,8 milhões).
- ⑦ Expansão e Melhoria das Comunicações Postais (Cr\$ 710,2 milhões).
- ⑧ Expansão e melhoria dos Serviços de Radiodifusão Oficial. (Cr\$ 405,0 milhões).
- ⑨ Expansão e melhoria dos Serviços de Fiscalização das Telecomunicações. (Cr\$ 383,4 milhões).

PROGRAMAÇÃO PRIORITÁRIA (*)

① TELECOMUNICAÇÕES

② Expansão e Modernização dos Serviços Urbanos, Rurais e Interurbanos de Telefonia Pública. A concepção de sistema integrado de telecomunicações, que implica a total interligação dos telefones instalados no País, tem neste projeto um de seus suportes principais. Pretende-se eliminar o deficit atual de serviços telefônicos e atender à demanda, a níveis regional e nacional. O projeto prevê a expansão dos serviços de forma a atingir 8,1 milhões de telefones ao final de 1979, contra os 2,8 milhões em funcionamento ao final de 1974, elevando para 6,6 o número de telefones para cada 100 habitantes. Em comparação com a densidade observada em 1974 - 2,7 telefones para cada 100 habitantes, que é insatisfatória tanto em relação a indicadores internacionais, como em termos das necessidades atuais do País, - significará um avanço notável (Cr\$ 20 364,9 milhões).

(*) O valor dos programas e projetos, expresso a preços estimados de 1975, refere-se, sempre, ao período 1975-1977.

④ Ampliação do Sistema Básico de Telecomunicações. Com vistas à expansão do Sistema Básico de Telecomunicações, serão desenvolvidos os seguintes projetos:

④ Expansão da Rede Básica. Compreende a implantação dos novos troncos do Sistema Básico de Telecomunicações, necessários ao atendimento da demanda prevista para os anos de 1975, 1980 e 1985, bem como os melhoramentos indispensáveis à operação do sistema. Inclui ainda a ampliação, o melhoramento e a implantação dos centros e sistemas de interligação das redes locais à rede de longa distância da EMBRATEL (Cr\$ 1 931, 7 milhões).

④ Implantação da Rede Nacional de Estações Costeiras (de zesseis estações, sendo doze locais, três regionais e uma principal), dotando o Brasil de um sistema com facilidades de comunicações de mar para terra, e vice-versa, para apoio à navegação costeira e aos serviços de fiscalização marítima, com prioridade claramente configurada na política de segurança nacional, no tocante ao tráfego marítimo (Cr\$ 17,9 milhões).

④ Ampliação da Rede Nacional de Audio e TV. Visa ao desenvolvimento dos meios técnicos necessários ao estabelecimento das cadeias de TV e programas de audio, em âmbito nacional ou regional. O projeto abrange a implantação de centros de TV em vinte e sete cidades e a expansão de vários centros, existentes em capitais estaduais. Em especial, o projeto inclui estações receptoras de TV, via Satélite, a serem implantadas em Manaus e Cuiabá, devendo-se salientar a sua contribuição à política de integração nacional (Cr\$ 20,3 milhões).

④ Expansão e Modernização da Rede Nacional de Telegrafia e Telex. Objetiva a conclusão da implantação da nova rede de telex, que substituirá a anterior e possibilitará a expansão adequada ao atendimento da demanda prevista até 1980-1985. O projeto assume alto significado para o desenvolvimento do sistema de comunicações públicas brasileiras, ainda incipiente no que se refere às comunicações por telex. Os serviços telegráficos, de outra parte, terão sua exploração dinamizada, prevendo-se a reformulação das redes telegráficas estaduais e a implantação de rede básica capaz de atender às exigências crescentes da demanda do serviço de telegrafia. Sua execução resultará, ademais, em substancial redução de custos operacionais e melhor qualidade dos serviços, em consonância com a política de modernização e melhoria de eficiência dos serviços de utilidade pública (Cr\$ 711,5 milhões).

④ Implantação da Rede Nacional de Transmissão de Dados. Em decorrência da implantação crescente de centros de processamento de dados em todo o País, há necessidade do estabelecimento de meios de intercomunicação entre estes centros, tecnicamente condizentes com os requisitos especiais exigidos para transmissão de dados em alta velocidade. A rede projetada inclui

centros de comutação no Rio de Janeiro e São Paulo e, concentradores em Brasília, Belo Horizonte, Recife, Salvador, Porto Alegre, Belém e Santo André. Com o projeto será dado passo decisivo para o desenvolvimento de um setor das telecomunicações públicas que se encontra ainda distanciado do nível atingido em países desenvolvidos (Cr\$ 41,5 milhões).

④ Ampliação da Rede de Fiscalização das Telecomunicações. O projeto tem por finalidade atender a requisitos técnicos e administrativos de regularização e controle das atividades dos serviços de telecomunicações do País. Inclui-se na programação, de modo especial, o estabelecimento de uma rede de estações de monitoragem em diversas localidades do território nacional. O projeto é de interesse estratégico para o controle de emissões clandestinas, aos problemas de interferência e outros, de natureza técnica (Cr\$ 187,9 milhões).

⑤ Sistema Internacional de Telecomunicações

① Expansão das Telecomunicações Internacionais Via Satélite, com vistas à ampliação, melhoria e aumento da segurança do sistema de telecomunicações internacionais via INTELSAT, compreendendo nova antena de rastreamento na estação de Tanguá e enlace adicional em microondas com a rede básica. O projeto assegurará melhores condições operacionais e grau satisfatório de segurança às comunicações via satélite (Cr\$ 13,1 milhões).

② Expansão das Telecomunicações Internacionais Via Cabos Submarinos, que objetiva a expansão do sistema de cabos submarinos destinados a telecomunicações internacionais, abrangendo a complementação do enlace do BRACAN-I, participação no cabo submarino St. Thomas-Jacksonville, implantação de dois cabos submarinos para ligação do Brasil à Europa e aos Estados Unidos, além da aquisição de facilidades em outros cabos submarinos. Atenderá ao crescimento de tráfego observado com os Estados Unidos e Europa, além de prover os meios alternativos necessários às telecomunicações via satélite (Cr\$ 35,8 milhões).

③ Expansão das Telecomunicações Internacionais Via Terrestre. Em decorrência da expansão verificada no tráfego internacional entre o Brasil e alguns países limítrofes da América do Sul, estão previstas interligações com a Argentina, Paraguai, Uruguai e Bolívia, mediante instalação de enlaces de microondas a serem implantadas em Foz do Iguaçu, Livramento e Urucum (Cr\$ 6,3 milhões).

④ Implantação do Centro Brasileiro de Estudos de Telecomunicações, com o objetivo de acompanhar o desenvolvimento tecnológico do setor,

inclusive promovendo a absorção, adaptação e desenvolvimento de tecnologia, a realização de estudos e pesquisas aplicadas e a assistência técnica aos órgãos ligados às telecomunicações no País, sobretudo aqueles vinculados ao Ministério das Comunicações (Cr\$ 301,5 milhões).

④ Ampliação dos Centros Internacionais de Telecomunicações. A participação, cada vez maior, do Brasil no comércio mundial e em outras modalidades de intercâmbio com outras nações tem determinado expansão contínua do tráfego internacional de telefonia, telegrafia e telex. Assim, tornam-se necessárias a ampliação da capacidade das centrais de comutação existentes para esses serviços, a introdução da discagem direta internacional e a implantação de novas centrais internacionais de telefonia e telex e de modernos sistemas de retransmissão automática de mensagens telegráficas (Cr\$ 109,2 milhões).

⑤ Implantação do Sistema Doméstico de Telecomunicações Via Satélite. Prevê-se a implantação, até 1977, do Sistema Doméstico de Telecomunicações Via Satélite, com o objetivo de incorporar ao sistema de telecomunicações do País partes das regiões Norte e Centro ainda não ligadas a esse sistema, bem como constituir alternativa em caso de eventuais problemas nos sistemas de microondas e de tropo-difusão. O sistema de satélite terá 50 estações terrestres para recebimento de sinais, atendendo a 90 localidades (Cr\$ 1 125,0 milhões).

⑥ COMUNICAÇÕES POSTAIS

① Racionalização dos Serviços Postais

② Projeto Grande Rio. Diante do crescente fluxo de correspondência postal existente na área do Grande Rio, com 70% do total destinados à própria área, o projeto prevê a construção de centros eletrônicos de triagem e a aquisição de imóveis que permitam a instalação de infra-estrutura adequada aos serviços postais (Cr\$ 66,2 milhões).

③ Projeto Grande São Paulo. Constituindo-se a maior fonte geradora de tráfego postal, impõe-se a implantação, na grande São Paulo, da moderna tecnologia de distribuição mecanizada de correspondência. Nesse sentido, em complementação ao centro de triagem eletrônica existente em São Paulo, de eficiência operacional comprovada, serão construídos subcentros de triagem e distribuição, para operação associada. Com a execução do projeto, os serviços de remessa de valores e venda, pelo reerbolso postal, se tornarão acessíveis, em grande escala, ao público e às empresas (Cr\$ 57,6 milhões).

⊙ Reequipamento e Instalações do Serviço Postal. O projeto inclui, paralelamente à expansão dos serviços postais, medidas que assegurem aumento da produtividade e redução dos custos operacionais destes serviços. Para tanto, prevê-se: aquisição de equipamento de tecnologia avançada; construção de imóveis de apoio; instalação de novas agências postais e de centros de tratamento de correspondência e aprimoramento da oferta do Serviço de Correspondência Agrupada (SERCA). Para atingir essas metas, o projeto prevê a construção e o equipamento de mais um Centro de Treinamento para formação e reciclagem de pessoal. (Cr\$ 155,7 milhões).



RADIODIFUSÃO

⊙ Ampliação e Reformulação da Rede de Radiodifusão Oficial. O projeto inclui a criação de empresa, de âmbito federal, no campo da Radiodifusão, com o objetivo de propiciar ampla cobertura do território nacional, por sinais de rádio e TV. A par de seus efeitos culturais e sociais imediatos, tal empresa, que incorporará o acervo das atuais emissoras do Governo Federal de radiodifusão e televisão, e encarregar-se-á, posteriormente, da implantação de novas emissoras nos Estados do Amazonas, Pará, Acre, Mato Grosso, Maranhão e Piauí e nos Territórios do Amapá, Roraima e Rondônia. (Cr\$ 155,0 milhões).

9

Saneamento

ESTRATÉGIA E OBJETIVOS

A ação do Governo, no campo do Saneamento, tem como objetivos principais:

● Melhorar os padrões de vida da população brasileira, tanto a rural como a urbana, não apenas em termos de elevação dos níveis de conforto material, como também da elevação dos níveis de saúde pública.

● Criar a infra-estrutura de saneamento necessária ao estabelecimento das condições adequadas à implementação de programas e projetos de interesse do desenvolvimento econômico e social.

● Proteger as populações do impacto das calamidades causadas por inundações e proporcionar o aproveitamento integrado dos recursos de solo e água.

Para atingir esses objetivos, terá continuidade a execução de ampla programação, cabendo destacar:

● Viabilização de projetos de saneamento básico pelos Estados e Municípios, de modo a atender, até 1980, cerca de 80% da população urbana com sistemas de abastecimento d'água e a aumentar, consideravelmente, a disponibilidade de sistemas de esgotos, contemplando 50% dessa população.

④ Saneamento básico em áreas rurais, com o objetivo de beneficiar 50% da população com sistemas de abastecimento d'água e 30% com sistemas de esgotos sanitários, além da construção de outras melhorias sanitárias.

④ Fixação de padrões de potabilidade da água para abastecimento.

④ Determinação dos padrões mínimos da qualidade das águas interiores e costeiras.

④ Controle da qualidade da água distribuída à população.

④ Fiscalização dos serviços de abastecimento d'água e dos processos de depuração e destino final das águas residuárias.

④ Prevenção da poluição hídrica.

④ Controle de inundações, no sentido de evitar calamidades públicas, proteger as populações das áreas sujeitas a inundações e garantir condições para o desenvolvimento de atividades agrícolas e industriais.

④ Retificação de cursos d'água e conseqüente aproveitamento de terras.

④ Aproveitamento integrado de recursos de água e solo, ensejando condições à implantação ou melhoria de sistemas de abastecimento d'água, além da regularização de cursos hídricos, com vistas ao seu aproveitamento na produção de energia ou em navegação.

④ Proteção do meio-ambiente

Para implementação da política de saneamento, deverá o Governo Federal acionar, de forma integrada, todos os mecanismos de que dispõe para atuação na área, procurando assegurar uma ação coordenada capaz de permitir maior eficiência na utilização dos recursos. Essa integração será realizada em dois níveis:

④ a nível federal, pela integração dos organismos que atuam na área - o Ministério do Interior, através do BNH, DNOS, e da SEMA e o Ministério da Saúde, através da Fundação SESP e da DNES;

④ a nível nacional, pela integração dos órgãos federais com as entidades estaduais e municipais responsáveis pela área de Saneamento, através do Sistema Financeiro de Saneamento do PLANASA e de convênios específicos.

A ação do Governo no campo do Saneamento será, de outra parte, inter-relacionada e compatibilizada com as diretrizes e os objetivos das políticas de desenvolvimento urbano e regional.

REALIZAÇÕES PROGRAMADAS (*)

São as seguintes as principais realizações programadas pelo Governo Federal na Área de Saneamento:

● Execução do PLANASA em todas as Unidades da Federação, através do apoio financeiro do Sistema Financeiro de Saneamento, prevendo-se a doação de serviços de água e esgoto a 79 e 44%, respectivamente, da população urbana até 1979 (Cr\$ 20 bilhões, dos quais Cr\$ 10,5 bilhões mediante financiamento do BNH e os restantes, com recursos dos Estados e de outras fontes).

● Execução de programa de abastecimento de água em comunidades rurais e de controle de qualidade da água, através da Fundação SESP (Cr\$ 251,0 milhões).

● Execução de programa de Saneamento Geral, através do DNOS e Fundação SESP (Cr\$ 2 372,3 milhões).

● Execução de programa de Proteção ao Meio-Ambiente, através da SEMA e da Fundação SESP. (Cr\$ 26,8 milhões).

PROGRAMAÇÃO PRIORITÁRIA (**)

● PLANO NACIONAL DE SANEAMENTO - PLANASA

O PLANASA tem como meta o atendimento, até ~~80%~~ de 80% da população urbana com sistemas de água e 50%, com sistemas de esgoto. Para o período de 1975-1979, a meta é evoluir, no tocante a abastecimento de água, do atendimento de 65% da população urbana (39,7 milhões de habitantes) em 1974, para

(*) O valor dos programas, expresso a preços estimados de 1975, refere-se, sempre, ao período 1975-1979.

(**) O valor dos programas e projetos, expresso a preços estimados de 1975, refere-se, sempre, ao período 1975-1977.

79%, em 1979 (60,3 milhões de habitantes). Quanto a esgotos, a evolução será de 29% (17,7 milhões de habitantes) da população urbana de 1974, para 44% (33,7 milhões de habitantes) no final de 1979. O PLANASA, que permite uma visão sistêmica e global do problema de saneamento básico no País, é executado de forma descentralizada, envolvendo uma integração aos níveis federal, estadual e municipal de Governo.

O financiamento do PLANASA é feito pelo Sistema Financeiro de Saneamento, baseando-se em recursos de origem Federal (BNH) e recursos estaduais (integralização dos Fundos de Água e Esgotos - FAEs) (Cr\$ 11 967 milhões, dos quais Cr\$ 6 216 milhões mediante financiamento do BNH, Cr\$ 4 345 milhões, relativos à contrapartida dos Estados - FAEs, e Cr\$ 1 406 milhões, com recursos de outras fontes).

● ABASTECIMENTO D'ÁGUA EM ÁREAS RURAIS

Este programa tem como objetivos promover a conclusão, construção e ampliação de serviços de abastecimento de água em áreas rurais, onde prevaleçam doenças como a esquistossomose e gastroenterites, e realizar o controle da qualidade de água para abastecimento, de modo a proteger as populações contra os riscos das doenças de veiculação hídrica. Estão definidos dentro deste programa os seguintes projetos:

● Construção e Ampliação de Serviços de Abastecimento de Água.

O projeto prevê a construção e ampliação de cerca de 280 serviços de abastecimento de água, particularmente em localidades rurais, durante o quinquênio 1975-1979, elevando para 720 o número de serviços executados pela Fundação Serviços de Saúde Pública (FSESP), com participação de órgãos estaduais e municipais (Cr\$ 175 milhões).

● Controle da Qualidade da Água, objetivando estabelecer normas nacionais de potabilidade das águas de consumo e instalar uma rede nacional de laboratórios, convenientemente equipados e tecnicamente operados para realizar, em todo o território nacional, o controle da qualidade das águas de abastecimento público. Visa, ainda, a melhorar, através deste controle, a qualidade da água distribuída, elevando assim o nível de saúde das populações. Será executado pela Fundação SESP, e contará com a participação de órgãos estaduais e municipais (Cr\$ 12,6 milhões).

● SANEAMENTO GERAL

O programa contempla o desenvolvimento de um elenco de medidas específicas visando a resolver os problemas decorrentes de inundações provocadas pelos extravasamentos de cursos d'água, a minimizar os efeitos de

excepcionais precipitações pluviiais, a recuperar áreas urbanas e rurais de modo a ensejar um melhor aproveitamento do espaço geográfico, a equacionar racionalmente o controle da Doença de Chagas e da Peste, e a prestar serviços elementares de saneamento básico - suprimento de água potável e destino adequado de dejetos - aos núcleos populacionais ao longo das rodovias de integração nacional. Integram este programa os seguintes projetos:

④ Controle de Cheias - O projeto enquadra-se no Programa Especial de Controle de Enchentes e Recuperação de Vales e objetiva a defesa contra inundações provocadas pelos extravasamentos de cursos de água, visando à melhoria das condições ambientais, à elevação dos padrões sanitários dos centros populacionais e, principalmente, à minimização dos efeitos de excepcionais precipitações pluviiais. Compreende, basicamente, a execução de obras e serviços de canalização e revestimento de córregos, construção de galerias, barragens, diques, sistemas elevatórios, cais de saneamento, aterros, enrocamentos, retificações, instalação de comportas reguladoras e execução de obras complementares diversas. As obras incluídas no Programa Especial de Controle de Enchentes e Recuperação de Vales são as seguintes: Santarém (Pará), Goiânia (Goiás), Campo Grande (Mato Grosso), Curitiba (Paraná), Porto Alegre (Rio Grande do Sul), Vale do Rio Mearim (Maranhão), vale do rio Capibaribe (Pernambuco), vale do rio Jaguaribe (Ceará), vale do rio Sapucaí (Minas Gerais), vale dos rios Sarapuí-Meriti (RJ-GB), vale do rio São João (RJ-GB), vale do rio Ituaí (Santa Catarina), vale do rio dos Sinos (Rio Grande do Sul), barragem eclusa do canal de São Gonçalo (Rio Grande do Sul), vale do rio Parnaíba (Piauí), vale dos rios Açu-Piranhas (Rio Grande do Norte) e vale do rio Paraíba (Minas Gerais). Serão também realizadas obras visando ao controle de enchentes na região do Pantanal Matogrossense, dentro do Programa Especial de Desenvolvimento do Pantanal. O projeto será implementado pelo Departamento Nacional de Obras de Saneamento (DNOS). (Cr\$ 1 373,4 milhões).

⑤ Recuperação de Terras, em áreas rurais e urbanas, visando à abertura de novas fronteiras econômicas internas pelo aproveitamento do espaço geográfico. Constituindo um instrumento de apoio às atividades para redução dos desequilíbrios regionais, as obras e serviços que abrange têm por escopo a regeneração de milhares de hectares de terras dotadas de disponibilidades efetivas e potenciais, inseridas tanto em áreas que apresentam expressivos índices de desenvolvimento, quanto em faixas deprimidas e relativamente distanciadas dos centros de produção e consumo. Na esfera urbana, dentre os efeitos que a conquista de novas áreas oferece, destacam-se a emergência de condições para o crescimento ordenado de cidades, a desconcentração de faixas saturadas,

a expansão de sistemas viários e a criação ou consolidação de distritos industriais, a par da elevação dos níveis de urbanização e industrialização. (Cr\$ 198,2 milhões).

④ Obras de Finalidades Múltiplas, objetivando o aproveitamento, integrado dos recursos de água e solo, com vistas à integração do trinômio homem-terra e água. Inserem-se neste projeto os trabalhos desenvolvidos tanto em núcleos urbanos quanto em áreas rurais, onde o controle de cheias e a recuperação de terras são associadas. Consta basicamente da implantação de um complexo de obras tais como diques, cais de saneamento, canalização, casas de bombas, aterros e a execução de várias obras complementares (Cr\$ 188,0 milhões).

⑤ Saneamento da Habitação Rural, que procura imprimir nova diretriz ao controle da Doença de Chagas e da Peste, buscando, através da melhoria da habitação rural, maior racionalidade no combate destas endemias. O objetivo específico do projeto é promover a melhoria física das habitações rurais situadas em áreas de alta prevalência da Doença de Chagas e de Peste, a fim de dificultar o alojamento e a proliferação dos vetores dessas doenças no interior das residências. O projeto será executado com a integração de recursos técnicos e de estrutura administrativa da SESP e SUCAM. Está prevista, também, a participação dos próprios interessados através do fornecimento de mão-de-obra (Cr\$ 21 milhões).

⑥ Saneamento Básico nas Áreas das Rodovias de Integração Nacional. O objetivo do projeto é a construção de pequenos serviços de abastecimento de água e de privadas higiênicas nos núcleos populacionais instalados ao longo das rodovias Transamazônica, Cuiabá-Santarém e Perimetral Norte, reduzindo a morbidade e a mortalidade por doenças transmissíveis, inclusive as diarreias infecciosas (Cr\$ 8,3 milhões).

⑦ PROTEÇÃO AO MEIO-AMBIENTE

Dentro deste programa, com a finalidade de orientar a conservação do meio-ambiente e o uso racional dos recursos naturais, foram definidos dois principais projetos:

⑧ Apoio a Programas de Preservação Ambiental, que tem como objetivo avaliar a situação ambiental, o comportamento e a quantidade dos agentes poluentes no seio das comunidades e, ao mesmo tempo, procurar identificar a presença desses elementos nos principais rios, nas águas das praias e no ar atmosférico das regiões metropolitanas. Objetiva, também, a preservação de áreas naturais representativas dos principais ecossistemas do País, bem como o

estudo comparativo de sua ecologia com o de áreas ocupadas pelo homem. Com vistas a essa preservação ecológica, será instalada no território nacional uma rede de estações ecológicas, que atuarão como bancos genéticos de plantas e animais nativos, através dos quais será possível a comparação das alterações impostas pelo homem em locais vizinhos, diante da situação existente em áreas naturais. Outras indicações práticas, como a técnica de melhor utilizar o solo, poderão resultar da manipulação dessas estações. Em princípio, as primeiras Estações Ecológicas serão instaladas em Tabuleiro do Trombetas (PA), Cabo de Santa Maria (SC), Lagoa Mirim (RS), Inhamuns (CE), Xanxerê (SC), Teles Pires (MT), Papagaio Chorão (RS), e Gurupi (MA). O projeto será executado pela SEMA. (Cr\$ 15,0 milhões).

● Controle da Poluição da Água. São objetivos específicos do projeto: assegurar que a atuação governamental e privada, no aproveitamento múltiplo dos recursos hídricos, considere a preservação da qualidade da água para os fins de proteção à saúde; melhorar a qualidade da água, nas áreas costeiras e estuárias, quando destinadas à recreação ou cujos recursos vivos são usados na alimentação humana; manter ou melhorar a qualidade de mananciais de abastecimento público, principalmente junto aos grandes centros urbanos; e estabelecer critérios sanitários de qualidade das águas dos corpos receptores em todo o território nacional. O projeto será executado pela Fundação SESP, com a participação de órgãos estaduais e municipais. (Cr\$ 1,8 milhão).

10

Habitação

ESTRATÉGIA E OBJETIVOS

A política habitacional tem como objetivo central a redução do deficit habitacional existente e o atendimento da expansão da demanda por mora dia, de modo a proporcionar melhor qualidade de vida à população, dando-lhe condições de segurança, conforto e bem estar. Com vistas a esse objetivo central, a programação do Governo Federal, no campo habitacional, será desdobrada de modo a atender aos seguintes princípios:

① Favorecer o atendimento da demanda habitacional das famílias de mais baixo nível de renda, aperfeiçoando os mecanismos existentes, destinados à produção e comercialização de habitação popular e outros programas, que se destinem à substituição das sub-habitações. Particularmente, serão tomadas medidas tendentes a reduzir gradualmente o ônus financeiro incidente sobre as operações de aquisição de casa própria pelas famílias de baixa renda.

② Garantir a satisfação de requisitos essenciais de conforto e segurança, assegurando o equipamento urbano indispensável e facilitando a instalação de equipamento comunitário nos conjuntos habitacionais.

③ Contribuir para a expansão do nível de emprego, através da execução dos programas habitacionais e complementares.

④ Contribuir para a solução integrada dos problemas urbanos e metropolitanos, orientando-se a execução dos programas habitacionais pelas diretrizes fixadas para o desenvolvimento urbano, em particular quanto ao uso do solo.

A estratégia fixada para a consecução das metas programadas para o setor habitacional prevê a implantação de novos mecanismos e o aperfeiçoamento daqueles já existentes, de modo a propiciar o seu melhor desempenho, tendo em vista os objetivos sociais e econômicos e a integração dos programas habitacionais e complementares na estratégia especial do desenvolvimento urbano e regional.

Consubstancia-se essa estratégia nas seguintes diretrizes principais:

④ Execução descentralizada dos programas habitacionais e complementares, através do Sistema Financeiro de Habitação (SFH).

④ Compatibilização das soluções específicas do setor habitacional com as diretrizes, programas e projetos de desenvolvimento urbano e metropolitano.

④ Implementação do Plano Nacional de Habitação Popular (PLANHAP), mecanismo especial, voltado para a solução do problema da habitação das famílias de baixa renda (1 a 5 salários mínimos).

④ Ação de Apoio aos Estados e Municípios para a reorganização das COHABs e a instituição dos Fundos Estaduais de Habitação Popular, instrumentos básicos do PLANHAP.

④ Instituição de programação especial voltada para a redução do deficit habitacional na classe de renda inferior a um salário mínimo e a eliminação progressiva das condições de sub-habitação.

④ Instituição de uma programação voltada para a solução do problema dos terrenos urbanos.

④ Instituição de programação destinada a prover, dos equipamentos urbanos mínimos necessários, os conjuntos habitacionais.

② Instituição de Programas de Estudos e Pesquisas, bem como de treinamento, visando à maior racionalização no desempenho dos programas habitacionais.

REALIZAÇÕES PROGRAMADAS (*)

As aplicações a serem realizadas no campo da Habitação, da ordem dos Cr\$ 83 bilhões, no quinquênio, correspondem a recursos arrecadados pelo BNH, recursos captados pelo Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo - SBPE, e recursos dos mutuários. Baseiam-se, portanto, em estimativas da disponibilidade desses recursos, no período 1975-1979, e representam esforços com vistas a sua distribuição racional, coerente com os objetivos da política setorial.

Através dos programas habitacionais, deverão ser financiados, cerca de 1,5 milhão de mutuários, representando um investimento global de Cr\$ 77,4 bilhões, dos quais Cr\$ 62,7 bilhões serão financiados pelo SFH, e a diferença será a contrapartida do mutuário final, adquirente da habitação. A participação direta do BNH nesses programas será da ordem de Cr\$ 36,9 bilhões. Resalte-se que do total de 1,5 milhão de financiamentos habitacionais, mais de 50% devem destinar-se aos programas popular e médio inferior.

Os programas habitacionais complementares têm por objetivo a criação das condições de infra-estrutura e de apoio, indispensáveis à boa execução dos programas habitacionais. Incluem programas para a concessão de financiamentos destinados à aquisição de terrenos, à urbanização e aos equipamentos comunitários de conjuntos habitacionais financiados pelo SFH. Estima-se que as aplicações pelo BNH nesses programas atinjam, no quinquênio, um montante da ordem de Cr\$ 5,6 bilhões.

Vale ressaltar, ainda, que os programas habitacionais e complementares pressupõem todo um conjunto de medidas de apoio logístico, através das quais será assegurada a viabilidade de sua execução. Tal conjunto de medidas consubstancia a programação complementar especial, onde figuram o Programa de Financiamento de Materiais de Construção, o de Estudos e Pesquisas e o de Treinamento e Assistência Técnica. São estimadas aplicações nesses programas pelo BNH, da ordem de Cr\$ 8,9 bilhões.

(*) O valor dos programas, expresso a preços estimados de 1975, refere-se, sempre, ao período 1975-1979. Considerou-se o valor de 1 UPC igual a Cr\$100,00

PROGRAMAÇÃO PRIORITÁRIA

⊗ Programa de Financiamento Popular do Mercado Urbano. Destina-se a suprir a demanda habitacional de famílias com nível de renda de pelo menos um salário mínimo regional. O principal instrumento para a execução deste Programa será a implementação do Plano Nacional de Habitação Popular - PLANHAP, criado em 1973, que institui o Sistema Financeiro da Habitação Popular - SIFHAP. Prevê a integralização dos Fundos Estaduais de Habitação Popular - FUNDHAP, e a reestruturação das Companhias Habitacionais - COHABs, além de outras medidas específicas, como a aquisição de terrenos adequados, sua urbanização, etc. Uma vez criadas as condições de atendimento da demanda popular, pela implementação do PLANHAP e outras medidas complementares, poderão ser concedidos, no quinquênio, cerca de 581 mil financiamentos no âmbito do programa, representando investimento global de Cr\$ 12,3 bilhões. A participação direta do BNH nessa programação envolverá, no triênio 1975-1977, recursos da ordem de Cr\$ 4,9 bilhões, gerando um investimento global de Cr\$ 6,0 bilhões.

⊗ Programa de Financiamento da Habitação de Nível Médio Inferior. Destina-se ao financiamento de habitações para famílias cuja renda mensal situa-se entre Cr\$ 665,00 até Cr\$ 1 731,00. O valor unitário das habitações passíveis de financiamento pelo programa deve estar situado entre Cr\$ 20 a Cr\$ 40 mil. No período 1975-1979, estão previstos financiamentos destinados a 208 mil mutuários. O investimento global previsto, em decorrência desses financiamentos, é de Cr\$ 7,9 bilhões, sendo Cr\$ 6,9 bilhões financiados pelo SFH, correspondentes à parcela de recursos a cargo do BNH. Os financiamentos deverão atingir, no período 1975-1977, Cr\$ 3,4 bilhões, gerando um investimento de Cr\$ 4,0 bilhões.

⊗ Programa de Financiamento da Habitação de Nível Médio Superior. Destina-se a atender às famílias de renda média (entre Cr\$ 1 732,00 e Cr\$ 5 mil mensais), através de financiamentos cujo valor unitário esteja entre Cr\$ 40 e Cr\$ 90 mil. As aplicações do BNH nesse programa são realizadas a taxas de juros superiores ao custo médio de seus recursos, garantindo o indispensável subsídio das aplicações destinadas aos programas popular e médio inferior. As demais aplicações do SFH nesse programa devem-se ao SBPE e provêm da aplicação de recursos criados pelo Sistema (cadernetas de poupança e letras imobiliárias). O número de mutuários a ser beneficiado com financiamentos pelo programa, no quinquênio 1975-1979, foi estimado em 87 mil, re

presentando um investimento global da ordem de Cr\$ 6,2 bilhões. A parcela financiada pelo SFH deverá ser de Cr\$ 5,2 bilhões, correspondentes, também, aos recursos aplicados pelo BNH. A parcela financiada pelo SFH, no período 1975-1977, deverá atingir Cr\$ 2,6 bilhões, para um investimento total previsto de Cr\$ 3,1 bilhões.

④ Programa de Estímulo ao Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo. Permitirá atender às famílias com renda mensal acima de Cr\$ 5 000,00 muito embora também atue, complementarmente, em faixas mais baixas de renda. Atuam nesse programa, exclusivamente, as entidades do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo, que podem conceder financiamento até o limite de Cr\$ 225 mil. Os recursos aplicados derivam de captação de poupanças voluntárias, através de letras imobiliárias e cadernetas de poupança. Para o quinquênio 1975-1979, está programado o financiamento a 257 mil mutuários, representando um investimento global da ordem de Cr\$ 34,9 bilhões. O montante de financiamentos previstos é de Cr\$ 28,5 bilhões, sendo que apenas Cr\$ 5,0 bilhões serão aplicados pelo BNH, sob a forma de estímulo. No triênio, o total de aplicações do BNH nesse programa será de Cr\$ 3,0 bilhões, para um financiamento total previsto de Cr\$ 15,7 bilhões pelas entidades do SBPE, devendo gerar investimentos de Cr\$ 19,3 bilhões.

⑤ Programa de Lotes Urbanizados. Será desenvolvido com a finalidade de atender às famílias cuja renda está abaixo de um salário mínimo mensal, ou que não possuam renda regular, sem condições, portanto, para se beneficiarem dos programas anteriores. Consiste na venda de lotes urbanizados de 160 a 200 m², nos quais as famílias sem renda regular construirão suas casas, seja individualmente, seja em mutirão. O programa já vem sendo testado, através de projetos-piloto realizados em Brasília, Fortaleza e São Luís, com resultados bastante satisfatórios. Os recursos destinados ao programa, no quinquênio, deverão atender cerca de 117 mil famílias. No período 1975-1977, as aplicações no programa deverão atingir Cr\$ 331 milhões, sendo Cr\$ 300 milhões financiados pelo BNH.

⑥ Programa de Financiamento de Materiais de Construção ao Consumidor. Enquadrado originariamente como um subprograma do Programa de Financiamento de Materiais de Construção-FIMACO, o RECON é apresentado, juntamente com os programas habitacionais, pelo fato de seus financiamentos terem como objetivo imediato a produção de habitações. O RECON destina-se a dinamizar o mercado de materiais de construção, permitindo sua compra à vista e, conseqüentemente, reduzindo-lhes os custos. É adequado para o financiamento da construção de casas em terrenos próprios e sob o regime de ajuda mútua, assim como para a execução de reformas e ampliações. Com a inclusão da rede

bancária, ao lado dos agentes usuais do sistema, permite-se que os benefícios do programa sejam levados ao interior do País, ocasionando, ao mesmo tempo, aproveitamento de mão-de-obra ociosa e desaceleração do fluxo migratório para as grandes metrópoles. Através do programa, poderá ser financiada, no quinquênio, a construção de 242 mil habitações. O investimento global deverá ser de Cr\$ 15,3 bilhões, sendo Cr\$ 9,2 bilhões financiados pelo BNH. No triênio 1975-1977, os investimentos deverão atingir um montante de Cr\$ 8,7 bilhões, dos quais Cr\$ 5,2 bilhões correspondentes a financiamentos pelo BNH.

⊗ PROGRAMAS HABITACIONAIS COMPLEMENTARES

⊗ Programa de Aquisição de Terrenos. Destina-se a permitir o financiamento de aquisição de terrenos pelos agentes do BNH, através de operações desvinculadas daquelas que se relacionam com o financiamento de projetos de construção. Uma vez que a aquisição dos terrenos constitui ponto de estrangulamento dos programas habitacionais do BNH, torna-se necessário, especialmente no campo da habitação popular, estabelecer uma programação adequada de aquisição de terrenos, de forma a assegurar o desenvolvimento regular da construção de habitações. Foram programadas, para o quinquênio 1975-1979, aplicações de Cr\$ 375,0 milhões pelo BNH. (Cr\$ 432,0 milhões correspondentes ao período 1975-1977).

⊗ Programa de Financiamento para Urbanização de Conjuntos Habitacionais - FINC. Visa ao financiamento de obras de infra-estrutura em conjuntos habitacionais pelo SFH. Abrange dois subprogramas: O FIEGE - Financiamento de Infra-estrutura Geral, que envolve obras de terraplenagem, abertura e pavimentação de ruas e acessos diretos dos conjuntos habitacionais aos centros urbanos mais próximos, construção de galerias pluviais, canalização de rios e córregos, obras de arte e outras, e o FISIP - Financiamento de Infra-Estrutura de Serviços Industriais de Utilidade Pública, que engloba obras de energia elétrica, abastecimento d'água, esgotamento sanitário, fornecimento de gás, telefones e outros serviços executados através de empresas concessionárias de serviços públicos. (Cr\$ 1,1 bilhões no triênio 1975-1977).

⊗ Programa de Financiamento de Equipamentos Comunitários para Conjuntos Habitacionais - FINEC. Prevê o financiamento da construção e instalação de equipamentos comunitários essenciais aos conjuntos habitacionais financiados pelo BNH. Desdobra-se em dois subprogramas: O FIEP - Financiamento

de Equipamentos Comunitários Públicos, que tem por objetivo o financiamento de obras executadas pelo Poder Público para proporcionar, à população dos conjuntos habitacionais e áreas periféricas, serviços adequados de educação, saúde, comunicação, segurança, formação profissional e comunitária, recreação e semelhantes, e o FIEPAR - Financiamento de Equipamentos Comunitários Particulares, que tem por objetivo o financiamento de investimentos fixos para instalação, nos conjuntos habitacionais financiados pelo ENH, de infra-estrutura comercial, artesanal, de pequena indústria e de serviços exploradas pela iniciativa privada (Cr\$ 321,0 milhões, no período 1975-1977).

⑦ Programa de Complementação da Habitação. Engloba as operações de financiamentos destinadas à execução de obras para complementação de habitações já existentes e deverá adquirir especial importância de vez que contribuirá para a manutenção do valor real do imóvel ao longo do prazo de amortização do financiamento (Cr\$ 960,0 milhões, no período 1975-1977).

⑧ PROGRAMAS COMPLEMENTARES ESPECIAIS

⑧ Programa de Financiamento de Materiais de Construção - FIMACO. O Programa tem como função primordial permitir que a oferta de materiais de construção atenda ao aumento da demanda causado pelo desenvolvimento da indústria de construção civil, de forma a evitar uma alta nos preços, que teria consequências imediatas no custo das habitações. A execução do FIMACO efetivar-se-á através de três subprogramas: o RECON (já descrito entre os Programas Habitacionais), REINVEST e REGIR. O REINVEST - Financiamento ou Refinanciamento do Investimento no Ativo Fixo das Empresas Produtoras, Transportadoras e Distribuidoras de Materiais de Construção, visa a estimular a criação de novas indústrias e a ampliação das já existentes, além de permitir a aquisição dos equipamentos necessários às transportadoras e distribuidoras de materiais de construção (Cr\$ 3,0 bilhões no período 1975-1977). O REGIR - Financiamento ou Refinanciamento do Capital de Giro no Produtor de Materiais de Construção, visa a atender ao acréscimo de capital de giro, decorrente do aumento de produção (Cr\$ 1 135,0 milhões, no período 1975-1977).

⑨ Programa de Estudos e Pesquisas - ESPES. Engloba operações destinadas ao financiamento de estudos e pesquisas, cujo objetivo seja contribuir para a boa execução dos programas desenvolvidos pelo Banco (Cr\$ 170,0 milhões, no triênio 1975-1977).

❁ Programa de Treinamento e Assistência Técnica - TREINAT.

Abrange as operações que se voltarão para o financiamento de programas de treinamento e assistência técnica aos agentes do BNH. (Cr\$ 110,0 milhões, no período 1975-1977).

